**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

TESE

**COPA DO MUNDO FIFA 2014 NO BRASIL:
DA REGULAÇÃO DO TERRITÓRIO ÀS AÇÕES VOLTADAS AO TURISMO**

Versão Corrigida

**Pesquisadora: Savanna da Rosa Ramos
Orientadora: Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz**

São Paulo, Setembro de 2019.

Savanna da Rosa Ramos

COPA DO MUNDO FIFA 2014 NO BRASIL:
DA REGULAÇÃO DO TERRITÓRIO ÀS AÇÕES VOLTADAS AO TURISMO

Versão Corrigida

Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo como
requisito para obtenção do título de
Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Geografia
Humana

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia
Ariza da Cruz

São Paulo, Setembro de 2019.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R175c Ramos, Savanna da Rosa
COPA DO MUNDO FIFA 2014 NO BRASIL: DA REGULAÇÃO
DO TERRITÓRIO ÀS AÇÕES VOLTADAS AO TURISMO / Savanna da
Rosa Ramos ; orientadora Rita de Cássia Ariza da
Cruz. – São Paulo, 2019.
259 f.

Tese (Doutorado)– Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Copa do Mundo. 2. Megaeventos. 3. Regulação. 4.
Turismo. 5. Hotelaria. I. Cruz, Rita de Cássia Ariza
da, orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): SAVANNA DA ROSA RAMOS

Data da defesa: 02 / 08 / 2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof^a . Dr^a . RITA DE CÁSSIA ARIZA DA CRUZ

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 28 / 09 / 2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: Savanna da Rosa Ramos

Título: COPA DO MUNDO FIFA 2014 NO BRASIL: DA REGULAÇÃO DO TERRITÓRIO ÀS AÇÕES VOLTADAS AO TURISMO

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Aprovada em: 02 de agosto de 2019.

Banca Examinadora

Prof(a) Dr.(a): Rita de Cássia Ariza da Cruz (Orientadora)

Instituição: USP – Universidade de São Paulo

Prof(a) Dr.(a): Nelma Gusmão de Oliveira

Instituição: UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr.: Eduardo Romero de Oliveira

Instituição: UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof(a) Dr.(a): Glória da Anunciação Alves

Instituição: USP – Universidade de São Paulo

Ela tem o mundo dentro dela

E eu tenho meu mundo nela

À Maya minha filha

1a 2m 10d

AGRADECIMENTOS

Novos rumos, nova vida, o doutorado traz muitas aspirações e acontece com o caminhar da vida, aprendi com minha querida orientadora justamente isso, a vida não pára, para que façamos o doutorado, mas ela (a vida) e ele (o doutorado) tem que acontecer!

Ele exige mudança, e o que traz consigo? Para mim, ao mesmo tempo, medo e coragem. Dois sentimentos tão contrários e que talvez um não exista sem o outro, e talvez por isso a solidariedade seja tão importante por parte daqueles que a sentem e a reproduzem ao nosso lado nesse caminhar que foi desejoso, solitário, árduo e persistente.

Poucos entendem nossas escolhas e os direcionamentos da vida e o tempo que precisamos ... O entendimento vem com o tempo... um tempo pendular e finito. E na maior parte dele, o vazio se instala para que o pensamento faça sua tarefa! E essa tarefa do pensar, estudar, reproduzir, escrever, juntar, pensar... é a mais difícil. Esse tempo, tão precioso, está acima de nós e apesar de nós.

Meu caminhar durante o percurso foi de muita gratidão a todas e a todos que estenderam sua generosidade e solidariedade. À vós, que também fazem parte dessa pesquisa, por que de cada um, os tenho em mim.

À Rita de Cassia Ariza da Cruz, Professora e Orientadora admirável, que tive o prazer de conhecer ainda como aluna especial do programa em 2013, em sua disciplina de “Pesquisa em Geografia: Método e Projeto”. Neste tempo, vivenciei a pessoa incrível, intelectual, humana e apaixonada pela Geografia. Pelos ensinamentos transmitidos, compreensão, disposição, tempo, apoio e amizade.

À Isabel Alvarez, Professora do programa pelas valiosas orientações em minha qualificação e por me receber em sua disciplina ao realizar o estágio docência.

À Universidade de São Paulo, em especial, a Coordenação da Pos-Graduação em Geografia Humana, ao corpo docente e a equipe administrativa que compõe a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e o Departamento de História e Geografia.

À CAPES, pela concessão de bolsa, que resultou nesta tese. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora não necessariamente refletem a visão da CAPES.

À Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, como professora do Curso de Turismo, pelo incentivo e liberação a que me foi concedida para cursar o doutorado.

Ao Ministério do Turismo e a Controladoria Geral da União pela atenção, agilidade e presteza no fornecimento de dados que compuseram esta tese.

Aos colegas da Geografia que conheci nas disciplinas cursadas e, em especial, ao nosso grupo de pesquisadores “Ordem da Cruz” por partilharem suas expectativas e dúvidas de suas pesquisas: Mariana Macêdo, Thaís Zucheto de Menezes, Gilberto de Oliveira Rodrigues, Luiz Eduardo de Freitas Santos, Ana Carolina Ramos, Abel Pojo e, não menos distante, o querido colega moçambicano Jose Guambe e a colega argentina Claudia Alejandra Troncoso, além fronteiras.

À Mariana Macêdo, colega cearense, pela pessoa especial que se tornou em minha vida, compartilhando seus aprendizados, seus amores e sua garra, e agora uma amiga para todas as horas.

Ao Grupo de Estudos sobre Teoria e Método em Geografia pelos aprofundamentos na teoria da geografia, na pessoa da querida colega Simone Affonso da Silva

À Vanessa Corá Alfaro, Marília Dal Belo, Giselle Castro, Carine Previatti, Katiane Katzer queridas amigas distantes mas sempre presentes com palavras de incentivo, disposição em ajudar e que compartilharam seus conhecimentos e ideias.

À Lilian Bonaccini e Família pela acolhida e cuidado conosco nos momentos finais que antecederam a entrega desta tese.

Ao papai Marcelo Loureiro Ribeiro e vovó Geny, pelo bem mais precioso e amado que poderia ter tido nesses tempos de doutorado, “uma tese dentro de outra tese”.

À Helenara, Paulo, Gizelda e Delano, meus pais, por todo apoio incondicional, compreensão e valores transmitidos.

À Paulo Roberto Pires Figueiró, meu Padrasto amado, fundamental para me impulsionar no caminho docente.

À Élica Luiza Paiva, minha amada amiga, pela sua fé e espírito iluminado que no final do meu caminhar, como um anjo e “foi”, se fez presente junto a acolhida de seus guardiões: Neia, Indyra, Carmina, Victoria, Adelita e Aline, por dispensarem valiosos minutos de suas vidas em brincar, passear, banhar, papar e ninar minha filha.

À Deus, nosso criador e força maior de tudo que fazemos.

Minha Gratidão !!!

*“A localização das pessoas no território
é, na maioria das vezes, produto de uma
combinação entre forças de mercado e
decisões de governo”*

Milton Santos (1987, p. 112).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cadeia Produtiva do Turismo.....	43
Figura 2: Importância do turismo na economia mundial – impactos econômicos.....	47
Figura 3: Chegadas Internacionais de Turistas por Região	49
Figura 4: Chegadas Internacionais de Turistas por Região em 2018.	52
Figura 5: Mapa do fluxo turístico internacional para o Brasil – 2016	62
Figura 6: Mapa do Turismo Brasileiro	65
Figura 7: Relação histórica dos governos brasileiros e as normativas	83
Figura 8: Matriz de Responsabilidades - Mobilidade Urbana.....	120
Figura 9: Matriz de Responsabilidades – Estádios	121
Figura 10: Matriz de Responsabilidades - Turismo	121
Figura 11: Construção de mensagem midiática para consolidação de imagem do país em períodos de megaeventos esportivos.....	142
Figura 12: Cidades-sede de abertura de Copas do Mundo	168
Figura 13: Mapa dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional	170
Figura 14: Estrutura de Informações do Portal da Transparência	183
Figura 16: Número da Unidades Habitacionais fomentadas pelo ProCopa turismo	186
Figura 16: Tipos de Meios de Hospedagem com financiamento público pelo ProCopa	191
Figura 17: Classificação do tipo de serviço nos Meios de Hospedagem de projetos via financiamentos públicos do país.....	192
Figura 18: Perfil Turista Nacional Copa do Mundo - Renda Familiar	192
Figura 19: Perfil Turista Nacional Copa do Mundo – Hospedagem utilizada no destino.....	192
Figura 21: Investimentos cedidos para Rede Hoteleira Internacional	194
Figura 20: Meios de Hospedagens utilizados pelo turista internacional no País durante a Copa do Mundo.....	193
Figura 22: Escala de abrangência dos meios de hospedagem no Brasil	202

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Raio-X da movimentação turística mundial pela OMT em 2017.....	58
Quadro 2: Categorização das categorias a partir das variáveis.	57
Quadro 3: Percurso Histórico das Normatizações do Turismo no Brasil até a Constituição de 1988.	73
Quadro 4: Pacote de medidas do 'Brasil + Turismo'.....	84
Quadro 5: Agentes envolvidos no processo de realização de megaeventos	98
Quadro 6: Normatizações consultadas.....	111
Quadro 7: Principais ações do PAC 2 em cada uma das 12 cidades-sede	130
Quadro 8: Obras do PAC 2 em Portos	132
Quadro 9: Obras do PAC 2 em Aeroportos	133
Quadro 10: Estados e seus municípios participantes do Pronatec Copa Turismo..	139
Quadro 11: Plano de Promoção do Brasil para a Copa.....	132
Quadro 12: Plano de preparação do turismo para a Copa FIFA 2014	146
Quadro 13: Ações que foram previstas pelo Eixo de Investimentos de Desenvolvimento Turístico do Governo Federal nas Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014	176
Quadro 14: Municípios partícipes do ProCopa Turismo e constantes no Mapa do Turismo Brasileiro	206
Quadro 15: Relação dos municípios partícipes do ProCopa Turismo comercializados	207

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Programa: BNDES PROCOPA TURISMO no Brasil.....	23
Mapa 2: Regiões e municípios contemplados pelo Programa PRONATEC	134
Mapa 3: Distribuição espacial dos meios de hospedagem nas cidades-sede do PROCOPA Turismo.....	177
Mapa 4: Tipologia dos projetos do PROCOPA Turismo por cidade-sede	196
Mapa 5: Distribuição espacial das redes hoteleiras internacionais do Brasil	199
Mapa 6: Escala de abrangência dos meios de hospedagem no Brasil a partir do PROCOPA Turismo	197

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1: Chegadas de turistas internacionais no mundo (em milhões)	49
Gráfico 2: Previsão de Chegadas Turistas Internacionais ate 2030	51
Gráfico 3: Representação gráfica das Chegadas Internacionais de Turistas em 2018 e seu Crescimento em %	54
Gráfico 4: Impacto no PIB por setor no Brasil (2016)	60
Gráfico 5: Receita Cambial Turística Anual 2007 a 2016 (US\$ Milhões)	61
Gráfico 6: Corrente Cambial Turística Anual 2007 a 2016 (US\$ Milhões)	62
Gráfico 7: Financiamento para o turismo, realizado por Instituições Financeiras Federais (R\$ bilhões)	69
Gráfico 8: <i>Ranking</i> ICCA da realização de eventos internacionais no Brasil	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Empreendimento do PAC paralisados – Junho/2018	136
Tabela 2: Empreendimentos do PAC retomados/concluídos – Junho /2018	136

LISTA DE SIGLAS

APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BDET	Boletim de Desempenho Econômico do Turismo
CADASTUR	Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
COI	Comitê Olímpico Internacional
COL	Comitê Olímpico Local
CONMEBOL	Confederação Sul-Americana de Futebol
CNT	Conselho Nacional de Turismo
CPC	Comitê Popular da Copa
CST	Conta Satélite do Turismo
C&VB	Convention & Visitors Bureau
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FIFA	Federation Internationale de Football Association
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas / SP
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
GECOPA	Grupo Executivo da Copa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCA	International Congress and Convention Association
MMA	Ministerio do Meio Ambiente
MPE	Programa de Financiamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e ao Empreendedor Individual
MTUR	Ministerio do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PACET	Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PNT	Política Nacional de Turismo

PROATUR	Programa de Apoio ao Turismo Regional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comercio
SESI	Serviço Social da Industria
SUS	Sistema Unico de Saude
TCU	Tribunal de Contas da União
UNWTO	United Nation World Tourism Organization
WTTC	Word Travel & Tourism Council

RESUMO

RAMOS, Savanna da Rosa. Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil: Da regulação do território as ações voltadas ao turismo. 2019. 251 fl. **Tese** (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Os megaeventos, que são, e foram no Brasil, “a bola da vez”, não são fatos novos e carregam especificidades em função do momento de sua realização, que envolvem contextos sociais diferentes a cada época e em cada lugar. Esta tese analisa a Copa do Mundo FIFA 2014, tomando-a como objeto de pesquisa e considerando sua relação com o turismo a partir de uma perspectiva espacial. Dadas as características dos espaços globais que se realizam no plano local (SANTOS, 1994), procuramos analisar a forma como regulações específicas foram propostas pelo Estado para a realização desse megaevento, em consonância com interesses privados; além disso, consideramos o estabelecimento de um estado de emergência onde uma legislação de exceção foi criada a fim de comportar demandas da entidade FIFA e do próprio Estado. Ao definirmos os principais sujeitos, o Estado Brasileiro, a FIFA e as entidades privadas, especificamente, no setor de meios de hospedagem, questionamos *como esse megaevento impactou o setor de turismo no Brasil, considerando as cidades-sede contempladas pelo ProCopa Turismo*, a saber: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Natal e Fortaleza. Logo, o objetivo principal desta tese consistiu na análise da relação entre o megaevento Copa do Mundo, a regulação do território atrelada ao mesmo e a promoção do turismo no Brasil, em especial o segmento da hotelaria nas cidades-sede que tiveram acesso ao programa de governo ProCopa Turismo. Como caminho analítico, procuramos identificar e analisar o conjunto de normas voltadas à realização da Copa no Brasil, analisar o desenvolvimento do turismo considerando o dimensionamento de fluxos e a expansão do setor hoteleiro; apreender o contexto político das ações que orientaram a realização do megaevento no Brasil. Fundamentando-nos por investigações documentais e bibliográficas fez-se necessário o levantamento de documentos de ordem jurídica, relacionados com a normatização do megaevento e do turismo. Operacionalmente, utilizamos o mapeamento temático cartográfico como recurso analítico. Com isso, chegamos a resultados que permitiram apreender relações contraditórias que se expressaram no objeto de análise. Destacamos o fato de as cidades localizadas na região litorânea terem sido beneficiadas em relação ao recebimento de infraestruturas para o turismo, confirmando nossa hipótese de que o fomento ao turismo viabilizado pela Copa contribuiu para reforçar a concentração espacial de infraestruturas turísticas já muito evidente no território brasileiro. Este megaevento foi estratégico para viabilizar planos bem mais ousados e socialmente pouco eficientes do governo federal, servindo de instrumento para efetivar projetos urbanos que incluíssem mudanças em infraestrutura, econômicas e jurídico-legislativas nos países que os sediam, conforme afirmado por Vainer (2000), Oliveira (2015) e Cruz (2018).

Palavras-chave: Copa do Mundo, Megaevento, Regulação, Turismo, Hotelaria.

ABSTRACT

RAMOS, Savanna da Rosa. The 2014 FIFA World Cup in Brazil: from regulation to actions aimed at tourism. 2019. 251 pages. Dissertation (PhD) – School of Philosophy, Literature and Human Sciences (FFLCH), University of São Paulo (USP), São Paulo, 2019.

Mega-events, which are, and were in Brazil, "under the spotlight", are not new facts and have specific characteristics depending on the moment they are held, which involve different social contexts at each time and place. This dissertation analyzes the 2014 FIFA World Cup, taking it as an object of research and considering its relationship with tourism from a spatial perspective. Given the characteristics of the global spaces that are held locally (SANTOS, 1994), we try to analyze how specific regulations were proposed by the State for holding this mega-event, in consonance with private interests. In addition, we consider the establishment of a state of emergency where exception legislation was created in order to comply with the demands of FIFA and the State itself. When defining the main subjects, the Brazilian State, FIFA and private entities, specifically in the hospitality sector, we question how this mega-event impacted the tourism industry in Brazil, considering the host cities included in the program *ProCopa Turismo*, namely: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Natal and Fortaleza. Therefore, the main objective of this dissertation was to analyze the relation between the mega-event World Cup, the regulation of the territory linked to it and the promotion of tourism in Brazil, especially the hospitality sector in the host cities included in the government program *ProCopa Tourism*. As an analytical path, we seek to identify and analyze the set of rules aimed at the World Cup in Brazil, analyze the development of tourism considering the dimensioning of flows and the expansion of the hospitality sector; to understand the political context of the actions that guided this mega-event in Brazil. Based on documentary and bibliographic researches, it was necessary to collect legal documents related to the regulation of this mega-event and tourism. Operationally, cartographic thematic mapping was used as an analytical resource. Results obtained allowed to understand contradictory relations that were expressed in the object of analysis. We highlight the fact that cities located in the coastal region have benefited from the receipt of tourist infrastructure, confirming our hypothesis that the promotion of tourism made feasible by the World Cup helped to increase the spatial concentration of tourist infrastructure already very evident in the Brazilian territory. This mega-event was strategic to make feasible the much more daring and socially inefficient plans of the federal government, serving as an instrument to implement urban projects that included infrastructure, economic and legal-legislative changes in the host countries, as stated by Vainer (2000), Oliveira (2015) and Cruz (2018).

Key words: World Cup, Mega-event, Regulation, Tourism, Hospitality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
Objetivos	32
Caminho Teórico-Metodológico	32
 CAPÍTULO 1	 38
TURISMO NO MUNDO E NO BRASIL: REFLEXÕES CRÍTICAS INTRODUTÓRIAS	
.....	38
1.1 O Brasil no mapa do turismo internacional	39
1.2 O Turismo no Brasil.....	59
1.3 Marcos regulatórios no setor de turismo	71
 CAPÍTULO 2	 86
COPA DO MUNDO, REGULAÇÃO DO TERRITÓRIO E TURISMO	86
2.1 Os megaeventos esportivos como estratégia da reprodução do capital.....	87
2.2 Aspectos teóricos sobre a regulação	94
2.3 O Brasil na rota dos megaeventos	102
2.4 Copa do Mundo FIFA 2014: aspectos regulatórios.....	108
2.5 O Turismo no contexto dos financiamentos públicos no Brasil.....	118
2.5.1 A Matriz de Responsabilidades da Copa e o Turismo.....	119
2.5.2 O ProCopa Turismo	124
2.5.3 PAC Turismo	126
2.5.4 PRONATEC Turismo.....	137
2.5.5 Plano de Promoção do Brasil na Copa.....	143
Fonte: Ministério do Esporte (BRASIL, 2019b).....	145
2.5.6 Resolução GECOPA Nº 14/2012 - Plano de Preparação do Turismo no	
Brasil para a Copa	145
2.5.7 Lei Federal Nº12.462/2011 - Regime Diferenciado de Contratações	
Públicas RDC.....	147
2.5.8 Lei Federal Nº. 12.663/2012 – Lei Geral da Copa.....	152
 CAPÍTULO 3	 159

A COPA DO MUNDO E O FOMENTO AO TURISMO NAS CIDADES-SEDE.....	159
3.1 A preparação da Copa do Mundo FIFA 2014	160
3.2 Copa do Mundo e turismo no Brasil – que relação é esta	168
3.3 Programa ProCopa Turismo – desdobramentos sobre o setor de hospedagem	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS	217
APÊNDICES.....	232
APÊNDICE A – Informações sobre regulação dos meios de hospedagem no Brasil	233
APÊNDICE B – Sobre o BNDES e o Programa ProCopa Turismo	235
APÊNDICE C – Sobre o BNB e os Programas FNE-Proatur e FNE-MPE	236
ANEXOS	238
Anexo A – Estratégias e medidas para lidar com o crescimento dos visitantes nas cidades (original em inglês - UNWTO, 2018).....	239
Anexo B - Requisitos Legais Estabelecidos pela FIFA.....	241
Anexo C – PORTARIA Nº 192, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018	242
(Mapa do Turismo Brasileiro).....	242
Anexo D – LEI No 12.663, DE 5 DE JUNHO DE 2012. (“Lei Geral da Copa”)....	243
Anexo E – Lista de Obras do PAC 2019 – Eixo Social e Urbana	252
Anexo F – Resolução 14 – GECOPA - Anexo II.....	253

INTRODUÇÃO

A ideia desta tese surgiu anos atrás quando ainda realizava o curso de mestrado (2003-2005), com a discussão sobre a realização de megaeventos mundiais e seus efeitos no território. Ao mesmo tempo que ganhava força o segmento de eventos e muitos cenários eram prospectados para o Brasil em vista do que pelas grandes cidades do mundo vinha ocorrendo: o que eles estariam provocando? engendrando modificações em diversos âmbitos? quais as políticas estavam sendo criadas? Enfim... De lá pra cá, o processo amadureceu e fizemos nossa busca por caminhos para uma pesquisa de doutorado. A escolha pela Geografia Humana veio ao encontro de meus interesses no sentido de alinhar a minha área de formação que é o Turismo com a Geografia, justamente por ter como seu principal objeto de estudo o espaço.

Embora hoje já se tenha uma produção mais densa sobre turismo, dentro e fora da geografia, ainda há muito a ser pesquisado e compreendido, sobretudo porque o turismo tem sido tratado de forma mais descritiva do que verdadeiramente analítica. Com isso, o grande desafio teórico e metodológico desses tempos está em analisar e investigar o lugar do turismo no atual processo de produção do espaço.

Sob a égide do modo de produção capitalista, a ocupação do espaço vem se realizando pela sua fragmentação, tornando-se intercambiável a partir de operações que se realizam através do/no mercado, ou seja, o espaço entra no circuito da troca, também considerado uma mercadoria (CARLOS, 2011). Esse processo é e tem sido comandado pelos agentes hegemônicos, de um lado o Estado, enquanto instituição, e do outro o Mercado ao mesmo tempo em que cidadãos comuns participam de forma hegemônica,

E nesse sentido que aqui destacamos o uso do termo Estado, tendo sua origem na necessidade de uma classe social com vistas a manter seu domínio econômico a partir de um domínio político sobre outras classes. Com isso, fundamentando-nos na teoria marxiana, a função do Estado estaria em defender os interesses das classes dominantes por meio de seus instrumentos de regulação: sistema jurídico e o aparato militar e policial, produzindo a coesão social.

A discussão que empenhamos aqui traz a configuração desse Estado na atualidade como sendo uma estrutura que se configura como um dos agentes hegemônicos¹ no processo de produção do espaço, intervindo e reorganizando-o conforme o compartilhamento de suas ações com o Mercado. E por isso, um Estado inserido em um modelo econômico neoliberal, que independente do governo em exercício do poder, mas que o influencia sobremaneira e adquire características que vão ao encontro do que David Harvey (2005) estabelece como o “empresariamento da gestão urbana”, ou seja, gestão essa que vem sendo ditada pelo Mercado no espaço territorial.

Asseveramos, a partir do ponto de vista de Milton Santos (1994) ao utilizar a categoria Estado e fazer sua mediação com o espaço, que os espaços globais estão em adaptação permanente, o que consideramos a partir dessa forma de governar tida nos Estados, nosso posicionamento crítico em relação a esse Estado Neoliberal que se configura e ao Estado Brasileiro em função das ações e relações políticas estabelecidas pelos entes públicos e privados no mesmo caminho.

Ana Fani A. Carlos (2011) enfatiza que o Estado, através da política urbana, reorganiza as relações sociais e de produção ao desenvolver estratégias que orientam e asseguram a reprodução. Entretanto, sua intervenção poderá aprofundar as desigualdades como decorrência da orientação do orçamento, dos investimentos realizados no espaço, o que desencadeia processos de valorização diferenciados não só entre algumas áreas, mas também em detrimento de outras áreas e de distintos setores sociais. Nesse processo, o valor de troca pode ser constatado pela produção de simulacros espaciais por meio, por exemplo, de exigências do desenvolvimento do turismo ou revitalizações urbanas (CARLOS, 2011).

¹ Empregamos os termos “agentes hegemônicos”, “atores hegemônicos” ou “hegemonia” nesta tese, entendendo o conceito conforme a acepção do filósofo italiano Antonio Gramsci (1891 – 1937), que defende a hegemonia como uma dominação consentida, especialmente de uma classe social ou nação sobre seus pares. Na visão do autor, quanto mais difundida uma determinada ideologia, mais sólida fica a hegemonia e há menos necessidade do uso de violência explícita. Assim, a hegemonia exige o consentimento e as estruturas de poder e autoridade devem ser amplamente aceitas como naturais e legítimas. Ainda, ele constrói a concepção de um ‘Estado ampliado’, considerando a hegemonia política, que regida por um partido, parte de um processo de formação de consciência (construção da ideologia) que gira em torno daquilo que convém a esse partido que comandaria a sociedade. Por exemplo, o que se manifesta, quando os interesses, de uma classe (geralmente a burguesia) ou o Estado de um país, são identificados em detrimento aos interesses de toda a sociedade daquele país. Gramsci (1968) analisa o Estado moderno e a sociedade civil e refere-se à ordem jurídica como instrumento fundamental para a preservação do modo de produção existente no meio social. Em sentido estritamente etimológico, hegemonia significa liderança, derivada diretamente de do termo grego hēgemonia (liderança), que por sua vez, vem do verbo hēgeisthai (liderar).

Assim, o turismo aparece apenas como uma pequena parte nesse imenso jogo de relações. No Brasil, Hervé Théry (2018) considera que é uma nova ocasião de aprimorar o setor de turismo que ainda é muito aquém de seus potenciais, já que o país recebeu apenas 6,4 milhões de turistas estrangeiros em 2014, ano de realização da Copa do Mundo, bem abaixo dos 83,8 milhões que visitaram a França, país recordista no recebimento de turistas no mundo. Em vista dessa posição do Brasil no mercado internacional do turismo, dentre algumas de suas relações privilegiadas, o autor destaca o futebol como uma variável incomum, mas relevante nas análises no cenário mundial do Brasil.

Concordamos que com constância, uma das imagens do Brasil no mundo é evocada pelo futebol, e como uma grande potência nesse esporte, seus resultados figuram o país entre uma pequena elite, formada por algumas poucas nações como Alemanha, Inglaterra, França e Itália, por exemplo.

Enxergar a Copa do Mundo como objeto de pesquisa possível para análise nesta tese se fez pelo fato de esta gerar fluxos turísticos consideráveis, mas sobretudo por readequar as cidades onde se realiza, chamando a atenção para as implicações espaciais desse megaevento.

Logo, pensar o turismo, como um fenômeno social, mas também como uma atividade econômica com implicações espaciais, políticas, geopolíticas e ambientais, significa correlacionar a sua ambiguidade que faz parte da sua essência, que é ao mesmo tempo prática social e atividade econômica. Enquanto prática social, motivada por razões das mais diversas, seja de natureza íntima, gostos e apreciações, necessidades [...] foi convertida historicamente em atividade econômica. E como atividade econômica converte-se em um vetor do processo social e histórico de produção do espaço. Ao considerar o turismo uma atividade econômica, busca-se a racionalidade que está por trás do desenvolvimento dessa atividade no mundo e no Brasil de acordo com Rita Cruz (2000).

O desenvolvimento do turismo, inserido que está no movimento mais amplo da economia-mundo, realiza-se nos territórios de diferentes formas, pois não se pode perder de vista o que é geral do processo mundial e o que é específico de um determinado local. Como afirma Milton Santos (1996) o lugar oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização concreta.

Na tentativa de aproximação do contexto do desenvolvimento da atividade turística no Brasil, pode-se destacar também as características dos espaços globais

postuladas por Milton Santos (1994), as quais invadem e se realizam na prática real ao se realizar no plano do local, sendo: a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional; a produtividade espacial como dado na escolha das localizações; o papel da organização e dos processos de regulação na constituição das regiões; os espaços “requalificados” atendendo sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e desse modo sendo incorporados plenamente às correntes de globalização; os atores hegemônicos apenas se servindo de todas as redes e utilizando todos os territórios; como resultado da globalização, o próprio espaço sendo convertido num dado da regulação, seja pelo processo direto da produção (horizontalidade), seja pelos processos de circulação (verticalidade); e, a dinâmica dos espaços da globalização supondo adaptação permanente das formas e das normas.

No turismo, assim como em outras atividades, temos a partir de Santos (1994, p. 50) que, “

O mundo oferece as possibilidades e o lugar oferece as ocasiões. Não se trata aqui de um “exercício de reserva” de lugares, senão da “produção raciocinada de um espaço no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico.

Logo, ao considerarmos as políticas, que determinadas pelo Estado, passam por conexões internacionais para o exercício daquilo que deve ser regulado, ensejam desafios de coordenar várias esferas e interesses de poder, o que espera-se resultar em planos e projetos que possam ser executáveis de “uma forma coerente” com as peculiaridades do setor a que se destina, como é o caso do turismo, que constitui-se num vetor da expansão de espaços intensamente especializados, onde se desenvolvem atividades produtivas orientadas pelo setor terciário a serviço da produção capitalista no espaço..

De um lado, o Estado Brasileiro impõe uma regulação, como um agente político hegemônico e organizador da economia, que legitima as ações do capital oferecendo condições jurídicas e políticas, muitas vezes, por meio de subsídios e legislações. E, de outro, representando o Mercado, temos os megaeventos que são

promovidos por entidades privadas, no caso desta tese a Federation Internationale de Football Association - FIFA².

Assim, agentes como a FIFA intermediam a gestão urbana nos lugares em que se realiza a Copa do Mundo, mediante a aplicação de lógicas empresariais onde a produtividade, a competitividade e pressões internacionais fazem parte de planos e projetos, com vantagens de mercado para realização do megaevento.

No caso de cidades-sede da Copa do Mundo impõe-se uma gestão urbana específica, baseada em planos de *marketing* (geralmente de casos internacionais), propostos por consultores junto aos governos em seus diferentes níveis (federal, estadual, municipal), o qual opera regulando as ações no território a partir de normatizações.

No caso da Copa do Mundo 2014, em muitas ocasiões, a forma com que o Estado Brasileiro propôs regulações específicas, onde as relações entre interesses privados e públicos se reconfiguraram e entronizaram novas modalidades do exercício hegemônico, deu origem ao surgimento de uma legislação de exceção, porque as leis existentes não comportavam as exigências da entidade FIFA e também, no atendimento de interesses de muitos governos no âmbito local. Isso fez com que novas leis fossem criadas por um período provisório, ou seja, durante a realização do megaevento, mas que na atualidade algumas delas³ continuam em vigor. Sobre situações de exceção trazemos o que Giorgio Agamben (2004, p. 131-132) nos esclarece:

O estado de exceção, hoje, atingiu exatamente seu máximo desdobramento planetário. O aspecto normativo do direito pode ser, assim, impunemente eliminado e contestado por uma violência governamental que, ao ignorar no âmbito externo o direito internacional e produzir no âmbito interno um estado de exceção permanente, pretende, no entanto, ainda aplicar o direito. [...] No campo de tensões de nossa cultura, agem, portanto, duas forças opostas: uma que institui e que põe e outra que desativa e depõe. O estado de exceção constitui o ponto de maior tensão dessas forças e, ao mesmo tempo, aquele que, coincidindo com a regra, ameaça hoje torna-las indiscerníveis.

² FIFA - Federation Internationale de Football Association, fundada em 1904 e com sede em Zurique, na Suíça, é reconhecida como a entidade máxima do futebol, sendo promotora do megaevento Copa do mundo, estabelece um caderno de encargos a serem realizados pelo país-sede para sua realização. Também responsável pelas modalidades futsal e futebol de areia. Possui hoje 208 federações nacionais filiadas de diferentes nações, sendo vinculada ao Comitê Olímpico Internacional – COI.

³ Caso da Lei do RDC, explicado em mais detalhes no Capítulo 2 – no item 2.5.7.

Nesse sentido, o que se pretende destacar ao trazermos o conceito de Estado de Exceção desenvolvido pelo autor (que muitas vezes fez parte da história política do Brasil, como no período da ditadura), é que agora pode-nos ser transposto para o nosso contexto, especificamente, a partir das suspensões normativas que temos presenciado, quando da força que uma entidade privada internacional (caso da FIFA), pelo seu protagonismo, teve na realização da Copa do Mundo. A forma com que acontece a escolha dos lugares que os acolhem faz com que os megaeventos dramatizem, de acordo com Agamben (2004), uma ambiguidade dos sistemas jurídicos: ao mesmo tempo que a sociedade tem sua vida em curso (e com muitos problemas sociais aí inseridos), o megaevento tem que acontecer! e, para tanto, um conjunto de infraestruturas tem que ser disponibilizado, seguindo modelos dos países desenvolvidos que sediaram esses eventos, os quais têm outras realidades, não passíveis de comparação.

A escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol foi uma concertação de interesses e ocorreu por meio da lógica entre Estado e Mercado, não passando por longos processos de seleção como ocorre com outros megaeventos. Megaeventos como a Copa do Mundo promovem um ordenamento no território que podem vir ou não ao encontro de interesses e necessidades sociais.

Como alerta Carlos Vainer (2011, p.11), “o governo eleito governa, o legislativo municipal legisla... Mas a forma como governam e legislam produz e reproduz situações e práticas de exceção, em que poderes são transferidos a grupos de interesse empresarial.” E por isso, atualmente, as Copas do Mundo vem se situando nos países em desenvolvimento e a atuação sobre as cidades não acontece na perspectiva de considerar a sua totalidade, mas de atuar de forma fragmentada, com intervenções, dado um novo ordenamento territorial, que vem interessando diretamente ao capital imobiliário dessas cidades.

Nesse sentido, que Vainer (2011) e Nelma Gusmão de Oliveira (2015) , a partir das teorias do Estado de Exceção, estudado por Agamben, trazem-nos o conceito de “cidades de exceção”, , a realização de megaeventos.

No caso da Copa do Mundo, a FIFA, que impõe regras iguais a todos os territórios, os quais, por sua vez, são diferentes em sua gênese, produz efeitos que não são os mesmos e implicam em algum padrão de exceção na intervenção do Estado nos lugares. Esses padrões geralmente aplicam-se a parcelas restritas do

espaço das cidades, sendo as localizações estratégicas nas cidades-sede, e possivelmente em seu entorno. Logo, apenas uma parcela da população, tida entre a elite do país, sai ganhando os “equipamentos urbanos revitalizados”, provocando, dessa forma, uma maior exclusão por parte da população local.

As experiências com outros países-sede de megaeventos como China, Grécia e África do Sul, Canadá e até mesmo a França mostram que os equipamentos construídos para os megaeventos tem uma capacidade muito baixa de integração após a conclusão dos eventos. [...] No Brasil, a paixão futebolística e o tamanho de certas torcidas ameniza um pouco esse problema, porém, em Brasília, Manaus ou Natal, cidades que nem sequer tem equipes na primeira divisão nacional, isso certamente se evidenciará (JENNINGS *et al.*, 2014, p. 10).

Por outro lado, o discurso da promoção da imagem de um destino, do desenvolvimento social, de crescimento econômico e geração de emprego e renda, apareceu como uma condição *sine qua non* na atividade turística da Copa do Mundo no Brasil, sendo exaustivamente utilizado tanto pelos Governos, em suas gestões desde a captação do megaevento, como pela mídia em geral. Ademais, exaustivamente lembrado, o discurso acerca dos legados dos megaeventos incidiu por muitos aspectos que foram além da realização do evento em si, perpassando tanto a fase pré como pós-evento, a partir dos objetivos dos agentes (Estado e Mercado: Governos e FIFA) que tiveram o planejamento e a organização do megaevento em mãos.

Alguns aspectos que podemos analisar entre os discursos positivos foram sustentados pelo secretário executivo do Ministério do Esporte (a época), Sr. Luis Fernandez (2014, p. 57-59), para enfatizar a importância dada pelo governo, como responsável direto pelo megaevento, incorporando o Estado Brasileiro também responsável como país-sede em recebe-lo, sendo estes:

- Identificar nos megaeventos uma “Grande oportunidade em sediar”; uma “Chance única”; uma “Janela singular e histórica”;
- Organizar os dois eventos mundiais de maior repercussão do planeta;
- Acelerar a montagem da infraestrutura necessária para o desenvolvimento do País;
- Propiciar o fortalecimento e a expansão de políticas públicas garantidoras de direitos de cidadania;

- Alavancar cadeias produtivas e inovadoras em âmbito nacional e regional;
- Propiciar a irradiação de investimentos para além das 12 cidades-sede e do Rio de Janeiro partiu da ideia do conceito de nacionalização dos grandes eventos e da decisão estratégica em realizar os jogos da Copa nas 5 regiões do país;
- Dotar a Nação de “musculatura social e logística” capaz de garantir o desenvolvimento sustentável da economia e sociedade.

Não vamos aqui fazer uma análise de discurso da política brasileira, mas vimos enfatizar a sua importância em termos de influência sobre a legitimação de muitos dos significados dos megaeventos no país e a visão que permeou boa parte dos cidadãos brasileiros, principalmente da fase de pre-evento: exatamente a paixão pelo futebol foi uma das principais estratégias justificadas promovidas pela FIFA e Estado Brasileiro.

Por meio do discurso de oportunidade “única”, governo e mídia influenciaram a sociedade ao respaldar a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Ainda, podemos esclarecer um discurso para implementação e desenvolvimento de projetos estruturantes em distintas dimensões das políticas públicas, principalmente, ao atrelar a construção de erguer, modernizar e ampliar equipamentos e serviços que gerassem um melhor ambiente para a realização dos eventos e que permaneceria “em tese” como estruturas permanentes para a sociedade. Assim, o discurso político de governo esteve vinculado a implantação de um programa de desenvolvimento no país e conectado ao âmbito internacional aos parceiros da FIFA, logo o discurso de um suposto legado teve, também como estratégia, a transferência de responsabilidade financeira para as cidades e países-sede por um rigoroso controle político e jurídico sobre o território: agentes hegemônicos para atração de investimentos e abertura de financiamentos ao território (OLIVEIRA, 2014).

Desejou-se que todos os aspectos acima listados fossem ao encontro de anseios e demandas populares. No entanto, houve muitas reações e vieses permeados nesses discursos que, inclusive, estiveram presentes nas *Manifestações de 2013* no país. E que por sinal, tiveram no seu interior o chamado à realidade pela mobilização da juventude brasileira de algumas questões que ocorriam no país por conta do megaevento e os diversos interesses dos grandes grupos empresariais

hegemônicos por trás, o que fez com que tivéssemos à luz da sociedade, discursos realistas com o chamado “Não vai ter Copa”; “Ocupa Copa”; “Copa para quem?”. Esses diziam respeito a indignação com os gastos gigantescos com a Copa e a efetividade de seus legados.

Oliveira (2014, p. 31) comenta que “sempre que a sociedade civil interpela o poder do espetáculo, ele se vê constrangido a se reinventar, a mudar as regras do jogo, e isso é o que vem ocorrendo atualmente, especialmente a partir das crescentes ações questionadoras do Brasil”. As reivindicações foram muito além das preocupações conjunturais com os gargalos logísticos e de infraestrutura turística para a Copa, trataram da inversão de valores referente a educação pública, a falta de moradia, a prostituição infantil, a saúde pública precária e a ação predadora do capital imobiliário que são problemas sociais graves e relevantes existentes no país.

No caso do turismo, apesar de este ter uma forte representatividade econômica, em seu discurso de ser fonte de renda e de divisas para os locais que o abrigam como um setor econômico que polariza investimentos e benefícios para as cidades, este exerce influência sobre o espaço como um todo, muitas vezes, produzido na dependência de peculiaridades entre os anseios populares e as demandas dos agentes privados.

É o caso do que aqui delimitamos: a relação entre o megaevento Copa do Mundo, a regulação do território atrelada ao mesmo e as ações voltadas ao desenvolvimento do turismo.

Apoiando-nos em Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), partimos do pressuposto de que o Estado acolhe, cria ou recusa normas segundo informações globais que estão atuando no território, assim configurando-se novas funções, tomamos como objeto de análise a Copa do Mundo. Nos propomos analisar especificamente as cidades-sede que participaram dos programas do BNDES e BNB aplicados aos meios de hospedagem que fazem parte da hotelaria nacional e são um dos elos da cadeia turística.

Os principais sujeitos dessa relação na investigação da pesquisa são o Estado Brasileiro, a FIFA e o setor de hospedagem, concentrado nas cidades-sede de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Natal e Fortaleza, dado o fato de essas terem acessado o programa de financiamento ProCopa Turismo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os programas FNE-Proatur e FNE-MPE do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) que,

posteriormente, integraram o ProCopa Turismo a partir de informações públicas do Portal da Transparência (2016). Observa-se, a seguir, no **Mapa 1**, a representação cartográfica do escopo inicial da análise com a distribuição espacial dos Estados Brasileiros contemplados com a linhas de financiamentos públicos no país.

Mapa 1: Programa: BNDES PROCOPA TURISMO no Brasil

Considerando a importância dada a atividade turística pelo governo brasileiro, expressa principalmente pela produção de um discurso em prol do desenvolvimento de muitas localidades, supõe-se que as condições postas para a efetividade das ações para a realização da Copa foram atreladas às políticas estabelecidas no território. Isso posto, Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) reiteram que a prática do modelo econômico neoliberal traz mudanças na utilização do território, ao tornar seu uso mais seletivo do que antes, acaba por punir as populações mais pobres, isoladas, dispersas e mais distantes dos grandes centros “produtivos”. E o que vamos perceber a partir dos direcionamentos das políticas de Turismo no país, ao se tornarem seletivas e excludentes, na medida da implantação “dessa ou daquela” infraestrutura para o funcionamento da atividade.

Com isso, os direcionamentos financeiros das políticas implementadas nos países em um processo histórico e social podem explicar a forma como se deu a atuação relativa ao ProCopa Turismo e a relação com a produção do espaço do turismo sendo direcionada para determinadas regiões e cidades-sede. A força dessas cidades-sede para atrair investimentos em hotelaria no país foi estimulada pelo poder público a partir da vinculação aos programas do BNDES ou BNB utilizados pelos empreendedores. As empresas hoteleiras se beneficiam de um momento histórico do país, onde financiamentos públicos são disponibilizados com destaque para as redes internacionais. Com isso, a Copa do Mundo acabou criando condições para que essas empresas fizessem um uso corporativo do território, tirando proveito de financiamentos públicos a baixo custo oferecidos pelo Estado Brasileiro, tal como asseveram Santos e Silveira (2001).

Quanto às escalas de análise, esta pesquisa recorre a escala global, considerando a Copa do Mundo como um evento promovido por uma organização internacional, a escala nacional, as ações do Estado Brasileiro no sentido de viabilizar a Copa no país e a escala local, em que chegamos às cidades-sede, onde as ações irão se concretizar.

A FIFA, (e da mesma forma para o Comitê Olímpico Internacional - COI) que é uma entidade autônoma, com bandeira própria, sendo reconhecida pelos países que a acolhem, é considerada proprietária das atividades que presta, a exemplo da Copa do Mundo de Futebol ou Copa das Confederações, sobre a qual esta entidade tem o direito jurídico sobre o megaevento, e esses direitos também implicam em financiar parte das despesas com as cidades-sedes (COSTA, 2012).

A partir de um contexto internacional “os megaeventos estão intensamente implicados na produção do espaço urbano das grandes metrópoles europeias e norte-americanas desde meados do século XIX” (BRITO-HENRIQUES, 2013, p.165) e seu percurso histórico vem demonstrando que esses acontecimentos deixam heranças nos espaços onde se realizam. Essa razão pode explicar porque as alterações na legislação do país anfitrião de uma Copa do Mundo vêm ocorrendo de forma rápida e sendo comuns, à título de serem temporárias por ocasião do megaevento, na busca por adequar-se aos padrões da FIFA e ao perfil desse evento de interesse mundial.

As intervenções decorrentes das normatizações se dão em diferentes escalas espaciais; entretanto, enquanto escala local, a reação a determinada norma será diferente, não tendo o mesmo efeito sobre lugares distintos.

Com base nos pressupostos até aqui, definimos o **Problema de Pesquisa**:

- ❖ *Como a Copa do Mundo FIFA 2014 impactou o setor de turismo no Brasil, considerando, especificamente, o setor de hospedagem e as cidades-sede contempladas pelo ProCopa Turismo?*

Do problema de pesquisa acima, decorreu a definição das hipóteses para essa pesquisa e seus objetivos:

Hipótese 1 - A Copa do Mundo Fifa 2014, a despeito de um discurso veemente de favorecimento ao turismo internacional no Brasil, não impactou, de forma significativa os fluxos para o país nos anos seguintes.

Hipótese 2 - O fomento dirigido ao setor de hospedagem visando à Copa do Mundo FIFA 2014 teve impacto insignificante sobre o parque hoteleiro em se considerando as escalas nacional e regional, mas reforçou uma política de concentração de investimento público em áreas já valorizadas pelo turismo no território brasileiro.

Objetivos

Objetivo Principal

- ❖ Analisar os desdobramentos da Copa do Mundo FIFA 2014 sobre o setor turismo no Brasil, considerando as cidades-sede, especificamente, o setor de hospedagem e o Programa ProCopa Turismo.

Objetivos Específicos:

- ❖ Identificar as ações voltadas ao desenvolvimento do turismo considerando o dimensionamento de fluxos e a expansão do setor hoteleiro.
- ❖ Compreender a relação entre o megaevento Copa do Mundo e a regulação do território atrelada ao mesmo.
- ❖ Compreender o contexto político de ações que orientaram a realização do megaevento no Brasil.

Caminho Teórico-Metodológico

A teoria maior que fundamenta esta pesquisa advém de uma discussão sobre a regulação do território, a qual relacionamos ao megaevento esportivo Copa do Mundo e ao fomento ao turismo .

A partir de uma perspectiva do modelo econômico neoliberal da atualidade, considera-se alguns aspectos relevantes tidos como base para nossa análise:

- A forma como a regulação no território vem expressando-se atualmente, sendo o Estado o principal agente hegemônico de controle e poder, mas não o único, que vem compartilhando determinadas facetas com o Mercado, em seus processos econômico-sociais e mecanismos políticos com vistas ao desenvolvimento;

- O atual período técnico-científico-informacional postulado por Santos (1994) que vivemos e que se diferencia de outros períodos históricos, pela necessidade de regulação e de controle estrito, mesmo que a distância dos processos de produção, mas também da distribuição e de tudo que envolva o processo de trabalho, venha ao

encontro do fato de o Estado acolher tais determinações, podendo-se supor que sejam dotadas de uma intencionalidade específica, onde paralelamente ocorre a necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las (SANTOS, 1996).

- O território e o Mercado constituem campos de forças interdependentes, podendo-se afirmar que as normas a que se submetem são dinâmicas e autorreguladas.

- O local assume importância sendo reconhecido como um recorte territorial onde se podem conjugar interesses de vários agentes e segmentos envolvidos como o turismo, esporte, financeiro e imobiliário, a fim de adaptar-se as novas pressões da competitividade internacional que se apresenta, que como ressalta David Harvey (2005, p. 177) “a capacidade do capital multinacional de alta mobilidade de exercer maior seleção sobre a localização, realça a importância das condições específicas de produção em um determinado lugar”.

- O Estado, enquanto agente organizador da economia, vai legitimando as ações do capital, por meio de subsídios e legislações que visam dar condições jurídicas e políticas para que determinado megaevento ou para que seus efeitos tornem-se difusos. (MASCARENHAS, 2009).

- A captação e realização de eventos tornou-se uma estratégia de governos considerada importante instrumento da geração de fluxos turísticos e, por vezes, equilibradores da sazonalidade turística de muitas cidades, sendo esse um dos enfoques que fazem os megaeventos esportivos ocuparem lugar de destaque na sociedade.

- O contexto de desenvolvimento dos megaeventos no âmbito mundial traz em sua história um estado de emergência e exceção atrelados a marcos regulatórios empenhados nos países onde tem-se dado suas realizações.

Seguindo uma tendência internacional, o Estado Brasileiro ao demonstrar especial interesse na promoção e realização de megaeventos no início dos anos 2000, com a gestão do governo Lula da Silva teve o fortalecimento dessa proposta, um dos elos para esses acontecimentos, a implantação do Ministério do Turismo. A partir daí, começa-se a construir um projeto hegemônico de escala nacional: a vinda de muitos megaeventos ao país, que conseguiu por meio dessa ideia dominante, ao longo dos anos, unificar todas as elites nacionais em defesa dos megaeventos.

Com isso, para a atração desses megaeventos, oferecer contrapartidas econômicas, num discurso para o desenvolvimento econômico e social fez parte da

estratégia dos governos brasileiros (a época) que em continuidade, tiveram tal proposta como política de desenvolvimento de Estado dentro desse projeto nacional. Mas o interesse por regular e provocar o crescimento desse segmento demonstrou a dependência da dinâmica política, ao testemunhar na sua estrutura técnica e temporal, a geografização dos vetores da globalização nas cidades-sede de megaeventos.

A categoria “evento”, nos termos postulados por Milton Santos, é aquele que “pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo” (SANTOS, 1996, p.115), aquele que transforma o objeto, que muda as coisas, dando-lhe novas características a partir da ação humana. Com base em Milton Santos, entendemos que o megaevento Copa do Mundo constitui-se, também, portanto em evento, enquanto acontecimento impactante, capaz de mudar o curso da história nos lugares por ele tocados.

De acordo com Arlete Rodrigues (2006), no século XXI, a atividade turística no Brasil, seguindo também a linha política adotada pelo Estado, apresentou novas tendências como a descentralização da gestão e a adoção de um leque de estratégias de cooperação, alianças e parcerias para suprir bens e serviços que condizem a empresas. Novos arranjos comerciais já estariam sendo observados, devido ao interesse de grandes grupos estrangeiros no mercado brasileiro.

A Organização Mundial do Turismo – OMT (2011) e o Ministério do Turismo - MTUR (2012) consideram que o setor de turismo, por seu recente progresso mercantil e um posicionamento estratégico, ultrapassou nas últimas décadas mercados já consolidados como o do petróleo e o automobilístico. Também, reconhecemos que esse setor gera impactos positivos ao ser estimulado pelos megaeventos da atualidade.

Os megaeventos mostram-se como uma das formas de atrair a demanda turística internacional e poder desenvolver economicamente uma região ao transformar a infraestrutura local e propagar uma imagem turística em âmbito global, considerando aqui, obviamente, um ambiente, um local, um país, cujas preocupações sociais não estejam prementes, o que não foi o caso do Brasil.

Em determinadas localidades turísticas, o compromisso com a realização de eventos pelos governos, muitas vezes, ganha importância e prestígio. No entanto,

quando relacionado com práticas de planejamento (HALL, 2001), estas passam a ser 'rápidas e rasteiras', pois, frequentemente, ignoram a opinião da comunidade para acolher eventos. Na maioria das vezes, a participação da opinião pública para sediar eventos dá-se por meio de consultas a personalidades e a líderes de grupos de interesse, incluindo associações, agências-chave do setor público, entre outros, conforme Mules (2001) e Camargos e Santoro (2013).

Enquanto recorte temporal da pesquisa, *a priori*, buscamos analisar, especialmente, no âmbito do megaevento Copa do Mundo, o período compreendido entre 2007 (ano de captação da Copa do Mundo pelo Brasil) e o pós-evento (até o ano de conclusão desta tese).

Operacionalmente, fez-se necessário o levantamento de documentos de ordem jurídica, relacionadas com a normatização do megaevento Copa do Mundo no Brasil. Assim, a coleta de dados para a pesquisa documental se deu a partir de fontes primárias como: Leis, Decretos, Decretos-Leis, Planos, Projetos, Processos, Catálogos, englobando todos os documentos oficiais, jurídicos e publicações parlamentares, arquivos públicos disponíveis. Assim como documentos específicos utilizados como fonte da pesquisa: Matriz de Responsabilidades da Copa, Proposta Estratégica de Organização Turística para a Copa do Mundo, Plano Nacional de Turismo, Cartilha Parlamentar Nacional Anual do Turismo, Boletim Econômico do Turismo, Estatuto das Cidades e Constituição Brasileira.

A fim de refletir sobre a regulação no território, o uso das leis pode exprimir discursos referentes a determinadas práticas de ordem política e social. Assim, para essa reflexão foi observado o que ficou definido e nomeado para o campo de atuação política do governo brasileiro e da FIFA, que sendo propositalmente previsto, identificou, por intermédio das normatizações, os movimentos e as ações dos sujeitos de análise nas cidades-sede elegidas na pesquisa.

Seja na forma de imobilizar ou estimular determinadas práticas ou ideias, os documentos de ordem jurídica do Estado, num determinado território e num determinado tempo, permitem ao pesquisador entender os interesses e valores políticos, ideológicos, sociais e econômicos e dos governos vigentes durante sua produção, se tornando fonte de registro da sociedade, tal como assevera Alves, (1996). Desta forma, a análise não perde de vista que são as leis que regem o comportamento de pessoas e instituições visando um controle e disciplina por parte daqueles que as planejam e fazem os devidos direcionamentos de acordo com seus

interesses. Nesse sentido, relacionando o que foi produzido para o megaevento, entendemos que todas as normatizações/regulação foram dentro da(s) Lei(s) (im)posta(s), muito embora, também entendemos que as leis foram feitas em regime de emergência pelos agentes hegemônicos do processo a fim de produzir o que aqui denominamos de “legislação de exceção” um nova legislação (de isenções e favores fiscais e urbanísticos) transformando, o que denominou-se, em exceção à regra (VAINER, 2011).

Desse modo, avalia-se que com o método dialético e fundamentando-se por investigações documentais, bibliográficas e levantamento de dados chegamos a resultados que permitem compreender as relações contraditórias que se expressam no objeto de análise. Na sua operacionalidade, buscamos a identificação de ações estruturais nas cidades-sede, relacionadas ao contexto político-histórico-ideológico do país e do turismo no país.

Para a análise dos dados observou-se como ocorreu de fato na prática a implicação, ora determinada por tais documentos, do que objetivou-se normatizar, controlar, negar, inibir, constranger, imobilizar ou determinar em ações da vida na sociedade. Acrescenta-se a isso, a utilização de mapeamento temático cartográfico como recurso visual para a demonstração das análises. De acordo com Thery (2018, p.17) “Os processos sociais, seus atores e suas lógicas não aparecem no mapa, mesmo quando o determinam, mas geralmente tem uma dimensão espacial que o mapa revela”, considerando que o domínio do território vem sendo uma dimensão essencial das relações sociais, os mapas apresentam zonas distintas e contrastes bem marcados, e isso nos instigou a querer analisa-los.

No que diz respeito à estrutura da tese, os aportes teóricos e as análises com a pesquisa documental tratada acompanham o desenvolvimento do texto, aparecendo em função das necessidades pontuais de argumentação e de suporte de ideias, bem como de conceitos trabalhados pelos autores com os quais o diálogo se estabeleceu.

No que diz respeito a organização da tese, além dessa seção **Introdutória**, na qual são apresentados o tema da pesquisa, seus objetivos, objeto e o referencial teórico-metodológico, e da seção referente as **Considerações Finais**, é composta por outros três capítulos, findando com as ultimas seções.

No **Capítulo 1 – Turismo no Mundo e no Brasil: Reflexões Críticas introdutorias**, são apresentados e discutidos aspectos relativos ao setor turismo no

país e como esse se coloca no âmbito mundial. Ao tratar sobre o turismo no Brasil, trazemos à luz os marcos regulatórios da atividade turística que fazem parte do seu desenvolvimento enquanto tentativa de controlar e organizar o setor no território nacional.

O **Capítulo 2 – Copa do Mundo, Regulação do Território e Turismo**, descrevemos as relações entre esta tríade. Em um primeiro momento, abordamos os megaeventos esportivos como estratégia da reprodução do capital e, na sequência, os aspectos teóricos sobre a regulação do território. A seguir, trazemos o caminho do Brasil na rota dos megaeventos e com isso apresentamos a Copa do Mundo FIFA 2014 discutindo seus aspectos regulatórios. Logo, evidenciamos o Turismo no contexto dos financiamentos públicos no Brasil destacando os principais programas de governos e marcos regulatórios que fizeram parte da estrutura jurídica-institucional engendrada para o acolhimento do megaevento no país que dizem respeito: a Matriz de Responsabilidades da Copa e o Turismo; O ProCopa Turismo; ao PAC Turismo, ao PRONATEC Turismo; ao Plano de Promoção do Brasil na Copa; a Resolução GECOPA Nº 14/2012 - Plano de Preparação do Turismo no Brasil para a Copa; a Lei Federal Nº12.462/2011 - Regime Diferenciado de Contratações Públicas RDC, e especialmente, a Lei Federal No. 12.663/2012 – Lei Geral da Copa.

No **Capítulo 3 – A Copa do Mundo e o Fomento ao Turismo nas Cidades-sede**, ao destacarmos algumas Considerações sobre a preparação da Copa do Mundo FIFA 2014 e iluminarmos as relações advindas entre a Copa do Mundo e o setor de turismo estabelecidas com o megaevento, exploramos os principais desdobramentos sobre o setor de hospedagem analisando o Programa ProCopa Turismo. O capítulo expõe a dinâmica dos fomentos realizados no âmbito do turismo nas cidades-sede e cidades do entorno que se beneficiaram com a vinda do megaevento.

Nas Considerações Finais, buscamos sintetizar as conclusões a que chegamos a partir do percurso trilhado e sinteticamente descrito nos Parágrafos anteriores e na seção das **Referências** listamos todas as bibliografias consultadas, sites e leis consultados, que colaboraram, direta ou indiretamente, com o fornecimento de material de pesquisa usado na elaboração da redação da tese. Por último, as seções dos **Apêndices** e os **Anexos** em complementação as informações constantes na tese.

CAPÍTULO 1

TURISMO NO MUNDO E NO BRASIL: REFLEXÕES CRÍTICAS INTRODUTÓRIAS

Cada lugar é singular.
(Milton Santos, 1988)

O presente capítulo apresenta a conjuntura atual do setor de turismo considerando as interações de sua atuação no âmbito internacional e a partir delas a sua projeção para o turismo no Brasil fazendo uma relação com a regulação emanada do Estado para o setor turístico e as estratégias utilizadas no território, como o caso da realização de megaeventos esportivos muito presente neste século.

O grande desafio teórico e de método está em investigar o lugar do turismo dentro do processo social e histórico em curso, e também complexo e absolutamente amplo, na medida de sua produção e reprodução no espaço global e local. Trazemos o megaevento esportivo Copa do Mundo como um recorte temático de estudo de caso afim de podermos chegar a uma compreensão da participação do turismo nesse processo que também se mostrou conflituoso e contraditório ao se realizar na escala nacional do Brasil.

O capítulo está dividido em três partes, a partir de uma pesquisa documental, utilizando-se de dados públicos disponíveis pelos órgãos federais do turismo brasileiro e pelos agentes internacionais do turismo. A *1ª parte* (item 1.1) apresenta o Brasil no mapa do turismo internacional, onde buscamos focar as lógicas que regem sua movimentação na escala mundial com as relações no âmbito governamental, institucional-mercadológico a partir da basilar entidade mundial do setor: a Organização Mundial do Turismo - OMT. A *2ª parte* (item 1.2) que aborda o Turismo no Brasil, a partir deste século, trazemos à luz os principais dados do turismo brasileiro considerando sua evolução desde as determinações governamentais até dados de fluxos turísticos, PIB, receitas, financiamentos e regiões turísticas. E na *3ª parte* (item 1.3) são apresentados os marcos centrais regulatórios do turismo no Brasil com enfoque para o campo do direito, quando relacionado à atividade de eventos no desenvolvimento da atividade turística.

1.1 O Brasil no mapa do turismo internacional

Temos hoje um mercado mundial integrado dado todo o processo de globalização. Nesse sentido, como fica o turismo no mundo? A atividade econômica do turismo acontece nos lugares. E a nossa tentativa de entender o turismo no mundo é uma tentativa de entender como esta se realizando nos lugares e quais são as lógicas dominantes que regem o uso turístico desses lugares ao interagir com um megaevento. Para Cruz (2000) “a apropriação de um dado lugar pelo turismo impõe novas lógicas ao uso do território desse lugar. Ao uso cotidiano soma-se o uso efêmero desse espaços e a inserção dessa nova atividade econômica na vida do lugar impõe-lhe transformações, uma adaptação a nova realidade em construção.”

Para entendermos o turismo, precisamos ir além de considerá-lo como pratica social, a qual diz respeito ao interesse das pessoas em viajar, em passear e em ter lazer com a viagem, muitas vezes, desprovido de interesses econômicos ou aliando esta com atividades de negócios.

O turismo envolve diferentes atividades produtivas, mas também se localiza no campo das atividades improdutivas, como o comércio e serviços, consideradas em certa medida improdutivas por não venderem um bem tangível. Mas o que move o modo de produção capitalista é exatamente a produção de bens e mercadorias, o chamado capital produtivo.

Ademais, a atividade econômica do turismo tem uma marca registrada, podemos assim dizer, do ponto de vista trabalhista, com maior incidência em países latinos, que é a sua precarização, não que isso não exista em outras atividades econômicas ou aconteça em outros lugares mais desenvolvidos, mas no turismo há um índice muito alto de informalidade. Essa característica traduz a forma com que esse setor vem sendo trabalhado e desenvolvido no mundo, o que difere de lugar para lugar. Pelo olhar de Santos (1988)

Nenhum lugar pode acolher nem todas nem as mesmas variáveis, nem os mesmos elementos, nem as mesmas combinações. Por isso, cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular variáveis que

podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares. O acontecer global dá-se seletivamente, de modo ímpar, ainda que sempre comandado pela totalidade, e é isso o que nos leva imperativamente à necessidade de atentar para a história concreta do hoje, da comunidade humana, sua atualidade, não importa o lugar particular onde o novo se mostre.

No caso do turismo, atividade que envolve deslocamentos no espaço, os lugares são a principal motivação dos turistas que desejam vivenciar suas singularidades, e uma vez que a experiência torna-se um importante referencial para ordenação de determinado espaço, o lugar como categoria geográfica nos ajuda a entender os processos socioespaciais e as relações espaço-temporais, diante da formação dos espaços turísticos, com os acontecimentos globais, considerando que coabitam-se tempos diferentes em diferentes lugares. No caso do turismo brasileiro, Cruz (2000, p. 75) esclarece que embora as políticas setoriais sejam desarticuladas

O turismo cresce em importância, como agente (re)ordenador de territórios. Para que o turismo aconteça, inúmeros objetos são introduzidos no espaço, bem como são alteradas funções nos objetos preexistentes. Impõe-se uma nova estrutura, que não cessa de mudar porque o processo de transformação continua. E tudo leva a crer que essas transformações serão cada vez mais intensas, dada a crescente importância econômica do setor.

A isso, podemos complementar com o que Almeida (2001) aborda que na década de 1970 foram criadas nove regiões metropolitanas no Brasil: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, a partir da densidade dos novos sistemas de objetos e ações, da rapidez do ajuste das exigências do período, do tamanho da população, da concentração dos recursos econômicos, do dinamismo das atividades econômicas, das facilidades de circulação, da intensidade da vida de relações e, em especial, das articulações externas e internas ao país. Destacamos ainda que tais cidades, eleitas como parte do território nacional, estavam mais envolvidas nos circuitos internacionais e abertas aos impulsos das inovações técnicas e culturais. De lá pra cá, tais metrópoles se desenvolveram ainda mais e outras⁴ se sobressaíram no cenário do turismo no Brasil e se lançaram nas rotas do turismo internacional. Ao formarem arranjos espaciais específicos, com um mesmo conjunto de objetos

⁴ Podemos citar os 65 destinos brasileiros elegidos pelo Ministério do Turismo (MTur) no ano de 2007 para fazer parte de estratégias de marketing turístico nacional e internacional.

técnicos, essas cidades engendram uma nova geografia. Considerando aqui o conjunto de equipamentos infraestruturais voltados à realização do turismo, como rodovias, aeroportos, portos, ferrovias, bancos, universidades, entre outros, mais hotéis, restaurantes, atrativos turísticos, tem-se buscado viabilizar o desenvolvimento do turismo no Brasil para além da faixa litorânea assim como sua melhor inserção no mercado internacional, incorporando-se, por exemplo, nesse percurso histórico novas áreas pelo interior do país como, por exemplo, localidades nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Nas palavras de Santos (1985, p. 63) “As firmas mais poderosas agem mais eficazmente sobre o território” e podem renunciar a uma área específica “concentrando sua atividade numa porção do território, o que permite identificar uma situação de “oligopólio territorial”, ancorado nas “diferentes possibilidades de uso do território pelas firmas”. Isto significa dizer que tais cidades/regiões constituem espaços privilegiados no país ao incorporarem modernizações um tanto seletivas em tempos de globalização. E isso leva o Estado a mobilizar o espaço, muitas vezes na forma de projetos urbanos, para as mãos da iniciativa privada tendo aí uma estratégia comercial, e também política, em tempos de crise.

No entanto, e por isso mesmo, diferente de muitos outros países que já sediaram megaeventos, o Brasil é um país marcado por profundas desigualdades sociais e precariedade de serviços públicos (tais como transporte, saúde, educação, saneamento e coleta de lixo) o que faz com que fique muito mais aparente, no território, as seletividades de determinado segmento, como no caso do turismo e dos megaeventos que estamos analisando nesta pesquisa.

De acordo com a história, nessas ultimas décadas, o turismo tem estado pari passu com a indústria bélica e a petrolífera em termos de movimentação de capitais e de recursos numa escala planetária, variando de país para país. A importância do turismo tem que ser avaliada considerando as diferentes escalas. O turismo em uma escala mundo, do ponto de vista da sua organização, começa a partir das primeiras iniciativas de conversão da viagem em atividade turística na Inglaterra, e depois na França, países centrais do capitalismo contemporâneo. Logo, o turismo é um fenômeno datado historicamente a partir do século XIX, que tem uma íntima relação com o período pós-revolução industrial, com a invenção do trem a vapor, a modernização dos navios e depois o avião.

Cada vez mais uma quantidade maior de pessoas liberadas do seu tempo de trabalho pode se deslocar pelo mundo, tendo aí as condições materiais e imateriais para sua realização e promovendo um processo de valorização das viagens. Na medida que há o desenvolvimento de técnicas e competências (os progressos técnicos) para facilitar o processo de circulação, a invenção do turismo foi a conversão dos deslocamentos humanos (que sempre existiram na história da humanidade) em um produto, sendo uma atividade econômica que transforma a viagem em mercadoria a ser vendida.

Logo, a transformação da viagem (antes espontânea) em um objeto de consumo converteu-a em produto turístico. A sociedade precisou ser convencida de que viajar é uma coisa boa, de que viajar é algo que deve ser feito na sua vida seja porque razão for, sendo criada uma “aura” de positividade em torno das viagens.

A popularidade do setor se deu com o aumento das viagens de lazer e que foram facilitadas pelo conjunto de normas trabalhistas que abrangiam inclusive o período de férias remuneradas dos trabalhadores. Além disso, legislações específicas a respeito de práticas de turismo, de conservação e preservação do patrimônio histórico, criação de sindicatos e organizações representativas do setor também são fatores diferenciais para o crescimento da atividade. Tal cenário, de apoio e incentivo à prática do turismo, já preparava o século XX para a continuidade e evolução do setor.

Como prática econômica, o turismo ganhou importância para os governos e empresários, pois as lógicas que regem o desenvolvimento da atividade do turismo no mundo hoje são lógicas capitalistas, não é mais o turismo visto como prática social simplesmente, as pessoas viajam para onde elas são levadas, não para onde teoricamente gostariam de ir (CRUZ, 2018). Assim, o turismo é uma atividade econômica de serviços e para sua realização tem-se um rol de atividades produtivas de consumo não material que estão por trás, a exemplo, da indústria da construção civil com casas de segundas residências para o turismo de sol e praia; ou do segmento de eventos com a realização de suas diversas tipologias emergindo o turismo de negócios e eventos, o que tem impactado, sob diferentes aspectos, diversas cidades brasileiras.

De acordo com Almeida (2001, p. 396) “os eventos são poderosos instrumentos que antecipam a aceitação dessa nova lógica que invade o cotidiano de milhares de pessoas e empresas”, logo, a aquisição de novos produtos e serviços

tende a mudar o padrão tecnológico e organizacional dos diferentes setores produtivos, o que faz ser uma condição essencial para que ocorra a intensificação do processo de globalização da economia. Com isso, os eventos quando aliados ao turismo, movimentando a hotelaria, agências de viagens, companhias aéreas, restaurantes, *shoppings-centers*, entre outros setores, fortalecem a ideia do que há de moderno no mundo.

Alguns autores comentaram o papel dos eventos nos projetos de renovação urbana (HUGHES, 1993; MULES, 2001), podendo-se concluir que a criação de lugares para eventos passou a ser um fator imprescindível no desenvolvimento urbanístico. Nesse sentido, Getz (2004) reforça uma questão importante para os investigadores, que consiste em analisar as interações dos lugares de eventos com seu entorno, considerando a comunidade residente. Por sua vez, analisou as zonas de influência dos eventos no caso dos Jogos Olímpicos de Inverno de Lillhammer (Noruega), destacando os elementos dessas zonas em: vias de acesso; a localização dos espaços; os fluxos turísticos; a gestão de transportes; e o deslocamento de outras atividades. Outros estudos de Crompton e McKay (1994) e Dwer et al. (2000) apud Getz (2004) referiram-se a: distribuição espacial dos custos e benefícios; interesse da economia de eventos, para a definição da região em relação à qual devem ser avaliadas as vantagens econômicas; e a avaliação da distribuição espacial dos gastos pelos visitantes.

Conforme o exposto, considerando a atividade turística pelo viés econômico trabalhada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2010) em seu Termo de Referencia "Turismo no Brasil", apresentamos a seguir a Cadeia Produtiva do Turismo na **Figura 1**, a qual se compõe de variados setores que são determinados pela sua diversidade e operacionalização: Setores Líderes (aqueles que viabilizam a experiência do turista: Como chegar ao destino, O que comer, Onde hospedar, O que ver, experienciar e fazer, Quem organiza e realiza as operações, principalmente do receptivo); Serviços Relacionados; Indústrias Relacionadas; e, Atividades de Apoio. Além disso, é importante considerar a contribuição da produção associada, que deve ser considerada na adjacência desta cadeia produtiva, porquanto, pode conferir ao destino agregação de valor.

Figura 1: Cadeia Produtiva do Turismo

Fonte: SEBRAE, 2010.

Para entendermos a importância assumida pelo turismo na contemporaneidade lançamos o olhar para o entendimento do papel do Estado em meio às crises do capital, do valor, de produção capitalista que se vive e veio se aprofundando⁵ ao longo do século XX. Nesse sentido, Harvey (2005, p.35) desmitifica o papel do Estado na globalização neoliberal e desmascara a crise do capitalismo, considerando como centro de autoridade o Estado-Nação e afirma que

Toda a história do capitalismo é impensável sem a organização de uma estrutura regulatória para controlar, dirigir e limitar a competição. Sem o poder do Estado para por e manter em vigor a legislação referente à propriedade e aos contratos, sem falar da legislação sobre transportes e comunicações, os mercados modernos não poderiam começar a funcionar.

⁵ A partir dos anos 2000 os países capitalistas centrais denominados primeiro mundo passam a sofrer com os efeitos da crise, muito em função da estrutura econômica criada por esses mesmos Estados. Pode-se dizer que o século XXI começou com uma crise iniciada nos anos 1970 e 1980, que na época atingiu mais diretamente os países emergentes dos chamados terceiro mundo. Entre os anos 1980 e 1990, a crise se espalha para os ex-países socialistas do denominados segundo mundo, dando fim ao “breve século XX”. (PIERI; PANOSSO, 2018 p.62)

Com o desenvolvimento da atividade turística e sua importância no mundo, muitas organizações internacionais foram criadas ou incorporaram uma linha de interesse para tratar o setor, principalmente, “econômico” de turismo. Tais organizações, na escala mundo, buscam controlar e regular a atividade, como Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Com interesse mais específico em atividades de turismo: a **Organização Mundial do Turismo (OMT)**, a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a Organização Marítima Internacional (OMI), o Conselho de Cooperação Alfandegária (CCA) e órgãos regionais, como o Conselho de Turismo do Pacífico Sul (CTPS) e o Programa de Turismo da Organização dos Estados Americanos (OEA). (BENI, 2011).

O setor de turismo é influenciado com os tempos de crise, e a não ser por grandes catástrofes, tais como crises mundiais, guerras ou atentados, crises menores não impedem as pessoas de viajarem, pois elas facilmente mudam seus destinos de viagem. Isto faz com que uma ênfase seja dada às singularidades dos lugares, que são essenciais as redes hoteleiras, às empresas aéreas e à atividade turística em geral, resultando em uma adequação das políticas de desenvolvimento urbano às novas formas de gestão pública ligadas ao empreendedorismo urbano quando em tempos de crise financeira e de terceirizações na economia.

Segundo Harvey (2005, p. 230), o empreendedorismo urbano é

O padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONG's etc.) e interesses privados (empresariais e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro.

Esse padrão de conduta está intrinsecamente associado ao poder neoliberal da globalização contemporânea que está sendo praticada na maior parte do planeta. Ainda, o autor nos esclarece que é um erro considerar a globalização uma força causal com respeito ao desenvolvimento local, entendendo que as iniciativas locais podem alcançar a escala global e vice-versa, devendo-se vê-la como uma padronização geograficamente articulada das atividades e das relações capitalistas

globais. Isso significa que há muita evidência de desenvolvimento geográfico desigual (numa variedade de escalas) como a busca dos capitais móveis onde a força de trabalho mais barata e mais facilmente explorável se torna o guia para a mobilidade do capital e para as decisões de investimento.

Harvey (2011, p.7), ao analisar as crises do capitalismo, discute a sua espacialização, seus efeitos, impactos e respostas das populações e do Estado. E identifica seis princípios sobre os processos espaciais do capitalismo:

1º – os limites geográficos da acumulação do capital devem ser ultrapassados;

2º – a produção e a circulação do capital implicam na concentração geográfica do dinheiro, meios de produção e força de trabalho;

3º – o fato de os capitalistas serem atraídos para locais de lucro máximo leva a concentração e atividades em certos lugares;

4º – a produção do espaço, em geral, e da urbanização, em particular, tornou-se um grande negócio no capitalismo;

5º – após a década de 1970, a urbanização tornou-se global;

6º – a realização de novas geografias implica em mudanças na terra, pois os proprietários tem tudo a ganhar.

Ao analisarmos tais princípios no âmbito do turismo como uma atividade capitalista, encontramos significados, a partir da geografia, quando o turismo extrapola os territórios e ao mesmo tempo concentra suas atividades em certos lugares do mundo, como Londres, Cairo, Barcelona, Milão, Istambul, São Francisco e Paris. Produz espaços “supostamente únicos”, urbaniza outros, e teve um crescimento desenfreado após os anos 70. O pensamento em torno do planejamento da atividade começa a vigorar nessa época em vista das consequências deixadas pela má administração em muito locais. Nesse sentido, Harvey (2005) destaca que o que está em jogo é o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar que são dotados de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital e pessoas.

Esse tipo de governança urbana se orienta principalmente para a criação de padrões locais de investimentos, não apenas em infraestruturas físicas, como transportes e comunicações, instalações portuárias, saneamento básico, mas também em infraestruturas sociais de educação, ciência e tecnologia, controle

social, cultural e qualidade de vida (HARVEY, 2005). Dai advém que a busca de rendas monopolistas não se limita as práticas de empreendimentos imobiliários, iniciativas econômicas e recursos governamentais, essa busca tem uma aplicabilidade bem mais ampla.

Almeida (2001) assevera que o setor privado, além de contar com a colaboração no financiamento para ampliação ou mesmo construção de empreendimentos, beneficia-se, ainda, com os serviços urbanos oferecidos pelo poder público. A saber, projetos urbanos ditos “turísticos” como, por exemplo, aeroportos, rodovias, marinas, instalações de tratamento de água e de esgoto, restauração e manutenção de momumentos históricos, museus e centros de preservação ambiental, revelam a função econômica da atividade turística e a seletividade dos investimentos privados e, principalmente, dos investimentos públicos quando se trata da desigual valorização das cidades. Mas também, da sua função social quando auxiliam a vida da população fixa e não somente a dos turistas que chegam a um determinado destino.

De modo geral, as metrópoles brasileiras tem se adaptado as necessidades e aos interesses dos novos agentes econômicos, e o poder público tem exercido um papel estruturante, seja por intermédio do setor financeiro ou das políticas de planejamento. A isso, destacamos a lógica de ocupação do espaço urbano para o turismo, a qual vem sendo favorecida aos grandes grupos econômicos e parcelas da população, somadas a distribuição seletiva de infraestruturas e equipamentos urbanos em espaços também seletivos. Harvey (2005) concorda que vem sendo estimulada a capacidade localizadora de valorização do capital como no caso do turismo e dos megaeventos, tendo os governantes liberais essa visão de que o poder de atração de tais setores engendra o desenvolvimento econômico.

Considerando esse discurso, a valorização econômica ganha ênfase no setor de turismo no Brasil. Assim, o MTUR e a Fundação Getulio Vargas (FGV) realizam a *Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo (PACET)*, que já esta em sua 13ª edição, com dados e informações para verificar o desempenho e prognósticos para o ano posterior. Tal pesquisa vem se realizando anualmente, desde 2006 a partir de levantamentos realizados, de forma trimestral, pelo Boletim de Desempenho Econômico do Turismo (BDET), qualificando mais amplamente a evolução dos seguintes segmentos do setor turístico: agências de viagens, meios de hospedagem, transporte aéreo, transporte rodoviário, locadoras de automóveis,

operadoras de turismo, organizadoras de eventos, promotores de feiras e turismo receptivo.

De acordo com a PACET 2017 (FGV, 2017), referente a dados de 2016, a demanda para o turismo internacional se manteve aquecida, com um aumento das chegadas excedendo, pelo 7º ano sucessivo, a média de longo prazo (após a crise financeira e econômica mundial de 2009). Conforme dados divulgados pela Organização Mundial de Turismo⁶ (UNWTO), tal expansão ininterrupta não era registrada desde a década de 1960.

Como resultado, cerca de 300 milhões de viagens internacionais a mais foram feitas pelo mundo, comparativamente ao computado no ano pré-crise de 2008. Mesmo com os desafios globais enfrentados, principalmente os relativos à segurança, nos últimos anos, o setor de turismo tem mostrado força e resistência extraordinárias, pois os turistas mudam de destino de acordo com as facilidades que o capital ofereça.

Em relação ao turismo internacional, houve uma evolução ao considerar as estatísticas mais recentes divulgadas pela UNWTO, que confirmam as expectativas otimistas do órgão, alcançando o patamar de 1,235 bilhão em 2016, ante 1,189 bilhão em 2015 (3,9% a mais). Em 2017, a atividade superou as expectativas de crescimento, com 1.322 bilhão de viajantes internacionais, significando um aumento de 7% com relação a 2016 (OMT, 2018).

Figura 2: Importância do turismo na economia mundial – impactos econômicos

Fonte: OMT, 2018.

⁶ OMT – Organização Mundial do Turismo. Sigla em inglês: UNWTO – United Nation World Tourism Organization. A sigla OMT será utilizada quando se tratar de uma referência em português. A sigla UNWTO será utilizada quando se tratar de uma referência em inglês.

Conforme **Figura 2**, o setor de turismo é responsável por 292 milhões de empregos, o equivalente a 1 em cada 10 na economia global. Além disso, os dados relativos à evolução de 2003 a 2017, que estão discriminados no **Gráfico 1**, devendo-se esclarecer que esses dados confirmam a capacidade do setor, mesmo em meio a desafios econômicos e políticos, movimentou US\$ 7,6 trilhões em 2017, representando 10% de toda a riqueza gerada na economia mundial, conforme dados da World Travel & Tourism Council (WTTC, 2018).

Gráfico 1: Chegadas de turistas internacionais no mundo (em milhões)

Fonte: OMT, 2018.

A representação desse crescimento exponencial dos turistas em viagens pelo mundo no período pós-crise posterior a 2009, é devido principalmente as facilidades econômicas oferecidas pela oferta turística em vista da concorrência no setor dos principais destinos turísticos mundiais.

De acordo com a **Figura 3**, do total de 1,322 milhão de chegadas internacionais de turistas em 2017, 671 milhões correspondem à Europa (51 milhões a mais do que em 2016), 324 milhões à Ásia e Pacífico (um aumento de 21,1 milhões), 207 milhões às Américas (um acréscimo de 6,1 milhões), 62 milhões à África (3,8 milhões a mais) e 58 milhões ao Oriente Médio (4,4 milhões a mais).

Figura 3: Chegadas Internacionais de Turistas por Região

Fonte: OMT, 2018.

A exemplo da crise financeira nos países europeus como, Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (PIIGS⁷), que são considerados destinos turísticos maduros, foi gerada uma necessidade e uma busca pela entrada de capitais, sendo assim, a recepção de turistas internacionais tornou-se algo extremamente interessante, capaz inclusive de alterar políticas migratórias, especialmente em momentos de déficit nas contas nacionais, no consequente descrédito dos agentes financeiros internacionais e da necessidade de equilíbrio dos países (PIERI; PANOSSO, 2018).

As informações a respeito da evolução das chegadas internacionais de turistas na escala mundo são mostradas a seguir. Para 2018, a expectativa é que o número de turistas continue em expansão, embora em um ritmo menor, a uma taxa de 4% a 5%, acima do projetado pela OMT para o decênio 2010-2020 (aumento médio de 3,8%). A Europa e as Américas devem crescer cerca de 3,5% a 4,5%, respectivamente. Ásia e Pacífico devem ter taxas de crescimento na casa dos 5%

⁷ PIIGS - acrônimo pejorativo em língua inglesa: *Pigs*, em inglês, significa porcos. Denominação criada pela imprensa para designar os países cujas economias estão em crise na Europa: Portugal, Italy, Ireland, Greece, Spain.

6%, África em 5% a 7% e Oriente Médio em 4% a 6%. E, até 2030, a OMT prevê que o número de turistas internacionais atingirá a marca de 1,8 bilhão, conforme o demonstrado no **Gráfico 2**.

Gráfico 2: Previsão de Chegadas Turistas Internacionais ate 2030

Fonte: UNWTO, 2016.

Olhando com cuidado para as estatísticas sobre o turismo mundial, elas nos permitem fazer algumas considerações. Segundo o relatório da UNWTO (2018) intitulado⁸ "Impacto Econômico das Viagens & Turismo 2018 – Março de 2018", o turismo responde por um em cada 10 empregos gerados no mundo representando 10% do PIB (Produto Interno Bruto) global e 30% dos serviços exportados no planeta. Além disso, somou US\$ 1,4 trilhão em exportações no ano 2018, ou 7% de todas as vendas externas mundiais.

O órgão, que busca apresentar um raio-x da movimentação turística, também destacou como a recuperação econômica de economias como Brasil e Rússia vem beneficiando tanto destinos desenvolvidos quanto emergentes, bem como a contínua ascensão da Índia. A França continuou sendo o destino turístico mais visitado com 86,9 milhões de visitantes, com a Espanha ocupando o segundo lugar

⁸ Título original em inglês: Travel & Tourism Economic Impact 2018.

(81,8 milhões). Para o *ranking* na América do Sul o Brasil aparece como segundo país mais visitado com 6,5 milhões e Argentina com 6,7 milhões de visitantes.

Dessas movimentações e considerando a **Figura 3**, temos como resultado: 51% foram na Europa, 24% na Ásia, 16% nas Américas, 6% na África e 4% no Oriente Médio. Os turistas geraram US\$ 1,3 trilhão em gastos nos destinos, com 37% ficando na Europa, 30% na Ásia, 26% nas Américas, 5% no Oriente Médio e 3% na África.

De acordo com UNWTO (2019b), em sua pesquisa anual “Barômetro e Estatísticas Mundiais de Turismo da Organização Mundial do Turismo (OMT)⁹” de janeiro de 2019, as chegadas de turistas internacionais em todo o mundo foi 1,4 milhões (aumentando 6% do ano anterior) em 2018, dois anos antes das previsões realizadas para o decênio 2010 a 2020. Esse notável crescimento consolida os fortes resultados registrados em 2017 (+ 7%) e faz de 2018 o segundo ano mais forte desde 2010. A seguir apresentamos os principais índices mundiais registrados pela pesquisa.

De acordo com a **Figura 4**, os resultados por região indicam que houve crescimento das viagens internacionais: Oriente Médio (+10%, 64 milhões chegadas de turistas internacionais), África (+7%, Norte da África a +10% e Subsaariana +6%, 67 milhões de chegadas), Ásia e Pacífico e Europa (ambos a + 6%) lideraram o crescimento em 2018, Ásia e Pacífico (+6%) registraram 343 milhões de chegadas de turistas internacionais. As chegadas no Sudeste Asiático cresceram 7%, seguidas pelo Nordeste da Ásia (+6%) e Sul da Ásia (+5%). A Oceania apresentou um crescimento moderado de + 3%. Os resultados gerais foram impulsionados por um ambiente econômico favorável: viagens aéreas mais acessíveis, modernizações tecnológicas, novos modelos de negócios e facilitação de vistos e forte demanda de saída dos principais mercados de origem.

Os desembarques para as Américas, por sua vez, podemos verificar no **Gráfico 3**, ficaram abaixo da média mundial, com aumento de 3%, tiveram 217 milhões de chegadas internacionais com resultados variados entre destinos. O crescimento foi liderado pela América do Norte (+4%), seguido pela América do Sul (+3%), enquanto América Central e Caribe (ambos -2%) refletem o impacto dos furacões Irma e Maria em 2017.

⁹ Título original em inglês: UNWTO World Tourism Barometer and Statistical Annex.

Figura 4: Chegadas Internacionais de Turistas por Região em 2018.

Fonte: UNWTO, 2019b.

As chegadas internacionais de turistas na Europa atingiram 713 milhões em 2018, um aumento notável de 6% em relação a um ano excepcionalmente forte em 2017. O crescimento foi impulsionado pela Europa Meridional e Mediterrânea (+7%), Europa Central e Oriental (+6%) e Europa Ocidental (+6%). Os resultados no norte da Europa ficaram estáveis devido à fraqueza das chegadas ao Reino Unido.

Entre os dez maiores países emissores do mundo, a Federação Russa (+16%), a França (+10%) e a Austrália (+9%) relataram o aumento mais forte das despesas de saída nos primeiros nove a onze meses de 2018. A República da Coreia (+6%) também registrou sólidos números de despesas, todos eles impulsionando o crescimento limitado em suas respectivas regiões e para além dela.

Com base nas tendências atuais, as perspectivas econômicas e o Índice de Confiança da UNWTO, prevêem um crescimento de 3% a 4% nas chegadas internacionais em todo o mundo em 2019, mais em linha com as tendências históricas de crescimento. As tendências mostram também a força nos mercados emergentes, especialmente da Índia e da Rússia, mas também de mercados de origem asiáticos e árabes.

Gráfico 3: Representação gráfica das Chegadas Internacionais de Turistas em 2018 e seu Crescimento em %

Fonte: UNWTO, 2019b.

Em um ambiente econômico favorável foram identificados fatores condicionantes ao desenvolvimento do turismo mundial (UNWTO, 2019b):

- Forte demanda dos principais mercados emissores;
- Estabilidade dos preços do petróleo (combustíveis) tende a se traduzir em viagens aéreas acessíveis;
- Melhor conectividade aérea tende a facilitar a diversificação dos mercados de origem;
- Consolidação de recuperação em principais destinos afetados por crises anteriores;
- Maior facilitação de vistos.

Ao mesmo tempo, a desaceleração econômica global, a incerteza relacionada ao *Brexit*¹⁰, bem como as tensões geopolíticas e comerciais podem levar a uma atitude de “esperar para ver” entre investidores e viajantes (UNWTO, 2019b). Ao

¹⁰ *Brexit*: A saída do Reino Unido da União Europeia (UE) é apelidada de *Brexit* originada na língua inglesa resultante da junção das palavras *British* (britânico) e *exit* (saída).

reconhecemos as crises de valor, ao mesmo tempo, detectamos que houve a transferência de capitais para o campo do turismo, ao considerar o PIB da atividade turística, que se mantém em torno de 10% dentre tantas atividades econômicas, e comparativamente ao PIB mundial, ele vem crescendo mais.

É nesse contexto segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2018) que o turismo se revela um importante aliado para impulsionar o desenvolvimento econômico, pois, nas últimas décadas, o setor apresentou crescimento contínuo e se destacou como um dos mais significativos da economia global, pela sua capacidade de atração de investimentos. E sobre o papel de tal organização que trataremos brevemente a seguir.

1.1.1 A Organização Mundial do Turismo (OMT) e a estruturação do setor

A Organização Mundial do Turismo (OMT), como a principal organização internacional no campo do turismo, é o organismo pertencente à estrutura da Organização das Nações Unidas que busca promover de um “turismo responsável, sustentável e acessível para todos”. Ela defende que o turismo contribui para o crescimento econômico, desenvolvimento inclusivo e sustentabilidade ambiental, e oferece liderança e apoio ao setor para expandir suas políticas de turismo em todo o mundo.

A OMT defende a aplicação do Código Global de Ética para o Turismo para maximizar a contribuição socioeconômica do setor, minimizando seus possíveis impactos negativos, e está comprometida em promover o turismo como um instrumento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Além disso, gera conhecimento sobre mercados, promove políticas e instrumentos para o turismo competitivo e sustentável, promove educação e a formação em turismo e trabalha para tornar o turismo uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento por meio de projetos de assistência técnica em mais de 100 países do mundo. Seus membros incluem 158 países, 6 países membros associados (Aruba-Caribe, Flanders-Bruxelas, Hong Kong-China, Macao-China, Madeira-Portugal, Puerto Rico) e mais de 500 membros afiliados representando o setor

privado, instituições educacionais, associações de turismo e autoridades locais de turismo.

A OMT reconhece o turismo como uma atividade econômica importante na maioria dos países ao redor do mundo. E considera, além do impacto econômico direto, seus impactos indiretos e induzidos, o quais são significativos e capturados através de sua pesquisa anual. A metodologia da Conta Satélite de Turismo ("Tourism Satellite Accounting – TSA": RMF 2008), aprovada pela Divisão de Estatística das Nações Unidas, quantifica apenas a contribuição direta do setor.

A contribuição direta do setor para o PIB reflete os gastos internos em turismo (gastos totais dentro de um país em turismo por residentes e não residentes para negócios e lazer) assim como gastos governamentais individuais (gastos do governo em serviços de turismo diretamente ligados a visitantes, tais como culturais - por exemplo, museus, ou recreativos - por exemplo, parques nacionais). Tal contribuição é calculada para ser consistente com a produção do país, expressa na Contabilidade Nacional com a definição do PIB do Turismo a partir do gasto interno total, de setores característicos do turismo, como: hotéis, companhias aéreas, aeroportos, agentes de viagens e serviços de lazer e recreação que lidam diretamente com turistas (UNWTO, 2018).

A contribuição total do setor inclui seus "impactos mais amplos", ou seja, os impactos indiretos e induzidos sobre a economia. A contribuição "indireta", de acordo com UNWTO (2018) inclui o PIB e os empregos apoiados por:

- Gastos com investimentos em turismo - um aspecto importante da atividade atual e futura que inclui atividades de investimento, como a compra de novas aeronaves e a construção de novos hotéis;
- Gastos coletivos do governo - que ajudam a atividade de Turismo de diversas maneiras, como em nome da 'comunidade como um todo' - por exemplo, marketing e promoção turística, aviação, administração, serviços de segurança, serviços de saneamento de área, etc;
- Compras domésticas de bens e serviços pelos setores que lidam diretamente com turistas - incluindo, por exemplo, compras de alimentos e serviços de limpeza por hotéis, de serviços de combustível e serviços de *catering* por companhias aéreas e serviços de TI por agências de viagens.

A contribuição "induzida" mede o PIB e os empregos apoiados pelos gastos daqueles que são direta ou indiretamente empregados pela indústria do turismo.

A contribuição direta do setor para o PIB em 2017 foi de R\$ 190,2 bilhões (2,9% do PIB). A previsão é de um aumento de 2,7% para R\$ 195,4 bilhões em 2018. Isso reflete principalmente a atividade econômica gerada por setores como hotéis, agências de viagens, companhias aéreas e outros serviços de transporte de passageiros (excluindo serviços de transporte público). Mas também inclui, por exemplo, as atividades das indústrias de restaurantes e lazer diretamente apoiadas pelos turistas. Já em relação a postos de trabalho diretamente em 2017, o setor de turismo gerou 2.337.000 (2,6% do emprego total) e espera-se um crescimento de 2,4% em 2018 para 2.393.000 (2,6% do emprego total). Isso inclui o emprego de hotéis, agentes de viagens, companhias aéreas e outros serviços de transporte de passageiros e as atividades das indústrias de restaurantes e lazer (UNWTO, 2018).

A OMT (UNWTO, 2018) aponta que as chegadas de turistas são um componente chave da contribuição direta do setor. Em 2017, o Brasil gerou R\$ 19,2 bilhões em chegadas de turistas. Em 2018, espera-se um crescimento de 10,6% e que o país atraia 5.992.000 milhões de chegadas de turistas internacionais.

O setor atraiu investimentos de capital na ordem de R\$ 62,8 bilhões em 2017. Espera-se que este valor aumente 2,6% em 2018 e aumente 5,3% ao ano nos próximos dez anos, para R\$ 107,4 bilhões em 2028. Os gastos com viagens de lazer geraram 87,9% do PIB total das viagens em 2017 (R\$ 296,9 bilhões), comparado com 12,1% dos gastos com viagens de negócios (R\$ 41,1 bilhões). Os gastos com viagens domésticas geraram 94,3% do PIB direto em 2017, comparado com 5,7% para as chegadas de visitantes (ou seja, gastos com visitantes estrangeiros ou receitas de turismo internacional) (UNWTO, 2018).

A OMT elaborou um verdadeiro raio-x da movimentação turística mundial em 2017. O Brasil aparece como segundo país mais visitado na América do Sul, com 6,5 milhões de turistas, mas está fora do *ranking* global (OMT, 2018). De acordo com o **Quadro 1** a seguir podemos acompanhar em milhões a chegada de turistas:

Quadro 1: Raio-X da movimentação turística mundial pela OMT em 2017.

10 Países mais visitados por estrangeiros	10 Maiores receitas geradas por visitantes
França: 86,9 milhões Espanha: 81,8 milhões Estados Unidos: 75,9 milhões China: 60,7 milhões Itália: 58,3 milhões México: 39,3 milhões Reino Unido: 37,7 milhões Turquia: 37,6 milhões Alemanha: 37,5 milhões Tailândia: 35,4 milhões	Estados Unidos: US\$ 210,7 bilhões Espanha: US\$ 68 bilhões França: US\$ 60,7 bilhões Tailândia: US\$ 57,5 bilhões Reino Unido: US\$ 51,2 bilhões Itália: US\$ 44,2 bilhões Austrália: US\$ 41,7 bilhões Alemanha: US\$ 39,8 bilhões Macau: US\$ 35,6 bilhões Japão: US\$ 34,1 bilhões
10 Países mais visitados na Europa	10 Países mais visitados na Ásia
França: 86,9 milhões Espanha: 81,7 milhões Itália: 58,2 milhões Reino Unido: 37,6 milhões Turquia: 37,6 milhões Alemanha: 37,4 milhões Áustria: 29,4 milhões Grécia: 27,1 milhões Rússia: 24,3 milhões Polônia: 18,4 milhões	China: 60,7 milhões Tailândia: 35,3 milhões Japão: 28,6 milhões Hong Kong (China): 27,8 milhões Malásia: 25,9 milhões Macau (China): 17,2 milhões Índia: 15,5 milhões Cingapura: 13,9 milhões Coreia do Sul: 13,3 milhões Indonésia: 12,9 milhões
10 Países mais visitados nas Américas	Países mais visitados do Caribe
Estados Unidos: 75,9 milhões México: 39,3 milhões Canadá: 20,8 milhões Argentina: 6,7 milhões <i>Brasil: 6,5 milhões</i> Chile: 6,4 milhões Colômbia: 4 milhões Peru: 4 milhões Uruguai: 3,7 milhões Costa Rica: 2,9 milhões	República Dominicana: 6,1 milhões Cuba: 3,9 milhões Porto Rico: 3,8 milhões Jamaica: 2,3 milhões Bahamas: 1,4 milhão Aruba: 1 milhão
Países mais visitados da África	Países mais visitados do Oriente Médio
Marrocos: 11,3 milhões África do Sul: 10,2 milhões Tunísia: 7 milhões Zimbábue: 2,4 milhões Costa do Marfim: 1,8 milhão Maurício: 1,3 milhão Quênia: 1,3 milhão	Arábia Saudita: 16,1 milhões Emirados Árabes Unidos: 15,8 milhões Egito: 8,1 milhões Bahrain: 4,3 milhões Jordânia: 3,8 milhões Israel: 3,6 milhões Oman: 2,2 milhões Catar: 2,2 milhões
Países mais visitados da Oceania	
Austrália: 8,8 milhões Nova Zelândia: 3,5 milhões	

Fonte: OMT, 2018.

A partir dessa movimentação turística mundial, pode-se inferir a importância do setor turístico na economia de países como França, Espanha e Estados Unidos que ultrapassam 70 milhões de visitantes e por consequência também os maiores em geração de receitas. Destacamos a proeminência dos países europeus e aqueles localizados na Ásia, e mais com destaque de Marrocos e África do Sul no

continente africano e Arabia Saudita e Emirados Arabes Unidos no Oriente Medio que ultrapassam o numero de visitantes dos países das Americas do Sul e Central.

Outro documento da OMT publicado em 2018 intitulado “*Overtourism? Understanding and Managing Tourism Growth beyond Perceptions*”(Excesso de turismo? Compreendendo e gerindo o crescimento do turismo para além das percepções), propõe 11 estratégias e 68 medidas¹¹, para ajudar na gestão dos crescentes fluxos de turismo urbano e seu impacto nas cidades a fim de beneficiar visitantes e residentes. O relatório inclui uma análise das percepções dos residentes em relação ao turismo em oito cidades europeias – Amsterdã, Barcelona, Berlim, Copenhague, Lisboa, Munique, Salzburgo e Tallinn (UNWTO, 2018).

Entre estas medidas, a orientação para a organização de mais eventos em partes menos visitadas da cidade e nos arredores e o estímulo à realização de eventos em meses fora de pico, aparece como estratégias de governo como uma das formas de se trabalhar melhor a atividade turística nas cidades, potenciais destinos e destinos consolidados.

Aproximando a esse cenário do contexto brasileiro, trataremos a seguir da atividade turística no Brasil .

1.2 O Turismo no Brasil

O turismo no Brasil tem muito do que acontece no mundo, existindo mediações que são feitas em escala nacional, como a questão econômica e política ou cultural, que, naturalmente, fazem do Brasil, tal como qualquer outra nação, um país único. A participação do turismo no PIB brasileiro é ínfima se comparada com países tradicionalmente líderes em turismo como Espanha e França, mas em uma escala mundo o turismo tem representado um importante setor.

Ao falarmos do turismo no Brasil, podemos pensar o que temos se nos compararmos aos países com pleno desenvolvimento turístico, com índices elevados de fluxos de turistas, e em territórios que muitas vezes não chegam a 1/10 do nosso país?

¹¹ As estratégias e medidas para lidar com o crescimento dos visitantes nas cidades encontram-se no original em inglês no **Anexo A**.

Os anos de 2003 e 2008 foram marcados pela criação do Ministério do Turismo e da Lei Geral do Turismo, respectivamente. Esses acontecimentos fazem parte de marcos regulatórios importantes para o turismo brasileiro, os quais serão vistos em mais detalhes no item 1.3 desse capítulo.

No início de século XXI, apesar de o turismo brasileiro ter avançado no fluxo de turistas, em infraestruturas receptivas e na realização de grandes eventos, o país sofre com a crise econômica e financeira mundial e que impactou nossos destinos turísticos. De acordo com o Ministério do Turismo (2018), a participação direta do turismo na economia foi de US\$ 56,8 bilhões em 2016, o equivalente a 3,2% do PIB. Já a contribuição total do setor foi de US\$ 152,2 bilhões, 8,5% do PIB Nacional. A WTTC estima um crescimento de 3,3% até 2027, chegando à contribuição total do setor na economia em 9,1% do PIB, o equivalente a US\$ 212,1 bilhões..

Gráfico 4: Impacto no PIB por setor no Brasil (2016)

Fonte: BRASIL, 2018.

Com relação ao turismo nacional, ao longo de 2016, detectou-se que as preferências por viagens pelo Brasil superaram amplamente aquelas a serem realizadas para o exterior. Tal fato decorreu, em grande parte, da alta cotação do dólar e do euro, do menor custo de realização de viagens pelo país, bem como do fortalecimento e majoração da competitividade do turismo interno. Isso faz com que

uma parcela dos turistas nacionais troque as viagens internacionais por viagens pelo Brasil, proporcionando maior movimento da economia nacional (FGV, 2017).

A receita cambial turística, que são os gastos realizados por estrangeiros em viagem pelo Brasil, alcançou, em 2016, US\$ 6024 milhões (3,08% a mais do que os US\$ 5844 milhões auferidos em 2015), mantendo-se acima da média (US\$ 5896 milhões) computada dos últimos 10 anos (FGV, 2017). Mas o ano com a maior receita é, não por acaso, 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil.

O **Gráfico 5** a seguir mostra a evolução dos dados referentes ao decênio 2007-2016, relativos aos gastos efetuados pelos turistas estrangeiros que visitaram o Brasil, divulgados pelo Banco Central, no que diz respeito às contas de viagens, do balanço de pagamentos, revisadas de acordo com metodologia internacional, bem como a média histórica (US\$ 5896 milhões) apurada nesse período. Importante destacar que este decênio abrange os três megaeventos esportivos realizados no país neste século.

Gráfico 5: Receita Cambial Turística Anual 2007 a 2016 (US\$ Milhões)

Fonte: BCB, 2016.

A despesa cambial turística (que são os gastos de brasileiros em viagens ao exterior), totalizou, em 2016, US\$ 14497 milhões, o que equivale a um percentual 16,48% inferior à de 2015, quando a despesa somou US\$ 17357 milhões (PACET, 2017).

Gráfico 6: Corrente Cambial Turística Anual 2007 a 2016 (US\$ Milhões)

Fonte: BCB, 2016.

Já a corrente cambial turística (receita mais despesa), diminuiu de US\$ 23201 milhões, em 2015, para US\$ 20521 milhões, em 2016 (-11,55%). O **Gráfico 6** mostra o crescimento da corrente cambial anual de 2007 a 2014 (inclusive) e o declínio a partir de então, bem como a média histórica (US\$ 23029 milhões) referente ao período em pauta (PACET, 2017).

Segundo a *PACET* (FGV, 2017) é importante salientar que, no decorrer de 2016, detectou-se, de modo geral, amplo predomínio de intenção de viagens pelo Brasil em relação ao propósito de realização de viagens para o exterior, em todas as

segmentações da pesquisa (intervalos de renda familiar, faixa etária, grau de instrução, local de residência e gênero dos informantes).

A intenção de viagem retrata a expectativa das famílias brasileiras de consumir os serviços relacionados ao turismo nos próximos 6 meses, sendo realizada com base numa amostra de mais de 2000 domicílios nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, porção que faz parte das regiões economicamente mais dinâmicas e ricas do país. Destaca-se que as empresas de turismo receptivo são importantes vetores de informações sobre o comportamento e as tendências de compra dos turistas que adquirem passagens para determinadas regiões. Os mais importantes mercados atendidos pelas principais empresas de receptivo no país de acordo com a PACET 2017 são: Europa Ocidental (principalmente Inglaterra, Alemanha, Espanha e Portugal), seguido dos Estados Unidos e dos países sul-americanos. O destino internacional mais citado como principal concorrente do Brasil é o Caribe. Outros destinos também foram lembrados, como por exemplo, o México (FGV, 2017).

Já de acordo com o MTur (BRASIL, 2018), se for avaliado o número de chegadas por continente, em 2016, conforme **Figura 5**, o maior mercado emissor continuou sendo o sul-americano, ultrapassando a metade de todo o volume de turistas estrangeiros (56,75%).

Figura 5: Mapa do fluxo turístico internacional para o Brasil – 2016

Fonte: BRASIL, 2018a.

A Europa, com 24,42%, e a América do Norte, com 11,17%, são os dois outros emissores com participação expressiva no mercado brasileiro. A Ásia (com 4,63%) tem pouca representatividade, apesar do crescimento econômico da China, Índia e Indonésia.

Ainda, a PACET (FGV, 2017) identificou fatores favoráveis à expansão dos negócios no setor de turismo brasileiro considerando:

- a expectativa de retomada do crescimento da economia;
- a valorização do dólar estadunidense frente ao real, uma vez que torna a viagem para o Brasil mais barata para os norte-americanos (um dos principais mercados emissores de turistas para o nosso país); e,
- o legado deixado ao País pela exposição dos megaeventos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016.

Também, fatores limitadores do crescimento e à expansão dos negócios destacados turísticos como os mais relevantes foram:

- o momento econômico desfavorável;
- a escassez de mão-de-obra especializada;
- a escassez de investimento em tecnologia na área; e,
- os problemas inerentes à infraestrutura como um todo no país.

Desde modo, a melhoria do turismo nacional e a ampliação da entrada de turistas internacionais no Brasil depende da integração entre os poderes legislativo e executivo a fim de estabelecer normas tanto de repasse de recursos para a execução de ações orçamentárias¹² e projetos quanto de ações de governo do Ministério do Turismo para a implementação dos Planos Nacionais de Turismo, como instrumentos legais. Com esse intuito, as regras e critérios foram descritos na Portaria MTur N° 39, de 10 de março de 2017, que substitui a Portaria MTur N° 182, de 28 de julho de 2016.

A Portaria N° 39/2017 determina que 90% dos recursos oriundos de programação orçamentária do MTur devem contemplar, obrigatoriamente,

¹² As ações orçamentárias disponíveis para emendas parlamentares foram estabelecidas na Cartilha Parlamentar do Ministério do Turismo que definem que os valores mínimos para a celebração de convênios entre o Ministério do Turismo e órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios são de R\$ 250 mil para execução de obras e serviços de engenharia e de R\$ 100 mil para os demais projetos (MTUR, 2018/2019).

municípios que fazem parte do *Mapa do Turismo Brasileiro*, instituído pela Portaria MTur N° 313, de 3 de dezembro de 2013 e suas atualizações¹³, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo¹⁴. Sugere também aos parlamentares direcionarem suas emendas orçamentárias às localidades incluídas no Mapa, observando a categorização das mesmas. Nesse sentido, o Mtur desenvolveu uma Cartilha Parlamentar, com edição anual a partir de 2016, que tem por objetivo ajudar na formulação de emendas e apresentar as ações da Pasta do Turismo e orientações sobre a possibilidade de alocação das emendas contando com uma equipe técnica de suporte.

O Mtur atua em parceria com o Congresso Nacional por meio do encaminhamento de emendas parlamentares para o setor turístico afim de propor melhorias em infraestrutura nas cidades a partir da solicitação de recursos, que se aprovadas, podem ser feitas obras estruturantes, produtos turísticos, eventos e promoção de destinos, preferencialmente, por aqueles presentes no *Mapa do Turismo Brasileiro*. Entre 2015 e 2018, o percentual de execução chegou a quase 100% dos recursos encaminhados pelos parlamentares e autorizados pela área econômica do governo (MTUR, 2019).

O recorte territorial que deve ser trabalhado prioritariamente pelo MTur é definido no *Mapa do Turismo Brasileiro*, sendo um instrumento de ordenamento que auxilia o governo federal e os estados no desenvolvimento das políticas públicas para o turismo. Assim, o Ministério do Turismo prioriza as cidades que adotam o turismo como estratégia de desenvolvimento e orienta os parlamentares a focarem esforços nas mesmas áreas.

Em 2018, o Brasil atingiu um número recorde de municípios e regiões turísticas no *Mapa do Turismo Brasileiro*. Na sua ultima atualização, ficou composto por 328 regiões, com 3.285 municípios (em 2017 foram 2.175 municípios em 291 regiões). Para atender melhor as necessidades de cada uma delas, conforme a sua realidade, o MTur categorizou os municípios de acordo com a capacidade de receber visitantes tendo sua economia movimentada, principalmente, pela atividade turística, conforme o apresentamos na **Figura 6**.

¹³ Percurso histórico das Portarias que estabelecem o Mapa do Turismo Brasileiro: Portaria N° 313, de 03 de dezembro de 2013 (Define Mapa); Portaria N° 205, de 09 de dezembro de 2015 (Critérios Mapa); Portaria N° 268, de 28 de dezembro de 2016 (Periodicidade); Portaria N° 197, de 14 de setembro de 2017 (Define Mapa 2017); Portaria N° 192 de 27 de dezembro de 2018 (revoga a Portaria 205/2013).

¹⁴ Estabelecido pela Portaria N° 105, de 16 de maio de 2013.

Figura 6: Mapa do Turismo Brasileiro

Fonte: Brasil (2019h)

Em conformidade com essa proposta, a Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo do MTur editou em 2017 mais um documento “*Orientações para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro*”, onde estabelece que cada UF(estado) deverá selecionar os municípios de seu território para compor o Mapa. Com base nos critérios estabelecidos na Portaria Nº 205, de 09 de dezembro de 2015, partindo do princípio que nem todos os municípios têm o turismo como seu vetor de desenvolvimento, que nem todos têm capacidade para cooperar com o desenvolvimento regional do turismo ou se beneficiar da atividade, não devendo, portanto, compor tal mapa.

Já mais recentemente estabeleceu critérios para a atualização do Mapa pela Portaria Nº 192, de 27 de dezembro de 2018. O MTur, ao estabelecer as categorias, optou pela utilização da análise de *cluster*¹⁵ (ou de agrupamento). As variáveis selecionadas foram:

- Quantidade de estabelecimentos de hospedagem;
- Quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem (fonte de coleta: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Ministério do Trabalho e Emprego);
- Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos (fonte de coleta: Estudo da Demanda Doméstica - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e MTur); e
- Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais (Estudo da Demanda Internacional – FIPE/MTur).

Assim, os municípios que possuem médias semelhantes – nas quatro variáveis analisadas - foram reunidos em uma mesma categoria (A, B, C, D ou E). Logo, o desempenho da economia do turismo de cada município brasileiro vem sendo medido a partir das médias de dados sobre fluxo e hospedagem por ele obtidas.

Considerando nossa Hipótese 1, tal instrumento demonstra que a principal concentração do fluxo nacional e internacional de turistas se dá em poucas cidades

¹⁵ A análise de *cluster* é uma técnica estatística multivariada que tem como objetivo dividir os elementos de uma amostra em grupos, de forma que elementos pertencentes a um mesmo grupo sejam similares entre si, com respeito às variáveis (características) que neles foram medidas, e que elementos em grupos diferentes sejam heterogêneos em relação a estas mesmas características. (MTUR, 2014).

brasileiras, que vão concentrar a maior quantidade de infraestrutura. Já os municípios em maior quantidade estão classificados na categoria D, e podem ser classificados, por exemplo, como Municípios de Interesse Turístico – MIT, caso do Estado de São Paulo que regulou a partir da Lei Complementar Nº 1.261/2015¹⁶ as condições indispensáveis e cumulativas para tal classificação.

De acordo com o **Quadro 2**, na categoria A estão reunidos os municípios com maior desempenho da economia do turismo e em E os municípios com menor desempenho da economia do turismo.

Quadro 2: Caracterização das categorias a partir das variáveis						
Categoria	Nº de municípios	% de municípios no mapa	Valor Médio (não padronizado)			
			Qnt. empregos formais de hospedagem	Qnt. estabelecimentos formais de hospedagem	Estimativa de turistas internacionais	Estimativa de turistas domésticos
A	57	1,74%	2.414	135	143.926	1.637.556
B	179	5,45%	354	33	7.561	215.534
C	539	16,41%	81	10	974	50.990
D	1961	59,70%	9	2	116	9.764
E	549	16,71%	0	0	0	0

Fonte: Brasil (2019h)

De acordo com a representação na **Figura 6** e do **Quadro 2**, entre os 3.285 municípios classificados, nota-se que aqueles inseridos na categoria A (incluindo as capitais) respondem por 86% da estimativa de fluxo de turistas domésticos e 94% da estimativa de fluxo de turistas internacionais do Brasil, e acabam concentrando a maior fatia de empregos formais em hospedagem no setor.

Outro indicador da expansão do turismo nacional considerado de extrema relevância para o Ministério do Turismo é o *volume de empréstimos concedidos* pelos bancos oficiais (Caixa, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e BNDES) às empresas do setor de turismo. As linhas de crédito destinam-se a construção e reformas de hotéis, bares, restaurantes, agências de turismo, parques temáticos e outras atividades relacionadas (BRASIL, 2018).

¹⁶ A Lei Complementar Nº 1.261/2015 estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico no Estado de São Paulo.

De 2003 (ano de criação do Ministério do Turismo) até setembro/2017, os investimentos no setor totalizaram R\$ 94,8 bilhões, conforme **Gráfico 7**:

Gráfico 7: Financiamento para o turismo, realizado por Instituições Financeiras Federais (R\$ bilhões)

Fonte: BRASIL, 2018.

De acordo com o Ministério do Turismo, o maior volume de empréstimos foi concedido de 2012 a 2015, período preparatório para a realização dos megaeventos – Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016 conforme demonstrado no **Gráfico 7**. Já nos anos de 2016 e 2017, observa-se uma queda na obtenção de financiamentos, o que pode ser reflexo da crise econômica no país e atribuído ao término dos megaeventos esportivos (BRASIL, 2018). Ressalta-se o ano de 2013 (ano anterior a Copa), como o que teve mais investimentos, seguido por 2014 (ano de realização da Copa). Acresce-se a esse fato que desde a criação do MTUR, houve uma maior prioridade de investimentos no setor de Turismo, com um aumento exponencial ao longo desses 14 anos da análise feita pelo órgão.

A partir da criação do Ministério do Turismo os investimentos realizados no setor somaram R\$ 13,47 bilhões (recursos esses não onerados do Orçamento Geral da União), para investimentos em estruturação de destinos. Com isso, de acordo com o Ministério do Turismo, declarado no PNT 2018-2022 (BRASIL, 2018, p. 39),

Esses investimentos possibilitaram a implantação de infraestrutura turística pública, a elaboração de planos para desenvolvimento territorial do turismo e projetos de estruturação e ordenamento, por meio do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Nacional do Turismo – PRODETUR, mediante a celebração de contratos de repasse e convênios com entes federativos, envolvendo mais de 18,8 mil empreendimentos, dos quais cerca de 13 mil estão concluídos.

De acordo com o último relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF), intitulado The Travel & Tourism Competitiveness Report (TTCR), em 2017, colocou o Brasil na 27^a colocação num *ranking* de competitividade internacional no setor de viagens e turismo de 136 países analisados. Segundo o relatório, o Brasil é considerado o número 1 do planeta no quesito diversidade de recursos naturais, além de se destacar como 8^o classificado no item recursos culturais. No entanto, apesar desta vantagem comparativa, no quesito “priorização do setor”, fica na 106^a posição e no item “ambiente de negócios”, em 129^o, devido à ineficiência do arcabouço legal, burocracia e impostos elevados. De acordo com dados contidos em documento oficial, em uma análise de 10 anos, em 2007, ano de captação do megaevento Copa do Mundo, o Brasil estava em 59^a e em 2013, em 51^a. Já no ano de 2015, posterior ao megaevento e antecedente as Olimpíadas, aparece em 28^a, mantendo-se na 27^a em 2017 (BRASIL, 2018a).

No que tange à atração de fluxos turísticos internacionais, um dos principais objetivos contidos no discurso oficial de promoção da Copa no Brasil pelo Estado brasileiro, é importante destacar que, nos últimos 4 anos, este crescimento foi absolutamente tímido, considerando os 6,43 milhões de visitantes no ano da Copa e os 6,62 milhões em 2018, de acordo com dados do Ministério do Turismo, evidenciando que, ao menos no caso brasileiro, a Copa não foi capaz de impactar, de forma sensível, a posição do Brasil na geografia dos fluxos turísticos internacionais.

Por essa razão, a atuação do Estado brasileiro no setor de turismo vem privilegiando a regulação como uma de suas principais ferramentas de trabalho. Indiretamente, o desempenho estatal tem-se dado no sentido de estruturar um quadro normativo para o setor e de fomentar iniciativas, principalmente, a empreendimentos turísticos privados no país. E é exatamente sobre isso que trataremos a seguir.

1.3 Marcos regulatórios no setor de turismo

A partir da realidade mundial que se tem com o turismo e afim de que seja assegurado o cumprimento das relações turísticas, evidencia-se a importância da Ciência Jurídica, do Direito no setor de turismo. Para Badaró (2005), o Estado e os poderes públicos exercem papéis fundamentais em relação ao turismo quanto à proteção contra conflitos e abusos e ao seu desenvolvimento no território. O autor considera que o turismo é uma atividade regida por diferentes regras jurídicas, assim:

O direito do turismo deve ser visto como um ramo transcendental do direito, uma vez que se estende por diversos ramos do direito sem se ligar a nenhum deles em particular, e que demonstra sua heterogeneidade por meio de suas peculiaridades. [...] e pode ser definido como [...] o conjunto de instituições e regras de direito nas quais o fenômeno do turismo provocou o nascimento ou inspirou seu conteúdo (BADARÓ, 2005, p. 112-113).

De acordo com Badaró (2005, p. 116) “o direito do turismo se traduz pela grande mobilidade e versatilidade com que trata das evoluções jurisprudenciais ou de modificações das normas positivadas”. O que o autor expõe traz-nos a realidade do domínio turístico que carrega em si características de maleabilidade, significando que os instrumentos jurídicos devem adequar-se às políticas de turismo, à produção e ao consumo.

Pessoa (2007) considera que o Direito do Turismo é um ramo de estudos jurídicos que se situa entre o direito público e o direito privado, na medida em que, contendo disposições normativas que ora se extraem do direito administrativo e internacional e ora têm sua fonte normativa principal no direito civil e direito do consumidor. O seu referencial normativo pode ser dividido em dois campos principais: a organização administrativa de fomento ao turismo, bem como a ordenação administrativa das empresas turísticas e o regime disciplinar das atividades turísticas; e, a regulamentação do estatuto turístico dos sujeitos particulares que participam do tráfego turístico, sendo abrangidas tanto as empresas quanto os usuários, e as relações estabelecidas entre eles.

Normas que regulamentam o setor de turismo foram sendo criadas desde o princípio de seu desenvolvimento, destacando-se, em 1909, a França, que buscou conceituar todas as atividades relacionadas a esse setor, organizando as legislações esparsas existentes e criando o código do turismo, com a compilação de toda a legislação específica na área. No continente europeu de modo geral, o direito do turismo é consolidado em função dos estímulos à atividade turística, tendo suporte legal ao próprio turismo e as áreas ligadas a ele. Na América Latina, países como México, Venezuela, República Dominicana, Argentina e Paraguai já possuem suas respectivas leis regulamentando o setor. Porém, em vários outros países, o turismo ainda não é legalmente amparado de modo a contemplar suas atividades e o conhecimento de suas relações e objetivos, adequando-o ao mundo jurídico e auxiliando na solução dos conflitos oriundos da área (FONTES, 2016).

Para Fontes (2016), o turismo como qualquer outra atividade, pode ameaçar a ordem pública, podendo tornar-se fonte de diversos abusos à coletividade e por isso, também possui suas regras.

Tomando o olhar para o Direito do Turismo no Brasil, há uma preocupação premente com o setor, a partir de sua regulamentação, mesmo que em muitos momentos tenha se mostrado de forma descontínua em sua efetividade no território. Com efeito regulador da atividade sob a forma de diplomas legais, Cruz (2000) destacou que muitas normas foram instituídas no âmbito do direito como leis, decretos, decretos-lei, resoluções, portarias, alvarás, contexto no qual se originam, também, as políticas nacionais de turismo. Empreender na construção de uma regulamentação da atividade turística significa destacar as esferas de organização governamental das políticas na esfera federal, estadual e municipal, a isso Dias (2003, p. 127) observa que:

As leis, projetos e resoluções, ou seja, as normas codificadas no direito são um importante instrumento para a realização de políticas públicas [...] elas estabelecem regras, limites, impõem condições, barram privilégios etc; que são fundamentais para organização turística desde a elaboração de passaportes, até a criação de uma taxa de acesso a um recurso natural criada por uma municipalidade, a regulamentação do turismo é uma das mais importantes ações que podem ser empreendidas pelo Estado em seus diferentes níveis de organização.

Para chegarmos à Constituição Brasileira de 1988, que foi um dos principais marcos no setor de turismo no século XX, tivemos um percurso histórico de normatizações que buscavam adequar-se ora às exigências de governo ora ao principiante desenvolvimento do mercado turístico brasileiro. O **Quadro 3** abarca esse percurso:

Quadro 3: Percurso Histórico das Normatizações do Turismo no Brasil até a Constituição de 1988.

Ano	Normatização	Descrição
1938	Decreto-Lei 406/38	Tratou da autorização estatal para a exploração da atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou terrestres.
1940	Decreto-Lei 2440/40	Tratou das empresas e agências de viagens e turismo, como estabelecimento de assistências remuneradas aos viajantes, exigindo-lhes registro prévio junto ao órgão do governo (Departamento de Imprensa e Propaganda) para o pleno funcionamento, além de autorização para as viagens coletivas de excursão
1958	Decreto 44863/58	Instituiu a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), atribuindo-lhe a função do planejamento turístico nacional.
1966	Decreto-lei 55/66	Implantou o Sistema Nacional de Turismo a partir da criação do Conselho Nacional do Turismo (CNTur) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR),
1971	Decreto-Lei 1191/71	Criação do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR).
1974	Decreto-Lei 71791/74	Criação do Fundo de Investimento Setorial de Turismo (FISSET)
1977	Lei 6505/77	Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos e estabeleceu as condições para seu funcionamento e fiscalização.
	Lei 6513/77	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natura.
1980	Decreto 84910/80	Regulamentou dispositivos da Lei 6505/77 referentes a Meios de Hospedagem de Turismo, Restaurantes de Turismo e Acampamentos Turísticos (Campings).
	Decreto 84934/80	Dispõe sobre as atividades e serviços das Agências de Turismo, regulamenta o seu registro e funcionamento.
1982	Decreto 87348/82	Regulamentou as condições de prestação de serviços de transporte turístico de superfície.
1984	Decreto 89707/84	Tratou das empresas prestadoras de serviços para a organização de congressos, seminários, convenções e eventos congêneres.
1986	Decreto-Lei 2294/86	Extinguiu o registro na Embratur e tornou livre o exercício da

		atividade turística no Brasil, baseado nos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, que seriam dois anos mais tarde insculpidos na Carta magna de 1988.
--	--	--

Fonte: Elaboração da autora, com base em Badaró (2005) .

Conforme o **Quadro 3**, no plano complementar do ordenamento jurídico brasileiro temos a primeira menção à atividade turística com o Decreto-lei Nº 406 datado de 1938. Tal norma dispôs sobre a entrada de estrangeiros no país, referindo-se também à venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou terrestres, que dependiam de autorização prévia do então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para se materializarem. (BOITEUX, 2003).

Também, destacamos o **Decreto-lei Nº 55 de 1966**, considerado o principal antecedente histórico do sistema jurídico desta atividade, onde tivemos de fato a instituição e definição da primeira política nacional de turismo, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) uma estrutura federal sistematizada de administração turística, com função executiva, e do Conselho Nacional de Turismo (CNT) com função normativa. (CRUZ, 2000). Com efeito, a legislação específica que começa a surgir, além da finalidade de regulamentar a atividade desenvolvida pelas empresas, intensificou a criação de políticas públicas com vistas à melhoria da oferta turística e a garantia aos turistas de respeito e hospitalidade em sua estada no destino. O Decreto supracitado foi revogado pela **Lei Nº 8.181 de 1991** que deu nova denominação à Embratur, agora como — Instituto Brasileiro de Turismo, transformando-a de empresa pública em autarquia, tendo a finalidade de formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Turismo.

Outro marco histórico da legislação turística, foi a **Lei Nº 6.505 de 1977**, a qual trouxe uma identificação dos prestadores de serviços turísticos, tendo como função principal enumerar aqueles que se dedicavam ao setor e que deviam sofrer um controle efetivo dos órgãos públicos para suas atividades. Tal norma foi revogada pela **Lei Nº 11.771 de 2008**.

Em 1986, o **Decreto-lei Nº 2.294** liberou a atividade turística em todo o país, abrindo a possibilidade de qualquer pessoa dedicar-se ao turismo, mesmo que sem registro, mantendo apenas a fiscalização e classificação de seus negócios. Essa norma criou um verdadeiro “caos turístico”, pois muitos dos investidores não conheciam o setor e acabavam tendo prejuízos financeiros por não saberem

gestionar corretamente suas empresas. Esta norma também foi revogada pela **Lei Nº 11.771 de 2008**.

Entre os principais marcos normativos nacionais do direito turístico elaborado no século XX está a Constituição Federal de 1988, a qual abordou em seu Título VII a “Ordem Econômica e Financeira”, e estabeleceu no Capítulo I desse título, os “Princípios Gerais da Atividade Econômica”. É neste capítulo, mais precisamente em seu Art. 180 que estabelece: “*A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico*”. Assim, o turismo foi elevado à condição de norma constitucional. Sobre tal previsão, observa Badaró (2005, p. 4) que a Constituição ressalta a “existência de três elementos balizadores da atividade turística brasileira: a) elevação do turismo à condição de fator de desenvolvimento social e econômico; b) promoção estatal do turismo; e, o c) incentivo estatal ao turismo”.

Para que seja alcançado o desenvolvimento social e econômico almejado, o setor de turismo, por domínio constitucional, deve obrigatoriamente figurar no universo das escolhas administrativas e legislativas como uma das alternativas. Já a promoção estatal pode ser justificada pelo predomínio dos interesses públicos sobre os privados, priorizando, nesse caso, determinados lugares e intervindo na forma e no conteúdo daquilo que se deseja divulgar do país. O incentivo estatal no setor, por sua vez, vem se valendo do estímulo a valorização do meio-ambiente por intermédio da sustentabilidade nas ações e do predomínio da qualidade a ser oferecida em produtos e serviços turísticos, além dos fundos de investimentos criados com linhas de turismo.

Cruz (2000) esclarece que houve uma mudança do poder público em relação à questão urbana quando a Constituição Federal entrou em vigor no país que foi: a transferência para os governos estaduais e municipais da responsabilidade da política urbana e a obrigatoriedade de adoção de um plano diretor urbano.. Relevante destacar que as políticas nacionais produzidas nesse período pós Constituição Federal, induziram a forma de confinamento¹⁷, especialmente por privilegiarem a Hotelaria (um dos pilares do turismo, sendo uma das partes mais visíveis do setor), por concentrarem do ponto de vista espacial os investimentos no

¹⁷ Yazigi (1998) *apud* Cruz (2000) identificou sete tipos de confinamento espacial do turismo, dos quais cinco são decorrência direta das condições socioeconômicas do país, a saber, o confinamento: em grandes complexos turísticos; em hotéis; em zonas turísticas; por segregação social; pela violência. Os outros dois referem-se a: acidentes geográficos e a “feitura dos lugares”.

setor de hospedagem. A autora acresce que a intervenção estatal pode se dar sob a forma de *participação*, de *indução* e de *controle*. No caso do turismo, o Estado brasileiro vem optando ao longo do anos pelo que definimos como *indução*, a saber:

Em se tratando de “indução”, o Estado atua como orientador do comportamento dos agentes de mercado, em geral, pela concessão de incentivos (financeiros, fiscais) para certos investimentos. Cabe acrescentar que, no que concerne a atividade turística, essa indução pode se dar, ainda, pela criação de uma infraestrutura que permita o desenvolvimento da atividade. Isto é o que vem acontecendo, por exemplo, no litoral do Nordeste (CRUZ, 2000, p. 41).

Importante destacarmos que o Estado opta por delegar à iniciativa privada parte das decisões que recairão sobre o território, omitindo-se dos resultados disso para com a atividade turística explorada e na maioria das vezes não planejada nas localidades. Tal periodização foi pautada em eventos importantes que geraram rupturas e a reconstrução das políticas do turismo nacional levando-nos a compreender o aparato jurídico-institucional normativo que regeu o setor de turismo e orientou a “indução” das escolhas políticas espaciais no país até o acontecimento dos megaeventos esportivos na atualidade.

No contexto desta tese, a criação em 2003 do Ministério do Turismo (sob a **Lei Nº 10.683/2003** e definiu suas competências) foi um marco na consolidação do projeto hegemônico dos megaeventos no Brasil, onde a mobilização de todas as esferas de poder se deu quase como uma condição *sine qua non* para a captação de tais acontecimentos.

O órgão público ficou fortalecido com a ascendência continua dos Planos Nacionais de Turismo, que marcaram um início de sua produção normativa específica, que além de gerar inúmeros documentos¹⁸, com vistas a disciplinar seu planejamento e a busca pelo seu desenvolvimento em larga escala, teve leis que proveram a base normativa, entre elas:

- **Lei Nº 11.637/2007** que dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do selo de qualidade nacional de turismo;

¹⁸ PNT's (2003-2007, 2007-2010, 2013-2016, 2018-2022); Documento Referencial de Turismo no Brasil (2011-2014); Índices de Competitividade (2008 a 2015); Mapas do Turismo Brasileiro (2004, 2006, 2009, 2013, 2016); Estudo de Sinergia e Desenvolvimento entre as indústrias do Turismo e Audiovisual Brasileiras (2007); Manual para o Desenvolvimento e a Integração de Atividades Turísticas (2011); Diretrizes Nacionais para Qualificação em Turismo (2015); Política Nacional de Qualificação no Turismo (2017); Cartilhas Parlamentar (2016-2017/ 2017/ 2018-2019).

- **Lei Federal Nº 11.771/2008** e o seu **Decreto Nº 7.381/2010**, que regulamentam a Lei 1.637 (dispõem sobre a Política Nacional de Turismo, e a partir dele, vários normativos foram direcionados aos mais diversos setores e prestadores de serviços definidos pela lei);
- **Lei Nº 12.591/2012** que reconhece a profissão de turismólogo; e ademais destas leis, o país promulgou outras diversas normas que atendem à organização do turismo.

Ressaltamos-se no contexto nacional, que dentre as normatizações produzidas, as políticas públicas direcionadas para o setor de eventos encontraram espaço no Ministério do Turismo. Logo, desde sua criação, como instrumento da Política Nacional de Turismo no Plano Nacional de Turismo 2003-2007, houve a indução para captação de eventos buscando a inserção do país no eixo mundial de eventos internacionais. Isso ficou exposto no documento que materializou o foco no setor de eventos como estratégico:

[...] o crescimento de nossa economia aliado a posição estratégica do país no continente americano torna-nos um ponto nodal de atração de eventos técnicos, comerciais ou associativos que articulados com as ofertas de lazer caracterizam o Brasil como um país especial em oferecer múltiplas possibilidades de viagens. Os eventos são conquistas onde o dever é de todos. Nesse sentido conclamo os brasileiros a adotarem o lema “Nosso Próximo Evento é no Brasil”. A vocação natural do nosso país deve ser transformada em fonte permanente de riqueza, através do turismo (BRASIL, 2003, p.3).

Em conformidade, tal documento explicitou à época também a importância econômica do setor de turismo para o país:

Entendendo a importância do turismo como atividade estratégica de auto-sustentabilidade, com efeitos sociais evidentes os ministérios do Turismo, Trabalho e Emprego e da Integração Nacional em parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal estão colaborando com recursos no montante de R\$ 1,4 bilhão para serem investidos no setor turístico nos próximos doze meses. Estas novas linhas de financiamento objetivam uma maior democratização do crédito no Brasil, induzindo e incentivando investimentos de pequeno e micro empreendedores e ajudando a desonerar o lazer do trabalhador (BRASIL, 2003, p.3).

E destaca que a construção, consolidação e execução do Plano Nacional de Turismo (PNT) deverão ocorrer ao longo dos próximos anos e ao ser apresentado à sociedade brasileira, teve presente que o turismo (dentre um dos objetivos) “tornar-se-á um instrumento de organização e valorização da sociedade, articulando seus interesses econômicos, técnicos, científicos e sociais, com o lazer, a realização de eventos, feiras e outras atividades afins” (BRASIL, 2003, p.9). Outra consideração dada a atividade de eventos no PNT 2003-2007 foi a sua capacidade em incrementar e aumentar a chegada de passageiros nos vôos domésticos, isso ficou exposto em um dos propostos eixos de intervenção com fortalecimento dos segmentos de negócios e eventos (BRASIL, 2003, p.29)

Já no estabelecimento dos seus macroprogramas, o de Promoção e Apoio a Comercialização, teve como um de seus objetivos buscar fortalecer o segmento de negócios a partir da captação de uma quantidade maior de eventos para o Brasil buscando retomar a sua participação no mercado internacional de eventos. Segundo o *ranking* global da International Congress and Convention Association (ICCA), o Brasil recuou quatro posições, passando da 11ª posição em 2015 para a 15ª posição em 2016. Contudo, continua sendo o país da América do Sul que mais sediou eventos (244) no continente, um número importante no cenário internacional, mas ainda aquém de suas potencialidades segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2018). No **Gráfico 8**, a seguir, pode-se notar o percurso histórico da realização de eventos internacionais no país.

Gráfico 8: *Ranking* ICCA da realização de eventos internacionais no Brasil

Fonte: BRASIL, 2018.

Os anos de 2012 e 2013, início do primeiro governo de Dilma Roussef, correspondem ao período “de ouro” dos eventos internacionais no Brasil, o que se pode ler como resultado do sucesso econômico e do legado positivo deixado pelo governo Lula em relação à imagem do Brasil no exterior.

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2018, p. 80) “há de se atentar para o setor de feiras e eventos, assim como outras atividades que potencializam o aumento do fluxo de turistas e ajudam a dinamizar a economia dos destinos brasileiros”.

Considerada uma das normas mais importantes na atualidade a **Lei Federal Nº 11.771/2008**, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e revoga a Lei Nº 6.505/77, o Decreto-Lei Nº 2.294/86, e dispositivos da Lei Nº 8.181/91. Esta lei, de acordo com seu Art. 1º visa definir as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, além de regular o Plano Nacional de Turismo, o Sistema Nacional de Turismo e os prestadores de serviços turísticos, tais como, meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas e organizadoras de eventos no âmbito de cadastro, classificação e a fiscalização.

Importante mencionar a definição de turismo trazida em seu o Art. 2º “[...] *as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras*”. O parágrafo único desse artigo reza que “*As viagens e estadas de que se trata devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se em um instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade*”. Ressaltamos que tal definição vem ao encontro do que postula a OMT, e que no caso do Brasil, são aludidos primeiramente os aspectos econômicos e no decorrer da lei encontramos os fundamentos que lhe dizem respeito em seu Capítulo IV – Artigos 15 a 20 a seguir.

No Art. 3º esclarece que “*Caberá ao Ministério do Turismo estabelecer a Política Nacional de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional.*” Ainda estabelece em seu parágrafo único que “*O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de*

distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro.”

No Art. 6º estabeleceu-se os critérios do Plano Nacional de Turismo – PNT tendo sua revisão de metas e programas a cada 4 (quatro) anos no sentido de ordenar as ações do setor público e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo.

Assim, destacamos que o fomento à atividade turística foi proposto no Capítulo IV - seção I - Da Habilitação a Linhas de Crédito Oficiais e ao Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR e situa que

Art. 15. As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, que desenvolverem programas e projetos turísticos poderão receber apoio financeiro do poder público, mediante:

I - cadastro efetuado no Ministério do Turismo, no caso de pessoas de direito privado; e

II - participação no Sistema Nacional de Turismo, no caso de pessoas de direito público.

E na seção II – Do Suporte Financeiro às Atividades Turísticas organiza a forma para essa concessão pública:

Art. 16. O suporte financeiro ao setor turístico será viabilizado por meio dos seguintes mecanismos operacionais de canalização de recursos:

I - da lei orçamentária anual, alocado ao Ministério do Turismo e à Embratur;

II - do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR;

III - de linhas de crédito de bancos e instituições federais;

IV - de agências de fomento ao desenvolvimento regional;

V - alocados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

VI - de organismos e entidades nacionais e internacionais; e

VII - da securitização de recebíveis originários de operações de prestação de serviços turísticos, por intermédio da utilização de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios-FIDC e de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios-FICFIDC, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Parágrafo único. O poder público federal poderá viabilizar, ainda, a criação de mecanismos de investimentos privados no setor turístico.

Já na seção III, Do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, o Art. 18 atualiza suas modificações (criado pelo Decreto-Lei no 1.191/71, alterado pelo Decreto-Lei no 1.439/75, sancionado pela Lei no 8.181/91) e ratifica que terá seu funcionamento

e condições operacionais regulados em ato do Ministro de Estado do Turismo. O Art. 19 nos traz que são objetivos: o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico.

Desse modo, consoante aos objetivos dessa Lei, o Art. 20 acerca da constituição dos recursos do FUNGETUR (o qual considera que a sua operacionalização poderá ser feita por intermédio de agentes financeiros), estabelece que estes:

- I - recursos do orçamento geral da União;
- II - contribuições, doações, subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- III – (VETADO);
- IV - devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;
- V - reembolso das operações de crédito realizadas a título de financiamento reembolsável;
- VI - recebimento de dividendos ou da alienação das participações acionárias do próprio Fundo e da Embratur em empreendimentos turísticos;
- VII - resultado das aplicações em títulos públicos federais;
- VIII - quaisquer outros depósitos de pessoas físicas ou jurídicas realizados a seu crédito;
- IX - receitas eventuais e recursos de outras fontes que vierem a ser definidas; e
- X - superávit financeiro de cada exercício.

Logo, tal lei prevê a maior participação dos setores público e privado através dos programas e projetos turísticos, como condição para o apoio financeiro do governo federal por linhas de crédito ou do FUNGETUR, dentre outras fontes de recursos.

De acordo com o PNT 2018/2022 (BRASIL, 2018), o aprimoramento da legislação relativa ao setor de operadoras e agências de turismo vem ocorrendo, como por exemplo com a **Lei Nº 12.974/2014** (Lei das Agência de Turismo) e a **Lei Nº 13.315/2016**¹⁹, que reduziu de 25% para 6% o valor do imposto de renda retido na fonte sobre remessas ao exterior, medida válida até 31 de dezembro de 2019. Já a **Lei Nº 13.171/2015**, incluiu no rol de atividades rurais a possibilidade do turismo rural como auxílio à exploração agroeconômica. Essa medida retirou da

¹⁹ A nova alíquota terá vigência até 31 de dezembro de 2019 e vale para gastos limitados a R\$ 20 mil por mês. A alíquota reduzida também será aplicada às operadoras e agências de turismo, limitado em R\$ 10 mil ao mês por passageiro. Para obter o benefício, as empresas precisam ser cadastradas no Ministério do Turismo e a remessa deve ser feita por banco domiciliado no Brasil.

informalidade muitos empresários rurais que, para exercer a atividade de turismo rural, eram bitributados.

Enfatiza-se legislações de outros setores que impactaram positivamente e diretamente a atividade turística, como por exemplo, a regulamentação da gorjeta, por meio da **Lei N° 13.419/2017**, que disciplina o rateio da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, entre empregados. Também, a reforma da legislação trabalhista, por meio da **Lei N° 13.467/2017**, que possibilitou o trabalho intermitente no setor de alimentação fora do lar. Importantes empreendimentos para o incremento de fluxo turístico estão no setor de parques temáticos, os quais foram beneficiados pela **Resolução Camex N° 4/2018** da Câmara de Comércio Exterior, aprovando a redução do imposto de importação para equipamentos utilizados em tais parques temáticos. A alíquota de importação de alguns equipamentos girava em torno de 20% e foi reduzida a zero (BRASIL, 2018).

A **Figura 7** a seguir nos traz a relação histórica dos governos brasileiros e as ações relativas ao turismo no país desde a sua primeira menção.

Importante destacarmos a atuação dos governos brasileiros no período da *Nova Republica*, principalmente pelo viés do modelo econômico que considera as praticas neoliberais quando atrelado ao desenvolvimento da atividade turística. Podemos relacionar a produção normativa produzida, não julgando os critérios de sua execução, mas no esforço em delinear caminhos que adentrassem o Brasil na política internacional, e o caminho dos megaeventos foi um deles. O que ficou demonstrado na discussão anterior, a partir das escolhas feita pelo país.

A preparação para receber megaeventos no Brasil obrigou uma percepção diretamente relacionada à reformulação completa do aparato normativo para o turismo. Esse fato se deu principalmente do setor público, que ficou responsável pela coordenação e articulação turística da Copa do Mundo e das Olimpíadas, mas também, o setor privado que teve a intenção de desenvolver e incrementar a “indústria turística” no Brasil.

Figura 7: Relação histórica dos governos brasileiros e as normativas federais relativas ao turismo e ao megaevento

Períodos	Datado	Governos Brasileiros	Partido	Base Institucional no Turismo	Bases Jurídicas do Turismo*	Bases Normativas p/ Eventos e Copa do Mundo*
Terceira República	1937-1945	Getúlio Vargas	S/partido	Divisão de turismo	Decreto-Lei N° 406/1938 Decreto-Lei N° 1.915/1939 Decreto-Lei N° 2.440/1940 Decreto-Lei N° 7.582/1945	-
	1945-1946	José Linhares	S/partido		-	-
Quarta República	1946-1951	Eurico Gaspar Dutra	PSD		-	-
	1951-1954	Getúlio Vargas	PTB		-	-
	1954-1956	Café Filho Carlos Luz Nereu Ramos	PSP PSD PSD		-	-
	1956-1961	Juscelino Kubitschek	PSD	COMBRATUR	Decreto N° 44.863/1958	-
	1961-1961	Jânio Quadros Ranieri Mazilli	PTN PSD		-	-
	1961-1964	João Goulart	PTB	Divisão de Turismo e Certames	Decreto N° 572/1962	-
	1964-1964	Ranieri Mazilli	PSD		-	-
Quinta República	1964-1967	Humberto de Alencar Castelo Branco	ARENA Militar	EMBRATUR (Empresa) CNT	Decreto N° 55/1966	-
	1967-1969	Artur da Costa e Silva	ARENA Militar	SNT	Decreto-Lei N° 60.224/1967	-
	1969	Junta Governativa Provisória	Militar		-	-
	1969-1974	Emílio Garrastazu Médici	ARENA Militar	FUNGETUR FINAN FINOR FISET	Decreto-Lei N° 1.191/1971 Decreto-Lei N° 71.791/1974	-
	1974-1979	Ernesto Geisel	ARENA Militar		Decreto-Lei N° 1.439/1975 Decreto-Lei N° 1.485/1975 Lei N° 6505/77 Lei N° 6513/77	-
Sexta República	1979-1985	João Figueiredo	ARENA Militar PDS		Decreto 84910/80 Decreto 84934/80 Decreto 87348/82	Decreto 89707/84
	1985-1990	José Sarney	PMDB	FNO Constituição Brasileira de 1988	Decreto-Lei 2294/86 Título VII – Capítulo I - Artigo 180° Lei N° 7.827/1989	-
	1990-1992	Fernando Collor	PRN	EMBRATUR (Instituto)	Lei N° 8.181/1991	-
	1992-1994	Itamar Franco	PMDB	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo Câmara Setorial de Turismo	Lei N° 8.140/1992 Lei N° 8.623/1993	-
	1995-2002	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	Ministério do Esporte e Turismo CNTUR	Medida Provisória N° 1.795/1998 Medida Provisória N° 2.216-37/2001	Lei Federal N° 9.615/1998
	2003-2010	Luís Inácio Lula da Silva	PT	MTUR EMBRATUR CNTUR	Lei N° 10.683/2003 Lei N° 11.637/2007 Lei N° 11.771/2008 Decreto N° 7.381/2010	Lei N° 12.348/10 Lei N° 12.350/10
	2011-2016	Dilma Rousseff	PT		Portaria N° 100/2011 Lei N° 12.591/2012 Lei N° 12.974/2014	Lei N° 12.462/2011 Lei N° 12.663/2012 Res. GECOPA N° 14/2012
	2016-2018	Michel Temer	PMDB		Lei N° 13.315/2016 Lei N° 13.419/2017 Lei N° 13.467/2017 Res. CamEx N° 4/2018	Portaria N° 182/2016

Fonte: Elaboração da autora, com base em Cruz (2000), Badaró (2005), entre outras referências citadas no decorrer do capítulo.

(*) em negrito as normatizações comentados no decorrer do capítulo.

A OMT destacou em seu discurso que um dos legados dos megaeventos esportivos sediados recentemente no Brasil é a atração de mais turistas estrangeiros ressaltando a sua importância no implemento de ações. Com isso, o MTur criou em 2017 o 'Brasil + Turismo', um pacote de medidas para fortalecer o setor de turismo no Brasil que inclui ações afim de impulsionar a atividade no país aproveitando justamente essa demanda internacional gerada em virtude dos megaeventos. Tais medidas reúnem sugestões da cadeia produtiva do turismo nacional e de entidades internacionais, como a OMT e o WTTC (Conselho Mundial de Turismo e Viagem). Dentre as medidas, destacamos o **Quadro 4**:

Quadro 4: Pacote de medidas do 'Brasil + Turismo'

<i>Emissão de Vistos Eletrônicos</i> ²⁰ : Mtur fez proposta ao Ministério de Relações Exteriores pela implantação do visto eletrônico para países estratégicos, como: Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão, que são grandes emissores de turistas internacionais com alto poder aquisitivo;
<i>Ampliação da conectividade aérea</i> ²¹ : Alteração do Código Brasileiro de Aeronáutica para permitir a abertura de 100% do capital das empresas aéreas brasileiras ao investimento estrangeiro;
<i>Melhor aproveitamento de áreas da União</i> : Entrega ao Ministério do Turismo das áreas de domínio da União localizadas em locais com potencial para o desenvolvimento do turismo, para fins de gestão, regularização e concessão;
<i>Parceria com a ANTT</i> : Intensificação da fiscalização do transporte turístico nas rodovias brasileiras, por meio de cooperação técnica com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT ²²);
<i>Modernização da Lei Geral do Turismo (LGT)</i> : Adequar a legislação brasileira à dinâmica atual da atividade turística, com desburocratização dos processos e maior integração com a iniciativa privada;
<i>Modernização do modelo de gestão da Embratur</i> : Mudança da natureza jurídica de autarquia para Serviço Social Autônomo e do nome da instituição, que será alterado para Embratur ²³ – Agência Brasileira de Promoção do Turismo. Para o financiamento da nova Embratur, será destinado um percentual da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal;

²⁰ A concessão de vistos eletrônicos transforma todo o período de solicitação, pagamento de taxas, análise, concessão e emissão de visto num processo com duração de 48 horas, podendo ser feito via web ou por um aplicativo, sem burocracia.

²¹ O objetivo é aumentar a competitividade, o número de voos e de turistas viajando dentro do país, além de ampliar a malha aérea regional para possibilitar o deslocamento de mais visitantes nacionais e internacionais.

²² A ideia é que o órgão utilize suas rotinas de fiscalização para verificar se os prestadores de transporte turístico estão devidamente cadastrados no Cadastur, do Ministério do Turismo.

²³ Com a alteração da natureza, a Agência poderá atuar de forma mais competitiva no mercado turístico internacional; receber recursos privados para o desenvolvimento de projetos de interesses comuns, com reduzida burocracia; modernizar a gestão de pessoal; e manter estrutura física e quadro de pessoal no exterior.

<i>Qualificação Profissional:</i> Intensificação de programas e parcerias para jovens e adultos listam três iniciativas de qualificação para jovens do ensino médio (10 mil vagas através de parceria com o Ministério da Educação, execução do Pronatec Turismo Cidadão Técnico no eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer); a segunda, on-line e voltada para profissionais da linha de frente ao atendimento ao turista , a Plataforma Braços Abertos, criada para qualificar profissionais que trabalharam nas Olimpíadas 2016; e a terceira iniciativa envolveu a seleção de 120 alunos para o Programa Qualificação Internacional em Turismo e Hospitalidade;
<i>Mapa do Turismo Brasileiro:</i> Atualização a cada dois anos do Mapa para que os municípios se organizem e que os recursos federais sejam direcionados para as regiões realmente vocacionadas ao Turismo;
<i>Parques Temáticos:</i> Adequação do conceito de parques temáticos dentro da Lei Geral do Turismo e nos decretos e portarias relacionados. Com a mudança, as receitas decorrentes da prestação de qualquer serviço do parque poderão ser abrangidas pelo regime de incidência cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins;
<i>Fortalecimento dos órgãos estaduais de turismo:</i> Repasses financeiros para os Órgãos Estaduais de Turismo, objetivando a estruturação das regiões turísticas do Mapa Brasileiro do Turismo. Os recursos serão destinados para elaboração de projetos executivos e planos de desenvolvimento integrado.

Fonte: BRASIL, 2019a.

Lembramos que as escolhas que fizeram parte dessa política de governo não são fruto do acaso. O setor de turismo esteve sempre nos discursos políticos e na prática das suas políticas específicas antes, durante e após o megaevento Copa do Mundo. Com vistas as políticas de governo, elas se utilizaram do discurso “em prol do desenvolvimento do turismo”, “geração de emprego, renda e divisas” e foram orientadas para implementação de Planos, Programas e Leis, dentre outros instrumentos normativos, com a edição de muitos documentos também orientadores de gestão, o que não quer dizer de fato que tenham tido sucesso em sua prática. Com isso, buscou-se fazer algumas reflexões acerca de normatizações em escala nacional que foram basilares no contexto em que se desenvolveu o megaevento, temática que vamos tratar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

COPA DO MUNDO, REGULAÇÃO DO TERRITÓRIO E TURISMO

No presente capítulo procuramos trazer uma discussão sobre o turismo considerando a sua relação com a regulação do território a partir de ações do Estado que envolveram o megaevento Copa do Mundo FIFA²⁴ 2014.

Na *1ª parte* (item 2.1), trazemos à luz a importância dos megaeventos esportivos como estratégia da reprodução do capital na atualidade, o que leva países e cidades a competirem para sediar tais eventos no mundo inteiro. Geralmente, quem vence a competição/concorrência atende a imposições do capital, por intermediação de entidades privadas, líderes de todo movimento.

Na *2ª parte* (item 2.2), apresentam-se os aportes teóricos sobre regulação do território. Pensar o papel do Estado e de outros agentes (hegemônicos) que intervêm no território, frente às profundas transformações em escala mundial na atualidade com destaque para a atuação dos megaeventos, leva-nos a indagar sobre quais meios o Estado, como o único agente com poder de lei e força, vem se utilizando para administrar as mudanças e impactos no território? Nesse sentido, desde o início deste século XXI, o Brasil entrou de fato na rota dos megaeventos esportivos oportunizando uma série de modificações no território, disso trataremos na *3ª parte* (item 2.3).

Toca-nos a necessidade de esclarecer sobre a expressão espacial da regulação que está sendo posta no território. Ao estudarmos a Copa do Mundo, na *4ª parte* (item 2.4), começamos dos instrumentos legais criados, trazendo a análise de como a regulação aconteceu via programas, planos, normatizações, no contexto das políticas implementadas e no exercício da cidadania, que tivessem de alguma forma ligadas ao setor do turismo no país. Com isso, na *5ª parte* (item 2.5), analisamos os instrumentos legais que se justificam no megaevento e recaíram

²⁴ A Copa do Mundo ou Campeonato Mundial de Futebol, é um torneio de futebol masculino realizado a cada quatro anos pela Federation Internationale Football Association - FIFA. A competição foi criada pelo francês Jules Rimet, em 1928, após ter assumido o comando da instituição, e é considerado o maior evento mundial da modalidade, pela sua importância econômica e midiática, sendo classificado como megaevento.

sobre os locais de sua realização, as cidades-sede, e como esses foram sendo estabelecidos ao longo do tempo anterior e posterior ao megaevento em função da capacidade do Estado de regular o território brasileiro com enfoque para o turismo.

Ao longo do desenvolvimento da sociedade, estados de exceção acontecem, o que muitas vezes vem ao encontro desses eventos extraordinários, que tem suas trajetórias históricas no mundo, como é o caso dos megaeventos esportivos, com reverberação direta no desenvolvimento do setor de turismo.

2.1 Os megaeventos esportivos como estratégia da reprodução do capital

A realização de megaeventos esportivos vem evidenciando novas lógicas de produção do espaço geográfico, o qual é um produto social e histórico, legitimado por ações do Estado, do capital e da sociedade. Por sua vez, em cada contexto histórico, essas novas lógicas se combinam com lógicas precedentes em um território (SANTOS, 1996; 1997). Pensando na natureza e no significado dos megaeventos esportivos contemporâneos, Brito-Henriques (2013, p.166) afirma que há de se levar em conta suas transformações no decorrer do século XX, pois podem ser considerados “instituições modernas vinculadas à produção de significados e a criação de consensos sociais, com vista a coordenar e mobilizar as vontades individuais para projetos globais”. A atualidade difere de outros momentos históricos, sendo seu processo de realização intenso e acelerado, provocando alterações profundas no espaço urbano e impactando toda a sociedade.

Os megaeventos apresentam um constante crescimento em importância política, social e econômica e possibilitam atividades diversas ao abrir um leque de oportunidades para os países-sede, e seu desenvolvimento, quando pensado junto ao planejamento urbano, especialmente das cidades-sede. A sua realização tem a implementação de atividades e equipamentos específicos, além de vários outros aspectos que são fundamentais, como a infraestrutura de apoio ao evento, a mobilidade urbana e o fomento à atividade turística, o que leva as cidades a competirem para sediar tais eventos conforme concordam autores como Hall (2001), Da Costa (2008) e Matias (2011).

Nesse sentido, eventos esportivos como Jogos Olímpicos, Jogos Pan-americanos e Copa do Mundo se enquadram no conceito de megaeventos, sendo relevante considerar o planejamento das cidades para se entender como governantes e organizadores de megaeventos nomeiam necessidades econômicas, culturais e sociais em prol do acolhimento do megaevento.

Partindo da análise do futebol como um meio de transcender barreiras culturais e regulatórias ao redor do mundo e oferecer ao capital uma forma de se legitimar e de se camuflar, Jennings (2014) o expõe como uma arma na criação de novos mercados globais, pois consegue atingir identidades nacionais e resistências, ao ser considerado universal e competitivo, principalmente, nas nações capitalistas avançadas.

Matias (2011) aborda que para uma cidade ou país sediar um megaevento esportivo, ela participa de um longo processo de eleição, geralmente com regulamento próprio das entidades responsáveis pelo evento, sendo este processo liderado tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, com o apoio de instituições como o Convention & Visitors Bureau²⁵ (C&VB). No entanto, ressaltamos que os procedimentos de escolha são completamente diferentes para instituições diferentes e em épocas diferentes, logo nem sempre existe um longo processo de seleção. No caso da Copa do Mundo, houve a escolha do Brasil devido a uma concertação de interesses entre o principal agente promotor do megaevento (FIFA), o governo e as entidades representativas do futebol (Conmebol e CBF).

Observamos que antes da escolha, inicia-se um processo de articulações, (que deveria atingir os diversos segmentos da sociedade civil) e, paralelamente, traçam-se as intervenções por espaços físicos a fim de construir instalações, isto é, terrenos e imóveis que em tese poderiam ser desapropriados, como também a possibilidade de urbanização de espaços considerados degradados, caso de muitas cidades-sede de megaeventos, como dos Jogos Olímpicos em Londres em 2012 na Inglaterra. Rodrigues (2007, p. 14) enfatiza que para se sair vitorioso e sediar um evento é preciso

²⁵ Os C&VB's somam mais de seiscentos (600) no mundo, localizados em cerca de 15 países, sendo que mais de trezentos (300) estão localizados nos Estados Unidos, destacando-se, Atlanta, Las Vegas e Orlando (DMAI, 2014). Essas instituições, atualmente, se apresentam como importantes fomentadores da atividade turística regional brasileira como um todo e não somente do turismo de negócios e eventos. Mais que entidades que defendem os interesses do *trade* local, os C&VB's posicionam-se como responsáveis pela promoção do destino, fato que remete a ideia de que o sucesso deste perante o mercado turístico está, no mínimo, parcialmente relacionado ao trabalho dessas organizações, ainda que não exclusivamente. (RAMOS; NAGABE, 2014).

vender a imagem da(s) cidade(s) e/ou dos países, de um espaço socialmente produzido – infraestrutura, hotelaria, estádios ou áreas de exposição, vias e meios de transporte, aeroportos, etc. O espaço, uma riqueza decorrente da produção coletiva, é utilizado para vender a imagem da cidade como mercadoria.

Esse processo, ligado aos interesses políticos, muitas vezes pode se sobrepor à análises de custo x benefício na captação dos eventos para certas localidades, como argumenta Gamage e Higgs (1997). Nesse sentido, as políticas públicas, com ênfase no planejamento urbano e turístico deixariam de ser consideradas.

Higham (1999) tece críticas centradas no processo de escolha da cidade que sedia o evento, ao comentar que os benefícios econômicos agradam muito mais aos interesses dos organizadores e patrocinadores, do que os interesses da comunidade, pois em muitos casos, não há benefícios sociais para essa mesma comunidade prevalecendo os interesses do grande capital.

Além disso, os legados e efeitos dos megaeventos são amplamente difundidos pelos gestores públicos e pelas empresas em prol de resultados positivos (DACOSTA, 2008). No entanto, conforme Molina (2013), em todo discurso oficial em torno dos megaeventos, benefícios e legados (sociais, econômicos, ao espaço construído) são enfatizados e não bem explicitados, além de serem omitidas informações sobre a distribuição dos investimentos para as transformações urbanas, o que se dá de forma desigual, principalmente pela seletividade espacial interna das cidades, onde se tem intervenções urbanas pontuais (com locais previamente eleitos) e com ganhos econômicos nas mãos de uma elite pré-estabelecida.

Matias (2011) ressalta que tanto os Jogos Olímpicos quanto a Copa do Mundo deixam legados para países, estados e cidades, de uma série de contribuições com o intuito de melhoria da qualidade de vida da população (ao menos no plano do discurso), como nos setores: esportivo (com instalações esportivas e incentivo a formação de atletas); turístico (ampliação da marca internacional para a captação de mais e maiores eventos); urbanístico (mais intervenções urbanas); empresarial (com capacitação/qualificação internacional); social (melhoria das condições de vida da população); e, lazer (com mais opções e práticas de atividades recreativas).

Por outro lado, despertam interesses que seguem *de* encontro às necessidades inerentes às localidades, especialmente em países em desenvolvimento, referentes, por exemplo, aos setores como saúde, transporte, educação, habitação, planejamento urbano, lazer, esportes e turismo. Nesse sentido, ressalta-se o papel dos megaeventos esportivos cuja realização tem provocado modificações e conflitos resultantes, principalmente, de interesses econômicos divergentes das necessidades das localidades que os acolhem. E além disso, estabelece uma relação direta nesse espaço socialmente produzido com a atividade turística, pois é o mesmo espaço onde ela se realiza, na dependência de intervenções decorrentes no território. A isso, podem ser observadas ²⁶ as intervenções urbanas nas localidades que sediam os megaeventos, por agregarem facilidades de base infraestrutural que garantem o atendimento de serviços altamente especializados.

Seixas (2010, p.6) acrescenta que os megaeventos, como Jogos Olímpicos, Copas do Mundo, Feiras Universais (hoje mais conhecidas como Expos), ou ainda (em menor grau) Capitais de Cultura, Torneios de Tênis ou Grandes Regatas, têm se colocado como uma das mais relevantes linhas de exaltação e de demonstração de hegemonia e de poder político-econômico e cultural das nações e das cidades mais dominantes do planeta, as quais são intituladas de “cidades globais” por diversos autores.

Whitaker (2004) esclarece que o poder público adotou, entusiasticamente, o discurso da “cidade-global” por motivos bem pragmáticos, a partir da possibilidade de impulsionar parcerias milionárias com o setor privado. Visando a construção de polos urbanos capazes de atrair grandes empresas e negócios globais, mostrou-se uma via de salvação para prefeitos submersos em graves crises de governabilidade com destaque para: crise de superprodução e desemprego, desconcentração industrial em muitas cidades europeias e norte-americanas, e alta competitividade. A saída foram os grandes investimentos culturais, principalmente em grandes eventos internacionais, que demandam centros de convenções, modernos aeroportos, rede hoteleira de primeira linha, atrações turísticas e culturais, segurança, etc. Logo, o planejamento estratégico urbano, ao estilo de Barcelona

²⁶ De acordo com estudos de diversos autores como Hall (2001), Mules (2001), Wood (2005), Raeder (2010), Seixas (2010), Matias (2011), Matheson (2012), Roque e Carvalho (2012), Uchoas (2012) e Góis (2013).

(com as Olimpíadas de 1992), tornou-se moda entre os chefes dos executivos municipais, de qualquer perfil ideológico, pois esses atributos se tornaram a justificativa dos investimentos, que mesclavam os verdadeiros interesses no processo: os políticos, os imobiliários e os financeiros.

No espaço competitivo das “cidades globais”, em que cada uma delas busca, principalmente por intermédio do turismo, vender uma imagem favorável ao mundo, a realização de megaeventos, como Copas do Mundo e Jogos Olímpicos, vem se constituindo estratégica nas mais diversas áreas relacionando-se com a atividade turística de forma intensa. A causa disso está no efeito multiplicador do turismo, largamente disseminado como “sendo um fenômeno que consiste em transformar os resultados de uma realização em modelo aplicável a muitas outras situações ou realidades semelhantes” (SÃO PAULO, 2000, p.15). Uma das faces do turismo representa uma atividade capaz de impulsionar a economia por ser interdependente a partir do momento em que resulta da soma de várias atividades econômicas delimitadas e, ao mesmo tempo, complementares.

Sobre a natureza da atividade turística, Cruz (2016) esclarece características intrínsecas que a diferenciam de outras atividades econômicas ou produtivas. A produção dos espaços pelo e para o turismo amalgama outras atividades econômicas e práticas sociais na composição do complexo e contraditório processo de produção do espaço, logo o turismo, como é amplamente sabido, atua de forma mais ou menos hegemônica nos lugares através dos diferentes agentes e sujeitos sociais com ele relacionados.

Dentro do processo turístico em desenvolvimento, espera-se que os eventos devem estar integrados ao planejamento turístico das cidades a partir de uma política de eventos. Dessa forma, o evento em si não pode ser visto como um fenômeno isolado do contexto social, espacial e cultural em que está inserido.

A realização de megaeventos vem acarretando a incidência de fatores econômico-sociais em uma dimensão espaço-temporal-política de grande escala no território, os quais revelam essa forte relação com o setor de turismo nos mais diversos países e cidades em que se localizam.

Ao ocuparem lugar de destaque na sociedade onde sua organização tem como pressuposto a necessidade de atendimento de altos índices de qualidade, os megaeventos esportivos possibilitam às cidades a atração de investimentos, com

elevação da sua força econômica, por meio da captação²⁷ desses eventos, os quais se tornaram importante instrumento na geração de fluxos turísticos e, por vezes, equilibrador da sazonalidade desse mercado.

Desse modo, a partir da localização dos megaeventos no território e pelo grau de influência que podem atingir em um lugar e em seu entorno, os mesmos podem tornar-se um diferencial para alavancar o crescimento regional das cidades ao considerar as realidades de países em desenvolvimento. É importante salientar as diferenças quanto ao montante de investimentos que se realizam nas cidades: geralmente os centros e alguns pontos da região metropolitana recebem grandes investimentos do setor imobiliário e de telecomunicações, enquanto que as zonas de baixa renda continuam a carecer de recursos.

Para qualquer país onde seja realizado, o megaevento funciona como uma vitrine capaz de mostrar, a milhões de pessoas de diferentes países, aspectos que vão muito além de arenas multifuncionais (nova denominação para o espaço de localização dos estádios) e disputas esportivas. Além disso, Estados ambicionam atrair investidores internacionais e turistas estrangeiros em seu planejamento e diretrizes com os megaeventos. Por esta razão, as cidades que sediaram algum megaevento se prepararam para receber um grande número de pessoas/turistas e obter um saldo positivo desta oportunidade, sendo essa razão também uma justificativa para sua captação utilizada principalmente nos discursos governamentais.

Rodrigues (2013) explica também que um argumento utilizado é o de que a sociedade deseja sediar o evento, considerando que há geração de empregos e melhoria da infraestrutura urbana. No entanto, mesmo que o número de empregos aumente, estes são temporários, pois após a conclusão das obras, os trabalhadores são dispensados. Para isso, criam-se regras específicas, o urbanismo *ad hoc*²⁸, além de se militarizar as cidades-sede, a exemplo das Copas, mais ostensivamente em países em desenvolvimento. Devem também desaparecer os que ocupam as áreas

²⁷ O principal articulador de captação de eventos são os Conventions & Visitors Bureaus (C&VB's), que comercializam a oferta de serviços, auxiliando na organização e planejamento do segmento de eventos da localidade em que se instalam.

²⁸ Conforme Ascher (2001, p.84) *apud* Rodrigues (2013) aquele que “privilegia a negociação e o compromisso em detrimento da aplicação da regra majoritária, o contrato em detrimento da lei, a solução *ad hoc* em detrimento da norma”, temos assim a remodelação do urbano atendendo a interesses específicos. (Trad. de Rodrigues do original: ASCHER, François. **Les nouveaux principes de l'urbanisme**. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2001.)

que se pretende modernizar, o que é feito por meio da remoção da população para áreas distantes.

Esse regramento em função dos megaeventos esportivos, entre os principais as Copas e as Olimpíadas, produz efeitos que, de acordo com Vainer (2011), não são os mesmos e implicam em algum padrão de exceção na intervenção do Estado, de acordo com experiências internacionais ou mesmo nas cidades-sede, pois seguem-se os moldes dos países desenvolvidos cuja produção e reprodução de tais eventos, seguem outras realidades. A facilidade econômico-financeira de alguns países, por exemplo, é distinta da oferecida no Brasil. E no caso da Copa do Mundo 2014, esses efeitos deram-se, por exemplo, pela flexibilização de leis internas para viabilizar as normativas previstas pela FIFA.

Em termos espaciais, os benefícios se dão pelas melhorias na infraestrutura, básica e turística, além da melhora na imagem da cidade-sede. Quanto aos impactos econômicos dos megaeventos são aqueles que aparecem de forma mais contundentes pelos dispendiosos investimentos financeiros empreendidos pelos poderes público e privado. Esses são, geralmente, os benefícios mais aparentes da realização desses megaeventos, dos quais pode decorrer o desenvolvimento turístico da localidade, região ou país.

Ademais, não podemos perder de vista que são o governo federal, estados e municípios que financiam: a implantação de monotrilhos, aeroportos; a demolição/reconstrução; a construção e/ou a reforma de estádios; entre outros.

Todas as obras transformam a forma e o conteúdo dos lugares, consomem toneladas de ferro, aço, areia, vidro, cimento, cobre etc., e, principalmente, amplos recursos financeiros que serão apropriados privadamente. Impactam a cidade e a vida cotidiana, porém não é impacto da Copa ou das Olimpíadas, e sim o impacto resultante de ações públicas e privadas (RODRIGUES, 2013, p. 19).

Cabe ressaltar também, a importância das orientações políticas que um território recebe a partir da regulação em escala nacional emanada do Estado, o que procuramos esclarecer a seguir.

2.2 Aspectos teóricos sobre a regulação

Os megaeventos esportivos têm significado uma das formas pelas quais o Estado define, permite, influencia e acelera intervenções do capital nacional e internacional, por meio de entidades privadas como a FIFA e o COI. No caso da concretização de um megaevento, as intervenções que vêm se estabelecendo partem de relações entre os poderes públicos e as entidades privadas. O megaevento pode incentivar a abertura de volumosos investimentos para o país-sede sendo um elemento de grande envergadura tanto no aspecto físico como financeiro.

Foucault (1967) esclarece que a conexão do espaço geográfico aos diversos sistemas normativos tem servido para explicar características constituintes do território, dada a ansiedade da nossa época que tem a ver fundamentalmente com a busca da apropriação do espaço e as suas dicotomias. Em tempos de políticas neoliberais, vem-se produzindo a sensação de redução da interferência do Estado na economia, ao “terceirizar” o controle de muitas de suas ações para o mercado.

Nesse processo e com a evolução técnica e social configuram-se novas funções e relações que são influenciadas por ações que buscam legitimar poderes na sociedade, como já asseverava Santos na década de 1990 (1996, p. 185) ao considerar que “através de ações normadas e de objetos técnicos, a regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com ainda mais força, uma vez que um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação, para ser eficaz”.

Gilberto Bercovici (2004) considera que, na atualidade, estabeleceram-se zonas defensivas vinculadas à “tomada da terra”, substituída pela “tomada da indústria”. Logo, a base territorial e espacial de poder passa a ser conformada pelo domínio econômico em espaços voláteis dos mercados, sendo que a economia e a técnica exigem um novo espaço mundial, cuja formação ainda está marcada pelos conflitos entre o poder localizado dos territórios e o poder planetário da economia mundial.

Assim, a forma como a regulação no território vem se expressando atualmente pode ser pensada a partir das necessidades²⁹ que a sociedade requer para a solução de seus conflitos, e principalmente, a partir do momento em que pelo menos (aparente) controle exercido por parte dos Estados-Nação, nos seus processos econômicos e sociais e na capacidade de manter a singularidade nacional e homogeneidade cultural, abre espaço e caminhos para uma economia internacionalizada, a ser desempenhada por uma ampla variedade de instituições e práticas públicas e privadas, estatais e não estatais, nacionais e internacionais (HIRST; THOMPSON, 1998). Com isso,

Num período de grandes transformações, os lugares acolhem novos objetos e novas formas organizacionais e contribuem desse modo, para mudar o valor das normas vigentes. [...] Mas, num processo dialético, algumas normas, pertencentes à atual ordem global, antecedem à modernização material e chamam a si objetos e ações contemporâneos (SILVEIRA, 1997, p. 36).

Considerando o mercado, como nova forma organizacional no território, Hirst e Thompson (1998) afirmam que ele é (ou, vem sendo considerado) um substituto do Estado porque é considerado como um modo satisfatório de governabilidade ao tempo que produz ótimos resultados com o mínimo de impedimentos por regulação institucional estranha.

Com o avanço do capitalismo, Silveira (1997) afirma que o território possui uma densidade normativa onde as normas são os instrumentos que regulam determinados objetos para garantir sua *fluidez no espaço*, expressando-se a partir de suas especificidades como normas técnicas, normas organizacionais e normas políticas. Para Santos (1997, p. 16), a isto se pode chamar de imperativo de fluidez no planeta, pois

esse se torna fluido, quer dizer, a circulação torna-se mais rápida, os pontos interligados são mais numerosos, os preços das viagens e do porte das mensagens baixam. Quando o planeta se torna fluido, todos os contextos se intrometem, produzindo essa superposição de contextos, que é o contexto global, no qual as fronteiras se tornam porosas para o dinheiro e para a informação. Além disso, o território deixa de ter aqueles limites rígidos [...], levando ao enfraquecimento e à mudança de natureza dos Estados Nacionais.

²⁹ Entendemos aqui que as necessidades podem ser tantas quantas uma sociedade capitalista determinar e estarem alinhadas aos interesses escusos de determinado agente hegemônico.

Nesse contexto, a densidade normativa passa a ser imensurável, no momento que novas demandas por normas de uso de objetos técnicos são criadas e implementadas em diferentes tempos e espaços, pois o território tido “como norma significa condicionamento dos usos das técnicas, de seus produtos (os objetos técnicos) e, por extensão, das relações sociais” (ANTAS JR., 2005, p. 43).

De acordo com Silveira (1997), as normas técnicas impõem uma forma de operar e instituem novas solidariedades técnicas, pois, os objetos não trabalham isoladamente, e essa é expressa no momento que impõe uma medida às relações sociais, como hierarquias e normas, que tomam a forma de retribuições, sanções, controles e submissões. As normas políticas, por sua vez, abrangem as relações de cooperação e disputa entre o Estado e o Mercado e contribuem para comandar o funcionamento dos fluxos transnacionais de capital, o que vem tornando incerta a proteção da economia nacional. Incerta porque, se há cooperação, impõe-se aos Estados-Nação um olhar hegemônico do mundo, que o faz agir em favor de grupos dominantes, permitindo a expansão desses, principalmente por países periféricos.

Nesse processo, em que o Estado vem se transformando pela desregulação de necessidades mercantis (própria da forma moderna da organização), intensifica-se a hierarquização e fragmentação da formação socioespacial com uma lógica alheia aos interesses locais e nacionais. Assim, afirma Y.Dezalay (1994) *apud* Silveira (1997, p. 39), que essas novas formas de comércio internacional surgidas neste período de globalização envolvem código de conduta das Nações Unidas para empreendimentos internacionais, a harmonização dos procedimentos contábeis e um arbitramento internacional do comércio, entre outros. Isso significa de acordo com Antas Jr. (2005) que Estados vêm repartindo porção significativa de responsabilidades com as grandes corporações transnacionais onde a criação e a execução de leis fica a cargo de instituições e organizações variadas, estando submissas a um dado centro diretor sob uma forma híbrida de regulação.

É nesse âmbito que podemos observar a íntima relação entre formas geográficas e normas: geram, por meio de alguns mecanismos de controle peculiares a cada uma delas, o que se denomina usualmente regulação. A regulação pode ser econômica, social ou política. Frequentemente abarca essas três instâncias diferenciadamente (ANTAS JR., 2005, p. 63).

Antas Jr. (2005, p.95), afirma que “os sistemas normativos produzem o território. E, do mesmo modo, observa-se que o território, por reunir a intencionalidade humana e a espontaneidade da natureza, demanda a produção intensa de normas” (ANTAS JR., 2005, p. 95).

A própria noção de território nacional só ganha concretude e operacionalidade por meio da constituição do sistema jurídico positivo, cuja premissa básica é a delimitação de fronteiras, dentro das quais todo o conjunto de leis, denominado ordenamento jurídico, elabora-se de acordo com as necessidades e demandas por normas que as práticas sociais e territoriais exigem (ANTAS JR., 2005, p. 80).

As necessidades apontadas pelo autor, geralmente sob a pressão coletiva para com o Estado, geram transformações com interferências diretas e indiretas no espaço socialmente produzido, tornando-o um meio rápido e eficiente de aplicação dos excedentes de capitais sendo, assim, inseridos ainda mais na competitividade do e para o mercado (RODRIGUES, 2013).

A elaboração de um conjunto de leis normatizadoras do uso de uma determinada parcela do espaço geográfico com vistas a preservar-lhe as características, sejam elas naturais ou sociais, lhe confere a condição de valor fundamental na vida de uma dada comunidade, entendendo assim o território como fonte material e não-formal do direito (ANTAS JR., 2005). Isso significa pensar que o território como fonte não-formal admite o estado de exceção, já que nem sempre é possível seguir as leis impostas, a partir da dinamicidade do território, ao trazer à tona interesses e necessidades sociais que também nem sempre convergem com as leis vigentes.

Identificar os agentes envolvidos em grandes projetos é fundamental para entender as responsabilidades de cada um, afim de se ter a garantia de direitos. A seguir apresentamos no **Quadro 5** uma categorização dos agentes envolvidos no processo de realização de megaeventos com grandes projetos urbanísticos no Brasil.

Quadro 5: Agentes envolvidos no processo de realização de megaeventos

Agentes Públicos Nacionais	Estado / União	Ministério das Cidades
		Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
		Secretaria Especial de Direitos Humanos
		Ministério do Turismo
		Ministério do Esporte
	Órgãos Estaduais	Secretarias de Meio Ambiente
		Secretarias de Habitação
		Secretarias de Cultura, Esporte e Turismo
	Órgãos Municipais	Secretaria de Meio Ambiente
		Secretaria de Habitação
		Secretaria de Desenvolvimento ou Planejamento Urbano
		Secretaria de Obras
Agentes Privados Nacionais	Setor Privado/Empresas	
	Parceria Público-Privada	
Agentes Públicos de Defesa de Direitos e Controle	Tribunais de contas	
	Ministério Público	
	Defensoria Pública	
Agentes da Sociedade Civil	Associação de Moradores	
	Conselhos de Políticas Públicas	
	População difusa/Comunidades	
Agentes em Megaeventos Esportivos	Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA	
	Comitê Olímpico Local – COI	
	Comitê Organizador Local – COL ³⁰	
	Confederação Brasileira de Futebol - CBF ³¹	
	Confederação Sul-Americana de Futebol – Conmebol	

Fonte: Elaboração própria a partir de UZZO e SAULE JUNIOR (2012).

O Estado vem desenvolvendo estratégias que orientam e asseguram a reprodução do/no espaço, favorecendo processos de valorização diferenciados de algumas áreas, em detrimento de outras e de alguns setores sociais. Logo, o Estado elege entre diferentes setores aquele em que será priorizado o investimento. Essa escolha também está condicionada ao retorno oferecido ao próprio Estado,

³⁰ COL – Comitê Organizador Brasileiro Ltda: pessoa jurídica de direito privado, reconhecida pela FIFA, constituída sob as leis brasileiras com o objetivo de promover as *Competições* (vide Lei n.º 12.663 em **Anexo B**).

³¹ CBF – Confederação Brasileira de Futebol: associação brasileira de direito privado, sendo a associação nacional de futebol no Brasil (vide Lei n.º 12.663 em **Anexo B**).

principalmente no que se refere ao aumento da sua legitimidade internacional. Essa legitimidade, em consequente, é uma forma de manter o Estado no mercado, pois é ele que tem o poder ao assumir o controle político e econômico em um determinado território, que é dado por meio da regulação (HIRST; THOMPSON, 1998).

Agentes globais (empresas, bancos, instituições) exigem aos países, às empresas e aos lugares, a necessidade de serem competitivos. Essa necessidade, por sua vez, requer o imediatismo das ações no chamado tempo real, que permite a esses agentes, presentes em diversos lugares, a possibilidade de agir pelas mãos dos Estados, das organizações internacionais, e das firmas transnacionais, responsáveis pela circulação universal do capital (SANTOS, 1996). Para Santos (1996, p. 179), “essas ações parcelizadas exigem uma coordenação, não obrigatoriamente percebida, às vezes invisível, sendo dessa forma que as ações individuais participam da ação globalizada”.

Segundo Santos (2006), a valorização do espaço faz parte da linha de frente das estratégias do Estado para atrair investimentos internacionais, ao mesmo tempo que funcionam como o núcleo duro das inventivas privadas de valorização capitalista. Ainda, segundo o autor, para atrair capitais a partir de seu potencial de valorização, as cidades são reestruturadas e produzidas (revitalizadas); vende-se a cidade, como imagem de um potencial de valorização, e é tanto maior o seu preço (e a sua compra) quanto mais real e verossímil for a sua imagem enquanto potencial de valorização. Já a desvalorização do espaço urbano ou de fragmentos desse espaço, também vem sendo determinada por esse mesmo agente, que implica numa perda de significados de uma determinada territorialidade para o capital, seja ele produtivo ou especulativo. Assim, a cidade como negócio superou a condição da cidade como lugar de negócio conforme afirma o autor.

De acordo com David Harvey (2009, p. 16), as cidades sempre foram lugares de desenvolvimentos geográficos desiguais, mas agora as diferenças se proliferam e se intensificam “de um modo negativo e até mesmo patológico lançando sementes de um conflito civil”. A esse olhar do autor, acrescenta-se que pelas ações neoliberais da política gerenciada e implantada pelo Estado para com a sociedade, dada a abertura aos mercados globais, com privatizações, disciplinamento do trabalho e sua retirada como provedor social, as cidades se fragmentam entre as elites financeiras e a grande população que serve a essas, que ficam à/na margem do processo de exclusão/inclusão.

A cidade fragmentada, ao ser vendida em pedaços (regulada pelo mercado), garantidos pelo espaço controlado por meio de mediações estatais (leis e garantias), entra no circuito de troca, transformando-se em mercadoria e atrai capitais que migram de um setor a outro da economia viabilizando a sua reprodução, conforme aponta Carlos (2011). Para a autora há, nesse processo, uma amplitude expandida pela produção de simulacros espaciais em decorrência de revitalizações urbanas ou do turismo, acrescentando-se a atividade de eventos. Assim, a propriedade privada invade a vida e redefine o lugar de cada um no espaço, o qual passa a ser limitado enquanto norma e como forma legítima de garantir os acessos diferenciados aos bens produzidos, já que se torna passível de ser manipulado. E, desse modo, afirma Carlos, a reprodução da vida prática se apresenta invadida por um sistema regulador onde tanto as diferenças como as particularidades dos lugares se reafirmam constantemente pela formalização das relações sociais e mediações de poder, no entanto, a prática espacial aponta para a escala local e realiza estratégias geralmente articuladas na escala global.

A maior intervenção do Estado na economia reflete-se, portanto, na possibilidade de maior regulação, principalmente, a partir do planejamento territorial, em especial o urbano e regional, e com isso o Estado desempenha um papel fundamental, sendo o único agente, com poder de lei e força, que atua na remoção de outros agentes e objetos “inconvenientes” para os novos investimentos. Assim, utiliza-se dos dispositivos legais e da força para, em nome do que se convencionou chamar de “utilidade pública”, promover a cidade como um negócio privado (SANTOS, 2006; ALVAREZ, 2012).

A vida em sociedade é regulada, entre outras normas, pela Constituição Federal, a qual é tornada coercitiva pelo poder do Estado, quando se refere à formação de um estado de exceção (AGAMBEN, 2004) em face da realização de um megaevento. Para que as ações se consolidem no território, o Estado que vence a “competição” atende às imposições do capital, por intermediação de entidades privadas, e propicia o estado de exceção. A noção de Estado de Exceção, de Giorgio Agamben (2004) refere-se ao Estado que se utiliza de dispositivos legais como meio para exercer o poder de forma ilimitada, negando a própria legalidade e o direito do cidadão.

Logo, as necessidades que levam os sujeitos a transgredir uma norma válida, por meio de outra norma por determinado tempo, geralmente encontram garantias

em face da hegemonia do Estado, onde o aspecto econômico-financeiro vem sendo o principal argumento para a “força de lei”.

Esse conceito se constituiu como uma referência para as análises sobre as modificações jurídicas e institucionais promovidas em função da organização dos megaeventos esportivos desde que dele derivou-se a noção de “cidade de exceção”, utilizada, genericamente, pela literatura acadêmica nacional, para se referir “aos atos autoritários relacionados à preparação para os megaeventos esportivos do Rio de Janeiro” (OLIVEIRA, 2015, p.210).

Isso acontece, segundo Hirst e Thompson (1998), porque há uma “nova soberania” derivada de políticas comuns, advindas de desdobramentos do mercado, sancionadas pelo Estado, que concorda em criar e conferir legitimidade no compartilhamento da sua soberania. Disso decorre um controle sobre o território, sustentando o fortalecimento de uma hegemonia compartilhada, pois emerge de normas globais desterritorializadas sobrevindas de um território local normativo, o qual condiciona a sociedade e produz novas demandas na política, nos mercados e no cotidiano dessa sociedade (SANTOS, 1996).

Aproximando-se do pensamento de Bercovici (2004), segundo o qual “a luta desenfreada pela tomada da terra na América consagrou o direito do mais forte, delimitando zonas de violência em tempos e espaços que ocorrem a suspensão do direito” (Ibidem, p. 174), podemos suscitar que no âmbito temporal e espacial, os megaeventos trazem à tona essa questão da suspensão do direito, quando há (de acordo com os interesses) a delimitação de uma zona de aplicação de leis onde transparece, via normatizações, o direito do “mais forte”. Assim, o Estado e a soberania exercida pelos seus poderes constitucionais reproduzem ações de emergência que interferem nas liberdades políticas e econômicas, justificando os poderes de exceção. Bercovici (2004, p. 173) considera que “a utilização atual dos poderes de emergência caracteriza-se por limitar os direitos da população em geral para garantir a propriedade privada e a acumulação capitalista.”.

A partir desse contexto, a pesquisa parte da premissa de que o Estado, o qual detém hegemonia sobre os territórios, em suas diferentes dimensões, acolhe, cria, ou recusa normas globais a partir de uma informação, com frequência, fragmentada sobre a produtividade espacial dos lugares, tendo, por conseguinte, sua capacidade negociadora, subordinada, na maioria dos casos, àquela dos seus interlocutores globais (SANTOS, 1993). Portanto, não podemos dizer que as escolhas se fazem

espontaneamente no que diz respeito ao setor de turismo no Brasil. A partir dos megaeventos, encontra-se um direcionamento para o território pela regulação a ele vinculada, na medida que são criadas ou acolhidas normas seja pelo Estado ou pelas diferentes corporações que fazem parte do processo.

A seguir, entramos na discussão justamente dessas escolhas realizadas pelo Estado Brasileiro em face da realização mundial de megaeventos.

2.3 O Brasil na rota dos megaeventos

Muito se discutiu e ainda se discute sobre como vem ocorrendo o planejamento urbano no país, baseado na ideia do planejamento estratégico difundido no Brasil e América Latina, após experiências de sucesso em países desenvolvidos³², por agências multilaterais e pelos consultores internacionais articuladores Jordi Borja, Manuel de Forn e Manuel Castells, em que esse projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados, e depende, em grande medida, do banimento de determinadas políticas e da eliminação do conflito (pelo menos aparente) e das condições em parte do exercício da cidadania. A venda da cidade proposta por “consultores globais” requer, necessariamente, insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança. E juntamente ao Plano Estratégico a operação de marketing da cidade “*city marketing*” é contemplada (VAINER, 2000).

Alvarez (2012) destaca que para determinados projetos, a participação dos diferentes níveis de poder vem sendo intrinsecamente necessária, como no caso da realização de megaeventos esportivos, onde grande parte dos projetos de requalificação urbana é concebida e liderada por ações do poder local (ainda que o aporte de recursos seja proveniente de outros níveis) como o exemplo das

³² Cidades como Vancouver, Montreal, Turim, Seul e Barcelona usaram megaeventos internacionais como forma de se promover efetivamente e obtiveram grandes retornos do investimento inicial. Um dos casos mais significativos, como exemplo, é a cidade de Barcelona com as Olimpíadas de 1992, cuja preparação estava inserida em uma estratégia de três fases de recuperação e investimentos, na qual os Jogos Olímpicos eram apenas uma parte do desenvolvimento mais amplo da cidade.

Olimpíadas, na cidade-sede Rio de Janeiro. Tal situação vem apontando maior possibilidade de intervenção de diferentes setores e interesses sociais em tais projetos, ao mesmo tempo que se tem o processo de mercantilização da cidade pelos agentes do poder público.

Oliveira (2015, p. 204) destaca que a condição de crise vivida no Rio de Janeiro criou a base para a emergência da estratégia competitiva de atração de megaeventos esportivos apresentada pela primeira vez no Plano Estratégico da Cidade em 1996, e aponta que esse processo “envolve um sistema de articulação transescalar de forças, interesses e ações que unifica as elites e angaria o consentimento das classes inferiores.”

No caso da Copa do Mundo no Brasil, as intervenções em escala nacional foram divididas em três grupos: estádios (com condições de receber os jogos e capacidade para abrigar o público), transporte entre cidades (capacidade e qualidade para atender a demanda de mobilidade entre as cidades-sede), e a infraestrutura das cidades (incluindo rede hoteleira, mobilidade urbana, telecomunicações). Esse processo de mercantilização na maioria dos casos é tão forte que gera situações impactantes, como foi o caso de cinco estádios: Brasília, Cuiabá, Manaus, Natal e Salvador, que foram demolidos e reconstruídos, e outros dois em São Paulo e Recife, construções completamente novas.

Com isso, Vainer (2000) aborda a questão urbana em países latino-americanos destacando aspectos como: crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, os quais deram espaço a uma nova questão urbana, a partir da aplicação do planejamento estratégico nas cidades, e que agora se revela pela problemática da competitividade urbana.

De acordo com Lopes (1998) o planejamento estratégico abarca um plano de ação, formulado a partir do consenso de agentes públicos e privados, dentro de uma visão ampla dos espaços e da sociedade, definindo projetos tangíveis e, muitas vezes, “intangíveis” e cuja implementação se baseia no compromisso de um grande número desses agentes. Para o autor, tal compromisso aproveita as oportunidades de investimento e financiamento, em especial àquelas ligadas ao capital imobiliário, ao turismo, cultura e entretenimento. Dentre tais planos estratégicos tangíveis, destacam-se, na Copa do Mundo do Brasil, muitos projetos de construção, reforma, ampliação, readequações e modernização de vias, construção de corredores de

ônibus, instalação de linhas de VLT (veículo leve sobre trilhos), monotrilho e metrô, com grande impacto na mobilidade urbana ao propor ligar aeroportos, pontos turísticos e estádios.

O que se apreende a partir do planejamento estratégico urbano, sendo a cidade vista como mercadoria e/ou empresa, é que os espaços da política que levam à construção de uma efetiva cidadania sejam manipulados e gestionados para a cidade ser escolhida como localização de grandes investimentos e eventos, servindo à reprodução do capital sem possibilidades de espaços de encontro e sim de confronto entre cidadãos na mercantilização do espaço público (VAINER, 2000).

Os lugares mais visitados do mundo são grandes centros urbanos e, em sua maioria, vêm recebendo a classificação de cidades globais, como Londres, Nova Iorque, Hong Kong, Paris, Tóquio, Frankfurt, Zurique, Amsterdã, Los Angeles, Sydney e Singapura, a partir do conceito de Saskia Sassen (2004). A autora afirma que há uma rede de cidades globais ou mundiais importantes que funcionam como centros para coordenar, controlar e prestar serviços ao capital global, as quais tornaram-se lugares preferidos para a produção de serviços especializados desde o nível global, nacional ou regional e enfatiza a menor importância da economia nacional como ente unitário dentro da economia global. Para a autora, São Paulo, Buenos Aires, Bangkok, Taipei e Cidade do México estariam incluídas entre as cidades globais. Ressaltamos que tais cidades estabelecem em seu calendário de eventos a realização de megaeventos que trazem a movimentação turística, cultural e, principalmente, a econômico-financeira.

No entanto, para Whitaker (2004), o conceito de cidade global é um mito, pois obriga as cidades a adaptarem-se a uma nova demanda por edifícios, serviços e equipamentos, que sejam capazes de atender às exigências de um novo e moderno setor econômico. Além disso, o autor destaca que houve uma importação de ideias do exterior, reforçadas pelo planejamento estratégico e pelo marketing de cidades, as quais nem sempre condizem com as realidades urbanas desiguais³³. Teoricamente, o volume de negócios realizados em uma cidade “global” guardaria estreita relação com o número de visitantes que ela recebe, e que utilizam serviços

³³ Com a globalização neoliberal o Estado está priorizando no país a privatização dos espaços públicos e dos serviços coletivos, o corte em gastos sociais, ao mesmo tempo em que deixa a propriedade da terra nas cidades nas mãos do capital imobiliário ao promover o financiamento imobiliário, a construção de edificações e de infraestrutura urbana, na maioria das vezes sem relação com as necessidades básicas da população e com a apropriação total de lucros, juros e rendas.

diretamente ligados ao turismo. Nesse sentido, concordamos com a visão desse autor ao enfatizar as realidades tão desiguais entre tais cidades elencadas como “globais”.

O aparato regulador que normatiza a produção do espaço urbano no Brasil é formulado por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da sua população urbana. Também vem sendo de conhecimento geral que há no país leis que pegam e leis que não pegam, ou seja, tudo depende das circunstâncias e dos interesses envolvidos. Isso significa que a aplicação dos planos segue a lógica da cidade restrita a alguns (MARICATO, 2002).

Brandão (2007) esclarece que no processo histórico de desenvolvimento do país, o modo de relacionamento entre as regiões foi dado pelo projeto hegemônico que partiu das elites brasileiras, buscando uma modernização conservadora ao priorizar as partes mais avançadas do território nacional que considerou a inserção competitiva de mercados dinâmicos, primeiro pelo capital mercantil e depois pelo capital industrial. Com isso, ao tomar tal projeto, desconsiderou o grave quadro de desigualdade social que o país tem, pois diversas frações desses capitais passam a comandar as regiões e cidades brasileiras, perpetuando o atraso estrutural da situação de subdesenvolvimento.

O autor comenta que a vastidão do território brasileiro e o pouco interesse inicial por sua efetiva ocupação determinaram “o estabelecimento de habitantes, certas atividades econômicas e algumas vias de comunicação apenas na costa litorânea, exigência momentânea da natureza de uma colonização inicial meramente protetora e que só posteriormente se tornou exploratória” (BRANDÃO, 2007, p.90). Logo, na base histórica de constituição de um espaço nacional estruturado teve-se o acirramento da concorrência inter-regiões o que fez com que alguns segmentos produtivos se instalassem em espaços que detivessem certo porte e bases materiais não muito estreitas.

No caso do Brasil, Maricato (2002, p.122) afirma que “a exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação do solo urbano, é ignorada na representação da cidade oficial”. A autora se refere a um processo político e econômico que construiu umas das sociedades mais desiguais do mundo, tendo como instrumento de dominação ideológica principal o planejamento urbano modernista/funcionalista, que na medida que foi sendo implantado, foi dando

margem para ocultar a cidade real ao mesmo tempo que contribuiu para a formação de um mercado imobiliário³⁴ restrito e especulativo.

Com isso, há descompassos entre decisões públicas e privadas, onde deveria haver maior capacidade de regular do Estado, houve a indução de investimento privado. Logo, chamam a atenção as lógicas de mercado a que ficam submetidas as cidades, tendo a produtividade e competitividade como os elementos que presidem o que Harvey (2005) chamou de empresariamento da gestão urbana. Esta parceria público-privada assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, e representados, no processo de planejamento e de decisão. A essa questão Vainer (2000, p.5) ratifica que “A cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações”. Maricato (2002) destaca que a ocupação do território constituiu uma parte importante da estratégia do desenvolvimento monitorado pelo Estado, complementando as políticas dirigidas à produção e à macroeconomia.

O plano estratégico das cidades é influenciado por duas ações planejadas da gestão urbana: os Planos Diretores e o Estatuto da Cidade. Além disso, destacam-se no plano da regulação dos espaços urbanos: leis de zoneamento, código de obras, códigos visuais, leis de parcelamento do solo, entre outros.

O Plano Diretor caracteriza-se como “um instrumento de ordenamento urbano, com o objetivo de determinar os usos do solo e os sistemas de integração e comunicação, partindo de normas definidas em um arcabouço legal, geradas por uma visão integral de construção da cidade desejada” (LOPES, 1998, p. 90). Sua elaboração é prevista pela Constituição Federal, artigo 182, §1º, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Já o Estatuto da Cidade, sob Lei N° 10.257, de 10 de julho de 2001, entrou em vigor no dia 10 de outubro de 2001 e regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Estes dois artigos tratam especificamente da política

³⁴ O método dialético permite pensar o espaço como mercadoria, consequência da produção social capitalista. O homem ao incorporar todas as atividades econômicas nesse processo redefine a lógica de valorização de bens, tanto materiais como imateriais, ditando o valor de uso, pelo valor de troca, sendo esses acessíveis ou não, necessários ou não, ao cotidiano da vida. A partir daí, tem-se aqueles que tem o poder sob o que se produz e aqueles que podem se apropriar do que é produzido ou não, tendo a mediação do mercado imobiliário para fazer vigorar na prática o valor de troca sobre o valor de uso no espaço das cidades (CARLOS, 2011).

urbana, delegando a execução da mesma para os governos municipais e atribuindo à lei o poder de fixar diretrizes orientadoras dessa execução, conceituando e definindo o objetivo da política e determinando o cumprimento das funções sociais da cidade, para garantir aos seus habitantes o “bem-estar social”. A lei municipal, cuja aprovação deve ser feita pela Câmara Municipal, passa a ser obrigatória para cidades que possuam mais de vinte mil habitantes. Assim, a legitimidade do Plano Diretor para a vida da cidade se assegura na forma em que ocorre sua aprovação pela Câmara Municipal.

No Brasil, a década de 1990 marcou o início da forte influência do planejamento estratégico nas políticas de planejamento urbano das cidades. Essa visão estratégica está presente também nos Planos Nacionais do Turismo 2003-2006; 2007-2010; 2011-2014; 2015-2018, do Ministério do Turismo, os quais vêm sendo um instrumento de ações estratégicas, delineada em seus macroprogramas e metas para os próximos anos, ao mesmo tempo que normatiza o setor de turismo no país.

Todo o aparato regulatório desenvolvido nesse período que incide no setor urbano e consequentemente nos seus micro setores entre os quais, nos estudos urbanos, destaca por Rodrigues (2007, p.2) “o planejamento estratégico, a cidade-mercadoria, e temas que recebem “nomes próprios” como geografia do turismo, geografia do meio ambiente, do ambiente sustentável, de preservação de áreas históricas”. Nesse sentido, o empresariamento da gestão urbana está ligado a fragmentos de lugares, considerados pólos de investimentos para capitalistas nacionais e estrangeiros (sejam esses para eventos, atividades turísticas e/ou de investimento) visando à incorporação imobiliária com o objetivo de aumentarem lucros, rendas e juros (RODRIGUES, 2007).

Para analisarmos os desdobramentos do megaevento sobre o setor de turismo no Brasil, faz-se premente levantar as normatizações criadas para viabilizar a Copa do Mundo no Brasil como veremos a seguir.

2.4 Copa do Mundo FIFA 2014: aspectos regulatórios

Compreender a relação entre o megaevento Copa do Mundo e a regulação do território atrelada ao mesmo é um de nossos objetivos. Ressalta-se que a análise do levantamento de material existente como documentos, legislação, depoimentos, dentre outros mencionados ao longo da pesquisa, objetiva enfatizar a produção do espaço e os sentidos no território para o turismo. Ressaltamos o fato de que antecedentes regulatórios relativos à organização do futebol profissional, tanto internacional como brasileiro, fazem parte de um movimento maior de “globalização” dessa prática desportiva engendrada nos anos de 1990.

Desse modo, para nortear as acepções sobre a base normativa em que se tem desenvolvido os megaeventos esportivos no país (CAMARGOS e SANTORO, 2013), considera-se pertinente ressaltar que a lei nacional desportiva prevê, desde 1998, que as normas internacionais incidam e regulem o futebol brasileiro; que semelhantes normas também foram elaboradas para as anteriores Copas do Mundo nos EUA (1994), na França (1998), no Japão e Coreia do Sul (2002), na Alemanha (2006) e na África do Sul (2010); e que a candidatura do Brasil foi voluntária assim como a decisão em aderir às condicionantes fixadas pela FIFA, as quais são dadas para todo e qualquer país que pretenda ser organizador de tal evento.

Em 1998, foi promulgada a **Lei Federal Nº 9.615/1998**, conhecida como “Lei Pelé”, que posteriormente abriu caminho para outras ações de âmbito nacional com extrema relevância à inserção do futebol nesse cenário, vindo a alterar a dinâmica territorial de algumas cidades em função da mercantilização da atividade no cenário internacional (OLÉRAS, 1999; SANTOS, 2013).

Com a escolha do país para sede do megaevento, houve a criação de outros instrumentos jurídicos, como a **Lei Nº 12.348/10** (autorizou o endividamento dos municípios acima da renda líquida real em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para realização dos megaeventos e autorizou acordos e perdão de dívidas do patrimônio imobiliário da União; e, ainda, determinou a venda de imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA)), a **Lei Nº 12.350/2010** (para que o país conseguisse o direito de sediar o torneio, a FIFA exigiu que houvesse uma isenção de impostos nos contratos que firma sobre o evento, desonerando de tributação assim, a entidade, as empresas parceiras,

prestadores de serviços da FIFA e a emissora de TV autorizada a transmitir os jogos e distribuição dos direitos de mídia no país e no exterior. Os tributos desonerados foram: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), contribuições sociais, impostos de importações e tributos indiretos nas aquisições realizadas no mercado interno. A partir dessa lei, a arrecadação de tributos federais foi praticamente nula, considerando a dinâmica econômica, durante a organização da Copa) e a **Lei Nº 12.462/2011** (a qual instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC (tratada mais detalhadamente no subitem 2.5.7) com a intenção de acelerar as obras das Copas das Confederações e do Mundo e dos Jogos Olímpicos de 2016) (PAULA; BARTELT, 2014; OLIVEIRA, 2015).

Já em 2012, houve a criação da **Lei Federal Nº 12.663**, nominada “Lei Geral da Copa”, como atendimento às garantias formalmente prestadas pelo Estado à FIFA, em 2007, afim de que o país não perdesse o direito de sediar a competição. No item 2.5.6 aprofundaremos a análise desta Lei, ademais pode-se pressupor que essa lei vem atender, prioritariamente, a interesses da entidade privada FIFA, e não ao interesse público em si, podendo-se aqui discutir, questionar e vir a esclarecer seu caráter e suas consequências no território.

Aqui, à luz do sistema jurídico, PAULA e BARTELT (2014), consideram o que está expresso na Constituição Federal Brasileira, quanto a:

- Direito de liberdade de expressão (Art. 5º, IX)
- Direito de ir e vir (Art. 5º, XV);
- Direito ao trabalho (Art. 5º, XIII e Art. 6º, caput);
- Direito do consumidor (Art. 5º, XXXII e Art. 170, V);
- Direito de conservação do patrimônio público (Art. 23, I);
- Direito da livre iniciativa (Art. 170, caput);
- Direito a educação (Art. 205);
- Direito de proteção do patrimônio cultural brasileiro (Art. 216);
- Direito de liberdade de imprensa e de informação jornalística (Art. 220, par. 1º).

Jennings [et. Al.] (2014) afirmam que a FIFA, junto ao COI, reivindica autonomia para o esporte, alegando que governos não devem ter permissão de interferir na independência das federações esportivas, e a sugestão de que essas devem operar acima da lei vem sendo aceita pela maior parte dos governos. Esse

olhar é reforçado por Oliveira (2015, p. 205) ao concluir que “os megaeventos conseguem promover o discurso consensualista de maneira tão plena e radical que a simples ideia de uma ação ou omissão passível de criar um eventual obstáculo a sua realização é posta como inaceitável”.

Nesse sentido, observa-se, com base em Agamben (2004) que a criação voluntária de um estado de emergência permanente tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, incluindo-se aqui nações com regimes políticos considerados democráticos. E, particularmente, a atribuição ao executivo do poder de promulgar decretos com força de lei (que não é lei, mas que tem a capacidade de obrigar e garantir eficácia), ampliando os poderes governamentais oferece “plenos poderes”, caracterizando o estado de exceção. Logo, a FIFA ao considerar a Copa do Mundo um empreendimento comercial, estabelece, para sua ocorrência, como principal estratégia, o comprometimento governamental do país-sede, que ao se submeter, delimita a criação e redefinição de diversas normatizações, engendrando um estado de exceção, ao desconsiderar as normatizações pré-existentes na base regulatória do país e arcar com o ônus dessa forma de agir. Oliveira (2015) nos esclarece que o argumento de honra aos compromissos de candidatura tornou-se imperativo e, a partir dele, decretos, medidas provisórias e projetos de lei e leis, votados em regime de emergência, tem produzido grandes rupturas nos marcos políticos e institucionais em múltiplas escalas no país.

Tal situação foi analisada por Rodrigues (2013, p. 17) em publicação sobre *Os megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano*

Há submissão, conivência e subserviência do Estado às normas de entidades privadas, com o argumento de que as alterações são necessárias para os eventos esportivos. FIFA, COI, CBF, COB definem os locais de abertura, as cidades e os estádios onde serão realizados os jogos, bem como as marcas que devem aparecer nas propagandas e o direito de transmissão televisivo. Tentam, e muitas vezes conseguem, interferir até mesmo no preço de ingressos, bem como alterar a legislação para usurpar um direito conquistado, como, por exemplo, o pagamento de meio ingresso para determinadas categorias, demonstrando seu poder em alterar leis e normas. Interferem até na venda de produtos nas imediações para garantir o investimento realizado pelas empresas patrocinadoras. Num raio de 2 km dos eventos só será comercializado o que for aprovado pela FIFA, o que pode deixar de fora, por exemplo, as barracas de baianas que vendem Acarajé, embora estejam devidamente regulamentadas por lei nacional. Contraditoriamente, as baianas

vendedoras de Acarajé, com suas roupas típicas, constam da propaganda turística que visa a mostrar a especificidade da culinária baiana. A liberação de concorrência pública e de taxas de pagamento para a FIFA e para as empresas selecionadas pela mesma e/ou pelo COI (Lei 12.350, de 20 de dezembro de 2010) reafirma que se implanta o Estado e/ou Cidade de Exceção. Estabelecem, também, as entidades privadas, critérios para os projetos e obras de estádios e de infraestrutura em geral.

Discutimos se essa forma de agir do Estado de alguma maneira interferiu nos desígnios do turismo no país. Cremos que ao atender as exigências da entidade FIFA (de caráter privado), alterando leis e normas, induzindo o urbanismo para interesses específicos e submetendo-se a organizações de direito privado, deixou evidente como o global redimensiona o local, tratando-se de uma interferência privada de escala internacional nos lugares que foram socialmente produzidos e que representam a condição para a competitividade e meio para a reprodução ampliada do capital na atualidade (RODRIGUES, 2013). Ademais, enfatizamos que através de um pacto com quem interessa, também há grupos locais e localizados agindo sobre os lugares, que na verdade temos que considerar que não é apenas a ação do “global”, mas que as normatizações recebem a influência direta da escala local.

O **Quadro 6**, a seguir, apresenta normatizações de âmbito federal afim de esclarecer seus objetivos expressos enquanto Leis.

Quadro 6: Normatizações consultadas

Lei Federal Nº9.615/1998	Nominada Lei Geral do Passe Livre, conhecida como Lei Pelé. Dispõe sobre normas gerais do desporto no Brasil.
Lei Federal Nº 9.981/2000	Altera dispositivos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.
Lei Federal Nº 11.118/2005	Altera dispositivos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.
Lei Federal Nº 11.578/2007	Nominada Lei do PAC Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH nos exercícios de 2007 e 2008.
Lei Federal Nº 12.309/2010	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.
Lei Federal Nº 12.348/2010	Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e dá outras providências.
Lei Federal Nº12.350/2010	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; Promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e dá outras providências. Veja também:

	Instrução Normativa nº 1.293, de 21 de setembro de 2012 – Dispõe sobre o despacho aduaneiro de bens procedentes do exterior destinados à utilização na Copa das Confederações Fifa 2013 e na Copa do Mundo Fifa 2014, de que trata esta Lei
Lei Federal Nº12.462/2011	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, constantes da Carteira de Projetos Olímpicos a ser definida pela Autoridade Pública Olímpica (APO); e da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação - FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, definidos pelo Grupo Executivo - Gecopa 2014 do Comitê Gestor instituído para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 - CGCOPA 2014, restringindo-se, no caso de obras públicas, às constantes da matriz de responsabilidades celebrada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, entre outras providências.
Lei Federal Nº12.663/2012	Nominada Lei Geral da Copa. Dispõe sobre as medidas relativas a Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude 2013, entre outras disposições. Tal lei envolve: vistos de entrada e permissão de trabalho de membros da FIFA, membros das seleções disputantes, parceiros comerciais da FIFA, representantes de mídia etc.; proteção e exploração com exclusividade de direitos comerciais da Copa do Mundo; comercialização de produtos nos estádios; anotação de marcas de titularidade da FIFA no INPI; exclusividade da FIFA para explorar, negociar, autorizar e proibir transmissões ou retransmissões da Copa do Mundo das diversas tipologias de direitos audiovisuais; responsabilidade penal pelo uso indevido de Símbolos oficiais de titularidade da FIFA; normas sobre restrição comercial e vias de acesso; normas sobre a venda de ingressos; sanções civis de indenização de danos, lucros cessantes ou vantagem indevidamente obtida na publicidade, por qualquer meio, ou ainda, uso de ingressos, convites ou credenciais sem autorização da FIFA; autorização para que estados e municípios decretem feriado nos dias de partidas do Mundial; serviço voluntário; e sobre concessão de benefícios a jogadores que estão aposentados.

Fonte: Elaboração própria a partir das leis disponíveis para acesso público (sitio eletrônico: <http://www.planalto.gov.br/>). (2018).

As cidades escolhidas como sedes da Copa do Mundo devem ter uma importância e semelhanças globais. No Brasil, todas elas são capitais dos Estados e assumem algum poder local e regional no âmbito de ações que visem o desenvolvimento, o que as torna atraentes para uma economia internacional. Assim, padrões de preservação do meio ambiente, legados para a sociedade local, aspectos financeiros, entre outros, entram nas candidaturas das cidades-sede, ficando estas, portanto, comprometidas a executar tais ações.

E para isso, direcionaram-se legislações que conforme o **Quadro 6** as Leis Federais Nºs: 12.348/10, 12.350/10, 12.462/11 e 12.663/12, trouxeram novas possibilidades excepcionais para a forma de gestão diretamente relacionada aos megaeventos esportivos no país (OLIVEIRA, 2015).

Uzzo e Saule (2012, p. 58) afirmam que segundo a legislação de exceção no modelo do Estado de Direito, adotado pela Constituição de 1988, “Todos, incluindo as autoridades, estão submetidos à Constituição e às leis dela decorrentes. As leis não têm prazo de validade; até que uma nova lei seja editada revogando a anterior, continua valendo a lei em vigor.” A Lei Geral da Copa, entretanto, rompe a lógica descrita acima, pois foi feita para suspender momentaneamente as leis existentes. Por esse motivo, alguns dizem tratar-se de uma legislação de exceção. Exceção porque se é este o melhor modelo legal, se são estas as melhores leis, não deveriam ser aplicadas apenas por um momento; deveriam ser aplicadas até serem substituídas por uma lei melhor.

Apesar do governo brasileiro acatar as demandas exigidas da FIFA, ela não impõe necessidades, geralmente serão os agentes e grupos locais (ou que agem localmente) que incorporam um discurso de que a FIFA impôs tal e tal necessidade, como por exemplo tudo que fica expresso em uma lei, para poder justificar a realização de interesses locais. Caso da Lei Federal Nº12.350/2010 e da Instrução Normativa Nº1.313/2012 que lhe dá suporte, que estabelece benefícios fiscais e creditícios para FIFA e seus grupos representativos como patrocinadores e parceiros.

No entanto, são os grandes grupos nacionais, as grandes empreiteiras que se valeram dessa imposição/exigências da FIFA que empurram uma parte da realização de seus interesses. Nessa mesma Lei vem uma série de isenções para construtoras que prestaram serviços para a FIFA, a princípio apresentadas como exigências da FIFA, mas em nenhum momento a entidade exige tal medida.

Desse modo, a seguir apresenta-se o arcabouço jurídico, (além das Leis Federais apresentadas no Quadro 6) gerado em escala federal para viabilização da Copa do Mundo FIFA 2014.

<i>Acordos de Cooperação</i> ³⁵
Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2012
Acordo de Cooperação Técnica para intercâmbio de informações objetivando transparência e controle dos recursos federais alocados na Copa do Mundo de 2014. Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, entre Controladoria-Geral da União, Senado Federal e Câmara dos Deputados.

³⁵ Acordos de Cooperação: instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos com o objetivo de firmar interesse na mútua cooperação técnica, visando a execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os participantes. (Parecer nº15 /2013 da Advocacia Geral da União I-Fundamentação).

<i>Medidas Provisórias</i> ³⁶
Medida Provisória nº 510, de 28 de outubro de 2010
Promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol – RECOM.
<i>Decretos</i> ³⁷
Decreto nº 7.783, de 7 de agosto de 2012
Regulamenta a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013
Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011
Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011.
Decreto de 26 de julho de 2011
Altera o Decreto de 14 de janeiro de 2010, que institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.
Decreto nº 7.531, de 21 de julho de 2011
Dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND dos Aeroportos Internacionais Governador André Franco Montoro e Viracopos, no Estado de São Paulo, e Presidente Juscelino Kubitschek, no Distrito Federal, e dá outras providências.
Decreto nº 7.525, de 15 de julho de 2011
Altera para RECOPA a sigla do Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol, a que se refere o Decreto nº 7.319, de 28 de setembro de 2010.
Decreto nº 7.319, de 28 de setembro de 2010
Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM, de que trata os arts. 2º a 6º da Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010.
Decreto nº 7.081, de 26 de janeiro de 2010
Altera o Decreto nº 6.490, de 19 de junho de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.
Decreto de 14 de janeiro de 2010
Institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, e dá outras providências.
Decreto nº 7.034, de 15 de dezembro de 2009
Dispõe sobre a divulgação, por meio do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, de dados e informações relativos à Copa do Mundo de 2014.
Decreto nº 4.201, 18 de abril de 2002
Dispõe sobre o Conselho Nacional do Esporte e dá outras providências.

³⁶ Medidas Provisórias: prevista no art. 62 da CF/88 é adotada pelo Presidente da República, por ato monocrático, unipessoal, sem a participação do Legislativo (somente em momento 'posterior') quando já adotada pelo Executivo, com força de lei e produzindo seus efeitos jurídicos. Uma vez adotada vigorará pelo prazo de 60 dias, prorrogável por igual período contados de sua publicação no D.O. (LENZA, 2011).

³⁷ Decreto Legislativo: previsto nos art. 49 e art. 62, §3 da CF/88 é de competência exclusiva do Congresso Nacional; disciplina os efeitos decorrentes da medida provisória não convertida em lei e que perdeu sua eficácia desde sua edição. (LENZA, 2011).

<i>Instruções Normativas</i> ³⁸
Instrução Normativa nº 12, de 15 de março de 2013
Estabelece procedimentos para a importação de produtos de origem animal e vegetal, de procedência estrangeira, para utilização ou consumo nos eventos da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e outros eventos associados, previstos para ocorrerem no País em período simultâneo ou concomitante.
Instrução Normativa nº 1.313, de 28 de dezembro de 2012
Estabelece regras especiais sobre obrigações tributárias acessórias para as pessoas jurídicas que gozam dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, relativos à realização, no Brasil, da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014. Anexo I: Termo de Doação e Recebimento (TDR) Anexo II: Demonstrativo de Extinção de Suspensão Tributária nas Aquisições de Bens e Equipamentos Duráveis com os Benefícios Fiscais previstos na Lei nº 12.350, de 2010, Mediante Pagamento dos Tributos – DEST
Instrução Normativa nº 1.293, de 21 de setembro de 2012
Dispõe sobre o despacho aduaneiro de bens procedentes do exterior destinados à utilização na Copa das Confederações Fifa 2013 e na Copa do Mundo Fifa 2014, de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.
Instrução Normativa nº 62, de 26 de maio de 2010
Estabelece normas acerca do controle exercido pelo Tribunal de Contas da União sobre os recursos públicos federais destinados à organização e à realização da Copa do Mundo de 2014.

<i>Decisões Normativas</i> ³⁹
Decisão Normativa nº 115, de 22 de agosto de 2011
Define a sistemática de cadastramento de pessoas encarregadas de alimentar o Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, conforme disposto no § 4º do art. 3º da Instrução Normativa-TCU nº 62, de 26 de maio de 2010.

<i>Portarias</i> ⁴⁰
Portaria nº 57, de 12 de dezembro de 2012
Aprova Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Inteligência no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência em Grandes Eventos.
Portaria nº 303, de 6 de dezembro de 2012
Ministro do Esporte designa os membros do Grupo Executivo GECOPA 2014.
Portaria nº 571, de 22 de março de 2010
Disciplina o Decreto n.º 7.034, de 15 de dezembro de 2009, que dá ampla transparência das ações do Governo Federal sobre a Copa do Mundo de 2014.

<i>Resoluções</i> ⁴¹
Resolução GECOPA nº 27, de 1 de dezembro de 2014
Autoriza a atualização e revisão da Matriz de Responsabilidades Anexo I: Mapa de atualizações e revisão da matriz de responsabilidades Anexo II: Matriz de

³⁸ Instruções Normativas: ou regulamentares, prevista no art. 87, parágrafo único, II da CF/88. São atos administrativos expedidos pelos Ministros de Estado para a execução das leis, decretos e regulamentos, mas são também utilizadas por outros órgãos superiores para o mesmo fim (MEIRELLES, H. L.; *et. al.*, 2011).

³⁹ Decisões Normativas: "normas administrativas *intra legem*", normas gerais e abstratas editadas pela administração pública para explicações de conceitos legalmente previstos (MAFFINI, 2008).

⁴⁰ Portarias: é o ato administrativo na qual se produz documentos que possuem caráter oficial com objetivo de regular o funcionamento da Administração Pública ou de seus agentes (MAFFINI, 2008).

⁴¹ Resoluções: prevista nos art. 51 e 52 da CF/88. Regulamenta as matérias de competência privativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e algumas de competência do Congresso Nacional (LENZA, 2011).

Responsabilidades Consolidada
Resolução GECOPA nº 26, de 13 de maio de 2014
Retifica a Resolução do GECOPA nº 25, de 25 de novembro de 2013.
Resolução GECOPA nº 25, de 5 de novembro de 2013
Autoriza a atualização e revisão da Matriz de Responsabilidades Anexo I: Mapa de atualizações e revisão da matriz de responsabilidades Anexo II: Matriz de Responsabilidades Consolidada
Resolução GECOPA nº 24, de 04 de junho de 2013
Autoriza a revisão da Matriz de Responsabilidades, com alteração do anexo referente às atividades de Telecomunicações e discrimina as ações do Orçamento Geral da União vinculadas a essas atividades. Anexo I: Revisão da Matriz de Responsabilidades referente à área de Telecomunicações
Resolução GECOPA nº 23, de 19 de março de 2013
Autoriza a atualização e revisão da Matriz de Responsabilidades referente à mobilidade urbana e estádio de Cuiabá - Mato Grosso. Anexo I: Mapa de atualizações e revisão da matriz de responsabilidades Anexo II: Matriz de Responsabilidades Consolidada
Resolução GECOPA nº 22, de 21 de dezembro de 2012
Autoriza a atualização e revisão da Matriz de Responsabilidades. Anexo I: Mapa de atualizações e revisão da matriz de responsabilidades Anexo II: Matriz de Responsabilidades Consolidada
Resolução GECOPA nº 21, de 22 de novembro de 2012
Aprova os fóruns técnicos de atuação do Governo Federal.
Resolução GECOPA nº 20, de 22 de novembro de 2012
Dispõe sobre a governança da atuação do Governo Federal para a Copa do Mundo FIFA 2014.
Resolução GECOPA nº 19, de 22 de novembro de 2012
Autoriza a atualização da Matriz de Responsabilidades referente à obra de mobilidade urbana. Anexo - Justificativa da atualização dos dados referentes ao Corredor da Av. Tronco, Porto Alegre (RS) Anexo - Atualização dos dados referentes ao Corredor Av. Tronco, Porto Alegre (RS)
Resolução GECOPA nº 18, de 16 de novembro de 2012
Autoriza a revisão da Matriz de Responsabilidades, com a inclusão de anexo referente às atividades de Segurança. Anexo 1 - Integração de instituições e sistemas Anexo 2 - Controle dos pontos de entrada Anexo 3 - Segurança do evento Anexo 4 - Aeronáutica Anexo 5 - Exército Anexo 6 - Marinha Anexo 7 - Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
Resolução GECOPA nº 17, de 26 de setembro de 2012
(Revogada pela Resolução GECOPA nº 18) Autoriza a revisão da Matriz de Responsabilidades, com a inclusão de anexo referente à parcela das atividades de Segurança e discrimina as ações do Orçamento Geral da União vinculadas a essas atividades. Anexos da Matriz de Segurança
Resolução GECOPA nº 16, de 27 de setembro de 2012
Dispõe sobre a concessão de Chancela aos Projetos selecionados pelo GECOPA no âmbito da Programação Oficial do Governo Federal para Promoção do Brasil pela realização da Copa do Mundo FIFA de 2014.
Resolução GECOPA nº 15, de 4 de setembro de 2012
Autoriza a revisão da Matriz de Responsabilidades, com a exclusão de anexo referente à obra "VLT: Linha 1 / Trecho 1 (Aeroporto / Terminal Asa Sul). Anexo - Matriz de Responsabilidade Consolidada
Resolução GECOPA nº 14, de 4 de setembro de 2012
Aprova o <i>Plano de Turismo</i> para a Copa do Mundo FIFA 2014, na forma do anexo 1, e autorizada a revisão da Matriz de Responsabilidades, com a inclusão das atividades de Turismo, na forma do anexo 2. Anexo I - Plano de Turismo para a Copa do Mundo FIFA 2014 Anexo II - Matriz de Responsabilidade - Turismo

Resolução GECOPA nº 13, de 22 de agosto de 2012
Homologa o resultado dos recursos e o resultado final consolidado da Chamada Pública para Seleção e Chancela de projetos de promoção do Brasil pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014.
Resolução GECOPA nº 12, de 19 de julho de 2012
Homologa o resultado da Chamada Pública para Seleção e Chancela de projetos de promoção do Brasil pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014.
Resolução GECOPA nº 11, de 19 de julho de 2012
Autoriza a atualização da Matriz de Responsabilidades referente às obras de mobilidade urbana Anexo com o Mapa de atualizações e revisão da matriz de responsabilidades Anexo com a Matriz de Responsabilidades Consolidada
Resolução GECOPA nº 10, de 2 de julho de 2012
Aprova o Plano de Comunicação Integrado para a Copa do Mundo FIFA 2014. Anexo - Plano de Comunicação Integrado
Resolução GECOPA nº 9, de 31 de maio de 2012
Altera a Resolução GECOPA nº 06, de 17 de abril de 2012.
Resolução GECOPA nº 8, de 17 de abril de 2012
(Revogada pela Resolução GECOPA nº 24) Autoriza a revisão da Matriz de Responsabilidades, com a inclusão de anexo referente às atividades de Telecomunicações e discrimina as ações do Orçamento Geral da União vinculadas a essas atividades. Anexo - Matriz de Telecomunicações
Resolução GECOPA nº 7, de 17 de abril de 2012
Autoriza a atualização e revisão da Matriz de Responsabilidades. Anexo 1 - Mapa de atualizações e revisão da matriz de responsabilidades Anexo 2 - Matriz de Responsabilidades Consolidada
Resolução GECOPA nº 6, de 17 de abril de 2012
Define os critérios para atualização e revisão da Matriz de Responsabilidades e a forma de monitoramento de suas ações.
Resolução GECOPA nº 5, de 3 de abril de 2012
Realiza nova Chamada Pública para seleção de projetos que integrarão a Programação Oficial do Governo Federal na Promoção do Brasil pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014, constitui Comissão Especial para análise e seleção desses projetos, revoga a Resolução GECOPA nº 1, de 23 de setembro de 2011 e recomenda ao Ministro do Esporte a revogação da Portaria nº 135, de 28 de setembro de 2011.
Resolução GECOPA nº 4, de 7 de março de 2012
Estabelece os critérios necessários à aprovação das atividades governamentais para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, e dá outras providências.
Resolução GECOPA nº 3, de 8 de novembro de 2011
Aprova as atividades governamentais e discrimina as ações do Orçamento Geral da União, referentes à Copa do Mundo FIFA 2014, necessárias à revisão da Matriz de Responsabilidades. Anexo 1: Aeroportos Anexo 2: Portos Anexo 3: Estádios Anexo 4: Mobilidade Urbana
Resolução GECOPA nº 2, de 11 de outubro de 2011
(Revogada pela Resolução GECOPA nº 3) Aprova a revisão das ações constantes da Matriz de Responsabilidades relacionada à mobilidade urbana, portos e aeroportos.
Resolução GECOPA nº 1, de 23 de setembro de 2011
(Revogada) Aprova o Plano de Promoção do Brasil pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014, autoriza o Ministério do Esporte a selecionar os projetos que integrarão a Programação Oficial do Governo Federal para a Promoção do Brasil e constitui Comissão Especial para análise e seleção destes projetos.

Como se pode extrair da listagem acima, um amplo e diversificado arsenal regulatório compôs a preparação da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, abrangendo aspectos os mais diversos.

A partir do arcabouço jurídico, verifica-se que nem sempre as legislações são necessárias, temporárias ou provisórias, a exemplo da Lei do RDC, feita a época da Copa do Mundo, mas foi uma composição do governo brasileiro, a qual teve todo o interesse em passar formas “menos burocráticas” de administração pública, que na sua execução se mostrou menos clara, menos transparente e escusas, vindo a atender ao grande capital nacional. Esta Lei foi feita com o caráter de “necessidade” da FIFA, no entanto continua sendo utilizada nos dias atuais com as mesmas problemáticas apresentadas a época do megaevento.

Dentre estes destacamos, em função dos objetivos norteadores dessa tese, a Resolução GECOPA nº 14/2012, que aprova o Plano de Turismo para a Copa, o qual discutiremos no decorrer da próxima parte.

2.5 O Turismo no contexto dos financiamentos públicos no Brasil

As normatizações entre a FIFA e o Estado Brasileiro, além de trazerem novas responsabilidades das entidades máximas brasileiras para com a entidade, abriram exceções na legislação brasileira, que facilitaram e viabilizaram a execução de obras, de todo tipo, ligadas à realização da Copa do Mundo. Entre as principais normatizações, conforme exposto anteriormente, a Matriz de Responsabilidades⁴², estabelecida em 13 de janeiro de 2010 como uma ação integrante do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para investimentos em áreas prioritárias de infraestrutura nas 12 cidades que receberam os jogos do megaevento instituindo com cada estado correspondente uma normativa a fim de que fossem cumpridas as obrigações das partes, como obras em aeroportos, portos, mobilidade urbana, estádios, segurança, telecomunicações e turismo. Da Matriz fizeram parte também investimentos relativos a Instalações complementares (sem discriminação do tipo de construção).

⁴² Última atualização conforme Resolução GECOPA nº 27, de 1 de dezembro de 2014, a qual autorizou a atualização e revisão da Matriz de Responsabilidades.

A Matriz de Responsabilidades fez parte das estratégias de investimento em diversos setores no país, sendo investimentos priorizados nas 12 cidades-sede pela “grande oportunidade” de realizar a Copa do Mundo no Brasil.

De acordo com informações oficiais do Portal da Transparencia (2016), tal instrumento teve o objetivo de definir as responsabilidades de cada um dos signatários (União, Estados, Distrito Federal e municípios) para a execução das medidas conjuntas e projetos voltados para a realização do Mundial, por meio das ações constantes nos documentos anexos e termos aditivos, conforme consta no **Quadro 6** as principais normatizações.

Dentre as ações fundamentais no contexto dos financiamentos públicos no país tivemos, por ordem cronológica: em 12.01.2010 criação do ProCopa Turismo destinado especificamente à Hotelaria; em 13.01.2010 criação da Matriz de Responsabilidades destinado à Acessibilidade, Centro de Atendimento ao Turista - CAT e Sinalização Turística; em 26.10.2011, criação do Pronatec Turismo destinado à Formação de Recursos Humanos; e em 23.05.2013 criação do PAC Turismo destinado principalmente a investimentos em Portos e Aeroportos. Os programas ProCopa Turismo, Pronatec Turismo, PAC Turismo, e o Plano de Promoção do Brasil na Copa (Res. GECOPA Nº 5/2012) e Plano de Preparação do Turismo no Brasil para a Copa (Res. GECOPA Nº 14/2012) serão analisados a seguir buscando-se compreender a efetividade das propostas. Faz-se necessário, também, abordarmos as implicações que tiveram para o setor de turismo a Lei Geral da Copa e a Lei Federal Nº12.462/2011 - Regime Diferenciado de Contratações Públicas RDC.

2.5.1 A Matriz de Responsabilidades da Copa e o Turismo

A partir da Matriz de Responsabilidades, tida como uma ação integrante do plano estratégico de investimentos de governo brasileiro, definiram-se os três eixos priorizados para investimentos no país: Estádios, Mobilidade Urbana e Desenvolvimento Turístico.

Tal Matriz de Responsabilidades estabelecida demonstrou que o eixo que teve um maior número de ações foi o da mobilidade urbana na **Figura 8**, ao mesmo

tempo que equiparou-se ao eixo estádio na **Figura 9**, relativo aos investimentos realizados.

Na **Figura 8**, podemos observar que das 12 cidades-sede, oito (8) delas receberam benefícios públicos para os empreendimentos implantados, entre eles: 10 *Bus Rapid Transit* (BRT's), 7 Corredores de ônibus, 2 Veículo Leve sobre Trilhos (VLT's).

No eixo Estádios na **Figura 9**, relativo aos investimentos realizados, as 12 cidades-sede foram beneficiadas com adaptações, reformas, construção e reconstrução dos estádios, observamos que entre essas obras, a construção de um estádio novo, muitas vezes foi o melhor investimento do que as reformas que acabaram saindo mais dispendiosas financeiramente.

Figura 8: Matriz de Responsabilidades - Mobilidade Urbana

Matriz de Responsabilidades Consolidada						Ministério do Esporte	BRASI
Anexo A - Mobilidade Urbana							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)	Investimento Governo Local (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)	
1	Belo Horizonte BRT: Antônio Carlos / Pedro I	726,4	382,3	-	344,2	-	
2	Belo Horizonte Corredor Pedro II e Obras Complementares nos BRTs Antonio Carlos/Pedro I e Cristiano Machado	161,6	146,0	-	15,6	-	
3	Belo Horizonte BRT: Área Central	75,5	55,0	-	20,5	-	
4	Belo Horizonte Expansão da Central de Controle de Trânsito	31,6	30,0	-	1,6	-	
5	Belo Horizonte Via 210 (Ligação Via Minério / Tereza Cristina)	129,6	72,0	-	57,6	-	
6	Belo Horizonte BRT: Cristiano Machado	55,3	50,0	-	5,3	-	
7	Belo Horizonte Boulevard Arrudas / Tereza Cristina	233,4	210,0	-	23,4	-	
8	Brasília Ampliação da DF-047	54,2	50,4	-	3,9	-	
9	Cuiabá VLT Cuiabá / Várzea Grande	1577,6	423,7	-	1.153,9	-	
10	Cuiabá Corredor Mário Andreazza	52,9	31,0	-	21,9	-	
11	Curitiba BRT: Extensão da Linha Verde Sul e Obras Complementares da Requalificação do Corredor Marechal Floriano	28,1	18,5	-	9,6	-	
12	Curitiba Corredor Aeroporto / Rodoferrviária (Gov. Estadual)	65,2	42,3	-	22,9	-	
13	Curitiba Corredor Aeroporto / Rodoferrviária (Gov. Municipal)	165,3	62,5	-	102,8	-	
14	Curitiba Requalificação do Terminal Santa Cândida (reforma e ampliação)	12,6	12,0	-	0,6	-	
15	Curitiba Vias de Integração Radial Metropolitanas	56,3	36,5	-	19,8	-	
16	Curitiba Requalificação da Rodoferrviária (inclusive acessos)	47,8	35,0	-	12,8	-	
17	Curitiba Requalificação do Corredor Marechal Floriano (Gov. Estadual)	30,5	10,0	-	20,5	-	
18	Curitiba Requalificação do Corredor Marechal Floriano (Gov. Municipal)	39,4	20,0	-	19,4	-	
19	Curitiba Sistema Integrado de Monitoramento (Gov. Estadual)	20,0	10,0	-	10,0	-	
20	Curitiba Sistema Integrado de Monitoramento (Gov. Municipal)	61,3	58,2	-	3,1	-	
21	Fortaleza VLT Parangaba/Mucuripe	307,5	170,0	-	137,5	-	
22	Fortaleza Eixo Via Expressa/Raul Barbosa	152,0	141,7	-	10,3	-	
23	Fortaleza BRT Avenida Dedé Brasil	41,6	21,6	-	20,0	-	
24	Fortaleza Estações: Padre Cicero e Juscelino Kubitschek	43,5	33,2	-	10,3	-	
25	Fortaleza BRT Av. Paulino Rocha	65,9	19,6	-	46,3	-	
26	Fortaleza BRT Av. Alberto Craveiro	41,4	23,7	-	17,7	-	
27	Natal Acesso ao Novo Aeroporto de São Gonçalo do Amarante	73,1	12,1	-	61,0	-	
28	Natal Corredor Estruturante – Zona Norte / Estádio Arena das Dunas	371,0	293,0	-	78,0	-	
29	Recife Corredor da Via Mangue	430,4	331,0	-	99,4	-	
30	Recife BRT: Norte / Sul - Trecho Igarassu / Tacaruna / Centro do Recife	197,7	162,0	-	35,7	-	
31	Recife BRT: Leste / Oeste - Ramal Cidade da Copa	196,0	99,0	-	97,0	-	
32	Recife Corredor Caxangá (Leste/Oeste)	146,1	71,0	-	75,1	-	
33	Recife Terminal Integrado Cosme e Damião	24,5	15,0	-	9,5	-	
34	Rio de Janeiro BRT Transcarioca (Aeroporto / Penha / Barra)	1969,6	1.179,0	-	790,6	-	
Total Mobilidade Urbana		7684,8	4.327,2	-	3.357,6	-	
Anexo A - Mobilidade Urbana - Obras de Entorno							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)	Investimento Governo Local (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)	
35	Cuiabá Adequação viária e obras de acessibilidade à Arena Pantanal	76,0	55,5	-	20,5	-	
36	Porto Alegre Obras das 3 Vias de Acesso ao Estádio Beira-Rio	8,0	-	-	8,0	-	
37	Porto Alegre Projeto de Pavimentação do Entorno do Estádio Beira-Rio	8,7	-	7,1	1,6	-	
38	Recife Obras do Viaduto da BR-408	25,0	-	-	25,0	-	
39	Recife Obras da Estação de Metrô Cosme e Damião	7,4	-	7,4	-	-	
40	Rio de Janeiro Projeto de Reurbanização do Entorno do Estádio do Maracanã e Ligação com a Quinta da Boa Vista - 1ª Fase	109,0	-	-	109,0	-	
41	Rio de Janeiro Reformulação e Modernização da Estação Multimodal do Maracanã	178,1	-	-	178,1	-	
42	Salvador Obras de Microacessibilidade	12,4	-	10,3	2,1	-	
43	Salvador Obras de Rotas de Pedestres	7,2	-	-	7,15	-	
44	São Paulo Intervenções Viárias no Entorno da Arena Itaquera	610,5	-	-	610,5	-	
Total Mobilidade Urbana - Obras de Entorno		1042,2	55,5	24,7	962,0	-	
Total Consolidado Mobilidade Urbana e Entorno		8727,0	4.382,7	24,7	4.319,6	-	

Fonte: Portal da Transparência (2016)

Figura 9: Matriz de Responsabilidades – Estádios

Anexo B - Estádios						
Cidade	Empreendimento (obra, projeto, gerenciamento e desapropriação)	Investimento Global (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)	Investimento Governo Local (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)
45 Belo Horizonte	Reforma e adaptação do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão)	695,0	400,0	-	295,0	-
46 Brasília	Reforma do Estádio Nacional de Brasília	1403,3	-	-	1.403,3	-
47 Cuiabá	Construção da Arena Multiuso Pantanal	596,4	337,9	-	258,5	-
48 Curitiba	Complexo Esportivo Curitiba 2014 (reforma e ampliação do estádio)	391,5	131,2	-	-	260,3
49 Fortaleza	Reforma do Estádio Governador Plácido Castelo (Castelão)	518,6	351,6	-	167,0	-
50 Manaus	Reconstrução da Arena da Amazônia	660,5	400,0	-	260,5	-
51 Natal	Construção da Arena das Dunas	400,0	396,6	-	3,4	-
52 Porto Alegre	Reforma do Estádio Beira Rio	366,3	275,1	-	-	91,2
53 Recife	Construção da Arena Pernambuco	532,6	400,0	-	132,6	-
54 Rio de Janeiro	Reforma do Estádio Mario Filho (Maracanã)	1050,0	400,0	-	650,0	-
55 Salvador	Reconstrução do Estádio da Fonte Nova	689,4	323,6	-	365,8	-
56 São Paulo	Construção do Estádio do Corinthians	1080,0	400,0	-	420,0	260,0
Total Estádios		8383,6	3.816,0	-	3.956,0	611,6

Fonte: Portal da Transparência (2016).

Figura 10: Matriz de Responsabilidades - Turismo

Anexo G - Turismo						
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)	Investimento Governo Local (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)
101 Belo Horizonte	Ações de Infraestrutura do Turismo	8,3	-	7,6	0,7	-
102 Brasília	Ações de Infraestrutura do Turismo	4,3	-	3,0	1,3	-
103 Cuiabá	Ações de Infraestrutura do Turismo	4,1	-	3,8	0,3	-
104 Curitiba	Ações de Infraestrutura do Turismo	18,1	-	16,6	1,5	-
105 Fortaleza	Ações de Infraestrutura do Turismo	22,1	-	17,4	4,6	-
106 Manaus	Ações de Infraestrutura do Turismo	8,0	-	7,2	0,8	-
107 Natal	Ações de Infraestrutura do Turismo	19,2	-	17,6	1,7	-
108 Porto Alegre	Ações de Infraestrutura do Turismo	12,8	-	11,3	1,5	-
109 Recife	Ações de Infraestrutura do Turismo	15,7	-	15,0	0,7	-
110 Rio de Janeiro	Ações de Infraestrutura do Turismo	18,9	-	17,5	1,5	-
111 Salvador	Ações de Infraestrutura do Turismo	15,5	-	14,8	0,7	-
112 São Paulo	Ações de Infraestrutura do Turismo	25,2	-	23,3	2,0	-
Total Turismo		172,3	-	155,0	17,2	-

Fonte: Portal da Transparência (2016).

Destacamos a **Figura 10**, relativa ao setor de turismo, onde consta a descrição “Ações de Infraestrutura do Turismo” para as 12 cidades-sede. Contrariando as descrições dos eixos de mobilidade urbana e estádios, este não apresenta outras especificações de tipos de empreendimentos (obra, projeto, gerenciamento e desapropriação) implantados. Aprofundando a pesquisa, buscamos por essas “ações” que foram previstas pelo eixo de investimentos de Desenvolvimento Turístico do Governo Federal nas cidades-sede da Copa do

Mundo FIFA 2014. No item 2.5.6, ao tratarmos da Resolução GECOPA No 14/2012 – Plano de Preparação do Turismo no Brasil para a Copa, expomos o **Quadro 12** (demonstrado na p. 146/147), onde encontramos as infraestruturas direcionadas para a hotelaria, centros de atendimento aos turistas (CAT's) e sinalização turística.

Com isso, selecionamos as “ações” relativas aos Meios de Hospedagem no país, que foram incentivadas a partir do estabelecimento do Programa BNDES ProCopa Turismo (do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), como linha de financiamento para investimentos em construção, reforma, ampliação e modernização da hotelaria nacional atual, levando em conta projetos que incluíssem a sustentabilidade ambiental (PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2016).

Matias (2011) aborda que a partir de 1994, a questão ambiental passou a ser prioridade do Comitê Olímpico Internacional (COI), organizador dos Jogos Olímpicos, fazendo com que outras entidades, como a FIFA, adotassem essa mesma linha de conduta, isto é, pensar os seus eventos de forma ambientalmente correta. Ressalvamos que em busca de legitimação tais entidades se utilizam do discurso ambiental que envolve questões de sustentabilidade, responsabilidade social e gestão ambiental.

Para a pesquisa documental sobre os empreendimentos hoteleiros, baseamos nas informações constantes no Portal da Transparência (2016), apreciando todos os projetos que foram cadastrados, considerando sua legitimidade a partir do Decreto n.º 7.034, de 15 de dezembro de 2009, o qual dispõe sobre a divulgação, por meio do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, de dados e informações relativos à Copa do Mundo de 2014.

Outros portais virtuais ⁴³ encontram-se disponíveis para acesso, com informações que vieram a complementar os dados coletados. Mas antes de apresentar tal levantamento (que será exposto mais detalhadamente no Capítulo 3) buscamos verificar a inserção do turismo nos direcionamentos políticos que foram elencados no período.

⁴³ Copa 2014 (<http://www.copa2014.gov.br>); PAC (<http://www.pac.gov.br>); TCU e a Copa (<http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/copa2014>); Copa Transparente (<http://www.copatransparente.gov.br>).

2.5.2 O ProCopa Turismo

O Programa BNDES ProCopa Turismo foi lançado no dia 12 de janeiro de 2010, em conjunto pelo BNDES e pelo Ministério do Turismo representados pelo Ministro do Turismo, Luiz Barretto, e o vice-presidente do BNDES, Armando Mariante. O programa consistiu em uma linha de financiamento para o desenvolvimento de unidades hoteleiras sustentáveis e com maior eficiência energética integrante do pacote de ações do governo federal para preparar o país para a Copa do Mundo FIFA 2014, sendo uma oportunidade também para o megaevento Jogos Olímpicos 2016.

O programa teve uma linha de crédito inicial de R\$ 1 bilhão e vigência até o fim de 2012, mas teve sua dotação ampliada (em 18/09/2012) para R\$ 2 bilhões, o prazo para protocolar projetos estendido até 30 de junho de 2013, e taxas⁴⁴ de juros diferenciadas com prazos⁴⁵ estendidos de pagamentos dos financiamentos para construção, reforma, ampliação e modernização de meios de hospedagem no Brasil.

De acordo com material informativo do BNDES, a justificativa de criação do programa considera:

A mobilização e os esforços do governo brasileiro em prol do sucesso desses megaeventos esportivos internacionais abriram oportunidades para o BNDES prestar sua contribuição na superação de algumas carências de infraestrutura do país, entre outras, a turística. Assim, a necessária revisão das políticas de financiamento do Banco ao setor hoteleiro deu origem ao Programa BNDES ProCopa Turismo. A criação do programa, portanto, foi motivada pela necessidade de expandir a capacidade e a qualidade dos serviços de hospedagem no Brasil em resposta ao aquecimento do mercado e, ainda, às expectativas geradas pela Copa do Mundo de Futebol de 2014. (BNDES, 2013).

No caso do Programa BNDES ProCopa Turismo, verifica-se que o financiamento privilegiou projetos alinhados à eficiência energética e à sustentabilidade ambiental e que é conduzido sem a participação do Ministério do

⁴⁴ Nas operações diretas, os juros do programa variam 6,9% (micro, pequena e média empresa) e 8,8% (grande empresa), mais o *spread* de risco. Se forem apresentadas certificações energéticas e ambientais, as taxas para grandes empresas podem cair para 6,9%. (BNDES, 2010).

⁴⁵ Para projetos de reforma, modernização e ampliação com certificação energética, dez anos. Incluso também a certificação ambiental, o prazo máximo pode chegar a 15 anos. Para projetos de construção, o limite de prazo vai de 12 e 18 anos. (BNDES, 2010).

Meio Ambiente (MMA) ou de qualquer outro órgão ambiental, configurando, assim, a carência de articulação entre esses agentes (TRALDI, 2011).

Como forma de estimular ainda mais os investimentos nas 12 cidades-sede, foi mantido o patamar mínimo de R\$ 3 milhões para os empreendimentos. Para as demais localidades do país, esse piso foi elevado para R\$ 10 milhões. Também, algumas parcerias foram importantes na divulgação do programa com entidades setoriais do porte da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) e do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB) e com organizadores de eventos de ponta como o Congresso Nacional de Hotéis (Conotel) e a Equipotel, uma das maiores feiras mundiais do setor, que reúne no Brasil empresas de hotelaria, turismo, alimentação e gastronomia.

O Informe Setorial do BNDES de dezembro de 2013 noticiou que 17 operações haviam sido aprovadas e que além dessas, a carteira do programa contava com mais 12 projetos em análise ou consulta, e que, juntos, totalizariam cerca de mais R\$ 1 bilhão em créditos, e que deveriam alavancar novos investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão. Esses projetos, caso tivessem sido aprovados, elevariam as cifras do BNDES ProCopa Turismo para 29 operações, R\$ 2 bilhões em financiamentos e algo em torno de R\$ 3,2 bilhões em investimentos (BNDES, 2013).

De acordo com o BNDES (2013) os projetos compreenderam hotéis de diferentes categorias, cujos investimentos destinaram-se a distintos objetivos, como a implantação de novas unidades, a expansão de empreendimentos existentes, modernizações. O volume de inversões de cada projeto variou tanto em função dessas características (categoria do hotel e objetivo do empreendimento) como por outros fatores: tamanho do hotel, sua localização, o conjunto de serviços modernizados.

O BNDES destacou a participação das Regiões Sul e Sudeste no programa e justificou a pouca expressividade da Região Nordeste, a qual é menos dependente dos recursos do BNDES, pois conta com linhas de financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em particular o Programa de Apoio ao Turismo Regional (Proatur) e o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

O ProCopa Turismo abrangeu, também, financiamentos do Banco do Nordeste. Dentre os 14 programas partícipes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) destacam-se aqueles que integraram os

financiamentos ligados à atividade turística no país no momento da Copa do Mundo especificamente ligados aos meios de hospedagem do Nordeste: o Programa de Apoio ao Turismo Regional (FNE-PROATUR) e o Programa de Financiamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e ao Empreendedor Individual (FNE-MPE).

Na realidade, os projetos financiados com recursos do FNE, se deram para os estados sede dos jogos da Copa: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia. Mostrando-se o ProCopa Turismo uma oportunidade para que as empresas, inclusive as pequenas pousadas, pudessem participar. Para um melhor entendimento desse entrelaçamento entre instituições financeiras, segundo depoimento à época (DIÁRIO DO NORDESTE, 2016) do diretor de negócios do BNB, Paulo Ferraro,

o ProCopa Turismo é o mesmo Proatur, mas que foi remodelado com a expansão dos prazos para pagamento e de carência dos financiamentos, com o objetivo de estimular a implantação e modernização da rede hoteleira, com a vistas à Copa de 2014. Com a remodelagem, os prazos de pagamento dos empréstimos para construção de novos hotéis e pousadas foram alongados de 15 para 20 anos e o de carência de dois para cinco anos, além do que o reembolso pós-carência será cobrado em parcelas proporcionais ao período de alta estação turística do respectivo empreendimento.

2.5.3 PAC Turismo

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007, instituído sob a Lei Nº 11.578 e promoveu o planejamento e a execução de grandes obras para atender uma demanda de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, na busca por contribuir para um pretendido desenvolvimento contínuo e sustentável. Ele foi pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país. Com isso, dado seu ano de implantação, teve importância para o país durante a crise financeira mundial entre 2008 e 2009, pois contribuiu para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, elevando o investimento público e privado nos locais das obras (BRASIL, 2018).

Em 2011, o programa entrou na sua segunda fase (PAC 2), com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, com mais recursos e mais parcerias entre estados e municípios, para a execução das obras em diversas cidades brasileiras. Neste novo período, em 2015 destacou-se como um programa consolidado com projetos e obras de infraestrutura em todos os setores, tendo uma carteira de cerca de 37 mil empreendimentos e volume de investimentos expressivo (BRASIL, 2018).

As obras⁴⁶ de infraestrutura social e urbana dizem respeito a programas como: Minha casa, minha vida; Urbanização de assentamentos precários; Mobilidade Urbana; Prevenção de áreas de risco; Saneamento; Recursos Hídricos; Equipamentos Sociais; Pavimentação; Luz para Todos; Educação; Saúde; SUFRAMA; Cidades Históricas; Infraestrutura turística; e, Equipamentos de esporte de alto rendimento. Em relação as obras de infraestrutura logística que contribuem sobremaneira para o fomento do turismo, O PAC tem como prioridade investir em ferrovias (20), rodovias (374), portos (83), aeroportos (117) e hidrovias (46) do país.

Ênfase para a criação em 2013 especificamente o PAC Cidades Históricas, contemplando 44 cidades de 20 Estados brasileiros e atualmente são 422 empreendimentos no Brasil em obras que buscam preservar o patrimônio brasileiro na restauração, revitalização, conservação, recuperação, reabilitação, requalificação, reforma, em um cabedal de empreendimentos: praças, parques, museus, centros históricos, largos, mercados municipais, câmaras, docas, estações férreas, fachadas, catedrais, igrejas e capelas, casarões, entre outros, os quais, ressaltamos, são de significativa importância para o desenvolvimento da atividade turística no país.

Com a vinda dos megaeventos esportivos ao país foi criado o PAC Equipamentos de Esporte de Alto Rendimento com o objetivo de construir equipamentos de esporte de alta performance como: centros olímpicos e paraolímpicos, autódromos, centro aquático, centro de tênis, velódromo. Atualmente são 33 empreendimentos no Brasil que encontram-se em obras.

No ano de 2011, já em sua segunda fase, o PAC 2 incluiu investimentos direcionados às cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. A partir do programa

⁴⁶ Consulta virtual em marco de 2019 no site <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana>. Os números entre parênteses significam empreendimentos que estão em obras no país.

de Infraestrutura turística foi criado o PAC Turismo dirigido pelo Ministério do Turismo (MTur) (BRASIL, 2015) onde apoiou projetos⁴⁷ e sua atuação compreendeu:

- a. Realizar o planejamento, a gestão, a supervisão e a avaliação das Ações que integram o PAC Turismo, promovendo os ajustes que se façam necessários;
- b. Promover a seleção dos Beneficiários dos Termos de Compromisso e comunicar à CAIXA, consoante expediente e planilha eletrônica acordados entre as partes;
- c. Descentralizar os créditos orçamentários e os recursos financeiros à CAIXA, por intermédio de UG específica, emitindo orientações pertinentes, objetivando celebrar e dar cumprimento aos Termos de Compromisso firmados;
- d. Testar a execução dos serviços prestados pela CAIXA, com base nos relatórios de cobrança referentes às etapas de Instrução do processo, celebração dos Termos de Compromisso e Administração de Termos de Compromisso, bem como efetuar pagamento de tarifas correspondentes;
- e. Aprovar reprogramações de Termos de Compromisso, quando impactarem no enquadramento das diretrizes da ação/programa.

A Portaria Nº 112 de 2013, (revogada pela Portaria Nº 182, de 2016), considera o Programa Turismo aquele que

visa promover ações voltadas ao turismo através de planejamento e gestão estratégica, ordenamento, infraestrutura, formalização e qualificação no turismo, promoção e marketing, articulação e financiamento no setor turístico com base na Política Nacional de Turismo e no Plano Nacional de Turismo, com a finalidade de consolidar o Turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro.

A partir dessa Portaria, muitas ações relativas ao turismo foram realizadas conforme tratado em seu Artigo 19, que trata da transferência voluntária de recursos para:

- I – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística;
- II – Apoio à Gestão Descentralizada do Turismo;

⁴⁷ As atribuições do MTur, relativas ao Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, são estabelecidas pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo; pelo Decreto nº 7.994, de 24 de abril de 2013, que Aprova o Plano Nacional de Turismo 2013/2016; e pela Portaria MTur nº 112, de 2013 (Revogada pela Portaria nº 182, de 2016), que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo e dá outras providências.

III – Apoio ao Planejamento Territorial do Turismo: a) Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional; e b) Planos e Estudos de Desenvolvimento do Turismo.

IV – Promoção e Apoio à Comercialização do Turismo: a) Promoção do Turismo no Mercado Nacional; b) Apoio à Comercialização de Produtos e Destinos Turísticos; c) Apoio ao Posicionamento de Produtos e Destinos Turísticos; e d) Eventos Geradores de Fluxos Turísticos.

V – Fomento à Iniciativa Privada;

VI – Cadastramento, Fiscalização e Qualificação dos Serviços e do Profissional do Turismo: a) Cadastramento e Fiscalização de Prestadores de Serviços Turísticos; e b) Qualificação para o Turismo.

VII – Estudos, Pesquisas e Monitoramento;

VIII – Apoio ao Turismo Responsável: a) Incentivo à Sustentabilidade no Turismo; b) Prevenção à Exploração Sexual e Infantil; e c) Produção Associada ao Turismo.

Cabe ressaltar a importância que o setor de eventos adquiriu no país ao ser elencado dentre as ações de turismo como “Geradores de Fluxos Turísticos”.

Os participantes do processo de aprovação e execução de intervenções apoiadas pelo PAC Turismo são o Ministério do Turismo (MTUR), a Caixa Econômica Federal (CAIXA) e Estados e Municípios (Entes Federados). Conforme definido no Art. 22 da Portaria supracitada, a Modalidade Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística pode compreender projetos executivos e obras de:

I – construção, revitalização e reforma de infraestrutura urbana para adequação de espaços de interesse turístico (saneamento básico, sistemas de drenagem urbana, paisagismo, sinalização turística e praças; parques urbanos, pavimentação, execução de calçadas, passeios, iluminação pública e ciclovias/ciclofaixas, se os projetos estiverem associados a parques, praças, orlas e outros atrativos turísticos, sendo necessária a apresentação de mapa (croqui) que evidencie a associação àqueles atrativos);

II – construção e recuperação de infraestrutura de estradas e rodovias de interesse turístico;

III – construção, revitalização e reforma de terminais rodoviários intermunicipais e interestaduais, de aeroportos, de ferrovias e estações férreas de interesse turístico;

IV – construção, revitalização e reforma de obras de arte especiais de interesse turístico;

V – construção, revitalização e reforma de infraestrutura de orlas e terminais fluviais, lacustres ou marítimos de interesse turísticos;

VI – construção, revitalização e reforma de edificações de uso público ou coletivo destinadas a atividades indutoras de turismo, como centros de cultura, museus, teatros, casas de memória, centros de convenções, feiras, centros de eventos, centros de apoio ao turista e centros de comercialização de produtos associados ao turismo;

VII – construção e reforma de mirantes;

VIII – construção, revitalização e reforma de centros de qualificação de mão-de-obra para os setores de gastronomia, hotelaria e turismo;
 IX – construção, revitalização e reforma de parques naturais e de exposições;
 X – construção e reforma de portais;
 XI – implantação e reforma de sinalização turística e interpretativa;
 XII – construção, revitalização e reforma de centros de comercialização de produtos associados ao turismo;
 XIII – aquisição de equipamentos necessários à funcionalidade dos objetos apoiados.

A CAIXA foi a instituição encarregada da operacionalização do PAC Turismo, conforme as disposições constantes no Manual de Instruções para Celebração e Execução dos Termos de Compromisso e deveres e direitos estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços nº 014/2013, firmado com o MTur, bem como nas disposições da Lei do PAC.

No que condiz à Infraestrutura turística, atualmente, são 44 empreendimentos no Brasil em obras de construção, reforma e adequação de Centros de Convenções e Eventos, requalificação de orla, pavimentação e urbanização de estradas, implantação e pavimentação de rotas, rodovias, e ampliação da sinalização turística entre outras obras distribuídas no território brasileiro (BRASIL, 2019a). O objetivo de implantação do PAC Turismo foi descentralizar o mercado do segmento, ainda fortemente concentrado no eixo Rio-São Paulo.

As cidades contempladas recebem obras de construção, ampliação ou reforma de centros de convenções, praças públicas, museus, áreas de lazer, além de apoio a projetos de sinalização, acessibilidade e requalificação. O **Quadro 7** abaixo apresenta as principais ações do PAC 2 nas cidades-sede da Copa:

Quadro 7: Principais ações do PAC 2 em cada uma das 12 cidades-sede

Cidades-sede	Ações e Obras	Recursos Dispendidos
Manaus (AM)	Obras de contenção em encostas e drenagem de córregos e rios, que reduzem riscos e problemas à população; Obra da linha E a conclusão de linhas de transmissão como a de Tucuruí-Macapá-Manaus garantindo mais energia para os grandes centros consumidores de todo o país.	Sem informação
Fortaleza (CE)	Obras de mobilidade urbana das Linhas Sul e Leste do Metrô de Fortaleza.	Quase R\$ 3 bilhões
Natal (RN)	A elaboração de projetos; Implantação de Sistemas de	R\$ 3 bilhões

	Esgotamento Sanitário (SES).	
Recife (PE)	Ampliação do atendimento da rede pública de saúde por meio da construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS); Obras de contenção de encostas.	Quase R\$ 13 milhões
Salvador (BA)	Obra do trecho do metrô de atendendo prioritariamente áreas mais pobres da capital; Outras obras de mobilidade urbana na cidade; Projetos de contenção de encostas, saneamento e energia.	Quase R\$ 10 bilhões.
Cuiabá (MT)	Obras de mobilidade urbana, com a implementação do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) de Várzea Grande; Construção de linhas transmissão de energia elétrica.	Sem informação
Brasília (DF)	Construção de quadras esportivas, saneamento, energia, creches e pré-escolas, além de mobilidade urbana (BRT Eixo Sul); Urbanização de assentamentos precários.	Quase R\$ 13 bilhões
Belo Horizonte (MG)	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do Morro Redondo; Implantação de adutoras e interligações; Melhorias de reservatórios;	R\$ 14,3 bilhões.
Rio de Janeiro (RJ)	Obras de drenagem para combater enchentes na Baixada Fluminense; Obras para conter encostas e prevenir deslizamentos na região e também na capital; mobilidade urbana (BRT Transcarioca).	R\$ 767 milhões R\$ 421 milhões R\$ 48,2 bilhões.
São Paulo (SP)	Obras de habitação do programa de Minha Casa, Minha Vida, mobilidade urbana (corredores de ônibus), Metrô, Rodoanel, UBS e creches e pré-escolas.	Sem informação
Curitiba (PR)	Obras de mobilidade urbana (extensão da Linha Verde); Reforma da Rodoferroviária; Implantação de um sistema de controle e monitoramento do tráfego; Novos viadutos e revitalização de ruas.	R\$ 7 bilhões
Porto Alegre (RS)	Obras de drenagem de córregos e riachos; Construção do Aeromóvel; Construção de UPAs, UBS e o SES Ponta da Cadeia (maior sistema de saneamento do PAC).	R\$ 10,2 bilhões

Fonte: BRASIL (2019a).

Pode-se observar uma priorização de investimentos para a cidade-sede do Rio de Janeiro, o que aponta para interesses para além da Copa do Mundo, já na ocorrência das Olimpíadas em 2016.

O PAC 2 também foi responsável por financiar obras relativas a portos e aeroportos nas cidades-sede da Copa ou do entorno que detêm tais infraestruturas. Ao total foram cinco (5) cidades contempladas com empreendimentos desde a implantação de terminais marítimos de passageiros a urbanização de áreas portuárias e recuperação de cais. Em relação aos portos foram feitas, de acordo com o **Quadro 8**, as seguintes obras:

Quadro 8: Obras do PAC 2 em Portos

Cidades contempladas	Ações e Obras em empreendimentos exclusivos	Recursos Dispendidos 2011-2014 / Pós 2014
Fortaleza (CE)	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de terminal marítimo de passageiros; - Construção de cais para berço 1 de múltiplo uso; - Pavimentação e urbanização de via interna de acesso, estacionamento e pátio. Executor: Cia. Docas do Ceara - CDC	R\$ 177,81 milhões
Natal (RN)	<ul style="list-style-type: none"> - Adaptação de antigo frigorífico e construção de terminal marítimo de passageiros; - Ampliação e recuperação de cais para berço 1, retroarea e dolfin e amarração; Executor: Cia. Docas do RN - CODERN	R\$ 311,39 milhões
Salvador (BA)	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de terminal marítimo; - Urbanização de área portuária. Executor: Cia. das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	R\$ 136,00 milhões
Rio de Janeiro (RJ)	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de píer em formato Y. Oferecendo seis berços exclusivos para navios de passageiros. Executor: Cia. Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	R\$ 925,59 milhões
Santos (SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de 1320m de cais com larguras variáveis para promover alinhamento do cais existente para otimizar a atracação de embarcações de grande porte. Executor: Cia. Docas do Estado de São Paulo - CODESP	R\$ 1005,64 milhões

Fonte: Aplicativo do PAC versão 2015-2018; BRASIL (2019a).

A partir das informações das obras em portos, destacamos novamente as cidades do Rio de Janeiro e Santos, cidades do Sudeste Brasileiro, tendo um volume de investimentos bem superior às demais cidades de Fortaleza, Salvador e Natal.

De acordo com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, órgão responsável por todas as obras nos aeroportos, o PAC 2 teve 13 cidades

contempladas, dentre essas nove foram cidades-sede, com empreendimentos com total de 28 intervenções: 13 em terminais de passageiros, 9 em pistas e/ou pátios, 2 torres de controle e 4 Módulos Operacionais (MOPs). A seguir o **Quadro 9** com as relação das obras por aeroportos nas cidades-sede e cidades do entorno que estabelecem as vias de ligação para o suporte do transporte aéreo:

Quadro 9: Obras do PAC 2 em Aeroportos

Cidades contempladas	Ações e Obras em empreendimentos exclusivos	Recursos Dispendidos 2011-2014 / Pós 2014
Manaus (AM)	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto executivo e obra de ampliação do terminal de passageiros e pátio de aeronaves; - Adequação do sistema viário. 	Sem informação
Cuiabá (MT)	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos básico e executivo e obra de reforma e ampliação do terminal de passageiros; - adequação do sistema viário; - Construção de estacionamento; - Implantação de modulo operacional. 	R\$ 91,33 milhões
Brasília (DF)	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação do Programa de Aperfeiçoamento do prédio de terminal de passageiros existente; - Modulo operacional 2 - Instalação de sala de espera de partida temporária. 	R\$ 863,24 milhões
Fortaleza (CE)	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto executivo e obra de ampliação do terminal de passageiros e pátio de aeronaves; - Adequação do sistema viário (1ª fase). 	R\$ 347,78 milhões
São Gonçalo do Amarante (RN)	<ul style="list-style-type: none"> - Execução de serviços de desmatamento, terraplanagem, pavimentação, drenagem, proteção vegetal, sinalização horizontal e infraestrutura dos sistemas de auxilio de proteção ao voo; - Execução de serviços de terraplanagem das pistas de taxiamento e do pátio de aeronaves; execução de caneletas do sistema de drenagem do lado Ar, CBUQ (Binder) das pistas de taxiamento, CBUQ (capa) da pista de pouso e infraestrutura de balizamento nas bordas internas das pistas. 	R\$ 708,43 milhões
Recife (PE)	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos básico e executivo e obra da nova torre de controle e prédio do destacamento do espaço aéreo (TWR/DTCEA). 	R\$ 24,60 milhões
Salvador (BA)	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto e obra de reforma do terminal de passageiros; - Ampliação do pátio de aeronaves; 	R\$ 47,61 milhões

	- Projetos e obra da torre de controle.	
Confins (MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto executivo e reforma, modernização e ampliação do terminal de passageiros; - Adequação do sistema viário; - Projetos básico e executivo e obra de reforma e ampliação da pista de pouso e do sistema de pátios; - Construção do terminal de passageiros 3; - Construção do pátio de aeronaves; - Construção de estacionamento de veículos; 	R\$ 505,65 milhões
Rio de Janeiro Aeroporto Galeão (RJ)	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto executivo e reforma dos terminais de passageiros 1 e 2; - Recuperação e revitalização do sistema de pistas e pátios; 	R\$ 697,30 milhões
Campinas (SP)	- Implantação de modulo operacional.	R\$ 2033,46 milhões
Guarulhos (SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Terraplanagem do terminal de passageiros 1 e 1B; - Programa de Recuperação da pista 09L/27R (1000m) e da saída rápida da nova pista 09L/27R; - Ampliação da seção curta da pista de taxiamento B; - Implantação do terminal 4 de passageiros remoto. 	
Curitiba (PR)	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto executivo e obra de ampliação do terminal de passageiros e sistema viário; - Ampliação do pátio; - Restauração da pista de pouso. 	R\$ 184,50 milhões
Porto Alegre (RS)	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto básico e executivo e obra do ampliação do sistema de pátios e pistas de taxi; - Projeto básico e executivo e 1ª fase da obra de reforma e ampliação do terminal de passageiros 1; - Ampliação da pista de pouso e decolagem; - Implantação de modulo operacional. 	R\$ 711,35 milhões

Fonte: Aplicativo do PAC versão 2015-2018; BRASIL (2019a).

As cidades-sede priorizadas a receber os investimentos em aeroportos reforçam a ideia de concentração no litoral e no eixo Sul-Sudeste.

Em fins de 2016, por intermédio da Portaria Interministerial Nº 424, de 30 de dezembro de 2016, o MTUR (2018) anunciou a liberação de R\$ 16,5 milhões para 17 obras de infraestrutura turística que integraram o programa, em sete estados brasileiros: Amazonas, Pará, Goiás, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Elas fizeram parte das 1,6 mil obras do PAC nacional (apenas as obras com valor a partir de R\$ 500 mil) que foram praticamente paralisadas em junho/2016, quando o Sr. Michel Temer assumiu a presidência da república. Via Portaria nº 348, de 14/11/2016 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, foi anunciada a retomada pelo governo federal no início de novembro/2016 estabelecendo como prazo máximo para tanto o dia 30 de junho de 2017. Também foi identificado que entre as principais causas da paralisação das obras do PAC estiveram problemas com o projeto de engenharia denotando baixa qualidade, descontinuidade de fluxo financeiro - pendência operacional como atraso em pagamentos e na prestação de contas – e falhas na licitação com o posterior abandono das obras pelas contratadas (BRASIL, 2019f).

Conforme o Relatório N° 201701947 de Auditoria de Acompanhamento da Gestão da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do MPDG, foram nove (9) as obras do MTur a serem retomadas com um valor estimado a pagar a partir da execução física para conclusão R\$ 6,3 milhões (BRASIL, 2019f).

Com o intuito de fortalecer a atividade turística considerada importante para a geração de emprego e renda, conforme afirmou o então ministro do Turismo, Marx Beltrão, coube ao MTUR (2018), por meio do PAC Turismo, a regulamentação e fixação, por meio de portaria, dos prazos para a retomada e a conclusão dos empreendimentos. O prazo máximo estipulado para conclusão das obras foi 31 de dezembro de 2018; no entanto, até o presente momento não há dados públicos disponibilizados que informem com exatidão o término de tais obras.

Dados públicos dão conta de que entre os empreendimentos que estão paralisados, conforme **Tabela 1**, quatro deles relacionam-se ao Ministério do Turismo, perfazendo um total de investimentos no valor de R\$ 221,000 milhões, a saber: Adequação e implantação de infraestrutura do autódromo José Carlos Pace - São Paulo; Construção da fábrica do samba - São Paulo; Reforma e ampliação do Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso - Maceió/AL; e Sinalização turística - Goiânia/GO.

Tabela 1: Empreendimento do PAC paralisados – Junho/2018

Órgão	QTD	Valor Total da Obra (Milhões R\$)
Ministério da Cultura	59	153,4
Ministério da Educação	1.365	1.603,9
Ministério da Integração Nacional	99	4.189,7
Ministério da Saúde	1.997	1.473,7
Ministério das Cidades	1.121	71.271,1
Ministério de Minas e Energia	13	35.217,7
Ministério do Esporte	22	81,0
Ministério do Turismo	4	221,0
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	58	21.129,6
Total Geral	4.738	135.341,2

Fonte: BRASIL, 2019a.

A **Tabela 2** nos mostra que foram 17 empreendimentos do setor de turismo retomados/concluídos em junho/2018. As obras dizem respeito à sinalização turística nas cidades históricas mineiras - Congonhas, Diamantina, Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Serro, e nos municípios de Corumbá (MS), Fernando de Noronha (PE), Goiania (GO), São Miguel das Missões, Pelotas e Jaguarão (RS), Santarém Novo (PA), Santo Amaro (BA) e Sobral (CE).

Conforme documento oficial, em São Paulo (SP) serão atendidas as obras de reforma do Complexo Anhembi. Natal (RN) será beneficiada com a retomada das obras de reforma do Centro de Convecções da cidade. A reforma do Centro de Convenções do Amazonas também será atendida (BRASIL, 2019e).

Tabela 2: Empreendimentos do PAC retomados/concluídos – Junho /2018

Órgão	RETOMADOS/CONCLUÍDOS	
	QTD	Valor Total da Obra (Milhões R\$)
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	32	20,8
Ministério da Cultura	55	149,5
Ministério da Educação	368	271,0
Ministério da Integração Nacional	24	898,1
Ministério da Saúde	829	620,4
Ministério das Cidades	560	14.039,8
Ministério de Minas e Energia	1	1.012,9
Ministério do Esporte	40	147,5
Ministério do Turismo	17	136,7
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	28	7.123,1
Total Geral	1.954	24.419,7

Fonte: BRASIL, 2019a.

No **Anexo E** apresentamos a Lista de Obras do PAC para o ano de 2019 sob o eixo “Social e Urbana”, que contém a Infraestrutura Turística a ser implantada como obras de sinalização turística, reformas e ampliações de centros de eventos, restauração e até mesmo implantação de rodovias por diversos municípios do país.

2.5.4 PRONATEC Turismo

A qualificação profissional no setor de turismo foi vista como uma das principais ações de governo para preparar o país para os megaeventos, assim instituiu-se conforme a Lei nº 12.513/2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério da Educação.

O Pronatec teve o objetivo de ampliar, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para alunos brasileiros, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. A ideia do programa, que é parte da estratégia de desenvolvimento do governo em escala

nacional, foi a de capacitar trabalhadores para o atendimento profissional das demandas dos visitantes durante os megaeventos, ao mesmo tempo que fortaleceria a imagem do país como destino turístico. O programa constituiu-se, ainda, em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão e de promoção do exercício da cidadania ao buscar a elevação da escolaridade dos trabalhadores, conforme discurso oficial de tais ministérios do governo.

Foram oferecidos 54 cursos presenciais e gratuitos, ligados as atividades do receptivo turístico, para capacitar quem já trabalhava no setor de turismo e 21 cursos para aqueles que pretendiam inserir-se no setor. Assim, o Pronatec Turismo foi dividido em três linhas de ação:

- » Pronatec Copa: ofereceu 21 cursos, em 120 municípios brasileiros, para capacitar quem tivesse interesse em ingressar no setor de turismo;
- » Pronatec Copa na Empresa: ofereceu 54 cursos, em 120 municípios brasileiros, para qualificar quem já trabalhava no setor turístico;
- » Pronatec Copa Social: ofereceu 37 cursos, visando capacitar jovens em situação de vulnerabilidade participantes do projeto ViraVida e contribuir para a sua inclusão no mercado de trabalho.

Tais cursos foram ministrados de forma presencial, com carga horária mínima de 160 horas, totalmente gratuitos e ainda ofereceram uma assistência financeira ao estudante de R\$ 2 por hora/aula. Os ofertantes dos cursos foram o Sistema “S” (Senac, Senai, Sesc, Senar, Senat e Sesi) e institutos federais e estaduais de educação com cursos ligados ao receptivo turístico, além dos cursos de línguas (inglês, espanhol e libras). Além da gratuidade dos cursos, o público também recebeu auxílio estudantil, entre alimentação e transporte. E a priorização na escolha desse público foi o de estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; os trabalhadores do setor de turismo; os beneficiários dos programas federais de transferência de renda e os estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública (BRASIL, 2018).

Os critérios de seleção dos municípios contemplados pelo Pronatec foram:

- » As 12 cidades-sede da Copa do Mundo da FIFA 2014 - Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Brasília (DF),

Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA);

- » Destinos “formatados” pela operadora Match Connections⁴⁸, que estão sendo apresentados nos catálogos para os operadores estrangeiros;
- » Municípios localizados até 50 km distantes das cidades-sede, com disponibilidade de leitos para o atendimento da demanda sobressalente.
- » Municípios entre 50 a 100 km de distância das cidades-sede, com disponibilidade de leitos que poderão dar suporte às cidades-sedes.
- » Municípios a mais de 100 km de distância das cidades-sede, que sejam destinos consolidados ou que façam parte do roteiro da Match Connections.
- » Destinos reconhecidos internacionalmente ou de trânsito de turistas do Mercosul.

O **Quadro 10**, a seguir, apresenta os municípios discriminados por estado/região seguido do mapeamento para melhor visualização da abrangência territorial conforme o **Mapa 2**. O maior número de municípios ficou na região Nordeste com 40. A região Sudeste em segundo lugar com 32 municípios participantes. Seguida pela região Sul com 27 municípios. A região Centro-Oeste com 15 municípios e a região Norte com 6 municípios.

Com base nas informações do Quadro 10, pode-se inferir o envolvimento político e geográfico em prol da execução desse programa com vias a beneficiar o desenvolvimento da atividade turística no país, principalmente na profissionalização no eixo da hospitalidade e do lazer.

Quadro 10: Estados e seus municípios participantes do Pronatec Copa Turismo

Região Nordeste	Municípios
ALAGOAS	Maceió, Maragogi;
BAHIA	Salvador, Cachoeira, Cairú, Itaparica, Lauro de Freitas, Lençóis, Mata de São João, Maragogipe, Vera Cruz;

⁴⁸ Criada em função das demandas geradas pela Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, a Match Connections é uma das três empresas que compuseram o Núcleo Copa, sendo escolhida para ser a transportadora preferencial no país. Empresa brasileira, integrante do Grupo Águia, atuante no turismo brasileiro desde 1970, formado por 10 empresas e cerca de 400 funcionários. Tem seu negócio voltado para a venda de serviços e soluções de logística para empresas internacionais, agentes "Hospitality" e delegações esportivas durante o megaevento.

CEARÁ	Fortaleza, Aquiraz, Aracati, Beberibe, Caucaia, Cascavel, Jijoca de Jericoacoara, Paraipaba;
MARANHÃO	Barreirinhas, São Luís;
PARAÍBA	João Pessoa;
PERNAMBUCO	Recife; Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Fernando de Noronha, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Tamandaré;
PIAUÍ	Parnaíba;
RIO GRANDE DO NORTE	Natal, Baía Formosa, Canguaretama, Maxaranguape, Parnamirim, Tibau do Sul;
SERGIPE	Aracaju.
Sudeste	Municípios
ESPÍRITO SANTO	Vitória;
MINAS GERAIS	Belo Horizonte, Brumadinho, Congonhas do Campo, Diamantina, Mariana, Nova Lima, Ouro Preto, São João Del Rei, Sabará, Sete Lagoas, Tiradentes;
RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Paraty, Petrópolis, Rio das Ostras, Teresópolis;
SÃO PAULO	São Paulo, Atibaia, Campinas, Guarujá, Ilhabela, Peruíbe, Santos, São Vicente.
Sul	Municípios
PARANÁ	Curitiba, Antonina, Foz do Iguaçu, Guaraqueçaba, Lapa, Morretes, Paranaguá, Ponta Grossa, São José dos Pinhais;
SANTA CATARINA	Balneário Camboriú, Florianópolis;
RIO GRANDE DO SUL	Porto Alegre, Bento Gonçalves, Cambará do Sul, Canoas, Canela, Caxias do Sul, Chuí, Garibaldi, Gramado, Jaguarão, Novo Hamburgo, Nova Petrópolis, São Borja, Santana do Livramento, São Miguel das Missões, Uruguaiana.
Centro-Oeste	Municípios
DF	Brasília
GOIÁS	Alto Paraíso de Goiás, Cidade de Goiás, Goiânia, Pirenópolis;
MATO GROSSO DO SUL	Aquidauana, Bonito, Corumbá, Jardim, Miranda;
MATO GROSSO	Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Nobres, Poconé, Várzea Grande.
Norte	Municípios
AMAZONAS	Manaus, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo;
PARÁ	Belém

Fonte: COPA2014 (2018)

De acordo com o MTur, os cursos oferecidos pelo Pronatec Copa Turismo foram: Agente de informações turísticas (200h), Atendente de lanchonete (160h), Auxiliar de cozinha (200h), Auxiliar de garçom - cumim (160h), Barista (160h), Bartender (200h), Camareira em meios de hospedagem (200h), Cerimonialista e mestre de cerimônias (200h), Churrasqueiro (160h), Condutor de turismo de aventura (240h), Copeiro (160h), Cozinheiro (400h), Cozinheiro industrial (360h), Garçom (200h), Mensageiro em meios de hospedagem (160h), Organizador de eventos (180h), Pizzaiolo (160h), Recepcionista em meios de meios de hospedagem (160h), Recepcionista de eventos (200h), Salgadeiro (160h), Sommelier (200h) e Sushiman (160h). Como se pode notar, destacam-se profissões que no Brasil, são, de uma modo geral, mal remuneradas.

Mapa 2: Regiões e municípios contemplados pelo Programa PRONATEC
Turismo para a Copa do Mundo FIFA 2014

2.5.5 Plano de Promoção do Brasil na Copa

A intenção de amplificação da imagem do país se deu por meio do Plano de Promoção a partir da Resolução Gecopa nº 05/2012 estabelecido pelo Ministério do Esporte, sendo realizada uma chamada pública para seleção de projetos integrantes da programação do governo neste plano, que teve o objetivo de alinhar as ações promocionais a fim de garantir uma mensagem única durante o megaevento. Os projetos aprovados tiveram a chancela concedida atendendo aos objetivos, ações e o cronograma de desenvolvimento da estratégia do Plano de Promoção do Brasil. (BRASIL, 2019b). Ao todo, 199 projetos foram apresentados, entre os 96 projetos selecionados, devendo estes atender a pelo menos um dos seguintes eixos temáticos: negócios, turismo e sociocultural.

Um dos eixos temáticos do Plano foi o Turismo. As ações promocionais compreenderam aquelas relacionadas à: publicidade, relações públicas, promoção de imagem e também de relacionamento com a imprensa. Essas foram apontadas como as principais ferramentas para o fomento comercial, turístico e sociocultural, considerando que outros países já fizeram de megaeventos esportivos grandes oportunidades para atualizar, construir ou consolidar suas imagens no mundo pelas mensagens a eles vinculadas, como nos três exemplos na **Figura 11**:

Figura 11: Construção de mensagem midiática para consolidação de imagem do país em períodos de megaeventos esportivos

Mensagem: Como os outros países-sede de grandes eventos esportivos definiram suas mensagens					
País	Evento	Mensagem		Slogan FIFA / COI (tradução livre)	
Nacional	Internacional
Alemanha		Retomada do patriotismo/ orgulho de ser alemão	Uma Alemanha receptiva, divertida	"Tempo de fazer amigos" ("Time to make friends")	Ruptura/ Mudança
China		China como centro das atenções do mundo	China já é uma das maiores nações do mundo (expansão global)	"Um mundo, um sonho" ("One World, One Dream")	Consolidação/ Confirmação
África do Sul		Construção da nação onde se quer viver	Construção bem sucedida da nação África (nova democracia)	"Chegou a hora!" ("Ke Nako!")	Construção/ Definição

Fonte: Ministério do Esporte (BRASIL, 2019b).

Os atributos trabalhados à imagem do país pelo responsáveis do governo considerou pesquisas disponíveis: da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex).

Considerando o grande alcance midiático do megaevento, buscou-se, com o plano, potencializar o impacto da promoção esperando um legado em termos de imagem.

De modo a garantir a divulgação da imagem com os atributos do país, o *Plano de Promoção do Brasil na Copa*, em parceria com outras esferas públicas, considerou três eixos principais, como pode ser visto no **Quadro 11** a seguir.

Dessa forma, no eixo definido do Turismo foi previsto na escala nacional: ampliar o conhecimento dos atrativos regionais do Brasil; e firmar na população a necessidade de se ter uma atitude receptiva (em suas várias dimensões: hospitalidade, serviços, cultura etc.). Já na escala internacional: ampliar o conhecimento do Brasil como destino turístico em toda a sua diversidade; despertar o interesse de visitar o país (não apenas a Copa) mostrando os atrativos para negócios, lazer, família, aventura e natureza; e, estimular o desejo de visitar destinos além das cidades-sede, vir antes e permanecer depois da Copa.

Quadro 11: Plano de Promoção do Brasil para a Copa

<i>Eixo</i>	<i>Plano de Promoção</i>
Negócios	<p>Público Nacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Estimular a descentralização econômica, potencializando e atraindo investimento para as diversas regiões ○ Estimular a cultura do empreendedorismo a partir da Copa <p>Público Internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Imprimir à imagem dos produtos e marcas brasileiras atributos de: tecnologia, qualidade, inovação e sustentabilidade; contribuindo para o aumento das exportações ○ Apresentar o país como fonte de oportunidades para quem procura parcerias e soluções sustentáveis e de alto crescimento; ○ Atrelar à imagem do país importância para a economia e política internacional
Socio-Cultural	<p>Público Nacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Destacar as especificidades das culturas locais ○ Promover o orgulho, a autoestima e o sentimento de capacidade de realização e superação ○ Apresentar o esporte como indutor de transformação, fortalecimento da cidadania, aglutinação social, lazer, entretenimento e investimentos

Turismo	Público Internacional
	<ul style="list-style-type: none"> ○ Apresentar o Brasil como um lugar de grande diversidade cultural, étnica e religiosa, de convivência pacífica e com o qual qualquer país pode se identificar ○ Explicitar os avanços na superação da miséria e da desigualdade, respeito ao meio ambiente e preservação da paz
	Público Nacional <ul style="list-style-type: none"> ○ Ampliar o conhecimento dos atrativos regionais do Brasil ○ Firmar na população a necessidade de se ter uma atitude receptiva (em suas várias dimensões: hospitalidade, serviços, cultura etc.) Público Internacional <ul style="list-style-type: none"> ○ Ampliar o conhecimento do Brasil como destino turístico em toda a sua diversidade, utilizando o período pré-Copa ○ Despertar o interesse de visitar o país (não apenas a Copa) mostrando os atrativos para negócios, lazer, família, aventura e natureza ○ Mais próximo ao evento, estimular o desejo de visitar destinos além das cidades-sede, vir antes e permanecer depois da Copa

Fonte: Ministério do Esporte (BRASIL, 2019b)

2.5.6 Resolução GECOPA Nº 14/2012 - Plano de Preparação do Turismo no Brasil para a Copa

Na busca por dados relativos às ações executadas para o turismo, a Resolução GECOPA nº 14 em seu Anexo I propôs um plano de preparação do Turismo para a Copa do Mundo no país. Desse documento extraíram-se as “Ações de Infraestrutura do Turismo”, as quais foram relativas a obras de CAT’s, sinalização urbana turística e de acessibilidade, conforme mostra o **Quadro 12** a seguir. (de acordo com dados constantes de infraestrutura na Matriz de Responsabilidades do megaevento tratada nesse capítulo),

Tal plano teve como diretrizes: receber com qualidade e atenção os turistas da Copa; promover a boa imagem do Brasil no exterior; e transformar as conquistas em legado positivo para o Brasil. Para esse alcance as linhas de ação se deram a partir de: Informação e orientação aos turistas; Promoção de condições de acessibilidade e comunicação aos portadores de deficiência; Oferta de serviços turísticos suficiente e de qualidade, Oferta adequada de acomodações no país, e

Promoção nacional e internacional dos destinos turísticos brasileiros (inseridos no Plano Geral de Comunicação).

Quadro 12: Plano de preparação do turismo para a Copa FIFA 2014

POLÍTICAS	OBJETIVO	DESCRIÇÃO	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEL
De execução de Infraestrutura Turística	Atendimento e Informação do Turista	Construção, reforma ou ampliação de Centros de Atendimento a Turistas – CAT nas Cidades Sedes.	Turistas Nacionais e Internacionais	Mtur, Cidades e Estados Sede da Copa.
	Informação e Orientação do Turista	Implantação ou complementação de Sinalização Turística Urbana e Rodoviária nas cidades sede e entorno.	Turistas Nacionais e Internacionais, População Local	
	Acessibilidade para Portadores de Deficiência.	Execução de obras de adequação para acessibilidade de turistas e população local, portadora de deficiência.	Turistas Nacionais e Internacionais, População Local, Portadores de deficiência.	
Oferta de Qualificação dos profissionais do receptivo e de serviços aos turistas	Promover a oferta de serviços de qualidade ao turista por meio do PRONATEC COPA.	Oferta de 240 .000 vagas em 29 cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC e em idiomas até 2014 e em 117 cidades, abrangendo as cidades sede, cidades de seu entorno que contribuem na capacidade de acomodação de turistas e nos destinos turísticos internacionais consolidados.(www.pronateccopa.turismo.gov.br).	Turistas Nacionais e Internacionais, População Local, Portadores de deficiência.	Mtur /MEC
	Promover melhor comunicação nos idiomas inglês, espanhol e libras por meio do PRONATEC COPA.			
	Preparação das Cidades Sede para a recepção dos turistas da Copa FIFA 2013 e 2014.	Qualificação de profissionais de segurança, de transporte e do receptivo de turistas das cidades sede, e apoio a implantação de sistemas inteligentes de informação ao turista.		Mtur, Cidades e Estados Sede da Copa.
Monitoramento da oferta de acomodações aos turistas da	Oferta suficiente e adequada de acomodações aos turistas da	Avaliação da capacidade instalada de oferta de acomodações nas cidades-sede e entorno.	Turistas Nacionais e Internacionais	Mtur / IBGE

Copa	Copa.	Acompanhamento da capacidade em instalação nas cidades sede e entorno e da linha de financiamento PRÓ COPA do BNDES e demais linhas de para instalação de meios de hospedagem.		Mtur
		Monitoramento da oferta e demanda prevista de acomodações durante a Copa FIFA 2014.		

Fonte: Anexo I da Resolução GECOPA nº 14, de 04/09/2012.

As ações de Monitoramento da oferta de acomodações aos turistas da Copa, tendo o Acompanhamento da capacidade em instalação nas cidades-sede e entorno e da linha de financiamento ProCopa Turismo do BNDES e demais linhas para instalação de meios de hospedagem, foram de responsabilidade do Ministério do Turismo e direcionadas para turistas nacionais e internacionais. Essa ação vem dar suporte e explicar posteriormente a tipologia das instalações implantadas e as redes beneficiadas conforme será explanado no Capítulo 3.

A partir desse Plano com seu Anexo I (**Quadro 12**), e seu Anexo II (**ANEXO F**) da Resolução GECOPA nº 14, de 04/09/2012, conforme foram listadas as ações de infraestrutura do turismo por cidade-sede discriminando sua destinação (CAT, Sinalização Turística ou Acessibilidade) e o valor total investido em milhões. Ressaltamos que quanto a execução das obras estas se deram nas escalas Estadual, Municipal e Distrital, sendo a maior parte delas executadas no âmbito municipal. Já a distribuição dos recursos se deu via parcerias na escala Federal, Estadual e Municipal. A responsabilidade de gerenciamento dos recursos ficou assim em sua maior parte no âmbito municipal e os repasses no âmbito federal.

2.5.7 Lei Federal Nº12.462/2011 - Regime Diferenciado de Contratações Públicas RDC

A lei federal nº 12.462 criada em 2011 instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) tendo como motivo a realização dos megaeventos no país e seu uso exclusivamente nas licitações.

Consequentemente, com a intenção de acelerar as obras da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos de 2016 foi estabelecida em um regime de contratações “rápido e eficiente”. E por essa razão, no exercício de sua execução, apresenta-se como um legislação de exceção.

Esclarecer alguns acontecimentos nesse espaço de tempo de realização dos megaeventos relativos aos seus impactos no território brasileiro dita a importância de tratarmos esta lei, a qual desde 2012 teve seu alcance estendido, por meio de diversas leis conforme consta em seu Art.1º, a outras áreas e setores públicos estratégicos, a saber: a utilização foi progressivamente ampliada para empreendimentos do PAC, do SUS, de estabelecimentos de ensino, de presídios e unidades de atendimento socioeducativas.

Cabe destacarmos que,

Antes de examinarmos as alterações legislativas promovidas pela lei do RDC, contudo, cabe registrar que essa lei não era propriamente uma condição nem da FIFA nem do COI para que seus respectivos eventos se realizassem no Brasil. Não obstante, sua elaboração se sustentou no argumento segundo o qual se fazia necessário imprimir padrões de excelência à administração pública para responder aos desafios logísticos e operacionais que a organização dos megaeventos esportivos impunha ao país (TOLEDO, GRIX e BEGA, 2015).

De acordo com seu Art. 1º - É instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização:

- I - dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, constantes da Carteira de Projetos Olímpicos a ser definida pela Autoridade Pública Olímpica (APO); e
- II - da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação - Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014, definidos pelo Grupo Executivo - Gecopa 2014 do Comitê Gestor instituído para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo Fifa 2014 - CGCOPA 2014, restringindo-se, no caso de obras públicas, às constantes da matriz de responsabilidades celebrada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- III - de obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos Estados da Federação distantes até 350 km (trezentos e cinquenta quilômetros) das cidades sedes dos mundiais referidos nos incisos I e II.

- IV - das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) *(Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)*
- V - das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. *(Incluído pela Lei nº 12.745, de 2012)*
- VI - das obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma e administração de estabelecimentos penais e de unidades de atendimento socioeducativo; *(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015)*
- VII - das ações no âmbito da segurança pública; *(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015)*
- VIII - das obras e serviços de engenharia, relacionadas a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística; e *(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015)*
- IX - dos contratos a que se refere o art. 47-A. *(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015)*
- X - das ações em órgãos e entidades dedicados à ciência, à tecnologia e à inovação. *(Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)*

A partir das leis incluídas, observamos no período tanto anterior como no pós-megaeventos que houve a intenção de seguir esse regime de licitação pela administração pública, em detrimento ao regime de licitação geral⁴⁹. Assim, configura-se uma situação, diríamos, aparentemente favorável às políticas de governo, já que o uso de tal instrumento vem sendo praticado desde então. Interessante ressaltar o item IV, acima, que a partir do qual o PAC teve muitas de suas obras viabilizadas com o RDC. No total, foram investidos R\$ 220,12 bilhões desde 2012 para melhorar a infraestrutura das cidades-sede, boa parte das obras ajudaram no fluxo de turistas durante os jogos da Copa, principalmente as de mobilidade urbana, mas os investimentos não pararam com o final do megaevento, pois nem todas melhorias estruturais ficaram prontas a tempo da realização dos megaeventos no país. (BRASIL, 2019).

De acordo com Toledo, Grix e Bega (2015, p.33) foi introduzida uma série de inovações na lei no processo de licitação, entre as quais: “I) a criação de remuneração variável para a empresa contratada, condicionada ao desempenho desta no cumprimento do contrato; II)⁵⁰ autorização para que a administração indique a marca e o modelo do objeto a ser licitado; III)⁵¹ a divulgação do orçamento

⁴⁹ A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu no artigo 37, XXI, a obrigatoriedade de realizar processos de licitação pública para contratar obras, serviços, compras e alienações, o que foi regulamentado mediante a Lei 8666/1993. Tal lei criou as seguintes modalidades de licitação: (a) concorrência; (b) tomada de preços; (c) convite; (d) concurso; (e) leilão. A Lei Nº 10.520/2002 instituiu mais uma, o pregão.

⁵⁰ Esse método que era expressamente vetado pela Lei 8.666/93.

⁵¹ Em oposição à obrigatoriedade de sua divulgação no edital de abertura, conforme estabelecido na Lei 8.666/93.

estimado apenas no seu ato de encerramento”. Esse ultimo ponto teve muitas polêmicas por diminuir a transparência do processo de licitação ainda que temporariamente.

Continuando, o Art. 3º que trata das licitações e contratações realizadas em conformidade com o RDC, estabelece a necessidade de se observar os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. Seguindo tais princípios, o Art. 8º trata da execução indireta de obras e serviços de engenharia, sendo que foram admitidas as modalidades do regime por: “I - empreitada por preço unitário; II - empreitada por preço global; III - contratação por tarefa; IV - empreitada integral; ou V - contratação integrada.”

Segundo estudos e pesquisas feitos pela SINAENCO (2014) e por VALENCIA (2016), o RDC não teve sucesso devido principalmente aos empreendimentos licitados pelo regime de contratação integrada, com base somente em anteprojetos, ocasionando uma demora na contratação e uma depreciação dos valores contratados frente às outras modalidades do RDC, que exigem projetos básicos.

De acordo com a Sinaenco (2019, p. 4),

A questão fundamental na Contratação Integrada é a precária definição e especificação do objeto da contratação. O anteprojeto é um documento técnico extremamente carente de informações indispensáveis para possibilitar a adequada especificação de um empreendimento e, conseqüentemente, ineficaz para o controle da qualidade da obra a ser construída, do seu prazo de execução, bem como dos custos envolvidos na implantação, operação e manutenção do bem público em questão. Esta carência pode gerar atrasos e aditivos contratuais [...].

Mas mesmo nas outras modalidades do RDC, a empresa vencedora da licitação da obra oferece serviço completo, apresentando somente o projeto básico até a entrega da construção, o que também mostrou-se incompleto para a devida efetividade das obras. Para a secretária-geral do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Fabiana Izaga, tal Regime não foi bem sucedido, havendo decisões adversas ao interesse público após a realização dos megaeventos, pois, além de se estender a praticamente todas as obras públicas do Brasil, teve como característica negativa

a ausência de projeto completo, podendo-se licitar com o projeto básico, o qual permite a alteração dos custos durante o processo. Isso significa ficar nas mãos das próprias construtoras, que para o seu interesse, acabam alterando o próprio projeto e seus respectivos custos. (SINAENCO, 2019).

As administrações públicas têm sido questionadas inúmeras vezes pela falta de transparência na publicidade de seus atos e decisões, os quais irão reverberar na fase de prestação de contas. Esse fato demonstra a fragilidade da lei em vigor atualmente e, de acordo com Oliveira (2015) traz consequências quando da licitação sem projeto executivo completo, como obras com custo sem limite, prazos ampliados e qualidade baixa - demonstrado por exemplo pelos custos altíssimos dos estádios da Copa ou por muitas obras do PAC.

Segundo Valencia (2016) “essa tendência é preocupante porque o RDC banaliza princípios fundamentais da contratação pública, que são essenciais para o correto funcionamento de estados democráticos constitucionais.” Logo, ao constataremos os princípios que regem o RDC, conforme seu Art. 3º, busca-se a legitimidade do Estado, menos corrupção e maior democracia nas decisões para o território elegido para os megaeventos.

Toledo, Grix e Bega (2015) esclarecem que o RDC, criado excepcionalmente para ser aplicado às contratações de produtos e serviços vinculados à realização de megaeventos esportivos no país, vem se enraizando no ordenamento jurídico brasileiro, concorrendo para a consolidação do que tais autores denominam de legados institucionais.

Desde o megaevento a referida Lei tem dois momentos: o RDC Inicial foi feito para a Copa, e o RDC atual que tomou proporções consideráveis ao trazer consequências gravíssimas ao país ao ter na sua aplicação a admissão e execução posterior de obras somente com o projeto básico (anteprojeto), com a falta de medidas preventivas para obras, a falta de um projeto executivo, a falta de parâmetros para verificar a qualidade de execução do projeto, e a falta do levantamento de todos os custos desse projeto. Logo, apreende-se que tal Lei, trouxe para muitos locais do país preocupações atuais, que não imaginariam ter como uma consequência da Copa do Mundo, justamente pelo seu uso inadequado mesmo que consentido legalmente. A Lei vai muito além da “necessidade” do megaevento em adequar-se aos padrões FIFA estabelecendo-se como uma legislação de exceção.

2.5.8 Lei Federal Nº. 12.663/2012 – Lei Geral da Copa

O discurso para legitimação de todas as ações necessárias para a realização da Copa do Mundo obriga os países que realizam a Copa do Mundo, como no caso do Brasil em 2012, aprovar uma lei específica para tratar dos assuntos relacionados a Copa, principalmente naqueles com alguma implicação econômica. A Lei Federal Nº. 12.663 – conhecida como “Lei Geral da Copa”, sancionada em 05.06.2012, foi uma legislação especial para atender aos compromissos impostos pela FIFA.

Esta lei foi considerada uma lei de exceção por infringir direitos constitucionais. Uzzo e Saule Junior (2012) esclarecem que é fundamental haver a compreensão da violação ou desconsideração de direitos no contexto da disputa pelo território nas cidades, uma vez que nesses momentos se criam mitos e discursos no sentido de legitimar ações que violam ou ameaçam direitos e que, em tese, são em prol do bem comum, mas que, analisadas a fundo, não beneficiam a coletividade, mas sim apenas interesses privados ou de uma pequena parcela da sociedade.

A lei foi instituída para regular a distribuição de ingressos para os jogos; a proteção e exploração de direitos comerciais, considerando a comercialização de produtos ligados a Copa, as vias de acesso, as sanções civis; a autorização para que estados e municípios decretem feriado nos dias de partidas do Mundial, sobre o uso indevido de símbolos, o serviço voluntário nos jogos, sobre as facilitações da entrada de quem trabalhará no país e sobre concessão de benefícios a jogadores que estão aposentados.

O Capítulo II, Da proteção e exploração de direitos comerciais⁵², expõe na Seção I - Da Proteção Especial aos Direitos de Propriedade Industrial Relacionados

⁵² A FIFA tem a comercialização com leque de multinacionais, entre: Parceiros Comerciais (Adidas, Coca-Cola, Emirates, Sony, Visa, Hyundai e Kia Motors); Patrocinadores de direitos mundiais (Nike, Budweiser, McDonald's, Castrol, Seara, Oi, Vivo, Continental, Yingli, Johnson-Johnson, Guaraná, Antártica, Sadia, Mastercard, Samsung, Nestle, Extra, Gillette, Volkswagen, Gol, EF Englishtown, e Seguros Unimed.); Apoiadores Locais de direitos no território nacional: Itaú, Garoto, WiseUp, Liberty Seguros, ApexBrasil, Centauro, Fifa.com, Football For Hope, Parmigiani e Tenys-pé.

aos Eventos, no Artigo 5º, sobre as anotações⁵³ do “alto renome” e das marcas (símbolos oficiais, emblemas, logotipos) “notoriamente conhecidas de titularidade” da FIFA, as quais produziam efeitos até 31 de dezembro de 2014, sem prejuízo das anotações realizadas antes da publicação desta Lei. Evidenciam-se novas lógicas de produção e de organização do território, as quais se combinam com lógicas precedentes de outras edições deste megaevento trazendo à luz o *modus operandi* da entidade FIFA. Essa norma em suma, obriga que a autarquia federal competente para o processamento de registro de marcas, o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), trate de maneira diferenciada e mais célere a exploração e os processamentos das marcas de titularidade da FIFA. Sem o devido processo legal, princípio protegido constitucionalmente, as marcas terão os seguintes privilégios: contemplação automática no cadastro de marcas de Alto Renome ou Notoriamente Conhecidas (institutos da Lei nº 9.279/96 de Propriedade Industrial, arts. 125 e 126, que necessitam de processo administrativo e comprovação para concessão de proteção especial); procedimento especial, com encurtamento de prazos, para os pedidos de registro; isenção do pagamento de taxas, além das sanções cíveis e penais, como indenização, detenção e multa, para quem utilizar indevidamente as marcas da FIFA.

Conforme explana Duarte (2012), “esta exceção traz insegurança jurídica ao nosso ordenamento, além da exclusividade e completa autonomia para explorar diversos setores economicamente rentáveis, interferirá, diretamente, na utilização ou decisão das marcas que serão registradas (ou não) até o fim dos eventos ligados à Copa do Mundo”.

Já em sua Seção II - Das Áreas de Restrição Comercial e Vias de Acesso, em seu Artigo 11, institui que,

A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso.

§ 1º Os limites das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade

⁵³ Licenciados da Marca da FIFA TM: Adidas (fabricante de artigos de futebol); Electronic Arts (desenvolvedora de jogos eletrônicos); Hublot (relojoaria de luxo); Louis Vuitton (moda de luxo); e Panini (editora de álbuns de figurinhas)

competente, considerados os requerimentos da FIFA ou de terceiros por ela indicados, atendidos os requisitos desta Lei e observado o perímetro máximo de 2 km (dois quilômetros) ao redor dos referidos Locais Oficiais de Competição.

§ 2º A delimitação das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição não prejudicará as atividades dos estabelecimentos regularmente em funcionamento, desde que sem qualquer forma de associação aos Eventos e observado o disposto no art. 170 da Constituição Federal.

Nesse Artigo observa-se que o Estado esteve subordinado às solicitações da FIFA tanto no espaço, delimitado em um raio geográfico, quanto no tempo, considerando que as ações poderiam ser tempestivamente estabelecidas pelas autoridades competentes. Nesse sentido, em se tratando da falta de clareza do § 1º, pode-se supor que esse se justifica pela análise de Antas Jr.(2005, p. 82) que os “sistemas jurídicos são sistemas abertos, na medida em que a dinâmica sócio-territorial, com suas peculiaridades culturais e históricas, afigura-se uma fonte de produção de normas incorporadas constantemente ao sistema jurídico”. Desse modo, na medida em que houver necessidades, haverá incorporação de novas determinações ao território, uma vez que como peculiaridade cultural e histórica da nação brasileira, seja a improvisação ou regime de emergência⁵⁴ ou intitulando-se “cidade de exceção”, como proposto por Vainer (2011).

O seu Artigo 12 concede a titularidade à FIFA de todos os direitos relacionados às imagens, aos sons e às outras formas de expressão dos eventos, incluindo os de explorar, negociar, autorizar e proibir suas transmissões ou retransmissões.

Na Seção IV - Das Sanções Cíveis, no Art. 16, observadas as disposições da Lei No 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil), o Estado é obrigado a indenizar os danos, os lucros cessantes e qualquer proveito obtido aquele que praticar, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, entre outras, a seguinte conduta:

I - atividades de publicidade, inclusive oferta de provas de comida ou bebida, distribuição de produtos de marca, panfletos ou outros materiais promocionais ou ainda atividades similares de cunho publicitário nos Locais Oficiais de Competição, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que

⁵⁴ A exemplo, do modo que ocorreu no megaevento Pan 1963, onde a uma semana do seu início, a Folha de São Paulo noticia que “mais de mil homens estavam em acelerada atuação para finalização das obras na vila pan-americana, sob regime de emergência para não suspensão do evento”. (MASCARENHAS, 2009, p. 521).

se refere o art. 11 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles;

Aqui pode-se observar o que Hirst e Thompson (1998) chamam de nova soberania, a partir da política comum sancionada pelo Estado-nação, o qual concorda em criar e conferir legitimidade no compartilhamento da sua soberania com uma corporação, pois as decisões apoiadas pelo Estado-nação podem ser cumpridas pelas “agencias internacionais” (nesse contexto a FIFA) porque serão reforçadas por lei internas e pelo poder do Estado local.

O Capítulo V, Da venda de ingressos, dispõe no Art. 25, que os preços serão determinados pela FIFA, dispostos em quatro categorias. A isso, acrescenta nos termos do §5º do Art. 26, que “em todas as fases de venda, os ingressos da categoria 4 serão vendidos com desconto de 50% para as pessoas naturais residentes no país, entre estudantes, pessoas com idade ou superior a 60 (sessenta) anos, e participantes de programa federal de transferência de renda. E ressalta, respeitando o disposto anterior, no termos do §10º, que os descontos previstos no Estatuto do Idoso, aplicam-se à aquisição de ingressos em todas as categorias. Embora seja denotada neste parágrafo uma preocupação social do Estado com sua comunidade, evidencia-se, ao mesmo tempo, uma forma de garantir o seu campo de autoridade e sua habilidade para fazer negociações porque é representante de um território com poder legitimado constitucionalmente por essa mesma comunidade.

Já nos termos do §7º, a Lei Geral da Copa estabelece a celebração de acordos entre a FIFA e entes federados para possibilitar locais de boa visibilidade para as pessoas com deficiência, sendo assegurado, pelo menos 1% do número de ingressos ofertados, observada a existência de instalações adequadas e específicas nos Locais Oficiais de Competição. Outro ponto de destaque é do §12, onde “os ingressos para proprietários ou possuidores de armas de fogo que aderirem à campanha referida no inciso I do Art. 29 (mencionado a seguir) e para indígenas serão objeto de acordo entre o poder público e a FIFA”. Verifica-se que esse objeto de acordo, demonstra a instabilidade das noções de cidadania e de comunidade, dada como uma consequência dos conflitos “à era da globalização”, de exclusão daqueles que são menos favorecidos.

O Art. 27, por sua vez, vem estabelecer os critérios para cancelamento, devolução e reembolso de ingressos; alocação, realocação, marcação e remarcação

de assentos, assim como dispõe no inciso II, sobre a possibilidade da venda de ingresso de forma avulsa, da venda em conjunto com pacotes turísticos ou de hospitalidade. Pode-se inferir que tal consideração relacionada a esse critério, se deve à importância do turismo como segmento econômico de mercado, que “se vincula aos sistemas produtivos globais, os quais são dominados por macroatores, sob uma lógica organizacional reticular, cada vez mais competitiva e tecnificada” (RODRIGUES, 2006, p. 298).

O Capítulo VII, Das Campanhas sociais nas competições, estabelece em seu Art. 29, que o poder público poderá adotar providências visando à celebração de acordos com a FIFA, conforme inciso I da divulgação nos Eventos: de campanha com o tema social “Por um mundo sem armas, sem drogas, sem violência, sem racismo; de campanha pelo trabalho decente; e dos pontos turísticos brasileiros. Também, a efetivação de aplicação voluntária pela referida entidade de recursos oriundos dos Eventos, ressaltando-se para a construção de centros de treinamento de atletas de futebol; e a divulgação da importância do combate ao racismo no futebol e da promoção da igualdade racial dos empregos gerados pela Copa do Mundo. Evidencia-se aqui a importância dadas a questões sociais e seu entrelaçamento com a história do futebol no país e busca pelo banimento da discriminação racial.

O Capítulo X, das Disposições Finais, apresenta alguns pontos importantes para análise no que diz respeito a aspectos sociais, ambientais e profissionais. No âmbito social, em seu Art. 55, os serviços de segurança, saúde e serviços médicos, vigilância sanitária e alfândega e imigração serão de responsabilidade da União nos Eventos, sem custos para o Comitê Organizador. As formas de regulação internacional, criadas e sustentadas pelo Estado-nação, têm o papel de prover a governabilidade da economia, pois “a redução da incerteza é vantajosa em seu planejamento de investimento e em suas estratégias de produção e de mercado”. (HIRST; THOMPSON, 1998, p.288).

Na esfera profissional, considerando os âmbitos social e educacional, o Art. 57, sobre o serviço voluntário, constitui atividade não remunerada podendo haver sem prejuízos a concessão de meios como transporte, alimentação e uniformes para tal prestação de serviço voluntário. Nesse sentido, é possível apreender a partir de Hirst e Thompson (1998), que o capital por ser móvel se instala onde houver vantagens de mercado, assim, o trabalhador sendo nacionalmente localizado e

relativamente estático, deve adaptar suas expectativas políticas para enfrentar as novas pressões da competitividade internacional que se apresenta.

Ainda, nessa esfera, o Art. 19, dos vistos de entrada, com prazo de validade até o dia 31 de dezembro de 2014, e das permissões de trabalho, confere concessão a todos que estiverem vinculados a FIFA. Assim como o Art.62 institui que “As autoridades aeronáuticas deverão estimular a utilização dos aeroportos nas cidades limítrofes dos Municípios que sediarão os Eventos”.

No campo educacional, o Art. 64 estabelece:

Em 2014, os sistemas de ensino deverão ajustar os calendários escolares de forma que as férias escolares decorrentes do encerramento das atividades letivas do 1º semestre do ano, nos estabelecimentos de ensino as redes pública e privada, abranjam todo o período entre a abertura e o encerramento da Copa do Mundo FIFA 2014 de Futebol.

Na área ambiental, é explicitado no Art. 65 que “será concedido Selo de Sustentabilidade pelo Ministério do Meio Ambiente às empresas e entidades fornecedoras dos Eventos que apresentem programa com ações de natureza econômica, social e ambiental, conforme normas e critérios por ele estabelecidos.”

Novamente, aparece evidenciada a questão social no que se refere a educação, e aí o Estado legitimando seu poder desde as instâncias locais, demonstra uma preocupação no sentido de beneficiar as empresas que tiverem ações sustentáveis, acompanhando uma tendência internacional.

A partir dessas reflexões sobre a Lei Nº 12.663, pode-se compreender sobre as questões sociais que estão implícitas quando se pensa nos aspectos informais que podem advir no território quando da realização do megaevento. Com isso, deduz-se que se cria ou acolhe-se a norma para que seja possível no final o sucesso do megaevento. No entanto, os custos para esse sucesso requerem do Estado enquadrar-se às determinações de corporações internacionais.

Pode-se inferir um controle relativo da FIFA sobre o território nacional, sustentando o fortalecimento de uma hegemonia compartilhada, que condiciona a sociedade e produz novas demandas na política, nos mercados e no cotidiano da sociedade brasileira, por meio dessa Lei..

Por pressão dos entes privados internacionais que organizam os megaeventos esportivos (FIFA e COI) editou-se tal lei com validade determinada (até 31 de dezembro de 2014) alterando leis existentes, suspendendo-as. Isso

significa, conseqüentemente, não uma lei nova, mas sim uma lei para suspender a lei.

Uzzo e Saule (2012, p. 58) comentam que para a FIFA e seus parceiros, no caso da Copa, deixa de se aplicar a lei para alguns sujeitos por um tempo determinado, devendo-nos refletir se a Lei da Copa é a melhor para o nosso país ou foi a melhor lei para os interesses dos organizadores da Copa.

A partir da exposição teórica, podemos apreender que os instrumentos legais criados se justificam no megaevento e que foram produzidos pelos entes políticos alinhados nos níveis escalares: federal, estadual, municipal sob a perspectiva global.

CAPÍTULO 3

A COPA DO MUNDO E O FOMENTO AO TURISMO NAS CIDADES-SEDE

Primeiramente, para podermos falar no desenvolvimento do turismo nas cidades que foram sedes do megaevento Copa do Mundo, temos que olhar para as ações de turismo instauradas no país como um todo, considerando em escala nacional os direcionamentos dos órgãos oficiais competentes e a partir daí analisar o que vem atingindo diretamente as cidades-sede desde a ocorrência do megaevento.

Desse modo, questionamos sobre os possíveis impactos que o megaevento Copa do Mundo acarretou ao turismo brasileiro. Lembramos que tanto a OMT, organismo de representação mundial, quanto o MTur, órgão máximo de representação nacional, tiveram em seu discurso, em todas as fases de preparação do megaevento, o destaque ao turismo como uma importante atividade econômica, social e cultural, mas principalmente, a partir do viés econômico, o utilizaram como um elo possível para fortalecer a economia e a imagem do país perante o mundo e o próprio país sede afim de um aumento do fluxo de turistas e implementos em diversos setores correlatos. A identificação do Brasil como “país do futebol” no imaginário social constituiu-se, ao longo de sua projeção, como um argumento de sustentação dos principais agentes envolvidos na realização do megaevento nas elegidas cidades-sede. O megaevento, configurado em novas roupagens no século XXI, é tido como uma grande estratégia de transformação urbana, fato que continua sendo usado com o fim de valorizar porções do território.

Na *1ª parte* (item 3.1), trazemos o cenário de preparação do megaevento no país e os interesses em jogo que nos leva a buscar compreender a relação entre o turismo no Brasil e a Copa do Mundo na *2ª parte* (item 3.2). Assim, entre as ações para o turismo trazemos para análise os desdobramentos sobre o setor de hospedagem no do programa de governo ProCopa Turismo. Logo, a proposta desse capítulo vem ao encontro dos resultados obtidos a partir da análise da incidência do turismo nas cidades-sede da Copa do Mundo partícipes desse programa, na intenção de levar o desenvolvimento turístico. O que buscamos comprovar de fato é

se o turismo realmente beneficiou-se positivamente com a realização do megaevento, discurso esse amplamente utilizado pelos seus agentes.

3.1 A preparação da Copa do Mundo FIFA 2014

Na atualidade, o proeminente megaevento Copa do Mundo FIFA 2014, torna-se um componente histórico e dinâmico de análise, pois carrega em si muitos significados, seja pela evolução do próprio esporte futebol no país e no mundo, ou por ser um fenômeno com forte apelo social, em especial no Brasil. Dessa forma, desde a escolha do país para ser sede do megaevento Copa do Mundo, um certo saudosismo e entusiasmo vinham povoando o cenário brasileiro.

A Federation Internationale Football Association - FIFA, entidade que representa e promove o megaevento, escolhe o país sede com sete anos de antecedência e estabelece o documento Caderno de Encargos⁵⁵, o qual o país sede assina, assumindo a capacidade de atender uma série de exigências⁵⁶ estabelecidas pela entidade. Esse tempo é necessário para se promover alterações da produção e da reprodução de um novo espaço em função do megaevento. Para Oliveira (2015, p. 18), “a forte carga simbólica associada aos espetáculos constituiu um ingrediente fundamental, ainda que não único, para a convergência perfeita entre a produção desse tipo de evento e a produção do espaço urbano dentro dos marcos do modelo neoliberal”.

Este megaevento foi administrado pelo Comitê Gestor (CGCOPA 2014) do Ministério do Esporte e pelo Grupo Executivo (GECOPA 2014), órgãos criados por Decreto⁵⁷ presidencial em 2010 justamente para cuidar dos interesses do governo na sua realização (BRASIL, 2011). Apesar de muitas críticas e conflitos de interesses (já que os preparativos, como a construção de estádios e demais obras

⁵⁵ O Caderno de Encargos da FIFA traz elementos que o projeto de captação deve apresentar contemplando dez temas que devem ser abordados, a saber: Decisões prévias as construções; Segurança; Orientação e estacionamento; Área de jogo (campo); Jogadores e árbitros; Espectadores; Hospitalidade; Mídia, Iluminação e abastecimento de energia; e, Comunicação e áreas adicionais. (Tais informações estão disponibilizadas na página eletrônica da FIFA em inglês) (FIFA, 2011).

⁵⁶ No caso do Brasil, 141 exigências a mais foram incluídas no seu Acordo de Candidatura (Documento de 92 páginas que foi encartado no Caderno de Encargos), além de visitas *in loco* feitas por técnicos da entidade e dos projetos entregues pelas cidades. (MATIAS, 2011).

⁵⁷ Decreto de 14 de janeiro de 2010 (para mais detalhes consultar Capítulo 2).

complementares, foram duramente criticados por parte da mídia e da população) a Copa do Mundo ocorreu sem grandes percalços para os esportistas e o público. Já não se pode dizer o mesmo em relação às populações residentes nas cidades-sede.

No seu decorrer e após o seu término foi possível levantar alguns dados analíticos das transformações espaciais e o impacto turístico produzido. Embora as críticas ao megaevento tenham sido continuas e o resultado dos jogos em si tenham desapontado os brasileiros, com a derrota para a Alemanha; a Copa do Mundo FIFA 2014 surpreendeu positivamente em termos de público – tendo o Brasil recebido 1 milhão de turistas de 202 nacionalidades, de acordo com dados oficiais (PORTALTRANSPARENCIA, 2015).

Sobre o investimento público que recebeu duras críticas, esse também superou em muito as Copas anteriores. De acordo com informações do Portal da Transparência mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU), em junho de 2015 a conta ultrapassava R\$ 27 bilhões, sendo até aquela data executados R\$ 20 bilhões, e os outros R\$ 7 bilhões contratados (PORTALTRANSPARENCIA, 2014a).

Dados relativos a países que já sediaram a Copa do Mundo, como África do Sul, Alemanha, Coreia do Sul, Japão, França e Estados Unidos, comprovam que o evento é o que tem maior apelo midiático e maior capacidade de gerar recursos para os setores direta e indiretamente envolvidos em sua realização (PAZ, 2011). Entretanto, o custo da Copa do Mundo FIFA 2014 foi maior do que a soma do total investido nas últimas três edições do evento, no Japão/Coreia, Alemanha e África do Sul. Tendo a África do Sul gasto em 2010 o equivalente a R\$ 9 bilhões em instalações esportivas, infraestrutura viária e transportes. Mesmo entendimento sobre tais custos teve Segalla (2011). Buscando justificar tantos gastos, foram criados, a época, dois portais de controle virtuais que se comprometiam a disponibilizar os gastos com transparência, dos recursos federais destinados à Copa: o Portal da Transparência Copa 2014 (da CGU) e o Copa Transparente (das comissões do Senado e da Câmara). A CGU não disponibilizou mais informações e tirou do ar o site da Transparência que continha todos os gastos públicos com a Copa entre outras informações, como o caso de projetos planejados para as cidades-sede.

Em termos de legado do megaevento, de modo geral, foram prometidas reformas e construções de estádios e melhorias no entorno de cada um, bem como otimização da mobilidade urbana, aeroportos e portos nas 12 cidades-sede, obras

que envolveriam dinheiro público e privado. A FIFA, por sua vez, se fez representar no país pelo Comitê Organizador Local (COL) da Copa do Mundo FIFA 2014 – empresa privada, criada em todos os países-sede, que opera os recursos repassados por esta entidade e pelos patrocinadores oficiais.

Do ponto de vista financeiro, a FIFA se beneficiou muito com a Copa 2014 no Brasil, foram US\$ 338 milhões de lucro entre 2011 e 2014 baseado no recebimento de US\$ 5,718 milhões e despesa de US\$ 5,380 milhões. Comparativamente, a Copa de 2010 na África do Sul trouxe para a FIFA lucro de US\$ 631 milhões entre 2007 e 2010, valor encontrado subtraindo-se do recebimento de US\$ 4,189 milhões a despesa de US\$ 3,558 milhões (FIFA, 2015).

A partir desse contexto financeiro do megaevento no Brasil e com todos os conflitos gerados em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais que ocorreram no percurso de sua realização, a fase de sua escolha, tanto do país, quanto das suas cidades-sede, não se limita aos aspectos mais propriamente técnicos (suposto no Caderno de Encargos da FIFA) como infraestrutura, logística, instalações esportivas, etc., mas considera a dimensão geopolítica, a qual compreende uma estratégia planetária de gestão e difusão de tal atividade esportiva (MASCARENHAS, 2009; DAMO, 2012). Assim, o megaevento Copa do Mundo vem interferindo em questões políticas internas de cada nação a partir da forma de atuação da FIFA, enquanto entidade esportiva com atuação plena entre os países a ela filiados, com isso Chiaverini (2009) questiona a verdadeira influência do futebol nas relações entre países. Nesse sentido, concordamos que cada vez mais o futebol vem se constituindo num campo autônomo, embora sua escala de atuação se submeta ao poder econômico, e conforme Oliveira (2015, p. 20), “nessa condição, passa a funcionar como meio para que a cidade também a ele se submeta, através de interações que atravessam interesses articulados em diferentes escalas de poder”.

A preferência pelo Brasil como país-sede do megaevento foi o resultado da concertação dos interesses da FIFA e do governo brasileiro. Do ponto de vista da entidade e de sua estratégia de globalização do mercado futebolístico, o megaevento deveria ser realizado no continente americano, preferencialmente no sul, uma vez que havia 36 anos desde a última edição na Argentina em 1978. E, dadas as exigências da entidade em termos de infraestrutura, o Brasil seria o país cuja economia teria condições de suportar, sem maiores sobressaltos, os

investimentos demandados, além de ser um país no qual o futebol é o esporte hegemônico, sem contar o seu potencial turístico e sua reputação de hospitalidade (DAMO; OLIVEN, 2013).

Dados de 2013 do governo federal, divulgados por seu site oficial, o Portal Brasil, mostravam que na Matriz de Responsabilidades, os projetos destinados a infraestrutura e serviços por causa da Copa, como construção de estádios e investimentos em turismo, a iniciativa privada respondiam por 20% dos recursos (R\$ 5,6 bilhões de R\$ 28,1 bilhões), ficando o restante por conta dos cofres públicos. Dos três eixos principais de investimento: Estádios, Mobilidade Urbana e Desenvolvimento Turístico, o que teve maior investimento foi o da mobilidade, no entanto, o eixo estádio foi o que teve mais gastos (PAULA; BARTELT, 2014).

Sanchez, Bienenstein e Mascarenhas (2011) avaliam alguns aspectos que vem permeando as estratégias e ações voltadas à efetivação da centralidade até então buscada pelo Brasil sendo a partir do envolvimento do setor público, seja pelo *marketing* ou via financiamentos; de processos decisórios e de controle social; de instrumentos de adesão social aos eventos; das estratégias territoriais adotadas nas referidas iniciativas. Nesse sentido, os autores afirmaram à época, que o discurso oficial do Estado se atinha à negativa de investimentos públicos para construção e/ou reformas de instalações esportivas; que os recursos seriam priorizados para melhoria ou ampliação da infraestrutura urbana; e que as parcerias público-privadas ficariam em sua maioria responsáveis pelos investimentos relacionados ao megaevento no país.

A partir do planejamento urbano desejado para o país, desde suas grandes cidades, a realização de megaeventos deveria dinamizar a economia com atração de investimentos. Entretanto, aprendemos com a experiência do objeto Copa do Mundo uma situação contraditória, ao ter os investimentos majoritariamente feitos pelo setor público, e oportunizando um pequeno número de empresas privadas a receberem a maior parte dos benefícios lucrativos dos negócios.

Fazendo uma retrospectiva desde o início desse século do caminho produzido até a realização da Copa do Mundo no país desejamos trazer a luz o que motivou de fato os movimentos empenhados considerando a escala nacional para nossa análise, qual seja, no âmbito do turismo.

O início do século XXI foi marcado pela realização de muitos megaeventos esportivos no Brasil, como Jogos Sul-Americanos (2002), Jogos Pan-Americanos

(2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Copa da Confederações de Futebol (2013), Copa do Mundo FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (2016). O desempenho brasileiro para a atração de eventos tem gerado estudos e debates tanto de caráter econômico como social e cultural, promovendo a divulgação e incentivando mais investimentos no segmento de eventos, bem como o refinamento de políticas e estratégias⁵⁸ de apoio por parte das instâncias governamentais.

Esse interesse materializa-se, principalmente, em grandes centros urbanos ou destinos turísticos consolidados, por possuírem, a princípio, as infraestruturas necessárias. Haja vista as cidades que fazem parte do Mapa do Turismo Brasileiro (Figura 6, p. 63) e que são categorizadas como as melhores a receber grandes eventos, caso de todas as capitais do país entre outras que se destacam que perfazem 1,74%, o que corresponde a 57 municípios, que recebem em torno de 90% de todo fluxo de turistas do país e com as melhores infraestruturas de hospedagem, sendo essa constatação inversamente proporcional a sua quantidade total de municípios, mesmo assim elencados como turísticos.

Em 3 de junho de **2003**, a Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol) anunciou que Argentina, Brasil e Colômbia seriam candidatos a sediar a Copa do Mundo 2014. Em 7 de março de **2004**, a FIFA anunciou que a Copa aconteceria na América do Sul. E, em 17 de março de **2006**, o Brasil foi votado por unanimidade como candidato da América do Sul pela Conmebol. Em 18 de dezembro de **2006** o Brasil confirmou sua inscrição de país candidato a Copa em 2014.

Nesse interim, destaca-se o ano de **2007**, sendo 15 de junho a data em que o Presidente da República assinou e entregou a Confederação Brasileira de Futebol – CBF o documento Acordo de Candidatura do Brasil⁵⁹, contendo dez (10) garantias governamentais de competência do governo Federal. Ainda, em 31 de julho de **2007**, uma delegação da CBF, com a participação do jogador Romário e do escritor Paulo Coelho foram a Zurique, na Suíça, para o evento de entrega da proposta da

⁵⁸ Tal interesse não é visualizado apenas em grandes centros urbanos ou destinos turísticos consolidados, mas também em cidades interioranas. Ademais, tal interesse não parte somente do poder público, o trade turístico destas localidades, no intuito de melhorar a competitividade das regiões representadas, vem se organizando de maneira associativa. Prova disto é que, atualmente, existem 98 C&VB's no país, estando 70% situados fora das capitais dos estados brasileiros (RAMOS; NAGABE, 2014).

⁵⁹ O documento entregue pela CBF foi constituído de quatro volumes, que totalizaram 900 páginas contendo o estabelecido no Caderno de Encargos, as 141 exigências e também a lista das 18 cidades candidatas a sede (MATIAS, 2011).

candidatura do Brasil. Assim, no dia 30 de outubro, em meio a uma concertação de interesses, a FIFA elegeu o país – candidato único – como sede da Copa de Mundo FIFA 2014 (MATIAS, 2011).

No entanto, tendo em vista o olhar sobre megaeventos esportivos internacionais anteriores ocorridos em outros países, houve questionamentos e críticas ao processo iniciado no Brasil. Oliveira (2015) destaca que em nome dessa “celebração esportiva” que traz vultuosas oportunidades de negócios, as críticas, os conflitos e as reivindicações de direitos sociais começaram a ser classificados como atitudes “conservadoras” e “antipatrióticas”. Assim, para monitorar os impactos e as violações relacionados ao megaevento surgiu, primeiramente, em São Paulo, o Comitê Popular da Copa (CPC-SP), num movimento que tomou proporção nacional por todas as cidades-sede. Tal entidade destacou que prioridades sociais foram eximidas do processo afim de que a viabilização e operacionalização do megaevento fosse possível no país (CPC-SP, 2015):

- A questão da moradia se acelerou com as remoções, reintegrações de posse e despejos violentos em algumas cidades-sede;
- A validade de delimitações de áreas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que são ocupadas e passíveis de regularização fundiária, tornou-se contraditória entre o seu discurso e as ações governamentais;
- A questão da violência ocorreu ao povo da rua, o mais atingido antes, durante e após o mundial;
- A questão da crescente militarização da cidade intensificou a segregação e cerco militar nos espaços públicos durante os jogos;
- A questão das áreas de exclusividade, estabelecido um perímetro de até 2km nos locais oficiais de competição, para garantir o controle sobre a atividade comercial;
- Do processo de elitização do futebol, como um projeto de apropriação, lucro e manutenção de privilégios (onde a mídia corporativa foi a maior interessada), pois as arquibancadas dos estádios passaram a ser ocupadas por consumidores que podem pagar “caro” pelo “produto” em que transformaram o futebol;
- Dos contratos de exclusividade dos direitos de transmissão dos jogos de futebol, grandes veículos de comunicação se beneficiaram largamente pelos

lucros advindos da publicidade e que foram obtidos por meio de propinas aos dirigentes da FIFA (fato já comprovado publicamente em investigações na Suíça, sede da entidade).

- Da garantia de lucro aos patrocinadores do megaevento a partir do direcionamento de políticas de favorecimento pelo Estado;
- A consequente inclusão seletiva onde os espaços para os trabalhadores/ambulantes, chamados de camelos, abrangeu um número mínimo, e reforçou a perseguição policial de muitos outros, culminando em fatos trágicos (como mortes de trabalhadores pela Polícia Militar);
- Outro fato antigo e estrutural no contexto de algumas cidades, foi a exploração sexual que apesar de muitos programas e leis, que ficam valendo somente no papel, acabou sendo reforçada pela mídia corporativa e monopolista em comerciais e programação diária.

“A essas prioridades sociais, empreendeu-se um conjunto de iniciativas que não foram submetidas ao debate público, debilitando a participação e a representatividade da sociedade civil nos processos decisórios e de controle social” segundo afirmam Sanchez, Bienenstein e Mascarenhas (2011,p. 291).

Nesse sentido, alguns estudos foram desenvolvidos sobretudo a luz da experiência brasileira, e destacamos três deles, pela perspectiva crítica empenhada por seus autores.

Gilmar Mascarenhas, Glauco Bienenstein e Fernanda Sanchez (2011), organizaram o livro *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*, onde apresentam o atual ideário e as práticas que parecem configurar um modelo de modernização urbana por meio dos megaeventos esportivos.

Na sequência, Fernanda Sanchez, Glauco Bienenstein, Fabricio Leal de Oliveira e Pedro Novais (2014) lançaram *A Copa do Mundo e as cidades – políticas, projetos e resistências*, que a partir dos efeitos urbanos dos projetos vinculados a realização da Copa do Mundo 2014, trata da relação entre projetos políticos e sua concreção nas cidades que tem adotado os megaeventos como estratégia de desenvolvimento.

E, Nelma Oliveira (2015), em seu estudo *O poder dos jogos e os jogos de poder – interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo*, que busca, sob a égide dos ideais universalistas do Olimpismo, da paixão pelo

esporte e do desenvolvimento e da inserção das cidades no mercado global, esclarecer as relações de poder desenvolvidas em meio a produção do espetáculo esportivo e da cidade, realizando como estudo de caso um levantamento das normatizações até 2012 que repercutiram na cidade do Rio de Janeiro para as Olimpíadas 2016 e a Copa do Mundo. Destacamos seu estudo por compartilhar em muitos pontos da visão que empenhamos nessa pesquisa e também por servir de suporte teórico na abordagem sobre tais megaeventos e as discussões que trazemos na escala nacional/global, embora a autora tenha se fixado na escala municipal/global.

No entendimento de Oliveira (2015), ao considerarmos o Brasil, há outras respostas que podem explicar o processo complexo de articulação de forças conjunturais e de sujeitos individuais e coletivos, que tem diferentes interesses através de várias combinações escalares, para atração dos megaeventos como política de desenvolvimento. Nessa mobilização para articulação de forças conjunturais destacam-se as grandes empresas, com interesses locais e localizados no território nacional, especialmente aquelas vinculadas à indústria da construção civil, ao capital imobiliário, ao turismo e as consultorias e projetos. Nesse sentido, que a análise do setor de turismo encontra lugar nessa pesquisa.

Assim, a regulação no território foi ocorrendo de variadas formas e meios perante a sociedade para atender as exigências do megaevento Copa do Mundo FIFA 2014, com a realização de fortes investimentos públicos e privados que se fizeram necessários. A fim de garantir a realização do megaevento e para assegurar que tudo se desse de acordo com as expectativas, foi estabelecido um conjunto de normatizações entre a FIFA e os órgãos máximos de coordenação e administração do país, de todas as esferas (federal, estadual, municipal e distrital), assim como entre eles mesmos. Cada uma das normas definiu as obrigações e o que competia a cada uma das partes envolvidas, com regras, atribuições, competências e responsabilidades, inclusive encargos financeiros mediante o descumprimento de regras.

3.2 Copa do Mundo e turismo no Brasil – que relação é esta

Em maio de **2009**, houve a escolha das 12 cidades-sede⁶⁰ para realização dos jogos distribuídas geograficamente no país da seguinte forma: região norte: Manaus; região nordeste: Natal (RN), Recife (PE), Fortaleza (CE) e Salvador (BA); região centro-oeste: Brasília (DF), e Cuiabá (MT); região sudeste: Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP); região sul: Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS). Essa definição desencadeou processos de desenvolvimento estratégico no que tange a essas cidades de acordo com as políticas estabelecidas para seus territórios.

A escolha seguiu, teoricamente, critérios técnicos, a partir das visitas feitas por especialistas da FIFA e dos projetos entregues pelas cidades, onde segurança pública e opções de lazer também foram consideradas. Assim, parece ter havido um interesse regional para sediar o evento, o que indica uma percepção de ganhos econômicos para as cidades-sede conforme aborda Domingues [et.al.] (2010).

Já Sanchez, Bienenstein e Mascarenhas (2011) observaram que parte de alguns estados e municípios criaram fundos específicos, sinalizando a viabilidade de sua candidatura para a Copa. Logo, frente as carências históricas de cada cidade envolvida não houve atenção às prioridades locais, fazendo com que muitas praticas ordenadoras do espaço urbano como remoções ou agressões ambientais ocorressem.

Outro ponto a se destacar, considerando a exposição da **Figura 12**, diz respeito às cidades escolhidas como sedes das cerimônias de abertura e de encerramento da Copa do Mundo, as quais têm uma importância global e semelhanças, como é o caso da cidade de São Paulo, escolhida para abertura da Copa 2014 . Isso diz respeito as estratégias territoriais para que tais cidades adquirissem maior visibilidade no cenário nacional, tendo São Paulo e Rio de Janeiro a reafirmação de sua centralidade na rede urbana nacional.

São Paulo é o principal polo econômico, com uma população de 11,22 milhões (IBGE, 2014) e principal mercado consumidor do país. É a décima cidade mais rica do mundo, respondendo por cerca de 12% do PIB do Brasil e 35% do PIB

⁶⁰ Além das 12 cidades escolhidas, participaram da disputa: Rio Branco (AC), Belém (PA), Maceió (AL), Goiânia (GO), Florianópolis (SC) e Campo Grande (MS).

do Estado de São Paulo. Possui 200 mil estrangeiros que vivem na cidade, que tem uma das maiores diversidades populacionais do mundo. O município possui mais restaurantes do que cidades como Paris e Londres, que servem 52 tipos de cozinhas, além dos cerca de 15 mil bares espalhados pela cidade, e 53% dos executivos das multinacionais instaladas no Brasil estão em São Paulo, que constitui a maior concentração de tomadores de decisão e formadores de opinião da América do Sul. Desse modo, São Paulo não pôde prescindir de sediar um evento do porte da Copa do Mundo, incluindo a sua cerimônia de abertura.

Figura 12: Cidades-sede de abertura de Copas do Mundo

Fonte: Relatório Final Accenture (2015).

A escolha das cidades-sede convergia para o movimento político do país em direção a um reordenamento territorial nessas cidades por ocasião em que propôs um conjunto articulado de estratégias que funcionaram como poderosos elementos de *marketing* urbano na disputa para sediar o megaevento e como instrumento político de adesão social no plano interno, haja vista os programas e projetos lançados pelos governos federal e dos estados, como o ProCopaTurismo e o Pronatec.

A região Nordeste foi a mais contemplada, com quatro sedes. Na região Norte, com escassa tradição no futebol, revelou-se a intenção de mostrar uma região

incorporada ao projeto de desenvolvimento nacional dito sustentável. O caso do Rio de Janeiro expressa a continuidade de uma lógica de distribuição de equipamentos e instalações aplicada aos Jogos do Pan-2007, pela concentração de obras na Barra da Tijuca, não por acaso, uma das áreas mais valorizadas da capital carioca (MASCARENHAS, BIENENSTEIN, SANCHEZ, 2011).

A disputa entre as cidades a sediar os jogos foi aproveitada por algumas administrações urbanas como uma oportunidade para maior visibilidade no cenário nacional e internacional (MASCARENHAS, BIENENSTEIN, SANCHEZ, 2011). Ao mesmo tempo, projetava-se a atividade turística como estratégia do governo brasileiro afim de aumentar o fluxo de visitantes. Nesse sentido, a Política Nacional de Turismo – PNT (reforçada em Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008), assim como os planos regionais para o turismo de diversas cidades brasileiras foram adequados e revistos, tendo por objetivo a sua inserção no rol de destinos turísticos consolidados, caso de Belo Horizonte com o Programa Social Destinos Turísticos Estratégicos – Estruturação, Desenvolvimento e Promoção do Turismo.

Exaltando o caráter nacional de tais políticas públicas e a conjuntura política associada nesse interim, tem-se aí uma forma de ordenamento territorial expressando-se ao falar do que foi proposto em muitos planos/projetos e programas de governo para o setor de turismo no país. Muitas vezes, a criação de planos, projetos, e programas, entre outros instrumentos, vem ao encontro de amplos objetivos, conforme aborda Cruz (2006, p. 338) que

ingressar no competitivo rol dos destinos turísticos nacionais e internacionais não é objetivo fácil de ser alcançado. Tornar-se um destino turístico nacional e internacionalmente conhecido é resultado de um feixe de ações e políticas, fatores endógenos e exógenos cujo comando, no mais das vezes, não pertence ao lugar receptor. Ao contrário, a hegemonia dos mais importantes pólos emissores do País e do mundo se pode fazer sentir sobre muitos dos destinos turísticos do mundo e do País.

As cidades-sede fazem parte dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, os quais são o foco da atuação do Ministério do Turismo (MTUR) do país desde **2007** de acordo com a **Figura 13**. Esses destinos foram selecionados de acordo com suas características e potencialidades no escopo de seus programas de políticas públicas e desenvolvimento do turismo (BRASIL, 2010).

Figura 13: Mapa dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional

Fonte: Ministério do Turismo (2019).

A maior parte dos municípios considerados indutores do turismo no Brasil se concentra-se na faixa litorânea, o que juntamente com fatores históricos de desenvolvimento do país dá sentido a importância da concentração do capital em localizações selecionadas.

A diferença entre essas cidades selecionadas e outras, é que nelas há uma concentração de equipamentos (hotéis, restaurantes, vias de acesso, etc) espacialmente necessários ao desenvolvimento do turismo. O grau de urbanização, no entanto, é variado entre elas.

Orquestradamente, em **2008**, tivemos a Lei Geral do turismo (Lei Nº 11.771 - como já mencionada no capítulo 1), que trouxe definições para os setores incluídos no rol de atividades do turismo. No que condiz a selecionar determinado equipamento/atrativo turístico com vias ao seu desenvolvimento, a hotelaria ganha destaque principalmente pelo poderio econômico das grandes redes hoteleiras mundiais (no **Apêndice A** – encontram-se informações sobre a regulação dos meios de hospedagem no Brasil).

Em relação às cidades-sede, pode-se dizer que aquelas localizadas na região litorânea acabaram sendo mais beneficiadas em relação ao desenvolvimento do turismo pela sua urbanização historicamente favorecida. Em fins da década de 90, Cruz (1998, p. 38) refletiu sobre essa questão relativa a região nordeste do país: “[...] a participação do turismo na produção do espaço urbano brasileiro está restrita à faixa litorânea – onde o turismo acontece de forma mais intensa e, conseqüentemente, mais significativa para esse processo.” E ao longo do seu desenvolvimento, a autora complementa que nesse século “os atrativos “sol-praia” desempenham um papel importante na definição das geografias do turismo internacional no Brasil” (CRUZ, 2018, p. 6) justamente por atraírem uma seleta hotelaria, entre as grandes redes hoteleiras internacionais para os principais destinos turísticos que se localizam na região Nordeste do país.

No ano de **2009**, o Ministério do Turismo gerou o documento “Proposta Estratégica de Organização Turística da Copa do Mundo de Futebol 2014”, que propunha a estruturação de um modelo de ações para investimento e integração para as cidades-sede dos jogos, com foco nas propostas para o desenvolvimento turístico regional, envolvendo as áreas de infraestrutura, integração regional, *marketing*, qualificação, serviços e sustentabilidade geral do turismo (BRASIL, 2014c). De acordo com esse documento, o turismo é parte integrante deste

contexto, uma vez que é de responsabilidade do setor receber e cuidar dos visitantes e espectadores, em âmbitos nacional e internacional, que se interessam pelo evento. Os investimentos em infraestrutura turística e serviços visaram ao atendimento aos visitantes do evento e à promoção de uma imagem positiva do país, e à criação de bases sustentáveis para o aproveitamento do legado deixado pelo evento. Assim, os atrativos turísticos das cidades-sede tiveram um papel estratégico, considerando o poder de influência para a permanência dos espectadores dos jogos, motivando-os a permanecer mais tempo nas cidades.

Houve uma expectativa de que a Copa de 2014 fosse a Copa da Família, com viagens de maior duração e em grupos maiores (famílias e/ou amigos) com o período médio de estadia entre 10 e 15 dias. Em uma pesquisa realizada, em 2009, pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, a pedido do MTUR, estimou-se que 5,9 milhões de estrangeiros deveriam visitar o Brasil entre os anos de 2009 e 2014, sendo que, durante a realização do torneio, 500 mil turistas estrangeiros seriam esperados, devendo permanecer no país, em média, 15 dias, gastando aproximadamente dez mil reais, totalizando uma receita de 6,27 bilhões de reais, além dos 3 milhões de brasileiros que deveriam circular pelo país durante o mundial.

Além dos atrativos das cidades que de alguma forma já fomentam o fluxo de turistas, há que se dispor ao turista uma oferta de serviços para tornar o lugar mais atrativo à visitação. Com isso, o *trade*⁶¹ turístico das cidades-sede deveria estar organizado e alinhado aos objetivos do megaevento.

O Ministério do Esporte instituiu a Portaria N° 205/2012, que lista desde as cidades-sede até aquelas que poderiam apoiar a realização do megaevento acolhendo instalações necessárias ao evento. No seu anexo, constam as 12 arenas de recebimento dos jogos do Mundial e são listados os 54 Centros de Treinamento de Seleções (CTS) incluídos no catálogo da FIFA⁶², distribuídos regionalmente pelos estados brasileiros. Tendo essa norma de sustentação, os requisitos legais exigidos pela FIFA são rigorosamente cobrados pela entidade. Logo, problemas estruturais presentes nessas cidades vieram à tona, exigindo que diversas ações fossem tomadas.

⁶¹ De acordo com a EMBRATUR (2004), considera-se *Trade* Turístico as “organizações privadas e governamentais atuantes no segmento de turismo de eventos como os hotéis, agências de viagens especializadas em congressos, transportadoras aéreas, marítimas e terrestres, além de promotores de feiras, montadoras e serviços auxiliares – tradução simultânea, decoração, equipamentos de áudio visuais, etc”.

⁶² No **Anexo B** estão listados esses requisitos.

Considerando a viabilidade da realização da Copa no Brasil e a sua projeção internacional “positiva” até então pensada, pode-se considerar que as contribuições no sentido de planejamento e observâncias de realidades locais das cidades-sede ficaram aquém do que poderia ser esperado, dada a dimensão política exercida pelo megaevento.

Em vista da realização da Copa, muitas preocupações e conflitos apareceram, como: o estado físico das infraestruturas e equipamentos urbanos das cidades-sede; a forma de burocracia dos financiamentos e dos projetos de geração e transmissão de energia; a violência urbana; e o atraso e altos custos agregado as obras dos estádios de futebol. Para as cidades-sede, pode-se falar ainda da (in)sustentabilidade do turismo com altos preços praticados pela hotelaria e passagens aéreas e dos problemas de atendimento, circulação/mobilidade urbana, acessibilidade para deficientes nos aeroportos e em lugares públicos; a diminuição das companhias aéreas em atividade; a situação das rodoviárias; a qualidade dos transportes, telecomunicações e tecnologia; o caos na saúde pública e saneamento; e a frágil segurança coletiva do país.

Apesar desses problemas, o país carrega em sua identidade um discurso muito forte e arraigado e trabalhado intensamente pela mídia de que “o Brasil é o país do futebol”. Com isso, a Copa do Mundo, e por sua vez as políticas adotadas, criaram um contexto onde as obras e demais projetos que estivessem engavetados pudessem acontecer nas cidades-sede, permitindo-se aí, muitas vezes, violações de direitos, justamente pela supressão de aspectos básicos da vida, sendo formado um verdadeiro estado de exceção em nome do sucesso do megaevento.

Segundo Uchoas (2012) os megaeventos tornaram-se, há cerca de duas décadas, mais que competições esportivas, articulando interesses de diversos setores econômicos, e no caso do Brasil, primeiramente a Copa do Mundo, “redesenhou” as doze (12) cidades-sede. E para evidenciar essa afirmação mostra consequências negativas a respeito dessa celebração que incluem:

remoções forçadas, indenizações injustas, falta de transparência e de participação popular, desrespeito a leis trabalhistas, legislação de exceção, elitização do espaço urbano, ameaças ambientais, indícios de corrupção e superfaturamento, repressão a ambulantes e à população em situação de rua, maquiagem de favelas, truculência policial, remapeamento imobiliário, e endividamento (UCHOAS, 2012, p. 10).

As consequências “negativas” foram compiladas⁶³ e expostas à sociedade brasileira, evidenciando que, na medida em que houver interesse por parte de agentes hegemônicos da política e da economia, novas determinações recairão sobre o território, resultando, por vezes, em um regime de emergência na “cidade de exceção”, como observa Vainer (2011).

Relevante nesse ponto também observar que para a viabilização de muitas obras, sem o devido debate com a sociedade e, por exemplo, com a promoção de despejos forçados para elitização do espaço urbano, essas cidades transformaram-se nas cidades de exceção, ou seja, sob uma nova legislação, na contramão de conquistas históricas a partir de seus Planos Diretores ou do Estatuto das Cidades (VAINER, 2011).

A partir das exigências da FIFA, pelos acordos estabelecidos com o país, as cidades-sede se comprometeram legalmente com a entidade, no sentido de organizar e deixar a “cidade pronta” a receber o megaevento. Esse comprometimento foi feito a partir de normatizações (contratos, decretos, leis, entre outros), que acabaram por desencadear processos que desenvolvessem ações para esse objetivo conforme pode ser observado no **Quadro 13** a seguir. As leis, planos, projetos e programas são a materialização das políticas públicas no território, as quais preveem ações específicas para trabalhar o tema de interesse público, bem como a forma de gestão e monitoramento.

Com isso, as cidades-sede se viram obrigadas em tempo real e acelerado, considerando a necessidade de competitividade atrelada à política produzida por esses agentes hegemônicos do processo, a verificar o que legitimamente não estava de acordo com tais normas e adequá-las para o tempo e espaço de realização do megaevento.

A deliberação de atuar sobre o território nacional na Copa do Mundo vem refletir na prática as desigualdades territoriais, na medida que não são feitas ações para o território como um todo, mas sim em micro parcelas, que a gosto da globalização escolheu, dentre 18 cidades concorrentes, as 12 cidades-sede estrategicamente localizadas no território nacional. A “mão invisível” que comanda essas escolhas fica a cargo do Estado Nacional, que via de regra, aceitando os

⁶³ A partir do documento “Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil”, elaborado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. (DOSSIE, 2013).

comandos externos viabiliza todo o aparato físico-jurídico-institucional imobilizando capitais sociais e infra-estruturais. A atividade turística, nesse processo, deteve ações prioritárias nas cidades-sede, considerando-se o discurso da imagem turística do Brasil “País do Futebol”, da sua relevância econômica e do seu poder de dinamização no espaço.

Com o objetivo de atender ao fluxo turístico internacional e nacional, foi proposta a criação e/ou readequação de atrativos turísticos em cada cidade-sede, o que permitiria a adoção de medidas para melhorar a recepção aos turistas, entre as ações previstas estavam a melhoria da infraestrutura dos hotéis e dos centros de atendimento aos turistas levando em conta projetos que incluíssem a sustentabilidade ambiental, as quais integraram o Programa BNDES ProCopa Turismo (PORTALTRANSPARÊNCIA, 2016).

No eixo de investimentos destacou-se o de Desenvolvimento Turístico do Governo Federal e as ações que foram previstas para cada uma das cidades-sede.

Desse modo, realçamos as ações do turismo que integraram as infraestruturas de suporte e serviços, abrangendo:

- Intervenções nas 12 cidades-sedes: relativas a construção, reforma e ampliação dos Centros de Atendimento ao Turista; execução de obras de adequação para acessibilidade nos atrativos turísticos; implantação ou complementação de sinalização turística urbana e rodoviária;
- Qualificação profissional: a cargo do programa PRONATEC de pessoal de receptivo e serviços turísticos; e,
- Estímulo a expansão da oferta hoteleira atual: com mapeamento e classificação da oferta hoteleira e financiamento ProCopa Turismo para sua modernização e ampliação.

De acordo com o Portal da Transparência (2016) apresentamos a seguir as referidas ações no **Quadro 13**:

Quadro 13: Ações que foram previstas pelo Eixo de Investimentos de Desenvolvimento Turístico do Governo Federal nas Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014

1) Porto Alegre: Capital do Estado do Rio Grande do Sul (RS), região sul do país, fundada em

1772, hoje tem cerca de 1,4 milhão de habitantes. As quatro (4) ações foram pactuadas entre o Governo Federal, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Sport Club Internacional, tendo o objetivo de preparar a cidade para a realização da Copa das Confederações em 2013 e a Copa Mundial em 2014.

Meios de Hospedagem

Implantação de hotel de padrão budget em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Infraestrutura Turística

Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT) – Porto Alegre – Gov. Estadual

Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT) – Porto Alegre – Gov. Municipal

Sinalização Turística nos atrativos turísticos – Porto Alegre

- 2) **Curitiba:** Capital do Estado do Paraná (PR), também na região sul do país, fundada em 1693, hoje tem cerca de 1,8 milhão de habitantes, é o núcleo central de uma região metropolitana formada por 26 municípios. As três (3) ações pactuadas entre o Governo Federal, o Governo do Estado do Paraná, a Prefeitura de Curitiba e o Clube Atlético Paranaense objetivaram preparar a cidade e o estádio, de propriedade do clube, para realização da Copa das Confederações em 2013 e a Copa Mundial em 2014.

Infraestrutura Turística

Acessibilidade nos atrativos turísticos – Curitiba

Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT) – Curitiba

Sinalização Turística nos atrativos turísticos – Curitiba

- 3) **São Paulo:** Capital do Estado de São Paulo (SP), mais populoso do país na região sudeste, situada a uma altitude de 860 metros, no planalto de Piratininga, fundada em 1554, hoje tem cerca de 11 milhões de habitantes. Com o objetivo de preparar a cidade para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, foram pactuadas quatro (4) ações entre o Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de São Paulo.

Meios de Hospedagem

Implantação de hotel em Aparecida

Infraestrutura Turística

Acessibilidade nos atrativos turísticos – São Paulo

Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT) – São Paulo

Sinalização Turística nos atrativos turísticos – São Paulo

- 4) **Rio de Janeiro:** Capital do Estado do Rio de Janeiro (RJ), na região sudeste do país, foi a segunda capital na história do Brasil. Fundada em 1565, hoje tem cerca de 6,2 milhões de habitantes. Com o objetivo de preparar a cidade para realização da Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo de Futebol em 2014, foram pactuadas onze (11) ações entre o Governo Federal, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Meios de Hospedagem

Construção de Hotel da Rede Hyatt na Barra da Tijuca

Construção do Hotel Grand Mercure

Construção Hotel Hilton Barra

Implantação de hotel de padrão upscale, na Barra da Tijuca – RJ.

Implantação de hotel no bairro do Leme, Município do Rio de Janeiro – RJ.

Implantação de um hotel de padrão econômico localizado no Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim (Galeão), no Rio de Janeiro (RJ).

Implantação do Hotel Ibis Botafogo	
Implantação do Hotel Ibis Copacabana	
Revitalização do Hotel Glória	
Infraestrutura Turística	
Implantação, Reforma e Adequação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT) – Rio de Janeiro	
Sinalização Turística nos atrativos turísticos – Rio de Janeiro	
<p>5) Belo Horizonte: Capital do Estado de Minas Gerais (MG), na região sudeste do país, fundada em 1897, foi a primeira cidade planejada do país. Hoje tem cerca de 2,4 milhões de habitantes, possui amplas avenidas, ruas arborizadas e traços arquitetônicos peculiares. Com o objetivo de preparar a cidade para a realização da Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo de Futebol em 2014, foram pactuadas cinco (5) ações entre o Governo Federal, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte. A cidade regulamentou o Programa Social Destinos Turísticos Estratégicos – Estruturação, Desenvolvimento e Promoção do Turismo (previsto no item XX do anexo da Lei Nº 18.692, de 30 de Dezembro de 2009).</p>	
Infraestrutura Turística	
Acessibilidade nos Atrativos Turísticos – Belo Horizonte	
Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT) – Belo Horizonte – Governo Estadual	
Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT) – Belo Horizonte – Governo Municipal	
Sinalização Turística nos atrativos turísticos – Belo Horizonte – Gov Estadual	
Sinalização Turística nos atrativos turísticos – Belo Horizonte – Governo Municipal	
<p>6) Cuiabá: Capital do Estado de Mato Grosso (MT), na região centro-oeste do país, na região do Pantanal. Fundada em 1719, hoje tem cerca de 550 mil habitantes. Com o objetivo de preparar o município para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, foram pactuadas três (3) ações entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Mato Grosso.</p>	
Infraestrutura Turística	
Acessibilidade nos atrativos turísticos – Cuiabá	
Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT) – Cuiabá	
Sinalização Turística nos atrativos turísticos – Cuiabá	
<p>7) Brasília: Capital do Distrito Federal (DF), projetada para ser a Capital Federal do Brasil, sendo fundada em 1960 e formada por migrantes de todas as regiões do país. Hoje tem cerca de 2,6 milhões de habitantes. Com o objetivo de preparar a cidade e o estádio para a realização da Copa das Confederações em 2013 e a Copa Mundial em 2014, foram pactuadas duas (2) ações entre o Governo Federal e o Governo do DF.</p>	
Infraestrutura Turística	
Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT) – Brasília	
Sinalização Turística nos atrativos turísticos – Brasília	
<p>8) Manaus: Capital do Estado do Amazonas (AM), na região norte do país, sendo o portão de entrada da Região Amazônica no encontro do Rio Negro com o Rio Solimões. Fundada em 1848, hoje tem cerca de 1,7 milhões de habitantes. Com o objetivo de preparar a cidade para a realização da Copa das Confederações em 2013 e a Copa Mundial em 2014, foram pactuadas duas (2) ações entre o Governo Federal, o Governo do Estado do Amazonas e a Prefeitura de Manaus.</p>	
Infraestrutura Turística	
Acessibilidade nos atrativos turísticos – Manaus	

Sinalização Turística nos atrativos turísticos – Manaus

- 9) **Fortaleza:** Capital do Estado do Ceará (CE), na região nordeste do país, desenvolveu-se às margens do Riacho Pajeú. Fundada em 1726, hoje tem de cerca de 2,5 milhões de habitantes. Com o objetivo de preparar a cidade para realização da Copa das Confederações em 2013 e a Copa Mundial em 2014, foram pactuadas oito (8) ações entre o Governo Federal, o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Meios de Hospedagem

Ampliação do empreendimento hoteleiro Chalés Jangadas da Caponga prevendo ampliação de 24 para 45 UH's, localizado em Cascavel-CE

Ampliação e Modernização da Pousada 031 com a construção de mais 06 apartamentos, totalizando 15 UH's, localizado no município de Caucaia – Fortaleza/CE.

Implantação da empresa Dunas da Taíba Pousada e Eventos Ltda – Pousada Dunas da Taíba, localizada em São Gonçalo do Amarante – Fortaleza/CE.

Implantação da Parajuru Empreendimentos Turísticos Hoteleiros Ltda – Holiday Inn Parajuru Resort com 122 UH.

Implantação do Hotel Porto Belo com 14 UH's, localizado no município de Aquiraz – Fortaleza/CE.

Implantação do Magna Diniz Hotel e Turismo Ltda – Beach Premium Hotel , categoria 4 estrelas, com 270 UH's, localizado na Praia do Futuro em Fortaleza/CE.

Modernização e readequação do Hotel Oceani Resort, localizado no Porto das Dunas, no município de Aquiraz-Fortaleza/CE e contempla a reforma de 44 UH's.

Infraestrutura Turística

Acessibilidade nos atrativos turísticos – Fortaleza

- 10) **Natal:** Capital do Estado do Rio Grande do Norte (RN), região do extremo nordeste do país, desenvolveu-se às margens do rio Potengi, com a construção do Forte dos Reis Magos. Fundada em 1599, hoje tem cerca de 806 mil habitantes. Para a realização da Copa das Confederações em 2013 e a Copa Mundial em 2014, foram pactuadas oito (8) ações entre o Governo Federal, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e a Prefeitura de Natal.

Meios de Hospedagem

Ampliação e modernização de hotel – Visual Praia Hotel – com o incremento de 54 UH's, em Natal-RN

Implantação de uma unidade hoteleira denominada Arena View Empreendimentos Turísticos Ltda, com 216 UH's, localizado em Natal/RN.

Implantação do Hotel Villa Park, classificação 3 estrelas, com 88 UH's na cidade de Natal-RN.

Implantação do Hotel Fortte dos Reis, padrão 5 estrelas, com 105 UH's, localizado na Praia de Ponta Negra, município de Natal/RN.

Implantação do Hotel Ibis Natal

Infraestrutura Turística

Acessibilidade nos atrativos turísticos – Natal

Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT) – Natal

Sinalização Turística nos atrativos turísticos – Natal

- 11) **Recife:** Capital do Estado de Pernambuco (PE), região nordeste do país, está situada sobre uma planície constituída por ilhas, penínsulas, alagados e manguezais envolvidos por cinco rios: Beberibe, Capibaribe, Tejió e braços do Jaboatão e do Pirapama. Fundada em 1537, hoje tem cerca de 1,5 milhão de habitantes. Para realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, foram pactuadas dezoito (18) ações entre o Governo Federal, o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura de Recife.

Meios de Hospedagem

Ampliação da empresa Aymara Hotel Fazenda Ltda, com características de hotel fazenda, com 56 UH's localizado na cidade do Cabo de Santo Agostinho-PE.
Ampliação da estrutura física do ENOTEL, localizado em Ipojuca-PE, construindo mais 406 UH's projetando um total de 754 UH's.
Ampliação do Hotel Nannai Beach Resort, com a instalação de mais 21 UH's, localizado no município de Ipojuca – Recife/PE
Ampliação e modernização da Pousada Recanto do Lobo – Rudiberto Zini, com 48 UH's, localizada em Ipojuca, município de Recife/PE.
Ampliação e modernização da Pousada Refúgio do Rio Bonito, com a construção de mais 16 apartamentos, totalizando 21 UH's,
Ampliação e modernização do Mar Hotel Recife, do Hotel Atlante Plaza e do Summerville Beach Resort
Implantação da Pousada Aconchego, com 32 UH's, localizada em área litorânea no município de Tamandaré-Recife/PE.
Implantação de uma pousada no município de BONITO – PE
Implantação do empreendimento hoteleiro Hotel Enseada de Boa Viagem com 64 Uhs, localizado em Recife-PE
Implantação do empreendimento hoteleiro HOTEL FIT com 47 UH's, em Recife-PE
Implantação do Hotel Canariu's de Gravatá com 216 UH's localizado em Gravatá-Recife/PE.
Implantação do Hotel Casabela, com 42 UH's, em Recife-PE.
Implantação do Sheraton Reserva do Paiva Hotel, com 298 UH's, em Cabo de Sto.Agostinho-PE.
Modernização das instalações dos empreendimentos conduzidos por Paulista Praia Hotel.
Modernização do Hotel Henrique Dias, em Recife-PE.
Infraestrutura Turística
Acessibilidade nos atrativos turísticos – Recife
Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento aos Turistas (CAT) – Recife
Sinalização Turística nos atrativos turísticos – Recife

- 12) **Salvador:** Capital do Estado da Bahia (BA), na região nordeste do Brasil e foi a primeira capital do Brasil. Fundada em 1549, hoje tem cerca de 3 milhões de habitantes. Com o objetivo de preparar a cidade para a realização da Copa das Confederações em 2013 e a Copa Mundial em 2014, foram pactuadas dezoito (18) ações entre o Governo Federal, o Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador.

Meios de Hospedagem

Ampliação da Pousada Agua Viva, localizada em Morro de São Paulo-Salvador/BA
Ampliação da Ecopousada Rosa dos Ventos Ltda dotando a unidade de mais 12 UH's, totalizando 18 UH's, localizada no município de Mata de São João – Salvador/BA.
Ampliação e modernização do Hotel Albergue Morro de São Paulo, com 90 UH's, localizado na cidade de Cairu/Salvador-BA
Implantação – Construção de um hotel em Lauro de Freitas, com nome de fantasia “Mais Hotel” comporta por 155 UH's.
Implantação – Construção de um prédio anexo para ampliação do Hotel Malibu, localizado em Lauro de Freitas-BA, que contará com mais 45 UH's, totalizando 101 UH's.
Implantação do Albergue Rio Vermelho com 34 leitos, localizado em Salvador-BA
Implantação de Albergue – Hotel Rio Vermelho localizado em Salvador/BA.
Implantação de empreendimento hoteleiro com nome de fantasia Hotel Matiz, localizado em Salvador-BA, com 304 UH's.
Implantação do empreendimento Viver Bahia Pousada, com 10 UH's localizada em Salvador/BA.
Implantação do Hotel Aquarena Suites, com 48 UH's, em Salvador-BA
Implantação do Hotel Sotero
Implantação do Sheraton da Bahia Hotel, padrão 5 estrelas, com 286 UH's, localizado em Salvador/BA
Modernização das instalações do Barra Turismo Hotel, para completa reformulação das 60

UH's e ampliação de sua capacidade para 65 UH's, localizado no Porto da Barra em Salvador-BA.
Modernização do Hotel Monte Pascoal, com 83 UH's, padrão 4 estrelas, localizado nem Salvador/BA.
Modernização do Mar Brasil Hotel Ltda, com 66 UH's localizado em Salvador/BA.
Reforma e ampliação de edificação hoteleira denominada "Pousada Casa de Praia", localizada na Praia do Forte no município de Mata de São João – Salvador/Ba, com 21 UH's.
Infraestrutura Turística
Acessibilidade nos atrativos turísticos – Salvador – Gov. Municipal
Sinalização Turística nos atrativos turísticos – Salvador

Fonte: Portal da Transparência (2016).

A partir dessa apresentação, os resultados deram-se pelos 65 Centros de Atendimento ao Turista em operação espalhados pelas 12 cidades-sede, funcionando geralmente das 6h às 22h; pela ampliação da informação sobre os destinos turísticos (com mapas e guias bilíngues, aplicativos, programação de jogos); sinalização nos principais pontos turísticos das cidades-sede e sinalização bilíngue nos principais pontos de entrada como aeroportos e rodovias; e pela renovação de estruturas de acessibilidade nos principais pontos turísticos das cidades-sede. Conforme o planejamento e ações dos agentes responsáveis pelo megaevento, teve-se um modelo inédito de governança em nível nacional, estadual, municipal, assim como na iniciativa privada, sendo realizadas 42 oficinas de elaboração dos planos operacionais nas 12 cidades-sede, que envolveram 29 órgãos do Governo Federal, 90 órgãos públicos locais e 2.200 gestores do país (BRASIL, 2016).

Considerando tais ações buscamos analisar especificamente a hotelaria implantada no país a partir da inserção no Programa ProCopa Turismo. E saber se realmente tal programa de governo foi um estímulo a expansão do turismo no território nacional.

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2016), relatou que entre turistas internacionais que vieram ao país para a Copa: 58,5% visitaram o Brasil pela primeira vez; 90,2 % tiveram a Copa como o principal motivo da viagem; 83% consideraram que o Brasil atendeu plenamente ou superou suas expectativas; 95% tem intenção de retornar ao país; e tiveram permanência média de 15,7 dias .

De acordo com o 6º Balanço (final) para as ações da Copa do Mundo FIFA 2014, de dezembro de 2014, (Ministério do Esporte, 2016), o país recebeu mais de 1 milhão de turistas de 202 países, sendo mais de 3 milhões de turistas brasileiros. Além disso, foram envolvidos 20.000 profissionais de comunicação cobrindo o

megaevento, e número de passageiros nos 21 principais aeroportos do país de 10 de junho a 15 de julho de 2014 foi 17,8 milhões, superando o índice de atrasos abaixo da média mundial, sendo que mais de 700 mil turistas estrangeiros entraram no Brasil apenas em junho de 2014 (volume é 132% superior ao mesmo mês de 2013).

No entanto, de modo geral, a falta de observância das realidades locais onde esses megaeventos vêm se realizando traz como consequência problemas e impactos e no caso do Brasil, não foi diferente. Nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014, apesar de diversos esforços para evidenciar o que se almejou como projeção positiva para o país, as cidades tiveram um cenário que não correspondeu às expectativas da sociedade. A forma política do Estado brasileiro, cujo poder de decisão nesse sentido foi hegemônico, acolheu e criou novas normatizações, que na prática (mesmo com uma série de ações dos Ministérios Federais, entre eles do Turismo e do Esporte) deram-se por meio de conflitos, para que se fizessem cumprir acordos e negociações necessárias em tais cidades.

A partir disso, buscamos desvendar os caminhos do setor turístico no país e seus significados considerando tantas contradições no processo de sua realização. Para esse intento, analisaremos como se deu um dos principais programas de governo ligados diretamente ao turismo nas cidades-sede.

3.3 Programa ProCopa Turismo – desdobramentos sobre o setor de hospedagem

Nesse tópico, os levantamentos iniciais dos dados coletados basearam-se nas informações constantes no Portal da Transparência (2016) analisando-se todos os projetos cadastrados no Programa ProCopa Turismo BNDES. Consideramos sua legitimidade a partir do Decreto n.º 7.034, de 15 de dezembro de 2009, o qual dispõe sobre a divulgação, por meio desse Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, de dados e informações relativos à Copa do Mundo de 2014. Tais projetos, que obtiveram a linha de financiamento, conforme foram objetivos do próprio programa, diziam respeito aos meios de hospedagem com comprometimento ambiental, fosse para construção de novas unidades ou reforma das existentes.

Dessa forma, buscamos qualificar essa demanda hoteleira identificando o objeto contratado, ou seja, a que se destinou especificamente tal financiamento; o empreendimento beneficiário; as redes hoteleiras envolvidas e sua escala de atuação; a classificação dos meios de hospedagem; a classificação dos tipos de serviços; o número de Unidades Habitacionais (UH's); a localização dos empreendimentos, se foi na própria cidade-sede, em qual bairro, ou em cidades próximas – do entorno, e por ultimo, dados da existência de fato dos empreendimentos, com informações virtuais de existência sitio eletrônico e cadastro do CNPJ regular conforme informações do contrato disponíveis no Portal.

Nas especificações do financiamento buscamos identificar: o agente financeiro responsável, entre direto e indireto; o inicio e o fim da vigência dos contratos; os valores cedidos contratados e os liberados; e os percentuais de execução física concluído.

A **Figura 14** a seguir, baseada em informações coletadas no Portal da Transparência (2016), indica o fluxograma e os componentes dos trabalhos realizados para a realização da Copa FIFA 2014:

Figura 14: Estrutura de Informações do Portal da Transparência

Fonte: Portal Transparência (2016). Elaborado pela autora.

Os dados de Execução estavam, em sua maioria, completos, mas aqueles relativos ao Cronograma de realização dos projetos, não foram identificados. Dados

sobre Licitações e Licenças não se teve nada registrado. No item Atualização de Dados constam somente as datas das informações enviadas.

Entre as cidades-sede que fizeram parte do programa incluem-se Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Em São Paulo, pontuamos a cidade de Aparecida do Norte como beneficiária, embora esta não tenha sido uma cidade-sede. Vale lembrar que outras cidades do entorno das cidades-sede aparecem no mapa sobreposto pelo ProCopa Turismo.

Na pesquisa virtual no Portal, ao buscar-se o Eixo Desenvolvimento Turístico, ele se encontrou inserido por Ações Nacionais em cada Cidade-sede, sendo o texto de abertura para as cidades de Salvador, Recife, Natal, Rio de Janeiro e São Paulo (as cidades de Porto Alegre e Fortaleza não continham tal descrição):

O Governo Federal estima que a Copa de 2014 deverá atrair 600 mil visitantes estrangeiros, além dos 3 milhões de brasileiros que deverão circular pelo país durante o mundial, segundo dados do Ministério do Esporte. Com o objetivo de atender bem a essa grande quantidade de pessoas, serão criados atrativos turísticos em cada cidade-sede, o que permitirá a adoção de medidas para melhorar a recepção aos turistas. Entre as ações previstas está a melhoria da infraestrutura dos hotéis. *Os investimentos listados abaixo integram o Programa ProCopa Turismo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), linha de financiamento para investimentos em construção, reforma, ampliação e modernização da rede hoteleira para a Copa 2014.*

Destaca-se o trecho em itálico, segundo o qual todos os projetos integraram o referido programa; assim, para efeitos dessa pesquisa, consideramos as informações expressas pelo Portal. No entanto, ao investigarmos cada projeto separadamente, aqueles em sua maioria localizados na região Nordeste foram financiados pelo Programa FNE-Proatur e FNE-MPE Turismo do BNB.

Com isso, apresentamos o **Mapa 3** com a distribuição espacial dos meios de hospedagem e a sua quantidade nos Estados brasileiros partícipes do megaevento.

Mapa 3: Distribuição espacial dos meios de hospedagem nas cidades-sede do PROCOPA Turismo

Considerando o **Mapa 3**, houve um número total de 56 empreendimentos hoteleiros instalados no país. Desses, 45 (80%) estão localizados na região Nordeste; 10 (18%) no Sudeste e 1 (2%) no Sul. É possível questionar, desse fato, as escolhas realizadas pelos investidores privados, a exemplo, as regiões Norte e Centro-Oeste do país não despertaram interesse mesmo abrigando as cidades-sede de Manaus, Cuiabá e Brasília. Logo, essas escolhas fazem parte de um conjunto de condições atreladas ao exercício do poder regulatório por empresas e pelo poder público presentes em cada uma dessas cidades escolhidas. Como asseveram Santos e Silveira:

O papel de comando, todavia, é reservado às empresas dotadas de maior poder econômico e político, e os pontos do território em que elas se instalam constituem meras bases de operação. [...] submetido a uma lógica que, por intermédio de uma empresa global, acaba sendo uma lógica global. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 291-293).

A partir dos investimentos cedidos com o Programa ProCopa Turismo para as grandes redes hoteleiras internacionais via financiamentos públicos do país, do total de empreendimentos, tivemos seis (6) redes em cinco (5) cidades-sede (consideradas as cidades de entorno) do megaevento, a saber:

- *AccorHotels Worldwide* (Porto Alegre, Rio de Janeiro [3un.], Recife [3un.], Natal)
- *Marriot International/Starwood Hotels & Resorts Worldwide* (Salvador, Recife)
- *Hyatt Hotels & Resorts®* (Rio de Janeiro)
- *Hilton Hotels & Resorts* (Rio de Janeiro)
- *InterContinental Hotels Group®* (Natal)
- *Enotel Hotels & Resorts* (Recife)

No que tange ao número de Unidades Habitacionais (UH's) tivemos um total de 7879 (100%) implementadas: 56% (4437) correspondeu a hotelaria de empresas nacionais e 44% , ou seja, 3442 (UH's), dizem respeito as redes hoteleiras internacionais. Conforme **Figura 16** a seguir :

Figura 15: Número das Unidades Habitacionais fomentadas pelo ProCopa turismo

Fonte: Portal da Transparência, 2016. Tratamento dos dados pela autora

A constatação dessa realidade no mercado hoteleiro no país pode ser atribuída ao fato de que o aumento do turismo deu impulso à expansão das grandes cadeias hoteleiras internacionais. Muitas inovações foram trazidas como o sistema de franquia, o que permite, não só ao turista adentrar as promessas de conforto, mas as operadoras turísticas sua comercialização no mercado global de negócios turísticos. Assim, de acordo com Bezerra (2005), o produto hoteleiro pode ser vendido para essas empresas, que confeccionam os pacotes, comercializados pelas agências de viagens, negociado por outros intermediários, como as empresas de representação de hotéis e transacionado diretamente.

Lembramos que a primeira rede a estabelecer o regime de franquia de sua marca no país foi a *Hilton Hotels Corporation*, em 1965, onde a força da padronização dos serviços oferecidos assegurou a disseminação de técnicas de gerenciamento. O fato de uma rede poder gerenciar distintas marcas destina-se a atender variados segmentos de público e pô-la em prática também implica diversificar os projetos arquitetônicos de construção de hotéis (e por isso diversas tipologias de objetos contratados no programa). Ressaltamos ainda, que o acentuado crescimento das redes hoteleiras permitiu a constituição de novas empresas de capital aberto, tendo à frente, como seus maiores acionistas, as grandes companhias aéreas (BEZERRA, 2005).

Cruz (2018) vem afirmar esse posicionamento ao considerar que a hotelaria diz respeito a um ramo do turismo altamente oligopolizado. Em seu estudo listou as dez maiores redes hoteleiras do Mundo em número de hotéis, o que representa a centralização e concentração ocorrida na hotelaria ao longo, principalmente, do século XX: 1º Wyndham Hotel Group; 2º Choice Hotels International; 3º *Marriot International/Starwood Hotels & Resorts Worldwide*; 4º Jin Jiang International Hotels Group; 5º *InterContinental Hotels Group*; 6º *Hilton Worldwide Holdings*; 7º *Accor Hotels*; 8º Best Western Hotels & Resorts; 9º Home Inns & Hotels Management; e 10º Rezidor Group.

Entre essas redes, quatro (4) delas estão entre as seis partícipes do ProCopa Turismo. Entre suas formas de administração, elas operam hotéis basicamente de três maneiras como: franqueador, gestor e de propriedade/arrendamento. Internacionalmente, a classificação usualmente adotada pelas grandes redes internacionais define quatro categorias de hotéis em função dos serviços e das comodidades oferecidas por suas unidades: *luxury*, *upscale*, *midscale* e *budget*. Com base nelas e no SBClass⁶⁴ faremos nossa análise.

A rede hoteleira *Enotel Hotels & Resorts*⁶⁵, que não está nessa lista, pertence ao Grupo Estêvão Neves, de Portugal, fundado em 1982, ampliado em 1988 e com parceria com o Grupo Sonae, o maior grupo empresarial de Portugal em 1996. Em 2006, com investimentos internacionais, abriu a primeira propriedade no Brasil, o Enotel Convention & Spa Porto de Galinhas (município de Ipojuca/PE⁶⁶). Em 2014, com a ampliação da sua estrutura física (sendo este o objeto contratado no ProCopa Turismo) inaugurou o Enotel Acqua Club Porto de Galinhas, único *resort* com Parque Aquático e sistema *all Inclusive* da região. Esta rede possui apenas uma unidade no país enquadrada na categoria *Resort*, e outras quatro unidades na Ilha da Madeira em Portugal, todas com serviços da categoria *luxury*.

Outra rede hoteleira, a *Hyatt Hotels & Resorts*®⁶⁷ tem exclusivamente quatro (4) unidades no país, em São Paulo, São José do Rio Preto, Macaé e a do **Rio de Janeiro**, cidade-sede em que foi construída por ocasião do Programa, estando localizada na Barra da Tijuca, bairro nobre da capital carioca, sendo inaugurado no pós-copa em março de 2016. Esta rede pertence a companhia multinacional

⁶⁴ Instituído pela **Portaria N°100/2011**, do Ministério do Turismo.

⁶⁵ Dados do sítio eletrônico oficial da rede: <https://www.enotel.com.br/>.

⁶⁶ Porto de Galinhas faz parte dos destinos turísticos oferecidos pelas principais operadoras do país.

⁶⁷ Dados do sítio eletrônico oficial da rede: <https://www.hyatt.com/development/explore-hotels>

americana *Hyatt Hotels Corporation*, fundada em 1957 na cidade de Los Angeles (EUA) que tem a gestão de franquias de hotéis de luxo, *resorts* e propriedades de férias. A unidade implantada classifica-se na categoria *Luxury*. Dados de 2018 confirmam que a rede é proprietária de 1.119 hotéis em 54 países, concentrando grande parte de seus empreendimentos nos EUA, Emirados Árabes e China.

Já a rede *Hilton Hotels & Resorts*⁶⁸ teve como objeto contratado no ProCopa Turismo a construção da unidade na cidade-sede do **Rio de Janeiro**, também localizado na Barra da Tijuca e também inaugurado no pós-copa em abril de 2015. Esta rede passou a ter três (3) unidades no país, com essa, e em São Paulo e Belo Horizonte. No total de sua expansão mundial, a rede possui em torno de 5.700 hotéis espalhados por 113 países abrangendo 17 propriedades de marcas internacionais.

A rede *InterContinental Hotels Group*®⁶⁹ teve a construção de seu hotel na cidade-sede de **Natal/RN**, sendo inaugurado em julho de 2015, no período pós-copa, estando localizado em ponto estratégico da cidade, no bairro de Lagoa Nova. Esta rede possui, segundo dados de maio de 2019, 5.580 hotéis no mundo e tem um portfólio de 16 marcas de hotéis. A marca instalada foi a *Holiday-Inn Natal*, classificada como *budget* - padrão econômico pela rede.

As cidades-sede de **Salvador/BA** e **Recife/PE** receberam por sua vez a rede *Marriot International/Starwood Hotels & Resorts Worldwide*, que, se intitula como uma empresa de hospitalidade global com tradição em seus negócios desde 1927, seu portfólio tem 30 marcas em torno de 7000 hotéis espalhados por 131 países do mundo. Entre suas franquias e marcas administradas, a rede que teve acesso ao ProCopa Turismo, dispôs da implantação de dois meios de hospedagem, Sheraton Reserva do Paiva Hotel & Convention Center⁷⁰, localizado em **Cabo de Santo Agostinho/PE** (a cidade fica no entorno de Recife, mas o site oficial do hotel aponta Recife como sua localização) e Sheraton da Bahia Hotel, em Salvador, inaugurado em 2013 e em funcionamento com esta bandeira até fins de 2017. Em 2018, este empreendimento passou a operar com a bandeira da Wish⁷¹ Hotel da Bahia da GJP

⁶⁸ Dados do site eletrônico oficial da rede: <https://www.hilton.com/en/corporate/>.

⁶⁹ Dados do site eletrônico oficial da rede: <https://development.ihg.com/>

⁷⁰ Site eletrônico oficial: <https://www.marriott.com/hotels/fact-sheet/travel/recsi-sheraton-reserva-do-paiva-hotel-and-convention-center-recife/>

⁷¹ Para consulta: https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/hotelaria/2018/01/antigo-sheraton-da-bahia-passa-a-ser-wish-hotel-da-gjp_152327.html

Hotels & Resorts⁷², mesma empresa que já administrava desde 2013 a propriedade. Com essa mudança, esses empreendimentos se classificam como *Upscale*, padrão de hospedagem pertencente a bandeira Sheraton, que no país dispõe de 6 empreendimentos localizados em Porto Alegre, Santos, São Paulo, Vitória, Rio de Janeiro e o de Recife, a época da Copa.

E com maior destaque nacional, a proeminente rede hoteleira *AccorHotels Worldwide*, que figura em 7º lugar no *ranking* mundial, teve a instalação de oito (8) unidades em quatro cidades-sede no país, destacando-se, também, por sua inserção na América Latina com um padrão econômico/executivo para hospedagem. De acordo com Cruz (2018, p. 10), “a rede francesa *Accor* domina o mercado brasileiro entre as redes estrangeiras aqui presentes [...] vem, inclusive, comandando uma tendência à interiorização da hotelaria de rede internacional no País”. A *Rede Accor* possui em torno e 4.840 hotéis, de sua propriedade ou sob sua administração, em 111 países, dispondo de 33 marcas desde a categoria luxo até a econômica. No Brasil, 309 hotéis se espalham no território, entre suas marcas as 3 que se destacam em números são Ibis (125), Mercure (52) e Ibis Budget (44).

As cidades-sede do Rio de Janeiro [3un.], Recife [3un.], Natal e Porto Alegre receberam hotéis da rede Accor. No **Rio de Janeiro/RJ**, houve a implantação do Hotel Ibis Copacabana, em 2012, e Hotel Ibis Botafogo, em 2013, já no pós-copa, em 2015, foi inaugurado o Hotel Grand Mercure, também localizado na Barra da Tijuca. Em **Recife/PE**, a partir de um acordo de gestão com a rede pernambucana Pontes Hotéis e Resorts houve a ampliação e modernização de três unidades hoteleiras que passaram a ser administradas pela rede Accor: Mercure Recife Mar Hotel Convention; Grand Mercure Recife Atlante Plaza e Summerville Beach Resort (está em Porto de Galinhas/PE). Em **Porto Alegre/RS**, o Hotel Ibis Budget Porto Alegre foi inaugurado em junho de 2014. E em **Natal/RN**, a inauguração do Hotel Ibis Natal Arena das Dunas aconteceu apenas em 2018.

A demanda hoteleira internacional por números de Unidades Habitacionais (UH's) correspondeu a 44%, 3442 UH's a mais no país.

A partir disso e adentrando nas características que levam à qualificação dessa demanda hoteleira no país, independentemente de quem a financiou,

⁷² Site eletrônico oficial: <http://gjpeventos.com.br/wish-hotel-da-bahia/>

considerando as classificações apresentadas no **Apêndice A**, a seguir tem-se na **Figura 16** a Tipologia dos Meios de Hospedagem dos Projetos.

Figura 16: Tipos de Meios de Hospedagem com financiamento público pelo ProCopa

Fonte: Portal da Transparência, 2016. Tratamento dos dados pela autora.

As linhas de financiamento atrelam-se à tipologia dos meios de hospedagem, cabendo enfatizar o elevado número de hotéis em relação ao universo dos meios de hospedagem (33 empreendimentos hoteleiros, que correspondem a 68% do total), ficando as pousadas com 14% e 7 empreendimentos) e os outros 18% entre os meios listados.

Quanto à Classificação do tipo de serviço nos meios de hospedagem, e das informações constantes no projetos inseridos no Portal, optamos por trabalhar com a classificação internacional de serviço, uma vez que apareceu com mais frequência nos dados. Para os empreendimentos em que não constava esta informação, consideramos os sítios virtuais dos empreendimentos. Assim, a **Figura 17** a seguir revela uma certa equiparidade de percentuais entre o Padrão *Upscale* (37% - 18) e o Padrão *Budget* (41% - 20), já o Padrão *Midscale* corresponde a 22%, ou seja, 11 unidades, em um total de 49 empreendimentos listados.

Figura 17: Classificação do tipo de serviço nos Meios de Hospedagem de projetos via financiamentos públicos do país

Fonte: Portal da Transparência, 2016. Tratamento dos dados pela autora

Em pesquisa realizada pelo Mtur (2014), via Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIEPE e Secretaria Nacional de Políticas Públicas, o perfil do visitante estrangeiro durante a Copa 2014 correspondeu, em sua maioria ao gênero masculino com 87,5% (feminino 12,5%), com grau de instrução entre Superior completo, 47,9% e Pós-graduação completa 29,9%, com faixa etária que foi de 25 a 31 anos (32%) e 32 a 40 anos (27%), e renda média mensal Familiar de U\$ 6.489 e Individual de U\$ 4.760.

Em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV Projetos (2014), a respeito do perfil dos visitantes nas cidades-sede, residentes no Brasil (turismo doméstico), tem-se em sua maioria 76,4% do gênero masculino (feminino 23,6%), com a maioria dos entrevistados com nível superior (55%) e ensino médio (17,6%) e faixa etária de 25 a 34 anos, que corresponde a 40,8%, e de 35 a 44 anos, com 26, e renda média, de R\$3.621,00 a R\$7.240,00 (28,3%), conforme demonstrado na **Figura 18**.

Figura 18: Perfil Turista Nacional Copa do Mundo - Renda Familiar

Fonte: FGV Projetos, 2014.

Na **Figura 19**, em relação aos meios de hospedagem utilizados pelo turista doméstico, a opção Casa de amigos e parentes (48,2%) ainda prevalece, mas a opção Hotel/Pousada/Flat apresenta, também, um bom rendimento (45%).

Figura 19: Perfil Turista Nacional Copa do Mundo – Hospedagem utilizada no destino

Fonte: FGV Projetos, 2014.

Já na **Figura 20**, apresentamos os meios de hospedagens do turista internacional destacando as opções por Hotel/Flat/Pousada com 48%.

Figura 20: Meios de Hospedagens utilizados pelo turista internacional no País durante a Copa do Mundo

Melo de hospedagem	%
Hotel, flat ou pousada	48,2
Casa de amigos e parentes	18,0
Imóvel alugado	16,1
Albergue ou camping	10,6
Veículo	2,9
Resort	1,1
Imóvel próprio	0,9
Navio ou barco	0,9
Outros	1,2
Total	100,0

Fonte: FIPE, 2014.

Quanto à distribuição dos investimentos em hotelaria internacional com financiamento publico cedido às grandes redes internacionais, pode-se notar, com base na **Figura 21**, que a Accor Hotels Wolrdwide é a rede que obteve o maior volume de recursos, ou seja, mais de 150 milhões de reais.

Figura 21: Investimentos cedidos para Rede Hoteleira Internacional de projetos via financiamentos públicos do país

Fonte: Portal da Transparência, 2016. Tratamento dos dados pela autora.

A Lei Geral do Turismo (cf. descrito no cap. 1) começou a estabelecer certa segurança jurídica às tratativas do setor, norteadas pelas ações relacionadas ao planejamento, diagnóstico e fomento da atividade turística de eventos. Direcionou a habilitação de linhas de crédito oficiais, desde que as pessoas jurídicas de direito privado tivessem seu cadastro no Ministério do Turismo (Cadastur) e projetos para concessão pública, podendo ser feita por bancos e instituições federais, caso que foi realizado às redes hoteleiras internacionais via BNDES, em sua maioria, e BNB, no Nordeste.

A presença de uma grande empresa global em uma dada localidade incide sobre a equação do emprego, a estrutura do consumo, o uso das infraestruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos, a estrutura do gasto público e o comportamento das outras empresas, sem falar na própria imagem do lugar e no impacto sobre os comportamentos individuais e coletivos, como apontado por Santos e Silveira (2001).

Nos projetos pesquisados, em relação ao objeto contratado, ou seja, a que se destinou especificamente o financiamento solicitado, obteve-se diferentes denominações para cada contrato, entre elas: implantação, construção, revitalização, ampliação, modernização, readequação e reforma. Para alinhar os objetos, definiu-se cinco modalidades para as tipologias dos projetos, sendo: ampliação, implantação, modernização, revitalização e readequação. As modalidades independem do número de empreendimentos, pois muitos projetos solicitaram mais de uma ação. Assim como, também, o número de projetos, independe do número de empreendimentos. A título de exemplo houve um projeto que solicitou financiamento para implantação de três meios de hospedagem e teve-se outros que, por exemplo, solicitaram ampliação e modernização em um único projeto, sendo as modalidades contadas separadamente.

No **Mapa 4**, a seguir, procuramos demonstrar cada uma das modalidades distribuídas espacialmente pelos Estados, com a quantidade de cada um deles. Em termos percentuais, as modalidades de Implantação e Ampliação correspondem a 59% e 21% respectivamente, 16% Modernização, e Revitalização e Readequação, 2% cada.

Mapa 4: Tipologia dos projetos do PROCOPA Turismo por cidade-sede

Ao retomarmos a ideia explanada no capítulo 1, onde Harvey defende os marcos especiais de distinção como elementos que denotam o poder vinculado a um determinado lugar, supomos que as cidades-sede da Copa, no âmbito do turismo passaram por processos espaciais que detiveram olhares para as suas peculiaridades/singularidades:

- A entrada no país das redes hoteleiras internacionais não é novidade, no entanto, com as facilidades econômico-financeiras aqui encontradas, eles ultrapassam seus limites geográficos de abrangência, caso da francesa Rede *Accor* ou da americana *Hyatt*.
- Podemos dizer também que a distribuição de recursos públicos pelas e dos investimentos privados para as empresas hoteleiras que fizeram parte do ProCopa Turismo espelham a concentração geográfica do capital, dos meios de produção e da força de trabalho concentrados no litoral do país, especialmente no Nordeste e Sudeste, tal como asseverado por Cruz (2018).
- A partir da instalação de equipamentos que compõem a oferta turística (hotelaria), a Copa do Mundo levou a continuidade dessa forma de produção do espaço para o turismo nas cidades-sede contempladas pelo ProCopa Turismo, reforçando esse negócio já bastante concentrado no território brasileiro;
- A partir de um olhar estratégico, o Estado brasileiro, com o véu do novo empreendedorismo urbano, principalmente nas grandes cidades, intervém de forma direta no uso e ocupação do solo ao favorecer determinados grupos empresariais, desde as normatizações produzidas até as políticas públicas executadas.

A depender da normatização estabelecida, a política produzida induz a uma determinada situação turística nos destinos. Ao estabelecer critérios para os municípios ascenderem, por exemplo, ao Mapa do Turismo Brasileiro, o Estado considera as cidades no litoral, as cidades fora do litoral, as cidades no eixo industrial do país, as cidades que solicitam investimentos públicos para o turismo, as cidades que desenvolvem planos de turismo, as cidades que dispõem de oferta turística, enfim uma serie de critérios.

No que diz respeito às redes hoteleiras e empreendedores envolvidos, a partir da informação do beneficiário nos contratos, com a consulta da razão social e CNPJ, encontramos entidades privadas (sociedade empresaria limitada), intituladas em: empresas de incorporações e construção, empreendimentos imobiliários e administrações hoteleiras, essas muitas vezes com a representação de grandes redes hoteleiras internacionais.

A inserção das redes hoteleiras internacionais no país com a realização da Copa FIFA 2014 teve uma entrada facilitada pelo Programa ProCopa Turismo do BNDES, considerando as vantagens econômico-financeiras oferecidas pelo programa para essas redes. Ao total foram 14 empreendimentos instalados, ou em vias de término de instalação pois nem todas as obras haviam sido concluídas em 2014 a época da Copa. A ultima a ser entregue foi recentemente em 2018. Entre os hotéis, dez (71%) deles tiveram a linha de financiamento pelo BNDES, sendo um deles com agente indireto envolvido, o Banco HSBC. Nos outros 4 (29%) empreendimentos instalados, a linha de financiamento foi o Programa FNE-Proatur do BNB, localizados em Salvador, Recife e Natal e, conforme demonstrado no **Mapa 5**, a distribuição espacial das redes hoteleiras internacionais no país a partir do Programa ProCopa Turismo.

De acordo com os investimentos cedidos e realizados (demonstrado na **Figura 21** anteriormente) pelas redes internacionais *AccorHotels Worldwide*; *Marriot International*/*Starwood Hotels & Resorts Worldwide*; *Hyatt Hotels & Resorts®*; *Hilton Hotels & Resorts*; *Enotel Hotels & Resorts* e *InterContinental Hotels Group®*, apreende-se que essas têm um direcionamento para a implantação de seus hotéis e *resorts* no país com projeção de crescimento financeiro a longo prazo. A isso, com exceção do empreendimento de Porto Alegre, todos os outros estão implantados em regiões litorâneas e turísticas do país (RJ, BA, PE e RN). Considerando a afirmação de Martoni (2014, p. 156) segundo o qual “nenhum empreendimento turístico é instalado pelo seu valor de uso, mas pelo fato de que carrega a materialidade que o projeta para a venda, ou seja, o valor para a troca domina o todo social”, consideramos que os interesses econômico-financeiros sejam os que regeram as escolhas pelas cidades-sede da Copa.

Mapa 5: Distribuição espacial das redes hoteleiras internacionais do Brasil a partir do PROCOPA Turismo

As facilidades oferecidas pelo território brasileiro como preço do solo urbano, valor da mão-de-obra, conjugados a combinações políticas favoráveis à entrada desse ou daquele investidor hoteleiro estrangeiro, garantem vantagens em termos de tarifas, impostos, financiamentos, créditos, salários, etc. Considerando que com a globalização, as lógicas de mercado globais e individuais das empresas candidatas a se instalarem num dado país exigem a adoção de um conjunto de medidas, estas acabam por assumir um papel de condução da política econômica e social do país (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

O novo empreendedorismo abordado por Harvey (2005) tem como elemento principal a prática da “parceria publico-privada”, a qual tem a iniciativa tradicional local integrada ao uso do poder público local, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego (HARVEY, 2005). De acordo com o autor, esta forma de política é especulativa, pelo fato de o setor público assumir os riscos e o setor privado ficar com os benefícios, além de focar muito mais a economia política do lugar do que do território como um todo.

Com isso, destacamos que os programas de financiamento, seja do BNDES lançado na oportunidade do megaevento, ou do BNB em processo junto às políticas de desenvolvimento turístico do Nordeste (Prodetur/NE), estabeleceram um discurso do/com o mercado global, que tem a ver com a ideologia do crescimento. Podemos aferir que as empresas que fazem parte dessa lógica (as redes hoteleiras internacionais no caso de nossa análise) dispõem de força suficiente para induzir os Estados a adotarem comportamentos que respondam aos seus interesses privatistas. E é a partir de tal lógica também que elas buscam no território nacional a localização que melhor lhes convém, pois do contrario, não hesitam em trocar de lugar quando se deixa de oferecer vantagens para o exercício de sua própria competitividade (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Bezerra (2005) esclarece que, historicamente, a partir da década de 1970 até os anos 2000, certos investimentos na urbanização de praias e na construção de centros de convenções contaram com a participação de recursos públicos como o FUNGETUR do governo federal que fazia uso de alguns intermediários financeiros credenciados como bancos regionais ou estaduais de fomento, sendo em maior escala, dirigidos para empresas privadas, notadamente no segmento hoteleiro.

E nesse processo histórico, analisando o papel do BNDES na estruturação de linhas de crédito para o setor turístico, a partir de 1990, ele atuou de forma sistemática na concessão de crédito para o setor, majoritariamente para a hotelaria, passando a ser o grande prestador de recursos públicos para o turismo nos últimos anos. Tais empréstimos foram destinados principalmente aos empreendimentos de maior porte, já que foram eles mesmos que tiveram acesso direto às linhas de crédito. Outro fator que deve ser considerado é a concentração do crédito do BNDES por região, pois as políticas de turismo estruturadas ao longo do tempo tinham presente a questão do desenvolvimento regional (BEZERRA, 2005).

Santos e Silveira (2001) destacam que “produz-se um efeito de entropia das empresas globais e das grandes empresas sobre as nações e os lugares, na medida em que, para melhor funcionarem, tais empresas criam ordem para si mesmas e desordem para o resto” (*ibidem*, p.258). Nesse caso, o espaço nacional brasileiro foi organizado para servir aos agentes hegemônicos do megaevento Copa do Mundo, destacando-se a FIFA, “dona do evento” e as grandes empresas globais, com uma parcela representada no setor de turismo, dentre aquelas que fazem parte da hotelaria internacional, operadores turísticos e companhias aéreas.

Difícilmente, na atualidade, o desenvolvimento em larga escala acontece sem que o governo local ofereça, como estímulo, um pacote substancial de ajuda e assistência conforme destaca Harvey (2005). Isso acontece porque as regiões de uma forma geral buscam melhorar sua competitividade em relação à divisão espacial de consumo, sendo o turismo uma das formas de tentar atrair recursos financeiros.

Destaque-se que ainda que a valorização de determinadas regiões urbanas utiliza-se de inovações culturais e melhorias físicas do ambiente como estratégias alternativas para a governança urbana conforme afirma Harvey (2005, p. 176),

[...] incluem a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano, atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenção, shoppings centers, marinas, praças de alimentação exóticas) e entretenimento (organização de espetáculos urbanos em base em base temporária ou permanente) [...].

Com isso, as cidades buscam parecer lugares inovadores, estimulantes, criativos, hospitaleiros, aconchegantes e seguros para se viver, visitar, divertir e

consumir. De acordo com Harvey (205), os festivais e os eventos culturais se tornam foco de atividades de investimento, onde a cultura do “é possível fazer” torna-se essencial para o desenvolvimento de um empreendimento cultural. Logo, concordamos que o espetáculo e a exibição se transformam em símbolos de uma sociedade dinâmica, que na maioria das vezes está lutando para se manter viva em um “oceano de recessão em expansão”, expressão utilizada pelo autor.

As cidades que fizeram parte desse espetáculo buscaram melhorar sua competitividade no interior da rede urbana brasileira. Importante, destacarmos a localização dessas e as escalas de abrangência dos meios de hospedagem, que variaram de Local, Nacional, Regional a Internacional e S/I – sem identificação, conforme demonstrado na **Figura 22**, que contem sete mapas de localização por região, e a seguir o **Mapa 6** desmembrado nas folhas 1, 2, 3 e 4.

Figura 22: Escala de abrangência dos meios de hospedagem no Brasil a partir do PROCOPA Turismo

O conjunto de **Mapas 6** (desmembrados em fl.1, 2, 3 e 4) a seguir demonstram a escala de abrangência na escala das cidades dos meios de hospedagem que tiveram acesso ao Programa ProCopa Turismo.

Analisando a localização dos meios de hospedagem nas cidades no conjunto do **Mapa 6**, ou seja, na “escala das cidades”⁷³, busca-se, cruzando as informações, o entendimento de suas territorializações a partir das categorias operadas prioritariamente pelo *Mapa do Turismo Brasileiro* (cfe. **Figura 06**), o qual considera a inserção das cidades de acordo com critérios do fluxo de turistas nacionais e internacionais e quantidade de hotéis e empregabilidade no setor hoteleiro, além da sua inserção no cenário turístico no país.

Quadro 14: Municípios partícipes do ProCopa Turismo e constantes no Mapa do Turismo Brasileiro

Região	Lista das Cidades e Entorno (Estado)	Qtde. de Hotéis	Categoria	Rota Turística
SUL	Porto Alegre (RS)	1	A	Capital
SUDESTE	Aparecida (SP)	1	A	Rota da Fe
	Rio de Janeiro (RJ)	6	A	Metropolitana
NORDESTE	Fortaleza (CE)	1	A	Capital
	Caucaia (CE)	1	B	
	Aquiraz (CE)	2	B	Litoral Leste
	Cascavel (CE)	1	C	
	São Gonçalo do Amarante (CE)	1	D	Litoral Oeste
	Natal (RN)	5	A	Polo Costa das Dunas
	Recife (PE)	6	A	Historia e Mar
	Ipojuca (PE) (Porto de Galinhas)	4	A	
	Cabo de Santo Agostinho (PE)	2	B	
	Gravata (PE)	1	B	Serras e Artes
	Bonito (PE)	2	C	
	Tamandaré (PE)	1	B	Historia, Arrecifes e Manguezais
	Salvador (BA)	10	A	Baia de todos os Santos
	Mata de São Joao (BA)	2	A	Costa dos Coqueiros
	Lauro de Freitas (BA)	2	B	
	Cairu (BA) (Morro de São Paulo)	2	-	Costa do Dendê

Fonte: Organização pela autora.

A partir do **Quadro 14** podemos perceber que os 19 municípios partícipes do ProCopa Turismo e, ao mesmo tempo, constantes no Mapa do Turismo Brasileiro

⁷³ Adotamos aqui o termo utilizado por Oliveira (2015) ao considerar a fluidez inerente a determinação de recortes escalares em especial a que se refere a ideia de escala local.

estão listados, em sua maioria na categoria A, inclusive todas as cidades-sede da Copa do Mundo fazem parte dele. Também estão inseridos em rotas turísticas, denotando assim a relevância do setor ao serem essas estabelecidas e delimitadas pelo poder público a nível estadual, integrante do Prodetur/NE.

Ao todo, são 13 Rotas Turísticas, e por conta que os municípios são em sua maioria litorâneos, os nomes das rotas fazem menção à geografia física correspondente à sua localização, qual sejam: Litoral Leste e Litoral Oeste no CE; Polo Costa das Dunas no RN; História e Mar em PE; e Baía de Todos os Santos e Costa dos Coqueiros e Costa do Dendê na BA.

Conforme o apresentado no **Quadro 15**, “é inegável o papel que estas empresas têm no ordenamento do território para uso turístico”, mais uma vez quando olhamos a realidade do turismo no Brasil, a sua geografia, alinhavada não apenas pelas operadoras de turismo e o *trade* turístico, mas em conjunto com as políticas públicas produzidas, perpassa “um seleto número de localidades com relativa concentração na faixa costeira e nos estados economicamente mais dinâmicos do País” (CRUZ, 2018, p. 9).

Quadro 15: Relação dos municípios participantes do ProCopa Turismo comercializados por 3 entre as maiores Operadoras Turísticas do país

Estados	CVC	Flytour Turismo	Nascimento Turismo
Ceará	Fortaleza; Aquiraz;	Fortaleza; Aquiraz; Caucaia (Praia do Cumbuco);	Fortaleza; Aquiraz; Caucaia (Praia do Cumbuco);
Rio Grande do Norte	Natal;	Natal;	Natal;
Pernambuco	Recife; Ipojuca (Porto de Galinhas); Cabo de Santo Agostinho;	Recife; Ipojuca (Porto de Galinhas); Cabo de Santo Agostinho;	Recife; Ipojuca (Porto de Galinhas); Cabo de Santo Agostinho; Tamandaré (Praia dos Carneiros).
Bahia	Salvador; Mata de São João (Praia do Forte);	Salvador; Mata de São João (Praia do Forte);	Salvador; Mata de São João (Praia do Forte); Morro de São Paulo; Tamandaré;
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro;	Rio de Janeiro;	Rio de Janeiro;
Rio Grande do Sul			Porto Alegre

Fonte: Organizado pela autora com base em Cruz (2018).

A partir disso, se voltarmos nossa análise ao **Mapa 5** apresentado anteriormente, veremos expressa uma relação dialética, considerando toda faixa litorânea onde se localizam os Estados brasileiros que compreendem a parte Leste do país, ou seja, região esta que já é economicamente mais dinâmica e sendo onde os investimentos se concentram e os projetos se aceleram, mas também e ao mesmo tempo, onde se perpetua a desigualdade.

Conforme Cruz (2018, p. 12) “estar à beira-mar contém apenas indiretamente uma vinculação com a dimensão cultural ocidental de valorização do mar e da praia”, pois são os fatores econômicos que norteiam a espacialização das empresas, seja no Brasil ou no mundo.

Fato evidente, quando algumas características tornaram-se latentes nesse caso: a flexibilização e agilidade dos processos decisórios de governo ao longo do período considerado para realização do megaevento; o empreendedorismo urbano junto ao planejamento estratégico das cidades, justamente para lidar com a gestão do novo social e das urgências, criadas em tempos determinados em face do megaevento. Desse modo, podemos explicar parte dos processos de produção do espaço ao ter uma política transformada por questões de urgências, criando um novo espaço de política e revogando normas do direito, ‘práticas renovadas de exceção’.

Observamos que o megaevento vem reforçar uma desigualdade que foi historicamente produzida no país e o turismo na projeção do megaevento acaba seguindo esse mesmo caminho ao estar subordinado às lógicas espaciais que orientam o seu desenvolvimento no território. É por esse motivo que o megaevento não poderia ter se concentrado mais no lado oeste do país, o qual é muito carente de recursos em termos de investimentos, infraestrutura e serviços.

A hotelaria internacional ao se espacializar pelo território nacional domina e reforça o comando do capital produtivo do turismo, fato que ficou reforçado em relação à Copa do Mundo no Brasil. Nesse sentido, mesmo não promovendo o desenvolvimento tão almejado pelo setor turístico, as localizações impostas, elegidas e promovidas foram essenciais para realização do megaevento Copa do Mundo FIFA no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo norteador desta tese consistiu em uma análise da relação entre a Copa do Mundo FIFA 2014, a regulação do território decorrente desse megaevento e a promoção do turismo no Brasil, em especial o segmento da hotelaria nas cidades-sede que tiveram acesso ao programa de governo ProCopa Turismo. Assim, buscamos: identificar as ações voltadas ao desenvolvimento do turismo considerando o dimensionamento de fluxos e a expansão do setor hoteleiro; analisar a relação entre a regulação do território, o megaevento Copa do Mundo e o turismo; e apreender o contexto político das ações que orientaram a realização do megaevento no Brasil.

Em um caminho teórico-metodológico de pensar as relações sociais em sua dimensão espacial, a relação dialética sociedade/espço e as mediações entre eles, pudemos estabelecer uma “análise da realidade”, pensando na totalidade dessas relações como constituição de espaços específicos.

Os megaeventos, que são (e foram no Brasil) “a bola da vez”, não são fatos novos e carregam especificidades em função do momento de sua realização, que envolvem contextos sociais diferentes a cada época e em cada lugar. No momento atual e em escala planetária, vêm sendo uma estratégia para modificar a dinâmica urbana pela sua inclusão em grandes projetos urbanos como, por exemplo, as instalações de infraestruturas para a Copa do Mundo. A escolha de analisar o megaevento Copa do Mundo esteve diretamente relacionada ao papel que os mesmos têm exercido no ordenamento de territórios, em diferentes escalas, definidos que são por agentes hegemônicos da política e por instituições internacionais, como é o caso da FIFA.

A partir de nossa abordagem no **Capítulo 1**, pretendemos expressar como o turismo se constituiu em um setor econômico internacional de relevância ao gerar fluxos turísticos e receitas para as localidades visitadas, justificando a existência de uma organização internacional que o representa como a OMT, enquanto uma fonte de informação e poder sobre as determinações do setor turístico mundial. Ao

posicionar-se como um centro de produção de informações e de políticas para o setor, a OMT emite normas que se voltam para a orientação das atividades turísticas, influenciando ações tomadas por diferentes países a ela associados. Nesse sentido, o papel da OMT aparece como condição *sine qua non* no direcionamento das regulações do território produzidas por diferentes Estados-nação.

Os marcos regulatórios no setor de turismo foram sendo construídos ao longo do século XX destacando as esferas de organização governamental das políticas no país. A Constituição Federal de 1988 teve um papel estruturante para o setor ao dar destaque e exaltar a importância do turismo como um dos fatores que podem induzir ao desenvolvimento. Já a criação do Ministério do Turismo em 2003 e na sequência as leis de 2008 e 2010 que designam as Políticas Nacionais de Turismo, entre outras desenvolvidas no período, vieram a reforçar os direcionamentos para o segmento de eventos ao priorizarem a captação de grandes eventos esportivos para o país conforme a trajetória histórica dos governos e ações políticas-jurídicas tratadas no capítulo.

Dados tratados relativos a ações do Ministério do Turismo e sua atuação nos ajudaram a interpretar os instrumentos de ordenamento territorial. Para essa finalidade, o Mapa do Turismo Brasileiro vem sendo seu principal instrumento na gestão do órgão, pois auxilia o governo federal e os estados no desenvolvimento das políticas públicas para o turismo. Tal recurso destaca-se pela análise por agrupamento, onde a quantidade de hotéis, de empregos na hotelaria, de visitantes domésticos e internacionais são considerados. Ao relacionarmos os dados do turismo, confirmamos nossa Hipótese 1 de que não houve um impacto significativo na posição do Brasil em relação a elevação dos fluxos turísticos internacionais no período pós megaevento, haja vista que tivemos no ano da Copa, 6,43 milhões de visitantes em 2014 e 6,62 milhões de visitantes em 2018.

Além disso, ressaltamos que a regulação vem sendo também uma ferramenta de trabalho na atuação na atividade turística, ao mesmo tempo em que o seu desempenho é dado afim de estruturar um quadro normativo para o setor. Considera-se que as normas oferecem certezas jurídicas ao setor no fomento da atividade dando força para continuidade de suas ações.

No **Capítulo 2**, ao tratarmos da Copa do Mundo, da regulação do território e do turismo, trouxemos a luz a importância dos megaeventos esportivos no âmbito da

reprodução do capital. O uso do espaço como mercadoria e estratégia, ficou explicitada na relação que os megaeventos esportivos internacionais, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, passaram a ter com o aumento do interesse corporativo e governamental no que diz respeito a sua captação ao país, para a(s) cidade(s)-sede. Além disso, consideramos a regulação para a Copa do Mundo que, para atender ao mercado e a sua lógica, garantir lucros às corporações, às empreiteiras e às construtoras, sofreram adaptações a fim de atender os anseios desses setores, sendo criado então um amplo arcabouço jurídico que antecedeu a realização dos jogos.

Logo, com o documento de garantias dada pelo governo brasileiro a FIFA em 2007 (ano de captação do megaevento), diversas alterações legislativas vieram nos anos seguintes compondo as regras de um grande projeto político urbano com vistas as infraestruturas no país, mas que foram produzidas sob o regime de emergência de uma “legislação de exceção” no período de preparação para a Copa, onde outras prioridades sociais foram eximidas do processo afim de que a viabilização e operacionalização do megaevento fosse possível (CPC-SP, 2015). É o caso da Lei Geral da Copa e a Lei do Regime Diferenciado de Contratação, que receberam muitas críticas quando da sua implementação na escala das cidades. Porque o governo que deveria ser o mediador do interesse social e público atuou, em diversos casos, a favor do interesse privado e empresarial, sendo as normatizações a chave para cancelar o processo. Exemplos de prejuízos sociais que fizeram parte do cenário e dos interesses em jogo foram indícios de corrupção e superfaturamento em obras; seguido da falta de transparência⁷⁴ e participação popular; a elitização do espaço urbano, ameaças ambientais e o remapeamento imobiliário do espaço; ainda, as remoções forçadas, a maquiagem de favelas; o desrespeito às leis trabalhistas e o pagamento de indenizações injustas, aliada a truculência policial. Desses fatos, reconhecemos que, embora houvesse uma estabilidade política favorável a ocorrência dos megaeventos, socialmente o país passou por serias crises que levaram as Manifestações de 2013, devido as escolhas feitas pelos governantes.

⁷⁴ Embora se tenha tido sites oficiais que buscaram noticiar a transparência pelos dados públicos oficiais (e foram esses que buscamos e trabalhamos nessa pesquisa), muitos dados não foram devidamente mostrados e/ou esclarecidos.

Ao tratarmos do turismo no contexto dos financiamentos públicos no Brasil, pudemos apurar que durante a preparação do megaevento houve a implementação de diversos programas para o setor como foi o caso do PAC Turismo, Pronatec Turismo e o ProCopa Turismo. A partir dos acordos entre o Estado e a FIFA, houve novas responsabilidades na execução das ações e, com isso, as normatizações elencadas na análise a fim de facilitar e viabilizar tramites burocráticos, abriram exceções na legislação brasileira.

Podemos supor que o PAC Turismo contribuiu de maneira decisiva para elevar os investimentos públicos e privados (embora abaixo do esperado) em obras fundamentais como portos e aeroportos no caso da atividade turística.

Quanto à Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo, o governo federal, periodicamente, divulgou balanços das obras executadas nas áreas de mobilidade urbana, estádios, aeroportos e portos. Na área de infraestrutura turística, esses dados não apareceram para acesso público e atualmente encontramos uma quantidade menor de informações disponíveis (do que há dois anos por exemplo) e sites ligados ao megaevento já estão fora do ar. Na referida Matriz (**Figura 8, 9 e 10**, p.112/113) constam somente os valores financeiros de financiamento e investimentos federais e locais, sem discriminar número de obras por cidade-sede. Quase a totalidade dos investimentos foram financiados nas esferas públicas: federal e local, apontando para a inexistência de recursos privados ou de PPP's - Parcerias Público-Privadas. Essa constatação nos conduz a considerar o aumento do endividamento público do país em favor dos investimentos e questionar se realmente eles se fizeram necessários à realização dos jogos em detrimento de investimentos em outras áreas prioritárias de responsabilidade do governo federal como habitação (tema muito questionado dadas as desocupações promovidas pelo Estado nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e Recife). Os projetos urbanos que foram ensejados no país por um projeto de governo e que fariam parte da realização dos megaeventos acabaram redundando em determinados privilégios privados e oportunidades a grupos restritos de empresários nacionais e internacionais.

Em relação ao Plano de Promoção do País, de acordo com o VI Balanço Final do Ministério do Esporte (2014) para as ações da Copa: 58,5% dos turistas internacionais visitaram o Brasil pela primeira vez sendo que 90, 2% desses tiveram como motivação principal de viagem a Copa do Mundo; ainda 95% dos turistas

dizem ter pretensão de voltar ao país. Ao total, destacou-se que foram 491 municípios visitados durante o megaevento, sem que os mesmos fossem identificados. Podemos, por outro lado, supor que esses fluxos tenham se direcionado para os destinos turísticos mais desejados, e mais beneficiados para o turismo, localizados na região Nordeste: Fernando de Noronha (PE) e **Fortaleza** (CE). Além, sete outras cidades da mesma região aparecem entre as vinte mais citadas: **Salvador** (BA), **Natal** (RN), **Recife** (PE), Porto Seguro (BA), **Ipojuca** (PE), Maceió (AL), São Luís (MA). Na região Sul, cinco cidades foram mencionadas: Gramado (RS), Florianópolis (SC), Foz do Iguaçu (PR), Curitiba (PR) e **Porto Alegre** (RS). No Sudeste aparecem três: **Rio de Janeiro** (RJ), **São Paulo** (SP) e **Aparecida do Norte** (SP). Na região Centro-oeste, duas são citadas: Bonito (MS) e **Brasília** (DF); e o Norte é lembrado com uma cidade: **Manaus** (AM). Além das capitais dos estados, na menção a *resorts* aparecem Ipojuca e Porto Seguro.

Entretanto, como afirma Thery (2018),

O Brasil não é um importante destino turístico internacional, dados da OMT, demonstraram que no ano da Copa do Mundo, em 2014, o Brasil ocupava o 43º lugar no mundo em número de turistas (5,4 milhões de turistas), sendo que a França para termos um parâmetro liderou o 1º lugar com 84 milhões de turistas. Entre as principais causas que levam a essa posição do Brasil estão as grandes distancias em relação aos grandes países emissores de turistas e a imagem de violência que chega aos turistas potenciais (THERY, p.214).

Há mais de uma década os megaeventos esportivos entraram em cena na agenda do desenvolvimento nacional de países em desenvolvimento como o Brasil com os Jogos Pan-Americanos (2007), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). Entretanto, esses megaeventos têm sido estratégicos para viabilizar planos bem mais ousados e socialmente pouco eficientes dos governos envolvidos, servindo de instrumento e estratégia para efetivar projetos urbanos que incluem mudanças em infraestrutura, econômicas e jurídico-legislativas nos países que os sediam.

No **Capítulo 3**, ao abordarmos a Copa do Mundo e o fomento ao turismo nas cidades-sede destacando algumas considerações a respeito da preparação do megaevento, trouxemos para nossa análise o programa ProCopa Turismo, buscando desvendar a relação entre a promoção ao turismo e a

preparação/realização do megaevento, chegando aos seus desdobramentos no setor de hospedagem, um dos importantes elos da atividade turística.

Ressaltamos que as cidades-sede elencadas na análise fazem parte dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, foco da atuação do Ministério do Turismo (MTUR). Essas cidades foram selecionadas como sede de acordo com suas características e potencialidades no escopo de seus programas de políticas públicas e desenvolvimento do turismo. Entretanto, evidenciou-se o fato de que aquelas localizadas na região litorânea foram beneficiadas em relação ao recebimento de infraestruturas para o turismo, confirmando nossa hipótese de que o fomento ao turismo viabilizado pela Copa contribuiu para reforçar a concentração espacial de infraestruturas turísticas já muito evidente no território brasileiro. Realçamos que as ações do turismo que integraram as infraestruturas de suporte e serviços abrangeram o estímulo a expansão da oferta hoteleira com mapeamento e classificação da oferta hoteleira e financiamento ProCopa Turismo para sua modernização e ampliação no país. Logo, ao considerarmos tais ações buscamos analisar especificamente a hotelaria implantada no país a partir da inserção no Programa ProCopa Turismo. Questões como “preocupação com a sustentabilidade ambiental”, exigida pelo programa, também fazem parte da estratégia do empreendedorismo da gestão urbana conforme abordado por Harvey (2005).

Como analisado no capítulo, um total de 56 empreendimentos hoteleiros foi instalado no país. Desses, 45 (80%) na região Nordeste; 10 (18%) no Sudeste e 1 (2%) no Sul. Desses, 14 empreendimentos pertencem a redes internacionais.

Conforme a pesquisa “Hotelaria em Números – Brasil 2018” em parceria pelo Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOB, 2019), Associação Brasileira de *Resorts* (ABR) e JLL Hotels & Hospitality Group, o país dispõe de um parque hoteleiro composto por mais de 10.000 empreendimentos, e desse universo apenas 10% pertence as redes internacionais. Nesse caso, nossa amostra que foi pequena em relação a esse universo, revelou uma realidade já existente no país, qual seja, a maior parte dos meios de hospedagem no Brasil ainda são de empreendimentos nacionais. No entanto, as redes internacionais vem ocupando as melhores porções do território no país. Logo, em termos quantitativos o Pró-Copa Turismo impactou, de forma muito tímida, a hotelaria presente no território nacional. Todavia, a análise qualitativa confirmou nossa Hipótese 2, ao expressar a participação desse Programa

federal na manutenção de um *status quo* de concentração espacial de equipamentos turísticos em algumas poucas localidades litorâneas.

De acordo com os investimentos cedidos e realizados destacou-se a implantação das redes internacionais *AccorHotels Worldwide*; *Marriot International*/*Starwood Hotels & Resorts Worldwide*; *Hyatt Hotels & Resorts®*; *Hilton Hotels & Resorts*; *Enotel Hotels & Resorts* e *InterContinental Hotels Group®*, que já são redes atuantes no país, algumas delas há décadas, como a rede Hilton.

Os programas de financiamento, seja do BNDES ou do BNB, estabeleceram um discurso do/com o mercado global e ficou clara a força das redes hoteleiras internacionais na sua capacidade de induzir o Estado a adotar posturas que respondessem aos seus interesses capitalistas, buscando no território nacional a localização que melhor lhes convinha. Nesse sentido, destacamos a força que as entidades privadas internacionais tiveram na realização da Copa do Mundo, recorrendo ao conceito de exceção para explicar nossa Hipótese 2, ou seja, “a utilização atual dos poderes de emergência caracteriza-se por limitar os direitos da população em geral para garantir a propriedade privada e a acumulação capitalista” (BERCOVICI, 2004, p. 173).

Procuramos demonstrar por meio dos mapas apresentados, parte da geografia produzida pelos Programas de fomento ao desenvolvimento do turismo relacionados à Copa FIFA 2014, envolvendo municípios e regiões turísticas do país, os principais destinos, a atividade de qualificação para o turismo com o Pronatec e a atividade hoteleira com o ProCopa Turismo. Entre outras coisas, os mapas expressaram claramente as disparidades na distribuição dessas ações relativas ao turismo, em profunda correlação com as desigualdades espaciais, sociais e econômicas do Estado brasileiro.

Ao lançarmos o olhar para a realização da Copa do Mundo no Brasil, ressaltamos o fato de como todo um aparato jurídico governamental e interesses privados se coadunam para engendrar e dar forma a interesses alheios às demandas da sociedade.

O tema dessa tese não se esgota e esperamos abrir oportunidades para outras pesquisas relacionadas que desejamos ver desenvolvidas. Sugere-se a continuidade com novos estudos que venham, por exemplo: avaliar o impacto político/eleitoral da realização do megaevento no momento de sua adoção pelo país; investigar os custos financeiros em razão de sua magnitude e baixa resposta aos

anseios da população; investigar o destino jurídico dos principais protagonistas do megaevento: FIFA, Governo, Entidades privadas relacionadas, em função das ações do Ministério Público Federal.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2004. (Coleção Estado de Sítio)

ALMEIDA, Eliza. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001. (p. 389-400).

ALVAREZ, I. A. P. As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano. **Revista Cidades**. v. 9, no 16, 2012. p. 62-85.

ALVAREZ, I. A. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: **A cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2013.

ALVES, P. Experiências de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes. In: DI CREDDO, Maria do Carmo S. **Fontes históricas: abordagens e métodos**. São Paulo: Edunesp, 1996.

ANTAS JR., R. M. **Território e regulação** – espaço geográfico, fonte material e não-forma do direito. São Paulo: Humanitas, 2005.

AZEVEDO, A. **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana**, Vol. 3-4. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

BADARO, Rui A. De L. **Direito do Turismo: historia e legislação no Brasil e no exterior**. 2ª ed. rev. atual. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

BENI, M. C. **Globalização do turismo**. São Paulo: Editora Aleph, 2011.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição e Estado de Exceção Permanente: Atualidade de Weimar**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

BERCOVICI, Gilberto. O estado de exceção econômico e a periferia do capitalismo. **Pensar**, Fortaleza, v. 11, p. 95-99, fev. 2006.

BERCOVICI, Gilberto. **Soberania e Constituição: Para uma Crítica do Constitucionalismo**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

BERCOVICI, Gilberto. A expansão do estado de exceção: da garantia da constituição à garantia do capitalismo. **Revista Internacional de Direito Público – RIDP**, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 41-53, jul./dez. 2015.

BNB. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/programas-do-fne.>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BNB PROATUR. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/web/guest/programa-de-apoio-ao-turismo-regional-proatur.>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BNB FNE-MPE. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/pt/web/guest/programa-de-financiamento-as-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte-e-ao-empendedor-individual-fne-mpe-2.>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. A empresa. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/. Acesso em: 18 jul. 2016.

BNDES – Informe Setorial – Area Industrial. Dez. 2013, no. 29. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/> . Acesso em: 15 mar. 2016.

BNDES ProCopa Turismo Informativo– Fev. 2010. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BOITEUX, Bayard. **Legislação de turismo:** Tópicos de Direito Aplicados ao Turismo. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003.

BONDUK, N. O modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo precisa ser revertido. **Estudos Avançados**, n. 71, 2011. Cap. 1

BRANDAO, Carlos. **Território e Desenvolvimento:** As múltiplas escalas entre o local e o global. 2a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. (1a ed., 2007).

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003 – 2007.** Disponível em:http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf. 2003. (consulta)

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010.** Disponível em:http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf. 2007. (consulta)

BRASIL. Ministério do Turismo. **Documento referencial. Turismo no Brasil 2011-2014.** Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011__2014_sem_margem_corte.pdf. 2011. (consulta)

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo no Brasil: 2011–2014.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf>. Acesso em 05 jul. 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Eventos internacionais no Brasil: Resultados 2003-2009, desafios para 2020**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 53p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/.../o.../RELATORIO_EVENTOS_2003_2009.pdf>. Acesso em 31/10/2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf. 2013. (consulta)

BRASIL. **Estudo da Demanda Turística Internacional durante a Copa do Mundo da FIFA 2014 – Resultados**, Acesso em 15 dez 2014a.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Caderno de Propostas Estratégicas de Organização Turística das Cidades-Sede da Copa do Mundo 2014**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/BRASIL_final_NOVO.pdf>. Acesso em 12 set 2014b.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Método para a Categorização do Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília: MTur, 2014c.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Matriz de Responsabilidades Consolidada**. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/Matriz_consolidada_dez_2014.pdf> Acesso em 13 dez. 2015a.

BRASIL - Ministério do Turismo. **Manual de Instruções para Celebração e Execução dos Termos de Compromisso** - Departamento de Infraestrutura Turística – DIETU. 2015b.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018 – 2022**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf. 2018a. (consulta)

BRASIL – Ministério do Planejamento. **Sobre o PAC**. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/>. Acesso em 30 de novembro de 2018b.

BRASIL. – Ministério do Turismo. **Turismo anuncia liberação de R\$ 16,5 milhões para obras do PAC**. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7297-turismo-anuncia-libera%C3%A7%C3%A3o-de-r\\$%20-16,5-milh%C3%B5es-para-obras-do-pac.html](http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7297-turismo-anuncia-libera%C3%A7%C3%A3o-de-r$%20-16,5-milh%C3%B5es-para-obras-do-pac.html). Acesso em 30 de novembro de 2018c.

BRASIL. Ministério do Esporte. **A Copa do Mundo FIFA 2014 como plataforma de promoção do país**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobreacopa/plano_promocao_brasil.pdf. Acesso em 04 fev 2019a.

BRASIL. **Plano de Promoção do Brasil** - A Copa do Mundo FIFA 2014 como plataforma de promoção do país. Ministério do Esporte. Disponível em:

http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/plano_promocao_brasil.pdf. Acesso em 15 de março de 2019b.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobreacopa/biblioteca/impacto_economico_2014.pdf. Acesso em 04 fev 2019c.

BRASIL. Ministério do Esporte. **VI Balanço - Dezembro de 2014**. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/6_Balanco_Copa_dez_2014.pdf 2019. Acesso em 04 fev 2019d.

BRASIL - Ministério do Planejamento. **Conheça os investimentos do PAC nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo**. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/noticia/acc7b92b//>. Acesso em 20 de março de 2019e.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Relatório Nº 201701947 de Auditoria de Acompanhamento da Gestão da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura 2017**. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/10479.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2019f.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cartilha Parlamentar 2018/2019**. Brasília: MTur, 2019g.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Disponibilizado via e-mail institucional para essa pesquisa. 2019h.

BRITO-HENRIQUES, E. Política simbólica, megaeventos e urbanismo. In: PAES; SILVA; MATIAS (org.) **Geografias, políticas públicas e dinâmicas territoriais**. (E-book), 2013.Cap.11,p.163-176.

CAMARGO, L. W. F. Os impactos urbanos da Copa do Mundo de 2014 no Brasil: uma análise sobre os investimentos no megaevento e a geração de benefícios duradouros nas doze cidades-sede. **Monografia**. UNICAMP/IE. Campinas/SP, 2012. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000903253>>. Acesso em 11 mar. 2016.

CAMARGOS, W. V. De M. ; SANTORO, L. F. G. **Lei Geral da Copa: Lei 12.663/2012 e normas complementares – Comentada**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

CANTON, M. Eventos. In: TRIGO, L.G.G. (org). **Como aprender, como ensinar**. v.2, 2ª ed., São Paulo: SENAC, 2002a. p.305-329.

CANTON, M. Os eventos no contexto da hospitalidade – um produto e um serviço diferencial. In: DIAS, Célia Maria de Moraes. (org). **Hospitalidade – Reflexões e Perspectivas**. Barueri, SP: Manole, 2002b. p.83-96.

CARDOSO, C. R. Turismo de eventos como oportunidade para o desenvolvimento regional. In: GIMENES, Maria H. S. G. (org.) **Oportunidades e investimentos em turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, C. R.. Turismo de eventos como oportunidade para o desenvolvimento regional. In: GIMENES, M. H. S. G. (org.) **Oportunidades e investimentos em turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

CARVALHO, Valdecy S. Comparativo de gestão de risco e controle interno entre a Copa do Mundo de 2014 no Brasil e a Copa do Mundo de 2010 na África do Sul. 2015. **Dissertação**. Disponível em: <[https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/1609/1/Valdecy %20Souza%20Carvalho.pdf](https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/1609/1/Valdecy%20Souza%20Carvalho.pdf)>. Acesso em 19 nov. 2018.

CHIAVERINI, Rodrigo. **Copa do mundo: paixão sem limites**. Franca, SP: Unifran, 2009.

CPC-SP. **Copa pra quem?** - Dossiê do Comitê Popular da Copa SP: a Copa do Mundo FIFA 2014 numa perspectiva abaixo e a esquerda. São Paulo: CPC-SP, 2015.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). Manual de Controle Interno. Um guia para implementação e operacionalização de unidades de controle interno governamentais. Disponível em: <http://www.tjac.jus.br/wpcontent/uploads/2014/10/Manual_Control_Interno_CGU.pdf>. Acesso em 19 mar. 2015.

COPA2014. Disponível em: <<http://www.copa2014.org.br/cidades-sedes/>>. Acesso em 19 de setembro de 2009.

Copa2014. Sobre o Pronatec turismo. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/oportunidades/pronatec-turismo>. Acesso em 31 de janeiro de 2019a.

CRUZ, Rita de C. A. da. O turismo no espaço – o espaço do turismo. Reflexões acerca da participação do turismo na produção do espaço urbano brasileiro. **Revista RA'E GA**. Curitiba: UFPR, n. 2, 1998. p. 31-41.

CRUZ, Rita de C. A. da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de C. A. da. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005.

CRUZ, Rita de C. A. da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. **América Latina: cidade, campo e turismo**.

Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CRUZ, Rita de C. A. da. **Geografias do turismo, de lugares a pseudo-lugares**. 1. ed. São Paulo: Roca, 2007

CRUZ, Rita de C. A. da.; ARROYO, M. M. (Org.). **Território e Circulação**. A dinâmica contraditória da globalização. 1. ed. São Paulo: AnnaBlume, 2015. v. 1. 359p .

CRUZ, Rita de C. A. da. Cruzeiros marítimos: oligopolização, centralização de capital e uso corporativo do território brasileiro. In: Rita de Cássia Ariza da Cruz; Maria Mónica Arroyo. (Org.). **Território e circulação**. A dinâmica contraditória da globalização. 1ed.São Paulo: AnnaBlume, 2015, v. 1, p. 215-236.

CRUZ, Rita de C. A. da. Operadoras turísticas e agenciamento de viagens - concentração/centralização de capital e produção do espaço. Uma análise para o caso brasileiro. LENCIONI, Sandra; BLANCO, Jorge (Org.) . **Argentina e Brasil: territórios em redefinição**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Consequencia, 2016. v. 1. 392p .

CRUZ, R. C. A.. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. **Confin**s, n. 36, 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confin/13707>>. DOI: 10.4000/confin.13707. Acesso em 7 de dezembro de 2018.

DA COSTA, Lamartine [et al.] **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

DA COSTA, Lamartine. **Entrevista** – Legado de Megaeventos Esportivos – Centro de Estudos Olímpicos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BFK3xITmW1c>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

D'ANDREA, T. P. A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. **Tese** (Doutorado). (FFLCH/USP), São Paulo, 2013.

DADOS SOBRE A ZONA LESTE-Subprefeitura de Itaquera /SP. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/legislacao/planos_regionais/index.php?p=1881>. Acesso em 31 de agosto de 2011.

DAMIANI, A. A cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I. **Tese**. (FFLCH-USP), São Paulo, 1993.

DAMO, A. O desejo, o direito e o dever: a trama que trouxe a Copa ao Brasil. **Movimento**. Porto Alegre, v. 18, n. 02, p. 41-81, abr/jun. 2012.

DAMO, A.; OLIVEN, R. G. O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 19-63, jul/dez. 2013.

DIARIO DO NORDESTE. 28.08.2010. BNB abre o cofre para projetos de hospedagem. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/bnb-abre-o-cofre-para-projetos-de-hospedagem-1.467175>. Acesso em 13 de maio de 2016.

DIAS, R. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DECRETO Nº 7.381, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm. Acesso em: 15 jul. 2016.

Diretrizes Públicas da FIFA e portais. Manual de Marketing das Sedes 2014 -. Disponível em: <http://www.fifa.com> e <http://www.exibicaopublicafifa.com.br>.

DMAI - Destination Marketing Association International . Disponível em: <http://www.destinationmarketing.org>. Acesso em 22/01/2014.

DOMINGUES, E. [et al.] Copa do Mundo 2014: impactos econômicos no Brasil, em Minas gerais e Belo Horizonte. **Anais...** XIV Seminário sobre a Economia Mineira. UFMG/Cedeplar, 06-29, 2010.

DOSSIE da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>. Acesso em 11/2013.

DUARTE, Ricardo. **Propriedade Intelectual e Copa do Mundo.** (2012). Disponível em: http://www.rodrigomoraes.adv.br/index.php?site=1&modulo=eva_conteudo&co_codigo=68

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. Disponível em <http://www.embratur.gov.br>. Acesso em 20/04/2004.

FERNANDEZ, L. Para além dos jogos: os grandes eventos esportivos e a agenda de desenvolvimento nacional. JENNINGS, A. [et. Al.] **Brasil em jogo:** o que fica da Copa e das Políticas?. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

FGV- Projetos. Pesquisa de Demanda Turística Doméstica na Copa do Mundo da FIFA no Brasil 2014. Resultado Final, 2014.

FGV- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS e MTUR. Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo / FGV Projetos. 13ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

FIFA. Destino São Paulo. Disponível em: <http://pt.fifa.com/worldcup/destination/cities/city=1047/index.html>. Acesso em 26 de agosto de 2011.

FIFA. Fifa Financial Report 2010. 61st Fifa Congress. Zurich, 31 May and 1 June 2011. Disponível em: <http://resources.fifa.com/image/upload/fifa-financial-report-2010-1392045.pdf?cloudid=miuql8kpghitm7kdzha2>. Acesso em 13 dez. 2015.

FOB. Forum de Operadores Hoteleiros do Brasil. Hotelaria em números 2018. Disponível em: <<http://fohb.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Hotelaria-em-N%C3%BAmoros-2018.pdf>>. Acesso em 24 de abril de 2019.

FONTES, Vanessa. O direito do turismo e as estruturas organizacionais do setor. **Rev. Fac. Dir.**, Fortaleza, v. 37, n. 1, p. 33-53, jan./jun. 2016.

FOUCAULT, M. **Outros espaços**. São Paulo: Ditos e escritos, Vol. III. (1967) Disponível em: http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Foucault-De_Outros_Espacos.pdf.

FRONCILLO, A.V.; ALMEIDA, M. A. B. de. Análises sociais do impacto da construção do estádio do Corinthians para Itaquera. **EFDeportes.com**. Buenos Aires, Ano 18, Nº 179, Abril, 2013. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd179/impacto-da-construcao-do-estadio-do-corinthians.htm>. Acesso em 02/02/2014.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Trad. de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GAMAGE A.; HIGGS B. Economics of venue selection for special sporting events: with special reference to Melbourne Grand Prix. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, v. 2, 1997.

GEISE, Carolina. Políticas urbanas e o Estado de Exceção: zona leste e a Copa do Mundo em Itaquera como estudo de caso. **Monografia**. FAU-USP. São Paulo, 2012.

GETZ, Donald. Perspectivas geográficas do turismo de eventos. In: LEW, Alan; HALL, C. Michael; WILLIAMS, Allan M. **A Companion to Tourism**. Wiley-Blackwell, 2004.

GÓIS, R. A. D. A Metrópole e os Megaeventos. Implicações Socioespaciais da Copa do Mundo de 2014 em Fortaleza. **Dissertação**. Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2013.

OLIVEIRA, Nelma G. de. **O poder dos jogos e os jogos de poder**: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo. Rio de Janeiro, RJ, 2009.

HALL, C. M. A tomada de decisão política e o planejamento centralizado – Darling Harbour, Sydney. In: DUNCAN TYLER, Y. G.; ROBERTSON, M. (org). **Gestão do turismo municipal**. [trad. Gleice Regina Guerra]. São Paulo: Futura, 2001.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. **GEOUSP** – Espaço e Tempo, São Paulo, no 26, p. 09-17, 2009.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998. [Cap. VIII].

HIGHAM J. Commentary – Sport as an avenue of tourism development: an Analysis of positive and negative impacts of sports tourism. **Current issues in Tourism**, v. 2(1), 1999. p.82-90

HUGHES, H. Olympic tourism and urban regeneration. **Festival Management and event tourism**. Ano 1, v. 4, 1993. p.157-162.

ICCA – Internacional Congress & Convention Association. Disponível em: <http://www.iccaworld.com>. Acesso em 27 mar. 2014.

JENNINGS, A. [et. Al.] **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Políticas?. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

JENNINGS, A. A máfia dos esportes e o capitalismo global. JENNINGS, A. [et. Al.] **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Políticas?. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

LANGENBUCH, J. R.. **A estruturação da Grande São Paulo**: estudo de geografia urbana, Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.

LEFEBVRE, H. (1972) Espaço, a produção do espaço, a economia política do espaço. In: **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de; FRANÇA, Maria Cecília. **Itaquera**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999. (História dos Bairros de São Paulo; v.24)

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 15^a ed, rev.atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOPES, R. **A cidade intencional**: o planejamento estratégico de cidades. 2^a ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

LUZ, Cicero K. da; LEITE, Robson S. O estado de exceção nos Jogos Olímpicos Rio-2016: a violação de direitos ambientais no caso do Campo de Golfe. **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global – REDESG**. UFSM. v.4, n.2, 2015. P. 88-112.

MAFFINI, Rafael. **Direito Administrativo**. 2^a ed. atual, ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008.

MAIOR, Jorge Luiz S. Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente. In: JENNINGS, A. [et. Al.] **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O., VAINER, C. & MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. São Paulo: Vozes, 2002. p. 121-192.

MARTONI, Rodrigo Meira. Por uma ontologia do espaço turístico: contribuições para uma consciência do real e do possível. **Tese** (doutorado) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2014.

MASCARENHAS, G. Globalização e espetáculo: o Brasil dos megaeventos esportivos. In: PRIORE, M.D.; MELO, V. A. De (orgs). **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

MASCARENHAS, G.; BIENESTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (Org.). **O jogo continua**: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

MATIAS, M. **Organização de eventos**: procedimentos e técnicas. 2ª ed. Barueri, São Paulo: Editora Manole, 2002.

MATIAS, M. (Org.) **Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos**: culturais, sociais e esportivos. Barueri: Manole, 2011.

MATHESON, Víctor A. Efectos de los principales megaeventos 226equisites226 em las economías locales, regionales y nacionales. In: GOING, Ramón Llopis (ed.). **Megaeventos Deportivos**: perspectivas científicas y estudios de caso. Barcelona: Editora UOC, 2012. P. 53-74.

MEIRELLES, H. L.; *et. al.* **Direito administrativo brasileiro**. 37ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

MOLINA, F. S. A estruturação da “Cidade Olímpica” no contexto dos megaeventos esportivos internacionais. In: Mega eventos e a produção do espaço no Rio de Janeiro: da “Paris dos Tropicos” a “Cidade Olímpica”. **Tese**. FFLCH/USP, 2013.

MULES, T. Turismo de eventos e desenvolvimento econômico na Austrália. In: DUNCAN TYLER, Y. G.; ROBERTSON, M. (orgs.). **Gestão do turismo municipal**. São Paulo: Futura, 2001. Cap. 11, (p.265-289).

NAKANO, Kazuo. Entrevista. Valorização imobiliária foi para o bolso privado. **Caros Amigos**. Ano XV, No. 174, Set. 2011. (p. 13)

OLÉRAS, Valmir José. **Políticas esportivas no neoliberalismo. Notrivivência**. Santa Catarina: UFSC, v. 11, n. 12, p. 65-76, maio, 1999.

OLIVEIRA, Nelma G. Jogo espetáculo, jogo negocio. In: JENNINGS, A. [et. Al.] **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Políticas?. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014. p.25 -31.

OLIVEIRA, Nelma G. **O poder dos Jogos e os jogos do poder**: os interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Anpur, 2015.

OMT – Organização Mundial do Turismo. Disponível em: <http://unwto.org/en/content/why-tourism>. 2011.

OMT. Organização Mundial do Turismo. International Network on Regional Economics–ENROUTE. Disponível em: < <https://www2.unwto.org/>>. Acesso em março de 2018.

PAULA, Marilene de; BARTELT, Dawid D. (org). **Copa para quem e para quê?** Um olhar sobre os legados dos mundiais de futebol no Brasil, África do Sul e Alemanha. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

PAZ, Sergio M. Copa do mundo: o turismo de eventos entra em campo. In: MATIAS, Marlene (org.). **Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos**. Barueri, SP: Manole, 2011.

PESSOA, Flávia M. G. **Direito turístico**: importância e marco normativo. Revista n. 23. nov. 2007 Disponível em: <http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wtmp_codartigo=164>. Acesso em: 18/05/2016.

PORTAL DA COPA. Gasto de estrangeiros no Brasil bate recorde em 2014. 26/01/2015. Disponível em <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/gasto-deestrangeiros-no-brasil-bate-recorde-em-2014>>. Acesso em 03 fev. 2015.

PORTAL DA COPA. Matriz de Responsabilidades – São Paulo. Jan. 2010. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/matriz-de-responsabilidades/sp/matrizResponsabilidade.pdf>> Acesso em 13 dez. 2015.

PORTAL DA COPA. Termo Aditivo a Matriz de Responsabilidades – São Paulo. Jul. 2010. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/0410_2013_turismo_sp.pdf> Acesso em 13 dez. 2015.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Disponível em . [http://transparencia.gov.br/copa2014/empreendimentos /home.seam](http://transparencia.gov.br/copa2014/empreendimentos/home.seam). Acesso em 13 dez. 2015.

PORTARIA Nº 100, DE 16 DE JUNHO DE 2011. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=175>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

RAEDER, Sávio. **Jogos & cidades**: ordenamento territorial urbano em sedes de megaeventos esportivos. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.

RAMOS, S. R. A Prospecção e Captação de Eventos. **Monografia**. (UNISC/Santa Cruz do Sul, RS), 2002.

RAMOS, S. R. Turismo de eventos: análise nos empreendimentos hoteleiros na cidade de Balneário Camboriú – SC. **Dissertação**. (UNIVALI/Balneário Camboriú,SC), 2005.

RAMOS, S. R.; NAGABE, F. Capture of Events: The Contributions of the Fifa World Cup 2014 to the Brazilian Cities that will not Host Football Games. **Atiner Conference Paper Series**, v.X, 2014. p.1 - 16.

Relatório Final Accenture. Estádio da abertura da Copa 2014 como dinamizador do desenvolvimento da Zona Leste e da Cidade de São Paulo. Jan/2011. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/arquivos/itaquera.pdf>. Acesso em 13 dez. 2015.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Por uma análise social e política dos megaeventos esportivos no Brasil. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 66, n. 2, p. 27-30, June 2014 . Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 19 Nov. 2018.

RODRIGUES, A. B. Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO; M.; SILVEIRA, M. L. (orgs). **América Latina: Cidade, Campo e Turismo**. 1ª ed. Buenos Aires: Conselho Latino Americano de Ciencias Sociales – CLASCO, São Paulo: USP, 2006.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito a cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007. P. 73-88.

RODRIGUES, A. M. Os megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano. **GeoTextos**, vol. 9, n. 2, dez. 2013. P.13-25

RODRIGUES, A. M. A cidade como direito. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, ago/2007, vol. XI, núm. 245 (33).

ROQUE, A.; CARVALHO, P. Eventos desportivos e turismo em contexto urbano: o caso do Downhill. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 545-562, outubro de 2012.

SANTOS, C. S. Dos negócios na cidade a cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. In: **Revista Cidades**. v. 3, n. 5, 2006. p. 101-122.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. Políticas Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. “Da política dos Estados à política das empresas”. **Cadernos da Escola do Legislativo**. São Paulo, julho de 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, W. J. F. O futebol sem bola na cidade vendida: aspectos relacionais a passagem de consumo no espaço para consumo do espaço e as franquias de mercadorias esportivas. **Anais... ENANPEGE**, 2013. P. 551-563.

SÃO PAULO, Secretaria de Estado do Meio ambiente de São Paulo. Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo. São Paulo, [s.d.]. **TURISMO – Visão e Ação ‘GLOSSÁRIO’**, 2000.

SASSEN, S. Las economias urbanos y el debilitamiento de las distancias. In: Ramos, A.M. (ed) **Lo Urbano**. Barcelona: UPC/ETSAB, 2004.

SCHELIGA, Renata C. Itaquera e o Itaquerão: legado com urbanidade. **Monografia**. FAU-USP, 2012.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE – Turismo no Brasil. Brasília: SEBRAE, 2010.

SEGALLA, Vinicius. Copa no Brasil custa mais caro que as três últimas edições somadas. **UOL/Esporte**, 29/06/2011. Disponível em <http://esporte.uol.com.br/futebol/copa-2014/ultimas-noticias/2011/06/29/copanobrasilpodera-ser-mais-cara-do-que-todas-as-outras-juntas.htm>>. Acesso em 11 fev. 2012.

SEIXAS, J. Os Mega Eventos na cidade: imagética social, política econômica e governança urbana. **E-metropolis**, ano 1, nº 02, setembro/2010.

SILVA, E. A. Nas tramas da “cidade ilegal”: atores e conflitos em ocupações de terra urbana. Tese (Doutorado), USP, 2006.

SILVEIRA, M. L. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. **Revista Experimental**. São Paulo: Laboplan (Departamento de Geografia FFLCH/USP), n. 02, março de 1997. (p. 35-45).

SINAENCO. RDC – Regime Diferenciado de Contratações: Dossiê atualizado sobre a ineficiência da contratação integrada no Brasil. 2015. Disponível em: <http://sinaenco.com.br/wp-content/uploads/2015/01/DnitIneficienciaContratacaoIntegradaNoBrasil2015.pdf> . Acesso em 30 de janeiro de 2019.

SINAENCO/SP. Proposta permite que empresas contratadas sob o RDC para executar obras de engenharia possam desapropriar imóveis. Disponível em: <http://sinaenco.com.br/noticias/especialistas-criticam-mp-70015/>. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Prefeitura do Município de São Paulo PMSP. Polo Institucional Itaquera - Diretrizes de projeto urbanístico – Assessoria Técnica de Operação Urbana, ATOU, 2012.

THÉRY, H., DE MELLO- THÉRY, N., **Atlas do Brasil** - Disparidades e dinâmicas do território. 3ª ed., São Paulo: EDUSP, 2018.

TOLEDO, Renata Maria; GRIX, Jonathan; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 21-44, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782015000400021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Nov. 2017.

TRALDI, Maria T. F. Futebol, turismo e sustentabilidade: uma análise do programa BNDES proCopa turismo como uma possível política ambiental. **Rev. Bras. De Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 113-136, jan./jun. 2011.

TRANSPARENTE, Copa. Decretos sobre a Copa. Disponível em: <<http://www.copatransparente.gov.br/homecopa>>. Acesso em 02 dez. 2015.

TURISMO – VISÃO E AÇÃO ‘GLOSSÁRIO’ – Revista Científica do Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí, Ano 2, n.4, Itajaí: Editora da UNIVALI, fev/2000.

UCHOAS, L. Impactos da Copa de 2014: o que rola nas 12 sedes do mundial de futebol. **Caros Amigos**. Ano XVI, n. 181, São Paulo: Bangraf, abril de 2012. (p.10-15).

UZZO, Karina G.; SAULE JUNIOR, Nelson. **Conhecendo o direito**: proteção e garantia dos direitos humanos no âmbito de megaprojetos e megaeventos. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2012.

UNWTO. World Tourism Organization. World Tourism Barometer and Statistical Annex, January 2019. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/wtobarometereng.2019.17.1.1>>. Acesso em março de 2019a.

UNWTO. World Tourism Organization. World Tourism Barometer and Statistical Annex, January 2019. Disponível em: <http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/unwto_barometer_jan19_presentation_sp.pdf>. Acesso em março de 2019b.

UNWTO. World Tourism Organization. ‘Overtourism’? – Understanding and Managing Urban Tourism Growth beyond Perceptions, Executive Summary, Centre of Expertise Leisure, Tourism & Hospitality; NHTV Breda University of Applied Sciences; and NHL Stenden University of Applied Sciences: Madrid, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284420070>.

VAINER, C. Patria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O. ; MARICATO, E.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. Petropolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

VAINER, C. **Cidade de exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, 2011.

VALENCIA, D. Críticas ao regime diferenciado de contratações públicas. **Revista Prolegómenos Derechos y Valores**, 19, 38,61-75. Doi: <http://dx.doi.org/10.18359/prole.1970>. 2016. Acesso em 01 de junho de 2017.

VASCONCELOS, Daniel Bruno. A Copa do Mundo de 2014 na cidade de São Paulo: as transformações na estrutura urbana de Itaquera. **Dissertação** (Mestrado). FFLCH/USP, 2015.

WHITAKER, J. S. F. O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço terciário em São Paulo. **Revista Pós**. São Paulo, v-16, dezembro, 2004. P. 26-49.

WOOD, E. Measuring the economic and social impacts of local authority events. **Internacional Journal of Public Sector Management**, v. 18, n,1, 2005. P. 37-53.

WTTC. World Travel & Tourism Council. Travel & Tourism Economic Impact 2018 – March, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Informações sobre regulação dos meios de hospedagem no Brasil

Lei No. 11.771, de 17.09.2008⁷⁵ : Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, sendo conhecida como Lei Geral do Turismo.

No Art. 23 o conceito de meios de hospedagem como sendo “aqueles destinados a apresentar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária”.

No Art. 25, tem-se a previsão da classificação dos meios de hospedagem, que hoje são regulados pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem – SBClass, instituído pela **Portaria No. 100, de 16.06.2011**, do Ministério do Turismo. Há de se destacar que a classificação não é obrigatória, estando os meios de hospedagem livres para decidirem se querem ou não solicitar a classificação oficial. O SBClass foi estabelecido por meio de parceria entre o Ministério do Turismo, Inmetro, Sociedade Brasileira de Metrologia e sociedade civil. Entre seus objetivos esse sistema visa como estratégia promover e assegurar a competitividade hoteleira em um mercado global altamente disputado. Tal Portaria vem estabelecer: a estrutura do SBClass; os tipos passíveis de classificação; as categorias de cada tipo; os requisitos de infraestrutura, serviços e sustentabilidade de cada categoria; os critérios de classificação; e os processos de verificação, monitoramento e avaliação permanentes. Destaca que a classificação com o objetivo de informar e orientar o mercado turístico e os consumidores constitui referência de caráter oficial sobre tipos e categorias dos empreendimentos de hospedagem. O SBClass utiliza o símbolo “estrela” para identificação das categorias, em uma escala de uma a cinco estrelas e institui os tipos de meios de hospedagem, com as respectivas características distintivas, sendo eles: Hotel; Resort; Hotel Fazenda; Cama e Café; Hotel Histórico; Pousada; Flat/Apart-Hotel.

No Art. 7º, os tipos de meios de hospedagem, com as respectivas características distintivas, são:

- I – HOTEL: estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária;
- II – RESORT: hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento;
- III – HOTEL FAZENDA: localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo;
- IV – CAMA E CAFÉ: hospedagem em residência com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento resida;
- V – HOTEL HISTÓRICO: instalado em edificação preservada em sua forma original ou restaurada, ou ainda que tenha sido palco de fatos histórico-culturais de importância reconhecida;
- VI – Pousada: empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de

⁷⁵ LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm>. Acesso em: 15 jul. 2016.

recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs; e
 VII – FLAT/APART-HOTEL: constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação.

Parágrafo único. Entende-se como fatos histórico-culturais, citados no inciso V, aqueles tidos como relevantes pela memória popular, independentemente de quando ocorreram, podendo o reconhecimento ser formal por parte do Estado brasileiro, ou informal, com base no conhecimento popular ou em estudos acadêmicos.

No Art. 8º tem-se as categorias de cada um dos tipos referidos no Art. 7º, que são as seguintes de acordo com a Figura 12:

Figura 1: SBClass

Fonte: Portaria No. 100, de 16.06.2011.

Internacionalmente, a classificação usualmente adotada pelas grandes redes internacionais, define quatro categorias de hotéis em função dos serviços e das comodidades oferecidas por suas unidades: *luxury*, *upscale*, *midscale* e *budget*.

APÊNDICE B – Sobre o BNDES e o Programa ProCopa Turismo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fundado em 1952, é uma empresa pública federal cujas atividades constituem instrumentos de financiamento de longo prazo destinados à realização de investimento em todos os segmentos da economia, comprometido, segundo site oficial⁷⁶, com o desenvolvimento da sociedade brasileira em uma concepção integrada, que inclui, de forma explícita, as dimensões social, regional e ambiental. O BNDES tem as seguintes áreas de atuação: agropecuária; comércio, serviços e turismo; cultura; desenvolvimento social e urbano; esporte; inclusão social e produtiva; indústria; infraestrutura; inovação; meio ambiente e mercado de capitais. (BNDES, 2016).

Ele vem sendo considerado um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e, hoje, o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira. Apoia empreendedores de todos os portes, inclusive pessoas físicas, na realização de seus planos de modernização, de expansão e na concretização de novos negócios, tendo sempre em vista o potencial de geração de empregos, renda e de inclusão social para o País. O Banco avalia a concessão do apoio com foco no impacto socioambiental e econômico no Brasil e considera o incentivo à inovação, o desenvolvimento regional e o desenvolvimento socioambiental como prioridades para a instituição. Os instrumentos de apoio financeiro incluem o financiamento; a concessão de recursos não reembolsáveis a projetos de caráter social, cultural e tecnológico; e instrumentos de renda variável. Ainda oferece condições especiais para micro, pequenas e médias empresas, assim como linhas de investimentos sociais, direcionadas para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano (BNDES, 2016).

Em seu Planejamento Corporativo 2009/2014, o BNDES elegeu quatro temas transversais: a inovação, o desenvolvimento local e regional, o desenvolvimento socioambiental e o desenvolvimento no entorno de projetos, como as linhas mais importantes de fomento econômico no contexto atual, devendo ser promovidos e enfatizados por todos os empreendimentos apoiados pelo Banco. (BNDES, 2016).

Seguindo a linha do desenvolvimento socioambiental do banco, o Programa BNDES ProCopa Turismo foi concebido com dois subprogramas: Hotel Sustentável e Hotel Eficiência Energética, conforme a certificação necessária para as condições de concessão do crédito do programa. O primeiro subprograma é o Hotel Sustentável que teve a expansão dos prazos de pagamento para até 18 anos na construção de novas unidades e até 12 anos para inversões em ampliação, reformas e modernização; tiveram direito a prazos mais dilatados apenas os empreendimentos que, depois de sua conclusão, viessem a obter certificação no Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem, ou outro certificado de construção sustentável reconhecido por entidade acreditada pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (Inmetro). Já o segundo, com prazo de pagamento de até 15 anos para a construção de novos hotéis e de até dez anos para ampliações, reformas e modernizações, desde que os empreendimentos financiados, depois de concluídos, tenham a certificação de eficiência energética nível “A” dentro do Programa de Eficiência Energética nas Edificações (Procel Edifica). (BNDES, 2013).

⁷⁶ http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/

APÊNDICE C – Sobre o BNB e os Programas FNE-Proatur e FNE-MPE

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Está subordinado à fiscalização do Tribunal de Contas da União e da Secretaria Federal de Controle Interno.

Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco atua em cerca de 2 mil municípios, abrangendo os nove Estados da Região Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; o norte de Minas Gerais: incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha; e o norte do Espírito Santo. É o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina e diferencia-se das demais instituições financeiras por atuar como Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste.

O BNB opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos operacionalizada pela Empresa. Além dos recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O CrediAmigo é o maior programa de microcrédito da América do Sul e o segundo da América Latina, por meio do qual o Banco já emprestou mais de R\$ 3,5 bilhões a microempreendedores. Já o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), criado para estruturar o turismo da Região opera com recursos da ordem de US\$ 800 milhões. (BNB, 2016).

O FNE PROATUR (2016) tem por objetivo integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da Região, em bases sustentáveis. Assim, financia ⁷⁷ a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico (lideradas por empresas privadas de pequeno-médio, médio e grande portes que realizem atividades produtivas⁷⁸), contemplando: investimentos, inclusive a aquisição de meios de

⁷⁷ Destaca-se que os prazos para implantação de hotéis e outros meios de hospedagem, bem como de arenas multiuso é de até 20 anos, incluída a carência de até 5 anos. Quanto aos limites de financiamento, dependerá do porte do beneficiário, para pequena-média empresa, a faixa de receita anual (R\$) sendo acima de 3.600.000,00 até 16.000.000,00, o máximo de financiamento 90 a 100% pelo FNE e com mínimo de recursos próprios até 10%; para média-empresa a faixa de receita anual (R\$) sendo acima de 16.000.000,00 até 90.000.000,00, o máximo de financiamento 80 a 95% e com mínimo de recursos próprios de 5 a 20%; e para grande-empresa a faixa de receita anual (R\$) sendo acima de 90.000.000,00, o máximo de financiamento 70 a 90% e com mínimo de recursos próprios de 10 a 30%. Os encargos financeiros anuais variam de 9,5 % a.a. a 12,95% a.a. (BNB, 2016).

⁷⁸ Agências de turismo; Meios de hospedagem; Transportadoras turísticas; Organizadoras de eventos; Parques temáticos, inclusive parques temáticos aquáticos; Acampamentos turísticos (áreas de camping); Guias de turismo; Restaurantes, cafeterias, bares e similares; Centros ou locais destinados a convenções, feiras, exposições e similares; Empreendimentos de equipamentos de entretenimentos e lazer; Marinas e Empreendimentos de apoio ao turismo náutico; Empreendimentos de apoio à pesca desportiva; Casas de espetáculo, shows e equipamentos de animação turística; Prestadores de serviços de infraestrutura de apoio a eventos; Locadoras de veículos; Prestadores especializados em segmentos turísticos; Empreendimentos destinados a proporcionar a prática de

hospedagem, já construídos ou em construção (desde que atendidas algumas condições estabelecidas pelo programa); capital de giro associado ao investimento fixo; aquisição de veículos utilitários 4x4 cabine dupla para pequenas-médias empresas locadoras de veículos ou empresas de receptivo turístico, podendo a aquisição ser financiada de forma isolada; aquisição, conversão, modernização, reforma ou reparação de embarcações utilizadas no transporte turístico de passageiros, inclusive de forma isolada, etc.

O FNE-MPE (2016), por sua vez, tem por objetivo fomentar o desenvolvimento das microempresas, empresas de pequeno porte e de microempreendedores individuais (MEIs) dos setores: industrial (inclusive mineração), agroindustrial, de turismo, comercial e de prestação de serviços (inclusive empreendimentos culturais e a produção, circulação, divulgação e comercialização de produtos e serviços culturais), a fim de contribuir para o fortalecimento e aumento da competitividade desses segmentos econômicos. Os financiamentos⁷⁹ são para implantação, expansão, modernização, reforma e realocação de empreendimentos contemplando: Investimentos; Capital de giro associado ao investimento, exceto para MEIs; e Financiamento às indústrias, usinas e outras empresas beneficiadoras para aquisição, diretamente de produtores financiados pelo Banco ao amparo de termos de parceria, da produção agropecuária para fins de industrialização ou beneficiamento.

turismo cultural (a exemplo de museus); Empreendimentos destinados a proporcionar a prática do ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura e turismo de esportes; Empresas de planejamento e consultoria turística; Restauração de edifícios históricos para fins turísticos; Arenas multiusos, de responsabilidade da iniciativa privada, entendidas como ginásios ou estádios que incorporem tecnologia e flexibilidade estrutural para diversos tipos de eventos de entretenimento e lazer, contemplando anexos, restaurantes, bares, lojas, instalações de apoio, serviços etc. (BNB, 2016).

⁷⁹ Quanto aos prazos, no setor de turismo relativo a implantação de hotéis e outros meios de hospedagem, varia até 20 anos, com até 5 anos de carência. Os demais investimentos do setor de turismo (exceto reforma ou reparação de embarcação, aquisição isolada de móveis e utensílios e aquisição isolada de imóveis com benfeitorias concluídas em área urbana): até 15 anos, com até 5 anos de carência. Quanto aos limites de financiamento, para microempresas, a faixa de receita anual (R\$) até 360.000,00, e para pequenas empresas, a faixa de receita anual (R\$) deve ser acima de 360.000,00 até 3.600.000,00, sendo o máximo de financiamento 100%, com 0% de recursos próprios, para ambos os portes de beneficiário. Os encargos financeiros anuais variam de 9,5% a.a., 11,18% a.a. e 18,20% a.a. (BNB-FNE-MPE, 2016).

ANEXOS

Anexo A – Estratégias e medidas para lidar com o crescimento dos visitantes nas cidades (original em inglês - UNWTO, 2018).

Strategies and measures to address visitors' growth in cities

Strategies	Measures
Strategy 1 Promote the dispersal of visitors within the city and beyond	<ul style="list-style-type: none"> – Host more events in less visited parts of the city and in its surroundings – Develop and promote visitor attractions and facilities in less visited parts of the city and in its surroundings – Improve capacity of and time spent at attractions – Create joint identity of city and its surroundings – Implement travel card for unlimited local travel – Mark entire city as inner-city to stimulate visitation of less visited parts
Strategy 2 Promote time-based dispersal of visitors	<ul style="list-style-type: none"> – Promote experiences during off-peak months – Promote dynamic pricing – Stimulate events in off-peak months – Set timeslots for popular attractions and/or events aided by real-time monitoring – Use new technologies (apps and others) to stimulate dynamic time-based dispersal
Strategy 3 Stimulate new visitor itineraries and attractions	<ul style="list-style-type: none"> – Promote new itineraries at the city entry points and through the visitor's journey, including at tourist information centres – Offer combined discounts for new itineraries and attractions – Produce city guides and books highlighting hidden treasures – Create dynamic experiences and routes for niche visitors – Stimulate development of guided tours through less-visited parts of the city – Develop virtual reality applications to famous sites and attractions to complement onsite visits
Strategy 4 Review and adapt regulation	<ul style="list-style-type: none"> – Review opening times of visitor attractions – Review regulation on access for large groups to popular attractions – Review regulation on traffic in busy parts of the city – Ensure visitors use parking facilities at the edge of city – Create specific drop-off zones for coaches in suitable places – Create pedestrian-only zones – Review regulation and taxation on new platform tourism services – Review regulation and taxation on hotels and other accommodation – Define the carrying capacity of the city and of critical areas and attractions etc. – Consider an operator's licence system to monitor all operators etc. – Review regulation on access to certain areas of the city for tourist related-activities
Strategy 5 Enhance visitors' segmentation	<ul style="list-style-type: none"> – Identify and target visitor segments with lower impact according to the specific city context and objectives – Target repeat-visitors – Discourage visitation of the city of certain visitors segments
Strategy 6 Ensure local communities benefit from tourism	<ul style="list-style-type: none"> – Increase the level of employment in tourism and strive to create decent jobs – Promote the positive impacts of tourism, create awareness and knowledge of the sector amongst local communities – Engage local communities in the development of new tourism products – Conduct an analysis of supply-demand potential of the local communities and promote their integration in the tourism value chain – Improve quality of infrastructure and services considering residents and visitors – Stimulate development of impoverished neighbourhoods through tourism

Strategies and measures to address visitors' growth in cities

Strategies	Measures
Strategy 7 Create city experiences that benefit both residents and visitors	<ul style="list-style-type: none"> – Develop the city to fit with the residents' needs and desires and consider tourists as temporary residents – Develop tourism experiences and products that promote the engagement of residents and visitors – Integrate visitor facilities within local festivities and activities – Create and promote local city ambassadors – Promote art and culture initiatives such as street art to provide fresh perspectives on the city and expand visitation to new areas – Extend opening times of visitor attractions
Strategy 8 Improve city infrastructure and facilities	<ul style="list-style-type: none"> – Create a city-wide plan for a well-balanced, sustainable traffic management – Ensure that major routes are suitable for extensive tourism activity and that secondary routes are available at peak times – Improve urban cultural infrastructure – Improve directional signage, interpretation materials and notices – Make public transport better suited for visitors – Set up specific transport facilities for visitors during peak periods – Provide adequate public facilities – Create safe cycling routes and stimulate bicycle rentals – Set up specific safe and attractive walking routes – Ensure that routes are suitable for the physically impaired or elderly visitors in line with accessible tourism principles – Safeguard quality of cultural heritage and attractions – Ensure cleaning regimes fit with tourism facilities and with peak times
Strategy 9 Communicate with and engage local stakeholders	<ul style="list-style-type: none"> – Ensure that a tourism management group (including all stakeholders) is set up and is regularly convened – Organize professional development programmes for partners etc. – Organize local discussion platforms for residents – Conduct regular research among residents and other local stakeholders – Encourage locals to share interesting content about their city on social media – Communicate with residents about their own behaviour – Unite disjointed communities
Strategy 10 Communicate with and engage visitors	<ul style="list-style-type: none"> – Create awareness of tourism impact amongst visitors – Educate visitors on local values, traditions and regulations – Provide adequate information about traffic restrictions, parking facilities, fees, shuttle bus services, etc.
Strategy 11 Set monitoring and response measures	<ul style="list-style-type: none"> – Monitor key indicators such as seasonal fluctuations in demand, arrivals and expenditures, patterns of visitation to attractions, visitor segments, etc. – Advance the use of big data and new technologies to monitor and evaluate tourism performance and impact – Create contingency plans for peak periods and emergency situations

Anexo B - Requisitos Legais Estabelecidos pela FIFA

REQUISITOS	EXIGÊNCIAS
Estádio de futebol	Devem ser compatíveis com a realidade do evento, com capacidade 241equis de 40.000 assentos, e atenda aspectos de segurança, prevenção e extinção de incêndios, com circuito fechado de vigilância, primeiros socorros. Deve possuir boa sinalização, facilitando o acesso a setores e rotas de escape, estacionamento para ônibus, carros e 241equisites, bom campo de jogo e hospitalidade, para patrocinadores, áreas Vip, FIFA <i>lounge</i> . A estrutura para mídia, com salas de conferência, estúdios de televisão. Deve proporcionar aos expectadores cobertura do estádio, serviços públicos, praça de alimentação e compras, venda de ingressos e atendimentos à legislação local e Estatuto do torcedor.
Transporte	As cidades devem estar atentas aos projetos estruturais, acesso a um transporte de qualidade, rotas de acesso à cidade e ao estádio com o menor tempo e percurso.
Centros de treinamentos de seleções	Adequar os centros para a Copa das Confederações em 2013.
Instalação dos chamados Fans Park	Áreas destinadas a concentração de públicos para assistirem aos jogos na própria cidade em que são realizados os jogos.
Energia	Capacidade de suprimento e plano de 241equisi e distribuição.
Acomodações	Capacidade e qualidade da estrutura hoteleira para receber milhares de espectadores, família FIFA e jornalistas de todo o mundo.
Turismo	Auxílio e colaboração para atingir padrões internacionais no que diz respeito ao atendimento e, assim, 241equisite o legado dos aspectos turísticos.
Comunicação e Marketing	Recomendação de execução de um plano de comunicação e marketing desde a preparação do evento até o pós-copa.
Urbanismo	Acompanhar projetos urbanísticos das cidades.
Saúde Pública	Planejamento de um conjunto de programas de prevenção de doenças locais e atendimento da rede pública
Segurança pública	Ações dos governos para garantir a segurança durante o evento.
Capital Humano	Preparação, coordenação e realização dos treinamentos das pessoas envolvidas na realização da Copa do mundo.
Sustentabilidade	Programa integral para atendimentos aos 241equisites do <i>Green Goal</i> .
Tecnologia	Planejamento das melhorias e transformações tecnológicas necessárias.
Eventos de negócios	Preparação e planejamento dos eventos de negócios realizados durante a Copa.
Planejamento Tributário e Fiscal	Estudo sobre tributos diretos e indiretos sobre insumos e produtos relacionados à Copa do mundo.
Atividades culturais	Participação dos governos em atividades culturais a fim de garantir e estabelecer o legado após a Copa

Fonte: FIFA – DGC Consultoria – 2007.

Anexo C – PORTARIA Nº 192, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**(Mapa do Turismo Brasileiro)****Ministério do Turismo****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 192, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso VI, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO que o mapeamento das regiões turísticas brasileiras se constitui em uma das estratégias para a implementação do Programa de Regionalização do Turismo, consoante dispõe o art. 5º da Portaria MTur nº 105, de 16 de maio de

2013; e

CONSIDERANDO que o Mapa do Turismo Brasileiro é um instrumento de orientação para a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas setoriais e locais, nos territórios nele identificados, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo, de forma regionalizada e descentralizada, conforme definido pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Para integrar o Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, as regiões turísticas deverão observar os seguintes critérios:

I - os municípios que a compõem devem possuir características similares e/ou complementares e aspectos que os identifiquem enquanto Região, ou seja, que tenham uma identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica em comum;

II - os municípios que a compõem devem ser limítrofes e/ou próximos uns aos outros;

III - a região deverá comprovar a existência de uma Instância de Governança Regional (conselho, fórum, comitê, associação) responsável por sua gestão, por meio de ata da reunião de sua instalação; e

IV - o Órgão Oficial de Turismo das Unidades da Federação deverá apresentar ata de reunião com o Fórum ou Conselho Estadual de Turismo, registrando a apresentação das Regiões Turísticas definidas ao referido colegiado.

Art. 2º Para integrar uma Região Turística do Mapa do Turismo Brasileiro, cada município deverá atender aos seguintes critérios:

I - comprovar a existência de órgão ou entidade responsável pela Pasta de turismo, por meio da apresentação de legislação referente à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;

II - comprovar a existência de dotação orçamentária destinada ao turismo, por meio da apresentação da Lei Orçamentária Anual - LOA e do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD vigentes;

III - comprovar a existência de Conselho Municipal de Turismo ativo, mediante a apresentação da legislação que o institui, da ata de posse da atual diretoria e das atas das duas últimas reuniões realizadas;

IV - possuir prestador(es) de serviços turísticos de atividades obrigatórias registrados, na Base de Dados do Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, até 30 (trinta) dias antes da data de fechamento do Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo - SISPR-T; e

V - apresentar Termo de Compromisso assinado pelo Prefeito Municipal e pelo dirigente responsável pela pasta de turismo, conforme modelo disponibilizado pelo Ministério do Turismo, aderindo de forma espontânea e formal ao Programa de Regionalização do Turismo e à Região Turística.

Parágrafo único. Em relação ao disposto no inciso III, nos casos em que o Conselho Municipal de Turismo tiver sido instituído nos últimos três meses antes do fechamento do Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo - SISPR-T, faculta-se a apresentação das atas das duas últimas reuniões.

Art. 3º Todos os documentos comprobatórios deverão ser anexados ao Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo - SISPR-T, conforme cronograma a ser definido e divulgado pelo Ministério do Turismo, por meio dos sítios eletrônicos www.turismo.gov.br e www.regionalizacao.turismo.gov.br.

Art. 4º As instruções para condução do processo de mapeamento das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro estão contidas no documento "Orientação para Atualização do Mapa do Turismo Brasileiro", disponível no endereço eletrônico: www.regionalizacao.turismo.gov.br.

Art. 5º O Ministro de Estado do Turismo, em caráter excepcional, poderá decidir acerca dos casos não previstos nesta Portaria, desde que justificado o interesse da Administração Federal ou Estadual e respeitado o princípio da razoabilidade, mediante análise do caso concreto.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 205, de 9 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia subsequente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VINICIUS LUMMERTZ

Anexo D – LEI No 12.663, DE 5 DE JUNHO DE 2012. (“Lei Geral da Copa”)

Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis n^{os} 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos eventos relacionados, que serão realizados no Brasil.

Art. 2º Para os fins desta Lei, serão observadas as seguintes definições:

I - Fédération Internationale de Football Association (FIFA): associação suíça de direito privado, entidade mundial que regula o esporte de futebol de associação, e suas subsidiárias não domiciliadas no Brasil;

II - Subsidiária FIFA no Brasil: pessoa jurídica de direito privado, domiciliada no Brasil, cujo capital social total pertence à FIFA;

III - Copa do Mundo FIFA 2014 - Comitê Organizador Brasileiro Ltda. (COL): pessoa jurídica de direito privado, reconhecida pela FIFA, constituída sob as leis brasileiras com o objetivo de promover a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, bem como os eventos relacionados;

IV - Confederação Brasileira de Futebol (CBF): associação brasileira de direito privado, sendo a associação nacional de futebol no Brasil;

V - Competições: a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014;

VI - Eventos: as Competições e as seguintes atividades relacionadas às Competições, oficialmente organizadas, chanceladas, patrocinadas ou apoiadas pela FIFA, Subsidiárias FIFA no Brasil, COL ou CBF:

a) os congressos da FIFA, cerimônias de abertura, encerramento, premiação e outras cerimônias, sorteio preliminar, final e quaisquer outros sorteios, lançamentos de mascote e outras atividades de lançamento;

b) seminários, reuniões, conferências, workshops e coletivas de imprensa;

c) atividades culturais, concertos, exposições, apresentações, espetáculos ou outras expressões culturais, bem como os projetos Futebol pela Esperança (Football for Hope) ou projetos beneficentes similares;

d) partidas de futebol e sessões de treino; e

e) outras atividades consideradas relevantes para a realização, organização, preparação, marketing, divulgação, promoção ou encerramento das Competições;

VII - Confederações FIFA: as seguintes confederações:

a) Confederação Asiática de Futebol (Asian Football Confederation - AFC);

b) Confederação Africana de Futebol (Confédération Africaine de Football - CAF);

c) Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (Confederation of North, Central American and Caribbean Association Football - Concacaf);

d) Confederação Sul-Americana de Futebol (Confederación Sudamericana de Fútbol - Conmebol);

e) Confederação de Futebol da Oceania (Oceania Football Confederation - OFC); e

f) União das Associações Europeias de Futebol (Union des Associations Européennes de Football - Uefa);

VIII - Associações Estrangeiras Membros da FIFA: as associações nacionais de futebol de origem estrangeira, oficialmente afiliadas à FIFA, participantes ou não das Competições;

IX - Emissora Fonte da FIFA: pessoa jurídica licenciada ou autorizada, com base em relação contratual, para produzir o sinal e o conteúdo audiovisual básicos ou complementares dos Eventos com o objetivo de distribuição no Brasil e no exterior para os detentores de direitos de mídia;

X - Prestadores de Serviços da FIFA: pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas, com base em relação contratual, para prestar serviços relacionados à organização e à produção dos Eventos, tais como:

a) coordenadores da FIFA na gestão de acomodações, de serviços de transporte, de programação de operadores de turismo e dos estoques de Ingressos;

b) fornecedores da FIFA de serviços de hospitalidade e de soluções de tecnologia da informação; e

c) outros prestadores licenciados ou autorizados pela FIFA para a prestação de serviços ou fornecimento de bens;

XI - Parceiros Comerciais da FIFA: pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas com base em qualquer relação contratual, em relação aos Eventos, bem como os seus subcontratados, com atividades relacionadas aos Eventos, excluindo as entidades referidas nos incisos III, IV e VII a X;

XII - Emissoras: pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas com base em relação contratual, seja pela FIFA, seja por nomeada ou licenciada pela FIFA, que adquiram o direito de realizar emissões ou transmissões, por qualquer meio de comunicação, do sinal e do conteúdo audiovisual básicos ou complementares de qualquer Evento, consideradas Parceiros Comerciais da FIFA;

XIII - Agência de Direitos de Transmissão: pessoa jurídica licenciada ou autorizada com base em relação contratual, seja pela FIFA, seja por nomeada ou autorizada pela

FIFA, para prestar serviços de representação de vendas e nomeação de Emissoras, considerada Prestadora de Serviços da FIFA;

XIV - Locais Oficiais de Competição: locais oficialmente relacionados às Competições, tais como estádios, centros de treinamento, centros de mídia, centros de credenciamento, áreas de estacionamento, áreas para a transmissão de Partidas, áreas oficialmente designadas para atividades de lazer destinadas aos fãs, localizados ou não nas cidades que irão sediar as

Competições, bem como qualquer local no qual o acesso seja restrito aos portadores de credenciais emitidas pela FIFA ou de Ingressos;

XV - Partida: jogo de futebol realizado como parte das Competições;

XVI - Períodos de Competição: espaço de tempo compreendido entre o 20º (vigésimo) dia anterior à realização da primeira Partida e o 5º (quinto) dia após a realização da última Partida de cada uma das Competições;

XVII - Representantes de Imprensa: pessoas naturais autorizadas pela FIFA, que recebam credenciais oficiais de imprensa relacionadas aos Eventos, cuja relação será divulgada com antecedência, observados os critérios previamente estabelecidos nos termos do §1º do art. 13, podendo tal relação ser alterada com base nos mesmos critérios;

XVIII - Símbolos Oficiais: sinais visivelmente distintivos, emblemas, marcas, logomarcas, mascotes, lemas, hinos e qualquer outro símbolo de titularidade da FIFA; e

XIX - Ingressos: documentos ou produtos emitidos pela FIFA que possibilitam o ingresso em um Evento, inclusive pacotes de hospitalidade e similares.

Parágrafo único. A Emissora Fonte, os Prestadores de Serviços e os Parceiros Comerciais da FIFA referidos nos incisos IX, X e XI poderão ser autorizados ou licenciados diretamente pela FIFA ou por meio de uma de suas autorizadas ou licenciadas.

CAPÍTULO II - DA PROTEÇÃO E EXPLORAÇÃO DE DIREITOS COMERCIAIS

Seção I Da Proteção Especial aos Direitos de Propriedade Industrial Relacionados aos Eventos

Art. 3º O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) promoverá a anotação em seus cadastros do alto renome das marcas que consistam nos seguintes Símbolos Oficiais de titularidade da FIFA, nos termos e para os fins da proteção especial de que trata o [art. 125 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996](#):

I - emblema FIFA;

II - emblemas da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014;

III - mascotes oficiais da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014; e

IV - outros Símbolos Oficiais de titularidade da FIFA, indicados pela referida entidade em lista a ser protocolada no INPI, que poderá ser atualizada a qualquer tempo.

Parágrafo único. Não se aplica à proteção prevista neste artigo a vedação de que trata o [inciso XIII do art. 124 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996](#).

Art. 4º O INPI promoverá a anotação em seus cadastros das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA, nos termos e para os fins da proteção especial de que trata o art. 126 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, conforme lista fornecida e atualizada pela FIFA.

Parágrafo único. Não se aplica à proteção prevista neste artigo a vedação de que trata o [inciso XIII do art. 124 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996](#).

Art. 5º As anotações do alto renome e das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA produzirão efeitos até 31 de dezembro de 2014, sem prejuízo das anotações realizadas antes da publicação desta Lei.

§ 1º Durante o período mencionado no caput, observado o disposto nos arts. 7º e 8º:

I - o INPI não requererá à FIFA a comprovação da condição de alto renome de suas marcas ou da caracterização de suas marcas como notoriamente conhecidas; e

II - as anotações de alto renome e das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA serão automaticamente excluídas do Sistema de Marcas do INPI apenas no caso da renúncia total referida no art. 142 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

§ 2º A concessão e a manutenção das proteções especiais das marcas de alto renome e das marcas notoriamente conhecidas deverão observar as leis e regulamentos aplicáveis no Brasil após o término do prazo estabelecido no caput.

Art. 6º O INPI deverá dar ciência das marcas de alto renome ou das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), para fins de rejeição, de ofício, de registros de domínio que empreguem expressões ou termos idênticos às marcas da FIFA ou similares.

Art. 7º O INPI adotará regime especial para os procedimentos relativos a pedidos de registro de marca apresentados pela FIFA ou relacionados à FIFA até 31 de dezembro de 2014.

§1º A publicação dos pedidos de registro de marca a que se refere este artigo deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias contados da data da apresentação de cada pedido, ressalvados aqueles cujo prazo para publicação tenha sido suspenso por conta de exigência formal preliminar prevista nos [arts. 156 e 157 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996](#).

§ 2º Durante o período previsto no caput, o INPI deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação referida no § 1º, de ofício ou a pedido da FIFA, indeferir qualquer pedido de registro de marca apresentado por terceiros que seja flagrante reprodução ou imitação, no todo ou em parte, dos Símbolos Oficiais, ou que possa causar evidente confusão ou associação não autorizada com a FIFA ou com os Símbolos Oficiais.

§ 3º As contestações aos pedidos de registro de marca a que se refere o caput devem ser apresentadas em até 60 (sessenta) dias da publicação.

§ 4º O requerente deverá ser notificado da contestação e poderá apresentar sua defesa em até 30 (trinta) dias.

§ 5º No curso do processo de exame, o INPI poderá fazer, uma única vez, exigências a serem cumpridas em até 10 (dez) dias, durante os quais o prazo do exame ficará suspenso.

§ 6º Após o prazo para contestação ou defesa, o INPI decidirá no prazo de 30 (trinta) dias e publicará a decisão em até 30 (trinta) dias após a prolação.

Art. 8º Da decisão de indeferimento dos pedidos de que trata o art. 7º caberá recurso ao Presidente do INPI, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de sua publicação.

§ 1º As partes interessadas serão notificadas para apresentar suas contrarrazões ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º O Presidente do INPI decidirá o recurso em até 20 (vinte) dias contados do término do prazo referido no § 1º.

§ 3º O disposto no § 5º do art. 7º aplica-se à fase recursal de que trata este artigo.

Art. 9º O disposto nos arts. 7º e 8º aplica-se também aos pedidos de registro de marca apresentados:

I - pela FIFA, pendentes de exame no INPI; e

II - por terceiros, até 31 de dezembro de 2014, que possam causar confusão com a FIFA ou associação não autorizada com a entidade, com os Símbolos Oficiais ou com os Eventos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a terceiros que estejam de alguma forma relacionados aos Eventos e que não sejam a FIFA, Subsidiárias FIFA no Brasil, COL ou CBF.

Art. 10. A FIFA ficará dispensada do pagamento de eventuais retribuições referentes a todos os procedimentos no âmbito do INPI até 31 de dezembro de 2014.

Seção II Das Áreas de Restrição Comercial e Vias de Acesso

Art. 11. A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso.

§ 1º Os limites das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, considerados os requerimentos da FIFA ou de terceiros por ela indicados, atendidos os requisitos desta Lei e observado o perímetro máximo de 2 km (dois quilômetros) ao redor dos referidos Locais Oficiais de Competição.

§ 2º A delimitação das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição não prejudicará as atividades dos estabelecimentos regularmente em funcionamento, desde que sem qualquer forma de associação aos Eventos e observado o disposto no art. 170 da Constituição Federal.

Seção III - Da Captação de Imagens ou Sons, Radiodifusão e Acesso aos Locais Oficiais de Competição

Art. 12. A FIFA é a titular exclusiva de todos os direitos relacionados às imagens, aos sons e às outras formas de expressão dos Eventos, incluindo os de explorar, negociar, autorizar e proibir suas transmissões ou retransmissões.

Art. 13. O credenciamento para acesso aos Locais Oficiais de Competição durante os Períodos de Competição ou por ocasião dos Eventos, inclusive em relação aos Representantes de Imprensa, será realizado exclusivamente pela FIFA, conforme termos e condições por ela estabelecidos.

§ 1º Até 180 (cento e oitenta) dias antes do início das Competições, a FIFA deverá divulgar manual com os critérios de credenciamento de que trata o caput, respeitados os princípios da publicidade e da impessoalidade.

§ 2º As credenciais conferem apenas o acesso aos Locais Oficiais de Competição e aos Eventos, não implicando o direito de captar, por qualquer meio, imagens ou sons dos Eventos.

Art. 14. A autorização para captar imagens ou sons de qualquer Evento ou das Partidas será exclusivamente concedida pela FIFA, inclusive em relação aos Representantes de Imprensa.

Art. 15. A transmissão, a retransmissão ou a exibição, por qualquer meio de comunicação, de imagens ou sons dos Eventos somente poderão ser feitas mediante prévia e expressa autorização da FIFA.

§ 1º Sem prejuízo da exclusividade prevista no art. 12, a FIFA é obrigada a disponibilizar flagrantes de imagens dos Eventos aos veículos de comunicação interessados em sua retransmissão, em definição padrão (SDTV) ou em alta-definição (HDTV), a critério do veículo interessado, observadas as seguintes condições cumulativas:

I - que o Evento seja uma Partida, cerimônia de abertura das Competições, cerimônia de encerramento das Competições ou sorteio preliminar ou final de cada uma das Competições;

II - que a retransmissão se destine à inclusão em noticiário, sempre com finalidade informativa, sendo proibida a associação dos flagrantes de imagens a qualquer forma de patrocínio, promoção, publicidade ou atividade de marketing;

III - que a duração da exibição dos flagrantes observe os limites de tempo de 30 (trinta) segundos para qualquer Evento que seja realizado de forma pública e cujo acesso seja controlado pela FIFA, exceto as Partidas, para as quais prevalecerá o limite de 3% (três por cento) do tempo da Partida;

IV - que os veículos de comunicação interessados comuniquem a intenção de ter acesso ao conteúdo dos flagrantes de imagens dos Eventos, por escrito, até 72 (setenta e duas) horas antes do Evento, à FIFA ou a pessoa por ela indicada; e

V - que a retransmissão ocorra somente na programação dos canais distribuídos exclusivamente no território nacional.

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, a FIFA ou pessoa por ela indicada deverá preparar e disponibilizar aos veículos de comunicação interessados, no mínimo, 6 (seis) minutos dos principais momentos do Evento, em definição padrão (SDTV) ou em alta-definição (HDTV), a critério do veículo interessado, logo após a edição das imagens e dos sons e em prazo não superior a 2 (duas) horas após o fim do Evento, sendo que deste conteúdo o interessado deverá selecionar trechos dentro dos limites dispostos neste artigo.

§ 3º No caso das redes de programação básica de televisão, o conteúdo a que se refere o § 2º será disponibilizado à emissora geradora de sinal nacional de televisão e poderá ser por ela distribuído para as emissoras que veiclem sua programação, as quais:

I - serão obrigadas ao cumprimento dos termos e condições dispostos neste artigo; e

II - somente poderão utilizar, em sua programação local, a parcela a que se refere o inciso III do § 1º, selecionada pela emissora geradora de sinal nacional.

§ 4º O material selecionado para exibição nos termos do § 2º deverá ser utilizado apenas pelo veículo de comunicação solicitante e não poderá ser utilizado fora do território nacional brasileiro.

§ 5º Os veículos de comunicação solicitantes não poderão, em momento algum:

I - organizar, aprovar, realizar ou patrocinar qualquer atividade promocional, publicitária ou de marketing associada às imagens ou aos sons contidos no conteúdo disponibilizado nos termos do § 2º; e

II - explorar comercialmente o conteúdo disponibilizado nos termos do § 2º, inclusive em programas de entretenimento, documentários, sítios da rede mundial de computadores ou qualquer outra forma de veiculação de conteúdo.

Seção IV - Das Sanções Cíveis

Art. 16. Observadas as disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), é obrigado a indenizar os danos, os lucros cessantes e qualquer proveito obtido aquele que praticar, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, entre outras, as seguintes condutas:

I - atividades de publicidade, inclusive oferta de provas de comida ou bebida, distribuição de produtos de marca, panfletos ou outros materiais promocionais ou ainda atividades similares de cunho publicitário nos Locais Oficiais de Competição, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que se refere o art. 11 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles;

II - publicidade ostensiva em veículos automotores, estacionados ou circulando pelos Locais Oficiais de Competição, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que se refere o art. 11 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles;

III - publicidade aérea ou náutica, inclusive por meio do uso de balões, aeronaves ou embarcações, nos Locais Oficiais de Competição, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que se refere o art. 11 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles;

IV - exibição pública das Partidas por qualquer meio de comunicação em local público ou privado de acesso público, associada à promoção comercial de produto, marca ou serviço ou em que seja cobrado Ingresso;

V - venda, oferecimento, transporte, ocultação, exposição à venda, negociação, desvio ou transferência de Ingressos, convites ou qualquer outro tipo de autorização ou credencial para os Eventos de forma onerosa, com a intenção de obter vantagens para si ou para outrem; e

VI - uso de Ingressos, convites ou qualquer outro tipo de autorização ou credencial para os Eventos para fins de publicidade, venda ou promoção, como benefício, brinde, prêmio de concursos, competições ou promoções, como parte de pacote de viagem ou hospedagem, ou a sua disponibilização ou o seu anúncio para esses propósitos.

§ 1º O valor da indenização prevista neste artigo será calculado de maneira a englobar quaisquer danos sofridos pela parte prejudicada, incluindo os lucros cessantes e qualquer proveito obtido pelo autor da infração.

§ 2º Serão solidariamente responsáveis pela reparação dos danos referidos no caput todos aqueles que realizarem, organizarem, autorizarem, aprovarem ou patrocinarem a exibição pública a que se refere o inciso IV.

Art. 17. Caso não seja possível estabelecer o valor dos danos, lucros cessantes ou vantagem ilegalmente obtida, a indenização decorrente dos atos ilícitos previstos no art. 16 corresponderá ao valor que o autor da infração teria pago ao titular do direito violado para que lhe fosse permitido explorá-lo regularmente, tomando-se por base os parâmetros contratuais geralmente usados pelo titular do direito violado.

Art. 18. Os produtos apreendidos por violação ao disposto nesta Lei serão destruídos ou doados a entidades e organizações de assistência social, respeitado o devido processo legal e ouvida a FIFA, após a descaracterização dos produtos pela remoção dos Símbolos Oficiais, quando possível.

CAPÍTULO III - DOS VISTOS DE ENTRADA E DAS PERMISSÕES DE TRABALHO

Art. 19. Deverão ser concedidos, sem qualquer restrição quanto à nacionalidade, raça ou credo, vistos de entrada, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para:

I - todos os membros da delegação da FIFA, inclusive:

a) membros de comitê da FIFA;

b) equipe da FIFA ou das pessoas jurídicas, domiciliadas ou não no Brasil, de cujo capital total e votante a FIFA detenha ao menos 99% (noventa e nove por cento);

c) convidados da FIFA; e d) qualquer outro indivíduo indicado pela FIFA como membro da delegação da FIFA;

II - funcionários das Confederações FIFA;

III - funcionários das Associações Estrangeiras Membros da FIFA;

IV - árbitros e demais profissionais designados para trabalhar durante os Eventos;

V - membros das seleções participantes em qualquer das Competições, incluindo os médicos das seleções e demais membros da delegação;

VI - equipe dos Parceiros Comerciais da FIFA;

VII - equipe da Emissora Fonte da FIFA, das Emissoras e das Agências de Direitos de Transmissão;

VIII - equipe dos Prestadores de Serviços da FIFA; IX - clientes de serviços comerciais de hospitalidade da FIFA; X - Representantes de Imprensa; e

XI - espectadores que possuam Ingressos ou confirmação de aquisição de Ingressos válidos para qualquer Evento e todos os indivíduos que demonstrem seu envolvimento oficial com os Eventos, contanto que evidenciem de maneira razoável que sua entrada no País possui alguma relação com qualquer atividade relacionada aos Eventos.

§ 1º O prazo de validade dos vistos de entrada concedidos com fundamento nos incisos I a XI encerra-se no dia 31 de dezembro de 2014.

§ 2º O prazo de estada dos portadores dos vistos concedidos com fundamento nos incisos I a X poderá ser fixado, a critério da autoridade competente, até o dia 31 de dezembro de 2014.

§ 3º O prazo de estada dos portadores dos vistos concedidos com fundamento no inciso XI será de até 90 (noventa) dias, improrrogáveis.

§ 4º Considera-se documentação suficiente para obtenção do visto de entrada ou para o ingresso no território nacional o passaporte válido ou documento de viagem equivalente, em conjunto com qualquer instrumento que demonstre a vinculação de seu titular com os Eventos.

§ 5º O disposto neste artigo não constituirá impedimento à denegação de visto e ao impedimento à entrada, nas hipóteses previstas nos arts. 7º e 26 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

§ 6º A concessão de vistos de entrada a que se refere este artigo e para os efeitos desta Lei, quando concedidos no exterior, pelas Missões diplomáticas, Repartições consulares de carreira, Vice-Consulares e, quando autorizados pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, pelos Consulados honorários terá caráter prioritário na sua emissão.

§ 7º Os vistos de entrada concedidos com fundamento no inciso XI deverão ser emitidos mediante meio eletrônico, na forma disciplinada pelo Poder Executivo, se na época houver disponibilidade da tecnologia adequada.

Art. 20. Serão emitidas as permissões de trabalho, caso exigíveis, para as pessoas mencionadas nos incisos I a X do art.

19, desde que comprovado, por documento expedido pela FIFA ou por terceiro por ela indicado, que a entrada no País se destina ao desempenho de atividades relacionadas aos Eventos.

§ 1º Em qualquer caso, o prazo de validade da permissão de trabalho não excederá o prazo de validade do respectivo visto de entrada.

§ 2º Para os fins desta Lei, poderão ser estabelecidos procedimentos específicos para concessão de permissões de trabalho.

Art. 21. Os vistos e permissões de que tratam os arts. 19 e 20 serão emitidos em caráter prioritário, sem qualquer custo, e os requerimentos serão concentrados em um único órgão da administração pública federal.

CAPÍTULO IV - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Art. 22. A União responderá pelos danos que causar, por ação ou omissão, à FIFA, seus representantes legais, empregados ou consultores, na forma do § 6º do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 23. A União assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a FIFA, seus representantes legais, empregados ou consultores por todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos Eventos, exceto se e na medida em que a FIFA ou a vítima houver concorrido para a ocorrência do dano.

Parágrafo único. A União ficará sub-rogada em todos os direitos decorrentes dos pagamentos efetuados contra aqueles que, por ato ou omissão, tenham causado os danos ou tenham para eles concorrido, devendo o beneficiário fornecer os meios necessários ao exercício desses direitos.

Art. 24. A União poderá constituir garantias ou contratar seguro privado, ainda que internacional, em uma ou mais apólices, para a cobertura de riscos relacionados aos Eventos.

CAPÍTULO V - DA VENDA DE INGRESSOS

Art. 25. O preço dos Ingressos será determinado pela FIFA.

Art. 26. A FIFA fixará os preços dos Ingressos para cada partida das Competições, obedecidas as seguintes regras:

I - os Ingressos serão personalizados com a identificação do comprador e classificados em 4 (quatro) categorias, numeradas de 1 a 4;

II - Ingressos das 4 (quatro) categorias serão vendidos para todas as partidas das Competições; e

III - os preços serão fixados para cada categoria em ordem decrescente, sendo o mais elevado o da categoria 1.

§ 1º Do total de Ingressos colocados à venda para as Partidas:

I - a FIFA colocará à disposição, para as Partidas da Copa do Mundo FIFA 2014, no decurso das diversas fases de venda, ao menos, 300.000 (trezentos mil) Ingressos para a categoria 4;

II - a FIFA colocará à disposição, para as partidas da Copa das Confederações FIFA 2013, no decurso das diversas fases de venda, ao menos, 50.000 (cinquenta mil) Ingressos da categoria 4.

§ 2º A quantidade mínima de Ingressos da categoria 4, mencionada nos incisos I e II do § 1º deste artigo, será oferecida pela FIFA, por meio de um ou mais sorteios públicos, a pessoas naturais residentes no País, com prioridade para as pessoas listadas no § 5º deste artigo, sendo que tal prioridade não será aplicável:

I - às vendas de Ingressos da categoria 4 realizadas por quaisquer meios que não sejam mediante sorteios;

II - aos Ingressos da categoria 4 oferecidos à venda pela FIFA, uma vez ofertada a quantidade mínima de Ingressos referidos no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 3º (VETADO).

§ 4º Os sorteios públicos referidos no § 2º serão acompanhados por órgão federal competente, respeitados os princípios da publicidade e da impessoalidade.

§ 5º Em todas as fases de venda, os Ingressos da categoria 4 serão vendidos com desconto de 50% (cinquenta por cento) para as pessoas naturais residentes no País abaixo relacionadas:

I - estudantes; II - pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; e III - participantes de programa federal de transferência de renda.

§ 6º Os procedimentos e mecanismos que permitam a destinação para qualquer pessoa, desde que residente no País, dos Ingressos da categoria 4 que não tenham sido solicitados por aquelas mencionadas no § 5º deste artigo, sem o desconto ali referido, serão de responsabilidade da FIFA.

§ 7º Os entes federados e a FIFA poderão celebrar acordos para viabilizar o acesso e a venda de Ingressos em locais de boa visibilidade para as pessoas com deficiência e seus acompanhantes, sendo assegurado, na forma do regulamento, pelo menos, 1% (um por cento) do número de Ingressos ofertados, excetuados os acompanhantes, observada a existência de instalações adequadas e específicas nos Locais Oficiais de Competição.

§ 8º O disposto no § 7º deste artigo efetivar-se-á mediante o estabelecimento pela entidade organizadora de período específico para a solicitação de compra, inclusive por meio eletrônico.

§ 9º (VETADO).

§ 10. Os descontos previstos na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), aplicam-se à aquisição de Ingressos em todas as categorias, respeitado o disposto no § 5º deste artigo.

§ 11. A comprovação da condição de estudante, para efeito da compra dos Ingressos de que trata o inciso I do § 5º deste artigo é obrigatória e dar-se-á mediante a apresentação da Carteira de Identificação Estudantil, conforme modelo único nacionalmente padronizado pelas entidades nacionais estudantis, com Certificação Digital, nos termos do regulamento, expedida exclusivamente pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pelos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) das instituições de ensino superior, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e pelas uniões estaduais e municipais de estudantes universitários ou secundaristas.

§ 12. Os Ingressos para proprietários ou possuidores de armas de fogo que aderirem à campanha referida no inciso I do art. 29 e para indígenas serão objeto de acordo entre o poder público e a FIFA.

Art. 27. Os critérios para cancelamento, devolução e reembolso de Ingressos, assim como para alocação, realocação, marcação, remarcação e cancelamento de assentos nos locais dos Eventos serão definidos pela FIFA, a qual poderá inclusive

dispor sobre a possibilidade:

I - de modificar datas, horários ou locais dos Eventos, desde que seja concedido o direito ao reembolso do valor do Ingresso ou o direito de comparecer ao Evento remarcado;

II - da venda de Ingresso de forma avulsa, da venda em conjunto com pacotes turísticos ou de hospitalidade; e

III - de estabelecimento de cláusula penal no caso de desistência da aquisição do Ingresso após a confirmação de que o pedido de Ingresso foi aceito ou após o pagamento do valor do Ingresso, independentemente da forma ou do local da submissão do pedido ou da aquisição do Ingresso.

CAPÍTULO VI - DAS CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO

Art. 28. São condições para o acesso e permanência de qualquer pessoa nos Locais Oficiais de Competição, entre outras:

I - estar na posse de Ingresso ou documento de credenciamento, devidamente emitido pela FIFA ou pessoa ou entidade por ela indicada;

II - não portar objeto que possibilite a prática de atos de violência;

III - consentir na revista pessoal de prevenção e segurança;

IV - não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, de caráter racista, xenófobo ou que estimulem outras formas de discriminação;

V - não entoar xingamentos ou cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos;

VI - não arremessar objetos, de qualquer natureza, no interior do recinto esportivo;

VII - não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos, inclusive instrumentos dotados de raios laser ou semelhantes, ou que os possam emitir, exceto equipe autorizada pela FIFA, pessoa ou entidade por ela indicada para fins artísticos;

VIII - não incitar e não praticar atos de violência, qualquer que seja a sua natureza;

IX - não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, da área restrita aos competidores, Representantes de Imprensa, autoridades ou equipes técnicas; e

X - não utilizar bandeiras, inclusive com mastro de bambu ou similares, para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável.

§ 1º É ressalvado o direito constitucional ao livre exercício de manifestação e à plena liberdade de expressão em defesa da dignidade da pessoa humana.

§ 2º O não cumprimento de condição estabelecida neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso da pessoa no Local Oficial de Competição ou o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais.

CAPÍTULO VII - DAS CAMPANHAS SOCIAIS NAS COMPETIÇÕES

Art. 29. O poder público poderá adotar providências visando à celebração de acordos com a FIFA, com vistas à:

I - divulgação, nos Eventos:

a) de campanha com o tema social “Por um mundo sem armas, sem drogas, sem violência e sem racismo”;

b) de campanha pelo trabalho decente; e

c) dos pontos turísticos brasileiros;

II - efetivação de aplicação voluntária pela referida entidade de recursos oriundos dos Eventos, para:

a) a construção de centros de treinamento de atletas de futebol, conforme os requisitos determinados na alínea “d” do inciso II do § 2º do art. 29 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998;

b) o incentivo para a prática esportiva das pessoas com deficiência; e

c) o apoio às pesquisas específicas de tratamento das doenças raras;

III - divulgação da importância do combate ao racismo no futebol e da promoção da igualdade racial nos empregos gerados pela Copa do Mundo.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES PENAIS

Utilização indevida de Símbolos Oficiais

Art. 30. Reproduzir, imitar, falsificar ou modificar indevidamente quaisquer Símbolos Oficiais de titularidade da FIFA:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

Art. 31. Importar, exportar, vender, distribuir, oferecer ou expor à venda, ocultar ou manter em estoque Símbolos Oficiais ou produtos resultantes da reprodução, imitação, falsificação ou modificação não autorizadas de Símbolos Oficiais para fins comerciais ou de publicidade:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa.

Marketing de Emboscada por Associação

Art. 32. Divulgar marcas, produtos ou serviços, com o fim de alcançar vantagem econômica ou publicitária, por meio de associação direta ou indireta com os Eventos ou Símbolos Oficiais, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, induzindo terceiros a acreditar que tais marcas, produtos ou serviços são aprovados, autorizados ou endossados pela FIFA:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, vincular o uso de Ingressos, convites ou qualquer espécie de autorização de acesso aos Eventos a ações de publicidade ou atividade comerciais, com o intuito de obter vantagem econômica.

Marketing de Emboscada por Intrusão

Art. 33. Expor marcas, negócios, estabelecimentos, produtos, serviços ou praticar atividade promocional, não autorizados pela FIFA ou por pessoa por ela indicada, atraindo de qualquer forma a atenção pública nos locais da ocorrência dos Eventos,

com o fim de obter vantagem econômica ou publicitária:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

Art. 34. Nos crimes previstos neste Capítulo, somente se procede mediante representação da FIFA.

Art. 35. Na fixação da pena de multa prevista neste Capítulo e nos arts. 41-B a 41-G da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, quando os delitos forem relacionados às Competições, o limite a que se refere o § 1º do art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), pode ser acrescido ou reduzido em até 10 (dez) vezes, de acordo com as condições financeiras do autor da infração e da vantagem indevidamente auferida.

Art. 36. Os tipos penais previstos neste Capítulo terão vigência até o dia 31 de dezembro de 2014.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES PERMANENTES

Art. 37. É concedido aos jogadores, titulares ou reservas das seleções brasileiras campeãs das copas mundiais masculinas da FIFA nos anos de 1958, 1962 e 1970: [\(Produção de efeito\)](#)

I - prêmio em dinheiro; e

II - auxílio especial mensal para jogadores sem recursos ou com recursos limitados. Art. 38. O prêmio será pago, uma única vez, no valor fixo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ao jogador. [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 39. Na ocorrência de óbito do jogador, os sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial expedido a requerimento dos interessados, independentemente de inventário ou arrolamento, poder-se-ão habilitar para receber os valores proporcionais a sua cota-parte. [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 40. Compete ao Ministério do Esporte proceder ao pagamento do prêmio. [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 41. O prêmio de que trata esta Lei não é sujeito ao pagamento de Imposto de Renda ou contribuição previdenciária. [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 42. O auxílio especial mensal será pago para completar a renda mensal do beneficiário até que seja atingido o valor máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social. [\(Produção de efeito\)](#)

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, considera-se renda mensal 1/12 (um doze avos) do valor total de rendimentos tributáveis, sujeitos a tributação exclusiva ou definitiva, não tributáveis e isentos informados na respectiva Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Art. 43. O auxílio especial mensal também será pago à esposa ou companheira e aos filhos menores de 21 (vinte um) anos ou inválidos do beneficiário falecido, desde que a invalidez seja anterior à data em que completaram 21 (vinte um) anos. [\(Produção de efeito\)](#)

§ 1º Havendo mais de um beneficiário, o valor limite de auxílio per capita será o constante do art. 42 desta Lei, dividido pelo número de beneficiários, efetivos, ou apenas potenciais devido à renda, considerando-se a renda do núcleo familiar para cumprimento do limite de que trata o citado artigo.

§ 2º Não será revertida aos demais a parte do dependente cujo direito ao auxílio cessar.

Art. 44. Compete ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) administrar os requerimentos e os pagamentos do auxílio especial mensal. [\(Produção de efeito\)](#)

Parágrafo único. Compete ao Ministério do Esporte informar ao INSS a relação de jogadores de que trata o art. 37 desta Lei.

Art. 45. O pagamento do auxílio especial mensal retroagirá à data em que, atendidos os requisitos, tenha sido protocolado requerimento no INSS. [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 46. O auxílio especial mensal sujeita-se à incidência de Imposto sobre a Renda, nos termos da legislação específica, mas não é sujeito ao pagamento de contribuição previdenciária. [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 47. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do Tesouro Nacional. [\(Produção de efeito\)](#)

Parágrafo único. O custeio dos benefícios definidos no art. 37 desta Lei e das respectivas despesas constarão de programação orçamentária específica do Ministério do Esporte, no tocante ao prêmio, e do Ministério da Previdência Social, no tocante ao auxílio especial mensal.

Art. 48. (VETADO).

Art. 49. (VETADO).

Art. 50. O art. 13-A da [Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003](#), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

"Art. 13-A.

X - não utilizar bandeiras, inclusive com mastro de bambu ou similares, para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável....." (NR)

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51. A União será obrigatoriamente intimada nas causas demandadas contra a FIFA, as Subsidiárias FIFA no Brasil, seus representantes legais, empregados ou consultores, cujo objeto verse sobre as hipóteses estabelecidas nos arts. 22 e 23, para que informe se possui interesse de integrar a lide.

Art. 52. As controvérsias entre a União e a FIFA, Subsidiárias FIFA no Brasil, seus representantes legais, empregados ou consultores, cujo objeto verse sobre os Eventos, poderão ser resolvidas pela Advocacia-Geral da União, em sede administrativa, mediante conciliação, se conveniente à União e às demais pessoas referidas neste artigo.

Parágrafo único. A validade de Termo de Conciliação que envolver o pagamento de indenização será condicionada:

I - à sua homologação pelo Advogado-Geral da União; e

II - à sua divulgação, previamente à homologação, mediante publicação no Diário Oficial da União e a manutenção de seu inteiro teor, por prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis, na página da Advocacia-Geral da União na internet.

Art. 53. A FIFA, as Subsidiárias FIFA no Brasil, seus representantes legais, consultores e empregados são isentos do adiantamento de custas, emolumentos, caução, honorários periciais e quaisquer outras despesas devidas aos órgãos da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, em qualquer instância, e aos tribunais superiores, assim como não serão condenados em custas e despesas processuais, salvo comprovada má-fé.

Art. 54. A União colaborará com o Distrito Federal, com os Estados e com os Municípios que sediarão as Competições, e com as demais autoridades competentes, para assegurar que, durante os Períodos de Competição, os Locais Oficiais de Competição, em especial os estádios, onde sejam realizados os Eventos, estejam disponíveis, inclusive quanto ao uso de seus assentos, para uso exclusivo da FIFA.

Art. 55. A União, observadas a [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), e as responsabilidades definidas em instrumento próprio, promoverá a disponibilização para a realização dos Eventos, sem qualquer custo para o seu Comitê Organizador, de serviços de sua competência relacionados, entre outros, a:

I - segurança;

II - saúde e serviços médicos;

III - vigilância sanitária; e

IV - alfândega e imigração.

Art. 56. Durante a Copa do Mundo FIFA 2014 de Futebol, a União poderá declarar feriados nacionais os dias em que houver jogo da Seleção Brasileira de Futebol.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos poderão declarar feriado ou ponto facultativo os dias de sua ocorrência em seu território.

Art. 57. O serviço voluntário que vier a ser prestado por pessoa física para auxiliar a FIFA, a Subsidiária FIFA no Brasil ou o COL na organização e realização dos Eventos constituirá atividade não remunerada e atenderá ao disposto neste artigo.

§ 1º O serviço voluntário referido no caput:

I - não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim para o tomador do serviço voluntário; e

II - será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade contratante e o voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

§ 2º A concessão de meios para a prestação do serviço voluntário, a exemplo de transporte, alimentação e uniformes, não descaracteriza a gratuidade do serviço voluntário.

§ 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias, desde que expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 58. O serviço voluntário que vier a ser prestado por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, para os fins de que trata esta Lei, observará o disposto na Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 59. (VETADO).

Art. 60. (VETADO).

Art. 61. Durante a realização dos Eventos, respeitadas as peculiaridades e condicionantes das operações militares, fica autorizado o uso de Aeródromos Militares para embarque e desembarque de passageiros e cargas, trânsito e estacionamento de aeronaves civis, ouvidos o Ministério da Defesa e demais órgãos do setor aéreo brasileiro, mediante Termo de Cooperação próprio, que deverá prever recursos para o custeio das operações aludidas.

Art. 62. As autoridades aeronáuticas deverão estimular a utilização dos aeroportos nas cidades limítrofes dos Municípios que sediarão os Eventos.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no [art. 22 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980](#), à entrada de estrangeiro no território nacional fazendo uso de Aeródromos Militares.

Art. 63. Os procedimentos previstos para a emissão de vistos de entrada estabelecidos nesta Lei serão também adotados para a organização da Jornada Mundial da Juventude - 2013, conforme regulamentado por meio de ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. As disposições sobre a prestação de serviço voluntário constante do art. 57 também poderão ser adotadas para a organização da Jornada Mundial da Juventude - 2013.

Art. 64. Em 2014, os sistemas de ensino deverão ajustar os calendários escolares de forma que as férias escolares decorrentes do encerramento das atividades letivas do primeiro semestre do ano, nos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, abranjam todo o período entre a abertura e o encerramento da Copa do Mundo FIFA 2014 de Futebol.

Art. 65. Será concedido Selo de Sustentabilidade pelo Ministério do Meio Ambiente às empresas e entidades fornecedoras dos Eventos que apresentem programa de sustentabilidade com ações de natureza econômica, social e ambiental, conforme normas e critérios por ele estabelecidos.

Art. 66. Aplicam-se subsidiariamente as disposições das [Leis nºs 9.279, de 14 de maio de 1996](#), [9.609, de 19 de fevereiro de 1998](#), e [9.610, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Art. 67. Aplicam-se subsidiariamente às Competições, no que couber e exclusivamente em relação às pessoas jurídicas ou naturais brasileiras, exceto às subsidiárias FIFA no Brasil e ao COL, as disposições da Lei nº 9.615, de 24 de março de

1998.

Art. 68. Aplicam-se a essas Competições, no que couberem, as disposições da [Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003](#).

§ 1º Excetua-se da aplicação supletiva constante do caput deste artigo o disposto nos arts. [13-A a 17](#), [19 a 22](#), [24](#) e [27](#), no [§ 2º do art. 28](#), nos arts. [31-A](#), [32](#) e [37](#) e nas disposições constantes dos [Capítulos II, III, VIII, IX e X](#) da referida Lei.

§ 2º Para fins da realização das Competições, a aplicação do disposto nos arts. [2º-A](#), [39-A](#) e [39-B da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003](#), fica restrita às pessoas jurídicas de direito privado ou existentes de fato, constituídas ou sediadas no Brasil.

Art. 69. Aplicam-se, no que couber, às Subsidiárias FIFA no Brasil e ao COL, as disposições relativas à FIFA previstas nesta Lei.

Art. 70. A prestação dos serviços de segurança privada nos Eventos obedecerá à legislação pertinente e às orientações normativas da Polícia Federal quanto à autorização de funcionamento das empresas contratadas e à capacitação dos seus profissionais.

Art. 71. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. As disposições constantes dos arts. 37 a 47 desta Lei somente produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Brasília, 5 de junho de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardozo

Antonio de Aguiar Patriota

Guido Mantega

Carlos Daudt Brizola

Fernando Damata Pimentel

Miriam Belchior

Paulo Bernardo Silva

Aldo Rebelo

Fernando Bezerra Coelho

Luís Inácio Lucena Adams

Este texto não substitui o publicado no DOU de 6.6.2012

Anexo E – Lista de Obras do PAC 2019 – Eixo Social e Urbana

Eixo	Tipo	Subtipo	Órgão	Título	Localização
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Adequação e implantação de infraestrutura do autódromo José Carlos Pace - São Paulo	SÃO PAULO/SP
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Conclusão do Centro de Convenções do Amazonas - Santo Antônio do Içá	MANAUS/AM
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Construção da fábrica do samba - São Paulo	SÃO PAULO/SP
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Duplicação e restauração da Rodovia AL-101 (duplicação, viaduto, ciclovia, calçadão, iluminação)	MACEIÓ/AL
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Fábrica do Samba - 2ª Etapa	SÃO PAULO/SP
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Implantação e pavimentação da rodovia AL-101, trecho: Barra de Santo Antônio - Barra de Camaragibe, com 13,95 km de extensão	PASSO DE CAMARAGIBE/AL, BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Implantação e pavimentação da Rota 'Caminhos do Imperador' /AL - 1ª Etapa, Rodovia AL-230, Trecho Entroncamento AL-110 (Penedo) até o entroncamento da BR-101 (Porto Real de Colégio)	PENEDÓ/AL
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Pavimentação e Urbanização da Estrada Parque Rota Ecológica - Rod. AL-101 (Passo do Camaragibe a Porto de Pedras, extensão de 23,56 km) /AL	PASSO DE CAMARAGIBE/AL, PORTO DE PEDRAS/AL
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Reforma do Centro de Convenções de Sergipe - Aracaju	ARACAJU/SE
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Reforma e ampliação do Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso - Maceió	MACEIÓ/AL
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Reforma e melhorias do Complexo Anhembi - São Paulo	SÃO PAULO/SP
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Requalificação da Orla do Rio Branco/Bacia do Caxangá	BOA VISTA/RR
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Sinalização turística - Aracaju	ARACAJU/SE
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Sinalização turística - Aracati	ARACATICE
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Sinalização turística - Corumbá	CORUMBÁ/MS
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Sinalização turística - Goiás	GOIÁS/GO
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Sinalização turística - Laguna	LAGUNA/SC
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Sinalização turística - Maragogipe	MARAGÓIPE/BA
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Sinalização turística - Penedo	PENEDÓ/AL
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Sinalização turística - Santarém Novo	BELEM/PA, SANTARÉM NOVO/PA
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Sinalização turística - São Luís	SÃO LUÍ/MA
Social e Urbana	Infraestrutura Turística	Infraestrutura Turística	MTur	Sinalização turística - Sobral	SOBRAL/CE

Fonte: BRASIL, 2019a.

Anexo F – Resolução 14 – GECOPA - Anexo II

GECOPA - Grupo Executivo da COPA

Ações da Matriz de Turismo

ANEXO G

TURISMO

Ações de Infraestrutura do Turismo: Belo Horizonte						TSM-G.01
Valor total: R\$ 18,54 milhões						
Referência	Ação	Valor (em milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
TSM-G.01/01	Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT)	8,55	dez/12	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Estadual e Municipal
		0,84			Governo Estadual	
		0,16			Governo Municipal	
TSM-G.01/02	Sinalização turística nos atrativos turísticos	2,29	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Estadual e Municipal
		0,18			Governo Estadual	
		0,06			Governo Municipal	
TSM-G.01/03	Acessibilidade nos atrativos turísticos	5,99	set/13	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,47			Governo Municipal	

Ações de Infraestrutura do Turismo: Brasília						TSM-G.02
Valor total: R\$ 10,19 milhões						
Referência	Ação	Valor (em milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
TSM-G.02/01	Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT)	0,26	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Distrital
		0,03			Governo Distrital	
TSM-G.02/02	Sinalização turística nos atrativos turísticos	2,79	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Distrital
		0,30			Governo Distrital	
TSM-G.02/03	Acessibilidade nos atrativos turísticos	6,20	dez/12	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Distrital
		0,61			Governo Distrital	

Ações de Infraestrutura do Turismo: Curitiba						TSM-G.04
Valor total: R\$ 19,40 milhões						
Referência	Ação	Valor (em milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
TSM-G.04/01	Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT)	1,90	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Estadual e Municipal
		0,23			Governo Estadual	
		0,05			Governo Municipal	
TSM-G.04/02	Sinalização turística nos atrativos turísticos	3,91	set/13	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,30			Governo Municipal	
TSM-G.04/03	Acessibilidade nos atrativos turísticos	12,03	dez/12	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,98			Governo Municipal	

Ações de Infraestrutura do Turismo: Cuiabá						TSM-G.03
Valor total: R\$ 13,84 milhões						
<i>Referência</i>	<i>Ação</i>	<i>Valor (em milhões)</i>	<i>Prazo</i>		<i>Responsabilidade</i>	
			<i>Início</i>	<i>Conclusão</i>	<i>Recursos</i>	<i>Execução</i>
TSM-G.03/01	Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT)	0,37	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,03			Governo Municipal	
TSM-G.03/02	Sinalização turística nos atrativos turísticos	4,79	dez/12	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Estadual e Municipal
		0,16			Governo Estadual	
		0,13			Governo Municipal	
TSM-G.03/03	Acessibilidade nos atrativos turísticos	7,92	dez/12	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Estadual e Municipal
		0,32			Governo Estadual	
		0,12			Governo Municipal	

Ações de Infraestrutura do Turismo: Manaus						TSM-G.06
Valor total: R\$ 8,75 milhões						
<i>Referência</i>	<i>Ação</i>	<i>Valor (em milhões)</i>	<i>Prazo</i>		<i>Responsabilidade</i>	
			<i>Início</i>	<i>Conclusão</i>	<i>Recursos</i>	<i>Execução</i>
TSM-G.06/01	Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT)	6,45	set/13	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,25			Governo Municipal	
TSM-G.06/02	Sinalização nos atrativos turísticos	1,85	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Estadual
		0,20			Governo Estadual	

Ações de Infraestrutura do Turismo: Fortaleza						TSM-G.05
Valor total: R\$ 22,09 milhões						
<i>Referência</i>	<i>Ação</i>	<i>Valor (em milhões)</i>	<i>Prazo</i>		<i>Responsabilidade</i>	
			<i>Início</i>	<i>Conclusão</i>	<i>Recursos</i>	<i>Execução</i>
TSM-G.05/01	Acessibilidade nos atrativos turísticos	17,44	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		4,65			Governo Municipal	

Ações de Infraestrutura do Turismo: Natal						TSM-G.07
Valor total: R\$ 22,97 milhões						
<i>Referência</i>	<i>Ação</i>	<i>Valor (em milhões)</i>	<i>Prazo</i>		<i>Responsabilidade</i>	
			<i>Início</i>	<i>Conclusão</i>	<i>Recursos</i>	<i>Execução</i>
TSM-G.07/01	Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT)	0,33	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,01			Governo Municipal	
TSM-G.07/02	Sinalização turística nos atrativos turísticos	3,60	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,15			Governo Municipal	
TSM-G.07/03	Acessibilidade nos atrativos turísticos	18,15	dez/12	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,73			Governo Municipal	

Ações de Infraestrutura do Turismo: Porto Alegre						TSM-G.08
Valor total: R\$ 25,70 milhões						
Referência	Ação	Valor (em milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
TSM-G.08/01	Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT)	11,04	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Estadual e Municipal
		0,87			Governo Estadual	
		0,59			Governo Municipal	
TSM-G.08/02	Sinalização turística nos atrativos turísticos	6,25	dez/12	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,49			Governo Municipal	
TSM-G.08/03	Acessibilidade nos atrativos turísticos	5,99	set/13	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,47			Governo Municipal	

Ações de Infraestrutura do Turismo: Recife						TSM-G.09
Valor total: R\$ 17,56 milhões						
Referência	Ação	Valor (em milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
TSM-G.09/01	Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT)	6,50	dez/12	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,27			Governo Municipal	
TSM-G.09/02	Sinalização turística nos atrativos turísticos	3,08	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Estadual
		0,16			Governo Estadual	
TSM-G.09/03	Acessibilidade nos atrativos turísticos	7,18	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Estadual
		0,37			Governo Estadual	

Ações de Infraestrutura do Turismo: Rio de Janeiro						TSM-G.10
Valor total: R\$ 25,90 milhões						
Referência	Ação	Valor (em milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
TSM-G.10/01	Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT)	0,47	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,04			Governo Municipal	
TSM-G.10/02	Sinalização turística nos atrativos turísticos	16,98	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		1,44			Governo Municipal	
TSM-G.10/03	Acessibilidade nos atrativos turísticos	6,46	dez/12	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,51			Governo Municipal	

Ações de Infraestrutura do Turismo: Salvador						TSM-G.11
Valor total: R\$ 11,96 milhões						
Referência	Ação	Valor (em milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
TSM-G.11/01	Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT)	1,03	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Estadual
		0,05			Governo Estadual	
TSM-G.11/02	Sinalização turística nos atrativos turísticos	3,59	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Estadual
		0,18			Governo Estadual	
TSM-G.11/03	Acessibilidade nos atrativos turísticos	6,67	dez/12	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Estadual e Municipal
		0,16			Governo Estadual	
		0,28			Governo Municipal	

Ações de Infraestrutura do Turismo: São Paulo						TSM-G.12
Valor total: R\$ 15,57 milhões						
Referência	Ação	Valor (em milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
TSM-G.12/01	Implantação, reforma e adequação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT)	0,90	dez/12	mai/13	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,08			Governo Municipal	
TSM-G.12/02	Sinalização turística nos atrativos turísticos	1,95	set/13	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,15			Governo Municipal	
TSM-G.12/03	Acessibilidade nos atrativos turísticos	11,59	set/13	fev/14	Governo Federal (Ministério do Turismo)	Governo Municipal
		0,90			Governo Municipal	